



# Do ÓCIO

## DEBATES NO CONTEXTO CULTURAL CONTEMPORÂNEO

Coord. Maria Manuel Baptista e Anne Ventura



COORDENAÇÃO:

Maria Manuel Baptista  
Anne Ventura

**DO ÓCIO – DEBATES NO CONTEXTO  
CULTURAL CONTEMPORÂNEO**

## **[Ficha Técnica]**

### **Título**

Do Ócio – debates no contexto cultural contemporâneo

### **Organização**

Programa Doutoral em Estudos Culturais — Universidade de Aveiro e Universidade do Minho

### **Coordenação**

Maria Manuel Baptista  
Anne Ventura

### **Coordenação Editorial**

Rui Alexandre Grácio

### **Capa**

Frederico da Silva | Grácio Editor

### **Design gráfico e paginação**

Grácio Editor

### **Impressão e acabamento**

Tipografia Lousanense

1ª edição em Abril de 2014

ISBN: 978-989-8377-56-2

Depósito Legal:

© Grácio Editor

Avenida Emídio Navarro, 93, 3.º

3000-151 COIMBRA

Telef.: 239 091 658

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: [www.ruigracio.com](http://www.ruigracio.com)

Reservados todos os direitos

## Apresentação

Da poética narrativa de João Guimarães Rosa, do grande sertão mítico que convida a nossa mais universal humanidade, resgatamos, para apresentar este livro, a seguinte asserção: “felicidade se acha é em horinhas de descuido”. Ao leitor, propomos compreender este descuido enquanto uma folga nas amarras tensas e tesas das obrigações cotidianas, das lidas que o mundo nos impõe para que signifiquemos mais enquanto engrenagem, mas talvez menos enquanto homens. *Horinhas* que, se são mensuradas como diminutas em relação ao tempo de trabalho, por outro lado, pela sua simplicidade ou despretenção utilitária, nos propiciam um encontro distinto, com a nossa própria humanidade – e por isso imenso. Nesse tempo, que certamente é um tempo mais livre, o espaço para o ócio abre-se e o que há de mais humano pode emergir, em um, quem sabe, cuidar-se (resgate do eu e do outro).

A questão do tempo, que já se apresentava como um problema para os sujeitos modernos, tornou-se para nós, pós-modernos ou sujeitos da modernidade tardia, mais do que agónica, uma questão trágica. Aquele tempo que nos fora usurpado pelo domínio cultural do trabalho e da moral capitalista, hoje, é-nos, em parte, devolvido — consequência de uma série de complexas transformações socioculturais, que nos mergulham numa confusa aceleração, na qual apenas o presente nos é dado vislumbrar. Sedentos de gozo, entregamo-nos ao jogo incansável de um mercado perspicaz, capaz de perceber as folgas de uma existência feita de intervalos facilmente preenchíveis pelo consumo. Presos, assim, mais uma vez, numa teia de tempos pouco livres, existimos menos e sofremos mais?

Nesta época que põe em cheque a modernidade, sem ultrapassar completamente os seus paradigmas, o resgate crítico da temática do ócio tornou-se objecto de estudo em diversas áreas do saber. O que o leitor encontrará neste livro é, pois, uma amostra dessa disseminação transdisciplinar: os autores aqui reunidos representam, na sua maioria, os 150 investigadores que dialogaram no decorrer do III Congresso Internacional de Estudos Culturais, que teve como enfoque *Ócio, Lazer e Tempos Livres nas Culturas Contemporâneas*, promovido pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades de Aveiro e do Minho, em janeiro de 2013. Estudiosos de diferentes áreas reuniram-se em Aveiro, Portugal, em torno dos estudos do ócio e da cultura, trilhando caminhos bastante diversos num diálogo enriquecedor. Em comum, as responsabilidades que o tema exigia, quais sejam: posicionamento, habilidade teórica para lidar com a transdisciplinaridade e fôlego reflexivo.

A abrir a primeira parte desta nossa travessia, “Ócio e Cultura”, o leitor encontrará um estudo de Manuel Cuenca Cabeza e Macarena Cuenca Amigo: “O encontro entre o ócio e a cultura: Reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica”. Neste ensaio, os investigadores da Universidade de Deusto/Espanha buscam desfazer, através da análise de algumas investigações empíricas, os nós

resultantes da aproximação entre os conceitos de ócio e cultura. Para os autores, nem a cultura como facto humano é toda ócio, nem o ócio é toda cultura; de modo que, mesmo admitindo confluências, é importante diferenciar as vertentes criativas e recreativas do que se compreende hoje como prática de ócio.

No ensaio “O lazer e as transformações socioculturais contemporâneas”, Maria Dilma Simões Brasileiro, da Universidade Federal da Paraíba/Brasil, reflecte acerca das transformações socioculturais da pós-modernidade, mais especificamente em como essas transformações tiveram impacto na significação do que compreendemos como trabalho, tempo livre e lazer. A investigadora, ainda que alerte para a impossibilidade de lidarmos de maneira inequívoca com todas as complexas transformações que ora observamos, propõe um esforço para um novo entendimento do lazer, uma vez que este está cada vez menos delimitado pelo trabalho – hoje mais complexo, multidimensional e multifatorial.

Luzia Neide Coriolano, da Universidade Estadual do Ceará/Brasil, oferece-nos uma luminosa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemónico, através de seu artigo “Lazer e Turismo como atividades para o desenvolvimento humano”. A autora convoca os estudiosos do lazer e do turismo a uma séria reflexão sobre a temática do desenvolvimento humano, seus riscos e potencialidades, investigando de que maneiras o turismo pode tornar-se uma prática de combate às desigualdades sociais.

Em “Atributos das Experiências de Ócio e implicações contraditórias decorrentes do estilo de vida contemporâneo”, Ieda Rhoden, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo/Brasil, aborda o ócio enquanto uma experiência subjectiva, construtiva, numa perspectiva psicossocial. A autora provoca uma reflexão humanista, que perpassa as experiências contemporâneas do ócio, tentando compreender em que medida estas experiências e a maneira como são percebidas pelos sujeitos implicam uma melhor qualidade de vida, ou uma subjectividade mais próxima da ideia de felicidade, no contexto contraditório de um estilo de vida cada vez mais acelerado, imediatista e superficial da pós-modernidade.

Por último, em “Novos desafios para a investigação sobre cultura: Prioridades de investigação no domínio cultural da EU”, Cristina Ortega Nuere e Isabel Verdet Peris, ambas da Universidade de Deusto/Espanha, mapeiam, através da análise de alguns documentos políticos referentes à cultura, as prioridades da União Europeia, para este século, no que tange ao incentivo do estudo da cultura. O artigo é uma contribuição valiosa para todos os que se dedicam à investigação nas áreas da cultura, em especial para aqueles que procuram financiamento para futuros projectos no âmbito da União Europeia.

Na segunda parte do livro, “Pensar o Ócio: Paradigmas Teóricos”, o leitor encontrará uma série de quatro artigos que propõem diferentes reflexões teóricas sobre esta temática. Para começar, estudar o ócio pressupõe uma prévia reflexão sobre este que é um dos mais caros fundamentos que ocupam a vida e o pensa-

mento humano: o tempo. Ciente deste aspecto profundamente filosófico do tema do ócio, Maria Manuel Baptista, da Universidade de Aveiro, uma das organizadoras desta obra, perscruta as minúcias do tempo ocioso como um tempo para o *ser aí* heideggeriano em “Ócio, temporalidade e existência: uma leitura à luz da fenomenologia e hermenêutica heideggereanas”.

No ensaio “Tempo livre, ócio e lazer: sobre palavras, conceitos e experiências”, José Clerton Martins, da Universidade de Fortaleza/Brasil, revisita os conceitos centrais da história das recentes reflexões teóricas sobre ócio, lazer e tempo livre, compreendendo-os como fenómenos que se elaboram, com o cuidado de convocar novas concepções que façam luz na confusão que por vezes ainda permanece sobre eles. Para o investigador, o ócio, como condição humana e enquanto experiência transformadora, abre novos horizontes de desenvolvimento humano em tempos de consumo extremo.

Em “A literatura como experiência de ócio na pós-modernidade”, Anne Ventura, da Universidade de Aveiro, também organizadora do livro, ensaia sobre a possibilidade de encararmos a literatura, em sua potencial vertigem de linguagem, como uma importante experiência ociosa face à aceleração da pós-modernidade e ao empobrecimento das nossas vivências. A autora defende que o ensino da literatura poderia ser compreendido como parte de uma educação para o ócio, e reflecte sobre os desafios desta pertença.

No ensaio “Sobre a interpretação da obra de arte”, Carlos Velázquez Rueda, da Universidade de Fortaleza/Brasil, encarando a arte como uma proposta experiencial, reflecte sobre a interpretação da obra de arte no Ocidente e a sua procura por significados, enquanto atitude sintomática e reveladora da especulação teórica. O autor alerta para as dificuldades de uma interpretação da obra de arte que abra espaço para outras faculdades cognitivas e sensoriais e, finalmente, ultrapasse os postulados tradicionais em que se ancoram os exercícios interpretativos ainda vigentes.

Na terceira e última parte, “Experiências de ócio na contemporaneidade”, reunimos alguns estudos em que a questão se orienta para estudos de caso no contexto atual. O leitor terá a oportunidade de conhecer os resultados de uma pesquisa realizada pelos estudiosos do ócio María Jesús Monteagudo, Jaime Cuenca, Fernando Bayón, da Universidade de Deusto/Espanha, e Douglas A. Kleiber, da Universidade da Georgia/EUA, e apreciar a leitura de “Ócio ao longo da vida: As potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano”. Neste artigo, os investigadores perscrutam, através da análise de resultados de um estudo de caso focado em um grupo de idosos da Região Autónoma do País Basco (Espanha), o peso que o ócio pode assumir enquanto instrumento impulsionador do desenvolvimento pessoal e social. Deste modo, a formação para o ócio também receberá atenção especial destes investigadores, como preparação para um envelhecimento satisfatório.

Em “Culturas Digitais, Aceleração e Narrativas de Megaeventos”, David McGilivray, da Universidade do Oeste da Escócia, e Matt Frew, da Universidade de Bournemouth/Inglaterra, oferecem-nos um estudo de caso acerca do projeto #citizenrelay, que seguiu a passagem da tocha olímpica na sua viagem pela Escócia, no verão de 2012. Os autores investigam como as narrativas de megaeventos sofrem o impacto dos ambientes híbridos de comunicação, mobilização, organização e ação colectiva, cada vez mais possíveis numa cultura que abre espaço para o cidadão digital democratizado.

Em “A praia lúdica, uma invenção contemporânea”, Manuel Costa, da Universidade de Aveiro, realiza um precioso ensaio, com sabor a uma micro-história lusitana. A partir do recorte da vilegiatura marítima na Póvoa de Varzim, Costa analisa a reinvenção da praia, do veraneio balnear, dos hábitos e costumes que hoje significam, em grande parte, o turismo da região, desdobramento das transformações culturais que o ócio e o lazer vivenciados por diferentes classes sociais sofreram desde a centúria de oitocentos.

Para finalizar o conjunto de textos, mas nunca a temática, o leitor encontrará o artigo de Rui Machado Gomes, da Universidade de Coimbra/Portugal, “Lazer e Novas subjetividades”, que explora a noção de paisagem de Appadurai, e analisa três tipos de paisagens do âmbito do lazer e do desporto: as mediáticas, as tecnológicas, e as das ideias. Compreendendo-as no contexto da globalização do mercado e das culturas, o autor procura demonstrar que a sua relação disjuntiva contribui tanto para uma homogeneização do desporto como para um movimento de crescente diferenciação das práticas desportivas.

Enfim, o leitor perceberá que os textos selecionados para este livro cuidam todos daquele “descuido” de que falava Guimarães Rosa; de uma maneira ou de outra, o interesse em compreender as tais *horinhas* preciosas, tão fundamentais para a sanidade não apenas física como psicossocial dos homens, aproximou os diferentes olhares destes treze estudiosos de quatro cantos do mundo, ávidos por compreender os variados recortes da temática ócio, lazer e tempo livre nas culturas contemporâneas.

Aveiro, Março de 2014

Anne Ventura

Maria Manuel Baptista

**PARTE I**  
**ÓCIO E CULTURA**



# O ENCONTRO ENTRE O ÓCIO E A CULTURA: REFLEXÕES SOBRE O ÓCIO CRIATIVO DESDE A INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA<sup>1</sup>

Manuel Cuenca Cabeza; Macarena Cuenca Amigo

Num momento em que não se fala de outra coisa que não seja a crise ou o aumento do desemprego, abordar o “encontro entre ócio e cultura” situa-nos num contexto que poderia pensar-se de outra galáxia, mas que, no entanto, tem especial importância na atualidade. Isto é assim porque tanto o ócio como a cultura fazem referência não só a nichos de emprego relevantes, mas também porque são âmbitos de experiências associadas à felicidade. Por tudo isto pode dizer-se que, nos momentos que vivemos, tanto o ócio como a cultura têm um valor indiscutível e nos abrem horizontes esperançosos, cheios de possibilidades. Nas seguintes páginas, tentaremos explicar estas noções.

## O encontro entre ócio e cultura

O ócio é um conceito e um setor significativo na nossa sociedade, tanto pela sua importância económica como pela sua incidência nos estilos de vida atuais e na qualidade de vida pessoal e social. Iratxe Arístegui e Mará Silvestre (2012), ao estudarem a importância que o ócio tem adquirido na nossa sociedade, a partir dos resultados obtidos no Estudo Europeu de Valores no período de 1999 a 2008, salientam que o ócio tem passado a ser uma esfera cada vez mais significativa na vida dos cidadãos, afirmando-se “como valor em si mesmo, enquanto o trabalho tem vindo a perder parte da sua centralidade” no período estudado. A comparação dos dados de 1999 e 2008 mostra a crescente ascensão da importância do ócio, tanto na Europa como, especialmente, na Espanha. Ou seja, no caso concreto do País Basco, é o segundo valor mais importante depois da família e está, inclusivamente, acima do trabalho.

É evidente que este dado teria de ser explicado no momento atual, em que o trabalho é uma preocupação superior ao ócio, especialmente para quem não o tem; mas isso não significa que o ócio tenha perdido importância como valor que dá sentido à vida. Esta valorização é ainda mais relevante se pensamos no futuro, porque, como é afirmado na investigação comentada, “as novas gerações e, sobretudo, quem tem estudos secundários e superiores, valoriza em maior medida o ócio, possivelmente porque lhe atribui uma significação e definição diferente” (Arístegui e Silvestre, 2012, p.291a).

<sup>1</sup> Tradução: Maria Elena Ortiz; Revisão: Silvana Costa

A afirmação que acabamos de indicar sobre a atribuição de um novo significado ao ócio tem uma maior consideração do que poderíamos pensar num primeiro momento. Significa que, na nova mentalidade dos cidadãos do século XXI, o ócio é um valor dominante não só por ser a ocasião de descanso do trabalho, mas também pelas novas funções de realização pessoal, identificação e evasão de algumas circunstâncias não desejadas que tem vindo a assumir. A descoberta deste tipo de ócio, e os seus efeitos benéficos para as pessoas e as comunidades, é algo recente e tem múltiplas variantes. Vejamos algum exemplo concreto, associado ao desenvolvimento comunitário, que tem a ver com o que acabamos de mencionar, onde se mostram umas primeiras inter-relações entre ócio e cultura.

Há poucos meses, aparecia na imprensa (*Mujer hoy*: 30-06-2012) a experiência positiva da diretora da orquestra Inma Shara com os projetos de Ajuda em Ação, relacionados com a música. A experiência está a decorrer na Bolívia, na Escola Municipal de Música San José Patriarca, na província boliviana de Chiquitos, onde a maioria dos 110 alunos do centro não tem recursos económicos. O projeto põe à sua disposição, de forma gratuita, mais de 60 instrumentos, para que aprendam a linguagem da música sem que a escassez de rendimentos seja impedimento. E, graças ao apoio que recebem desde há anos da ONG Ajuda em Ação e de diferentes organizações locais, a situação no centro tem mudado radicalmente. O titular da notícia sublinhava esta frase: “a música pode mudar o destino de uma povoação”.

Não é o primeiro caso. Em 30 de novembro de 2011 (*El diario montañés*), conhecíamos uma experiência similar: o titular dizia “Brasil soa a milagre: 85 adolescentes salvos pela música”, mas desta vez referia-se à aventura do mestre Eliseo Ferreira, muito mais do que o diretor titular da Orquestra Goiás e os seus 85 músicos. Uns dias depois (6-2-2012) *El País* recolhia uma notícia procedente de Valença. Desta vez, tratava-se de uma tese doutoral que “defende que 99% dos alunos que recebem educação musical obtêm um aproveitamento académico positivo”.

Não me detenho a contar estas experiências, merecedoras de uma comunicação em si mesmas, senão simplesmente para afirmar que qualquer uma delas poderia ser referente às novas perceções do ócio e da cultura nos nossos dias. A cultura, as artes, os jogos e qualquer outra manifestação de ócio abrem novos horizontes de desenvolvimento humano. Um ócio associado a valores significativos, referido a práticas positivas perduráveis, mantidas no tempo. Um conceito que nos Estudos de Ócio conhecemos com o nome de ócio sério ou ócio substancial, ao qual nos referimos aqui.

Sobre a cultura, pode dizer-se que qualquer observador da realidade atual pode advertir que o desenvolvimento da chamada Indústria Cultural está unido ao desenvolvimento da Indústria do Ócio. O ócio gera sobre si mesmo uma cultura que cria redes e vínculos nas pessoas que o vivenciam. Quer aceitemos quer não, a realidade é que a oferta e a atividade cultural em geral competem hoje com outras ofertas de ócio de diverso carácter e profundidade variada. Como afirmava

W. Rybczynski (1991), o novo cidadão tem que decidir entre o que faz e o que deseja fazer. E nessa decisão intervém um quadro de fatores diversos, entre os que se podem destacar economia, tempo, cultura, motivação, cansaço, etc.

A cultura, analisada desde a decisão pessoal do sujeito que a vivencia, permite ser considerada como uma formulação de ócio; mas nem a cultura como facto humano é toda ócio, nem o ócio é toda cultura. Como acontece com muitos outros conceitos e áreas, cultura e ócio têm esfumado as suas fronteiras de forma que as suas relações se têm tornado complexas, difíceis de diferenciar de um modo objetivo. Esta é outra razão importante para valorizar a cultura desde a subjetividade, ou seja, desde a experiência. A nova cultura que nos rodeia há de saber integrar, como assinala J. Levy (1995, p.79-93), os valores seculares inerentes à cultura tradicional com os valores novos, próprios de uma nova cultura internacional tornada realidade graças às novas tecnologias.

### **O estilo de vida “culturado”**

A organização moderna do tempo social e laboral, potenciando os fins de semana, as pontes, os períodos curtos de férias e, definitivamente, a reestruturação geral do nosso ritmo vital, tem tornado possível o desenvolvimento de um novo tipo de cidadão sociologicamente enquadrado em diferentes estilos de vida. José Ignacio Ruiz Olabuénaga (1992) estudou os estilos de vida de ócio da região metropolitana de Bilbao e chamou a atenção sobre o que ele chamou de estilo de cidadão “culturado”. O seu rasgo característico é “estar” introduzido no mundo da arte e viver respirando um “ar de cultura”. A sua incidência percentual, no início da década de 90, era pequena, entre cinco e dez por cento; mas o seu eco social podia considerar-se maior, dado que a sua presença era reiterada em distintos tipos de atividades culturais, tais como teatro, concertos de música, ópera ou museus.

Desde esse momento, as circunstâncias têm mudado positivamente e o conhecimento que temos dos hábitos e práticas culturais é maior. O último estudo sobre Atividades Culturais em Espanha 2010-11, publicado pelo Ministério da Cultura, mostra que o estilo de ócio cultivado tem aumentado o seu número de adeptos, tal como era esperado. Os resultados do inquérito indicam que as atividades culturais mais frequentes, em termos anuais, são ouvir música, ler e ir ao cinema, com taxas de 84,4%, 58,7% e 49,1%, respetivamente. Estas atividades são seguidas em intensidade pela visita a monumentos, que é realizada cada ano por 39,5% da população, a assistência a museus ou exposições, 30,6% e 25,7%, respetivamente, e a concertos de música atual, 25,9%. Em posições intermédias, encontramos a assistência anual a bibliotecas, 20,5%, ao teatro, 19,0%, a jazigos arqueológicos, 13,9%, a galerias de arte, 13,6%, e a concertos de música clássica, com taxas anuais de assistência de 7,7% da população.

Entre as realizadas com menor frequência, encontram-se a assistência a espetáculos de ballet ou dança (6,1%), ópera (2,6%) ou zarzuela (1,6%) e as visitas a ar-

quívos, que realizam cada ano 5% do objeto coletivo de estudo. Pelo que se refere a outras práticas culturais ativas, as mais frequentes em termos anuais são a fotografia (29,1%), a pintura ou desenho (13,2%), o interesse pela escrita (7,1%) e as vinculadas às artes musicais (8% toca algum instrumento e 2,4% canta num coro). Além disso, 2,1% faz teatro e 3,9% ballet ou dança. Estes valores indicam-nos, por um lado, a importância das práticas culturais na nossa sociedade e, por outro, que, em bastantes manifestações culturais, o cidadão culturado tem conseguido uma presença social muito superior aos valores que indicávamos no início desta epígrafe.

Tomando como referência o coletivo dos que assistiram a museus, galerias ou exposições no último ano, pode assinalar-se que um em cada quatro cidadãos espanhóis desfruta de um estilo de vida de ócio culturado. Como se afirmava antes, estes cidadãos não só desfrutam com uma determinada prática cultural, como também, sempre que podem, participam em diversas práticas inter-relacionadas. Grande parte dos assíduos ao teatro também vai ao ballet ou à ópera ou ao concerto de música. E, ainda mais, um bom número de cidadãos deste grupo compra livros, vídeos e discos relacionados com esse estilo de vida que vivem, de modo que o desenvolvimento da oferta, em cada uma destas áreas, não dificulta o desenvolvimento das outras. O quadro que segue mostra em pormenor qual a situação que nos indica o último estudo do Ministério de Cultura.

**Tabela 1: Indicadores de participação cultural inter-relacionados (percentagens)**

	Visitou um museu (ano)	Leram (ano)	Assistiram ao teatro (ano)	Assistiram a concertos de música atual (ano)	Assistiram ao cinema (ano)	Ouvem música (ano)
<b>Total</b>	30,6	58,7	19,0	25,9	49,1	82,7
Os que visitaram museus, galerias ou exposições	80,7	84,9	38,6	40,4	71,9	93,6
Os que leram (trimestre)	45,5		30,0	35,5	66,5	92,9
Os que assistiram a espetáculos cénicos	63,2	85,6	84,7	45,6	74,6	94,1
Os que assistiram a concertos	50,2	80,1	36,2	85,6	71,4	96,0
Os que assistiram ao cinema	46,4	77,8	29,9	38,2		94,1
Os que ouviram música (mês)	34,5	65,8	21,7	30,2	55,9	
Os que costumam utilizar o computador	44,0	78,1	27,5	37,4	68,8	94,4

Fonte: Divisão de Estatísticas Culturais, Ministério de Cultura de Espanha, 2011.

O conhecimento dos estilos de vida de ócio ajuda a compreender o processo de consumo cultural, porque um estilo de vida não está determinado só pela economia, mesmo que esta possa ser um ponto importante e, nestes momentos, tenha especial importância. No caso que estudamos, também tem um maior peso o nível de educação. A experiência cultural não se esgota na assistência aos espetáculos, a leitura de livros ou no consumo de programas culturais que oferecem os diferentes meios de comunicação. A Cultura, vista desde o ócio, não é um adorno, mas sim uma vivência, uma experiência humana vital que se torna realidade num encontro com a arte ou o facto cultural.

### **Ócio criativo**

De um ponto de vista humanista, a correlação entre ócio e cultura tem um dos seus grandes referentes no ócio criativo, que vem a ser a realização atual de um conceito de ócio herdado da cultura clássica: um ócio formativo, reflexivo, cultural e de crescimento pessoal. Entendemos o ócio criativo como uma manifestação específica de ócio caracterizada pela vivência de experiências criativas no seu sentido mais global, como criação e recriação. Relaciona-se com distintos modos de viver a cultura e com âmbitos, ambientes, equipamentos e recursos de ócio diferenciados. É, eminentemente, um ócio cultural, caracterizado pela experimentação de vivências separadas do instintivo e do fácil, que nos introduzem na visão e desfrute de um mundo mais complexo, mas, a longo prazo, muito mais enriquecedor, satisfatório e humano.

Na opinião de Csikszentmihalyi (2001), o desenvolvimento da complexidade psicológica valoriza tanto o ócio como a criatividade. O ócio criativo está relacionado com experiências que nos permitem aceder a altos níveis de complexidade. Cada um de nós tem um potencial criativo, que podemos desenvolver e que nos permite levar a cabo experiências de vida satisfatórias. Assim é confirmado também pelos estudos de Csikszentmihalyi, quem entende por criatividade a “capacidade para mudar espontaneamente a forma como contemplamos, pensamos ou agimos no mundo”. Esta realidade de mudança é favorecida a partir das vivências de ócio, porque, “no mundo das ideias, o ócio permite à mente desligar-se temporariamente da realidade tal como a contemplamos, para que emergjam novas possibilidades que serão posteriormente transformadas em realidade” (Csikszentmihalyi, 2001, p.19-20).

O ócio criativo é uma das cinco dimensões do ócio autotélico, que temos desenvolvido em outros trabalhos com algum pormenor (Cuenca, 2000, 2004, 2010). Tem em comum com as outras dimensões (lúdica, festiva, ambiental-ecológica e solidária) a liberdade de ação e eleição, a autotelia, o gratificante da ação e o facto de ser uma atitude, mais do que na ação por si própria. Tem de específico o seu carácter consciente, reflexivo, global, de melhoria, abertura e encontro com a cul-

tura. Está relacionada com a autorrealização, na qual estão implícitas a aprendizagem e a formação. A receção cultural e artística, entendida desde este ponto de vista, formula-se uma atitude ativa, que é a que permite o diálogo criador com a realidade ou, como diria Alfonso López Quintás (1977), a criação de “âmbitos de encontro” que tornem possível o diálogo, a abertura e o enriquecimento criativo.

### **As duas vertentes do ócio criativo**

A dimensão criativa do ócio torna-se realidade através de duas vertentes complementares, criação e “recriação”. A criação leva-nos ao prazer de inventar algo ou, simplesmente, à experiência gratificante da criatividade. A experiência criativa corresponde aos autores e atores. A outra vertente do ócio criativo é a “recriação” que, neste caso, significa dar vida, recriar algo criado. López Quintás aponta que o gozo da recriação surge de reviver o processo criador artístico; mas, para além do processo, a vivência do ócio abre-nos à mensagem da obra de arte e ao seu significado pessoal e cultural.

Num primeiro momento, poderia pensar-se que esta “recriação” não tem nada a ver com a criatividade; porém, para além das palavras e as circunstâncias específicas da pessoa que “recria”, é sempre diferente e imprime, a cada experiência de ócio, um potencial de mudança pessoal, por tratar-se de uma experiência psicológica complexa. Para “recriar” a cultura não basta analisá-la de fora, é preciso “imaginar-se no núcleo irradiante da mesma, refazer a sua experiência básica e descobrir a instituição fundamental que esta experiência criou no espírito do autor” (López Quintás, 1977, p.23). Do diálogo produzido entre a pessoa e as obras, surge um autêntico encontro e cria-se um campo de iluminação.

No caso concreto da investigação que iremos comentar, quando falamos da vertente criação, estamos a referir-nos às práticas do ócio relacionadas com música, teatro, canto, fotografia, dança, pintura, trabalhos manuais, escrita ou costura, cozinha e bricolagem criativos. No que diz respeito à vertente recriação, estamos a fazer menção de experiências de ócio motivadas pela leitura, a audição de música, a visão da arte ou as práticas de aprendizagem, a utilização de internet ou outras.

As vertentes criação e recriação são essenciais para entender a inter-relação entre ócio e cultura. Ambas nos aproximam a esta última de um modo diferente. Vistas a nível social, resultam complementares e interdependentes. Não é possível falar de arte sem aficionados, nem de aficionados a qualquer uma das manifestações das artes sem referentes criativos. A carência de aficionados ou especialistas conduz à ausência de público. As vertentes criativa e recriativa do ócio não fazem sentido afastadas da motivação intrínseca dos espetadores ou dos atores, daí que a informação, entendida no seu significado mais amplo (não necessariamente académica), constitua um fator essencial.

## **Alguns esclarecimentos prévios antes de continuar**

Até aqui, foi apresentado o marco conceitual e referencial que estudamos. Antes de continuar a avançar na reflexão, gostávamos de explicar que a nossa intenção é refletir sobre o tema a partir dos dados de duas investigações empíricas, nas quais temos trabalhado durante os últimos meses, e desde o olhar do ócio humanista. Estes pressupostos obrigam-nos a fazer certos esclarecimentos prévios à reflexão que será apresentada a seguir.

Em primeiro lugar, esclarecerei o que entendo por ócio e, mais concretamente, por ócio humanista. De forma mais rápida e sintética, indicaremos que, afastando-nos de um olhar economicista e utilitarista, as nossas reflexões se centrarão na importância das experiências de ócio criativo em si próprias. Começarei esclarecendo que, de um modo geral, consideramos que ócio é tudo aquilo que realizam as pessoas de forma livre e, simplesmente, porque o desfrutam. Esta é, como acabamos de apontar, uma visão genérica do ócio que explicitaremos mais tarde; mas, por enquanto, serve para indicar que o ócio não é um tempo, nem algumas atividades às quais damos esse nome, mas sim uma ação pessoal e comunitária que tem a sua raiz na motivação e na vontade.

Aprofundando um pouco o tema, indicaremos que o ponto de vista a partir do qual investigamos o ócio nas Redes de Investigação Otium e OcioGune ou, mais especificamente, no Instituto de Estudos da Universidade de Deusto é o do Ócio Humanista. Por um lado, podemos dizer que o ócio humanista é o responsável pelo desenvolvimento da cultura ocidental. O motivo é que não é possível conceber o nascimento e apogeu da filosofia e as ciências greco-romanas sem a existência de um numeroso grupo de cidadãos, designados livres, que se viram excluídos dos trabalhos embrutecedores e puderam dedicar-se à teoria e à contemplação. Este ócio greco-latino ensinou-nos, para além da sua capacidade para gerar cultura e desenvolvimento, a sua relação direta com um mundo de valores que reivindicamos hoje desde outros âmbitos da vida. Entre eles, podemos destacar: liberdade, satisfação e gratuidade, sem esquecer os referentes de identidade, superação e justiça.

Estes valores, que já se encontravam presentes no ócio clássico, são os que continuamos a reivindicar hoje num ócio humanista, afastado daquelas realidades antigas, mas entendido (Cuenca, 2000, 2004, 2005) como aquele ócio que defende antes de tudo a dignidade da pessoa humana. Um ócio que se reconhece pelo seu carácter e orientação positivos, que favorece a melhoria da pessoa e da comunidade, e se sustenta nos valores fundamentais antes mencionados.

## **Apoio empírico**

Sobre o apoio empírico, faremos uma alusão a alguns dados relacionados com duas investigações concretas, uma sobre as práticas e experiências de ócio

na Região Autónoma do País Basco, e um segundo estudo sobre a Experiência do Ócio em pessoas que praticam um ócio consolidado. Para a análise das práticas e experiências do ócio desde o horizonte do ócio humanista, realizaram-se 450 inquéritos a uma população representativa da Comunidade Autónoma. Levámos a cabo uma distribuição de amostras a partir dos dados do recenseamento da população e da habitação de 2001, publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas em 2004. Para determinar o *corpus* do estudo, realizamos uma amostragem proporcional em função da província, a idade e o género. O método selecionado para a recolha de informação foi o inquérito presencial, no qual podemos ter uma certeza da recolha de todos os campos que compõem o inquérito e resolver qualquer dúvida que possa surgir no decurso do seu preenchimento.

Não é possível especificarmos todos os fatores e pormenores metodológicos que determinam a investigação neste texto, pelo que me limito a sublinhar que, tendo em conta a população objeto de estudo e o número final da amostra, resulta um erro de amostragem inferior a 4,7%, para um nível de confiança de 95%. A amostra foi distribuída tendo em consideração os sujeitos e variáveis discriminatórias que foram determinadas no início da investigação. O processo de investigação ocorreu entre 2009 e 2011.

A Investigação sobre a Experiência do Ócio em pessoas com práticas de ócio consolidado foi realizada a partir de inquéritos abertos administrados a 215 pessoas, caracterizadas pela prática de um ócio substancial (106 homens e 109 mulheres), de diferentes idades (49% menores de 40 anos e 51% com idades superiores) com diferentes situações laborais e habilitações variadas (19% com estudos primários, 52% com estudos secundários, 15% com cursos de especialização tecnológica e 14% com cursos de grau superior)<sup>2</sup>. Esta investigação foi encerrada em 2011.

O objetivo desta investigação era constatar as opiniões e estudos anteriores referidos às vivências do ócio com precisões mais ajustadas à realidade e, especialmente, associadas às impressões transmitidas pelas pessoas com as que realizamos esta investigação. Neste caso, não se pretende uma demonstração quantitativa sobre os aspetos associados à experiência do ócio, mas sim um conhecimento mais real, associado às experiências vividas por pessoas selecionadas em função da sua prática de ócio. A amostra do estudo parte de uma seleção de pessoas que têm uma prática de ócio substancial, entendido aqui como prática habitual de ócio durante, pelo menos, os últimos três anos. Não procuramos um número concreto de práticas, mas tivemos em conta as diferenças de sexos e idades. O objetivo da investigação não requeria uma amostra socialmente sig-

<sup>2</sup> Citado, a partir de agora, como Inves. Experiência de Lazer IEO-UD, 2011.

nificativa, mas consideramos importante ver interesses diferenciados e situações diversas.

Nesta exposição aludiremos a uma parte dessa investigação, já que é a que tem maior relação com o tema que tratamos aqui, a referida dimensão criativa do ócio. Neste caso, a amostra reduz-se a 92 pessoas que praticam ócio criativo (31,5% homens e 68,5% mulheres), de diferentes idades (39% menores de 40 anos, 61% com idades superiores), com distintas situações laborais e habilitações literárias variadas (12% com estudos primários, 56,5% com estudos secundários, 17,5% com cursos de especialização tecnológica e 12% com cursos de grau superior). Sobre as vertentes criação e recriação, assinalamos que 52% da amostra é praticante da primeira e 48%, da segunda.

### **A experiência do ócio criativo desde a investigação empírica**

Assentadas as bases sobre as que vamos refletir sobre o tema, passamos a confrontar os dados dos estudos comentados com o fim de analisar realidades concretas de ócio e ócio criativo, para depois nos assomarmos às suas implicações. Dado o carácter reduzido deste texto, selecionamos alguns aspetos significativos para o tema que estudamos em cada uma das investigações referidas.

### **Práticas e experiências de ócio na Região Autónoma do País Basco**

Detemo-nos brevemente nesta investigação para nos focarmos no significado da dimensão criativa entre os cidadãos bascos. Uma primeira reflexão geral com base na análise dos dados sobre as práticas de ócio indica-nos que podemos nos referir a um ócio minoritário ou a um muito mais popular. No primeiro caso, os dados da investigação indicam que as práticas de ócio culturado não são levadas a cabo por mais de 15% dos cidadãos do País Basco. E, ainda mais, só 4% o selecionaria como a sua prática de ócio primária, a favorita. Por outro lado, num sentido mais amplo, pode dizer-se que o número de pessoas que praticam ócio criativo é muito maior. Na tabela seguinte da página seguinte, são apresentadas as práticas mais frequentes.

Os dados indicam que, desde o horizonte destas práticas, a dimensão criativa apresenta índices de participação elevados. Desde o ponto de vista do género, encontramos três práticas mais associadas ao sexo masculino: ver filmes (67%), ver programas culturais (54,6%) e fazer coleções, embora esta terceira opção seja pouco representativa, com respeito às duas anteriores (5%). No que diz respeito às mulheres, é evidente o predomínio da leitura (61,2%), mas também deve destacar-se uma preponderância de trabalhos manuais (25,9%).

**Tabela 2: Atividades praticadas na dimensão criativa**

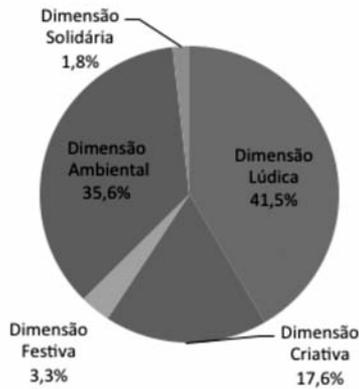
	Total	Homem	Mulher	18 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 64 anos	65 ou mais anos
Ver filmes no cinema ou em casa	64,7%	67,0%	62,5%	77,9%	66,7%	64,4%	48,9%
Ouvir música	53,3%	53,7%	53,0%	80,0%	63,6%	50,8%	16,0%
Ver programas culturais na TV (documentários, debates...)	51,6%	54,6%	48,7%	37,9%	47,3%	62,9%	55,3%
Ler livros de que gosto (contos, novelas...)	53,3%	45,0%	61,2%	46,3%	48,8%	65,9%	48,9%
Trabalhos manuais (bricolagem, cerâmica...)	22,2%	18,3%	25,9%	11,6%	20,9%	24,2%	31,9%
Colecionar algo (selos, comboios, coisas...)	3,3%	5,0%	1,7%	4,2%	2,3%	3,0%	4,3%

Fonte: Práticas de ócio no País Basco, IEO-UD, 2011.

Em relação às faixas etárias, podemos indicar que existem duas práticas de carácter juvenil que diminuem paulatinamente com a idade: ver filmes e ouvir música. Possivelmente, considerando os dados aportados por este estudo, poderíamos concluir que a idade em que se pratica e desfruta mais do ócio criativo está entre os 45 e os 64 anos. É aí onde encontramos o equilíbrio entre as práticas culturais de ócio juvenil e a maturidade de outras práticas que têm menor importância entre os jovens. Referimo-nos à assistência de programas culturais, ler livros ou a criatividade aplicada à bricolagem e aos trabalhos manuais. A faixa dos 30 aos 44 anos representa, portanto, um trânsito para esse estado. No caso dos reformados, observamos um distanciamento das práticas juvenis, exceto num caso, o colecionismo. Curiosamente, e mesmo sendo uma prática pouco relevante, os jovens (4,2%) e os reformados (4,3%) são os mais interessados em fazer coleções.

Se continuamos a análise com esta visão mais alargada do ócio criativo, mas dando atenção agora às práticas de ócio geralmente mais satisfatórias para os cidadãos cultos, percebemos que a posição adquirida pela dimensão criativa, em relação a outras dimensões do ócio, é a observada no gráfico que apresentamos de seguida.

**Gráfico 1: Atividade principal de acordo com a dimensão**



Fonte: Práticas de ócio no País Basco, IEO-UD, 2011

Como podemos ver, as duas experiências preferidas de ócio são a dimensão lúdica (41% da amostra) e a dimensão ambiental-ecológica (35,6%), seguidas à distância pela dimensão criativa (17,6%) e as dimensões festivas e solidárias, estas duas últimas com valores muito baixos. Desde o ponto de vista do género, as opções dos homens são destacáveis na dimensão lúdica, enquanto as mulheres sobressaem na dimensão criativa e ambiental-ecológica.

Se agora nos focamos só no que se refere à dimensão criativa, os dados gerais sobre práticas mostram as seguintes preferências:

**Gráfico 2: Atividades da dimensão criativa**



Fonte: Práticas de ócio em Euskadi, IEO-UD, 2011.

Os dados apresentados no gráfico indicam-nos que ler livros (40,77%) e fazer trabalhos manuais (30,5%) são as duas experiências mais gratificantes entre as que são consideradas na lista proposta. Distanciado delas, mas ainda com percentagens significativas, encontramos ouvir música (15,9%) e ver filmes no cinema ou em casa (10,1%). A menor importância encontra-se distribuída equitativamente entre ver programas culturais na televisão e fazer coleções. Esta visão de conjunto é complementada se afirmarmos, como foi visto em outras ocasiões, que as mulheres desfrutam muito mais da leitura, e ligeiramente mais da música e dos trabalhos manuais, do que os homens. Os homens só se destacam, neste caso, no gosto pelos filmes, que é exatamente o dobro (14,8%) do indicado pelas mulheres (7,1%).

Considerando as idades, podemos precisar que o gosto pela música se destaca entre as pessoas de 30 a 44 anos, seguidas dos jovens e, a grande distância, dos maiores de 45. O desfrute da leitura é bastante similar em todas as idades, excetuando as pessoas de 30 a 44 anos, que têm um índice menor. Diferente deste interesse, que tem valores altos em todas as idades, o colecionismo, como prática mais satisfatória, só aparece na idade entre os 45 e os 64 anos com valores muito baixos (3,8%), o mesmo acontece com ver programas culturais na televisão. Os trabalhos manuais são muito gratificantes para os maiores de 65 anos; mais de metade das pessoas que os realizam encontra-se nessa faixa etária, enquanto as faixas etárias anteriores mostram desinteresse, chegando à cota zero nos mais novos.

### **A experiência de ócio em pessoas com práticas de ócio consolidado**

Na segunda parte das investigações presentes, começamos por fazer notar ao leitor que, ao selecionar as práticas do ócio criativo da amostra geral, as mulheres apresentam o dobro de práticas em relação aos homens, e que tanto a idade como o grau de formação aumentam. Podemos considerar que estes três aspetos já são significativos nas pessoas que praticam a dimensão criativa do ócio de forma assídua na atualidade. Ao contrastar estes dados com a Investigação sobre o País Basco, podemos observar que, no grupo de pessoas cuja atividade de ócio preferida está relacionada com a cultura (ver filmes, ler livros...), encontramos uma percentagem maior de mulheres, 61,8%, contra 38,2% de homens. Apenas 11,8% das pessoas que escolhem atividades culturais como preferidas são menores de 30 anos. 23,5% dos que escolhem esta opção são estudantes universitários. Apenas 3% dos que escolhem esta opção são estudantes.

Para além destas reflexões, passamos a aprofundar alguns dados da investigação que nos permitem ver a relação e as diferenças específicas que existem entre a dimensão criativa e as experiências de ócio em geral. Focar-nos-emos em dois aspetos relacionados com o tema que estudamos neste artigo. Em primeiro lugar, estudaremos os benefícios percebidos pelos praticantes do ócio mantido

ou sério, para depois compará-los com os mesmos dados analisados nas dimensões do ócio, em que nos focaremos especialmente na dimensão criativa. Em segundo lugar, focar-nos-emos no início dos interesses e as suas influências principais.

## Benefícios

Comentamos os benefícios percebidos e manifestados desde o ponto de vista das sensações e dos resultados. Duas questões abertas e inter-relacionadas, cujas respostas foram agrupadas anteriormente em variáveis, ajudar-nos-ão a delinear estes assuntos. Em primeiro lugar, focar-nos-emos no que apontam os sujeitos estudados quando lhes é perguntado como se sentem quando levam a cabo a sua experiência de ócio. Posteriormente, reincidiremos sobre o tema, mas desde o ponto de vista da ação terminada, perguntando-lhes o que lhes aportou a experiência. Ambas as questões, parecidas mas distintas, com os detalhes que marcam o nosso olhar desde a dimensão criativa do ócio, certamente terão resultados esclarecedores.

Frequentemente, afirma-se que a experiência do ócio é fundamentada na ação realizada com gosto, não na razoável. Esta afirmação pode comprovar-se nos dados que se apresentam de seguida. A tabela apresenta as respostas que deram as pessoas que participaram na nossa investigação à primeira pergunta do questionário.

**Tabela 3: Como se sente normalmente quando está a realizar a experiência?**

Satisfação	65%
Relaxamento	21%
Fugacidade do tempo	2%
Autorrealização	4%
Superação	3%
Libertação	4%
Outras	1%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

A síntese de respostas à pergunta “como se sente normalmente quando está a realizar a experiência?” mostra que a satisfação é a sensação maiormente atribuída à experiência de ócio (65%). Esta é acompanhada de outras sensações, tais como o relaxamento (21%), e toda uma série de emoções de menor importância que se podem diferenciar de acordo com as dimensões do ócio que são analisadas no estudo. Se olharmos para os dados que se referem à dimensão criativa, sabemos que os seus rasgos característicos, no que diz respeito à informação que aparece na tabela apresentada, são três: diminuem a satisfação a 61%, aumentam o relaxamento (o distanciamento da realidade) a 29% e os seus praticantes são os únicos que percebem a fugacidade do tempo.

Estas sensações coincidem plenamente com o conceito de *flow* (poderia traduzir-se como fluir ou fluxo) desenvolvido pelo psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi (1975). A pessoa está em *flow* quando se encontra completamente absorvida por uma atividade durante a qual se perde a noção do tempo e se experimenta uma enorme satisfação. Assim, o prazer ou a satisfação confirma-se como a sensação principal na experiência de ócio, que é acompanhada por outras sensações relacionadas com o crescimento pessoal. Aliás, os resultados que obtivemos confirmam a tripla dimensão da experiência Prazer-Ativação-Domínio (PAD Scale) enunciada por Mehrabian e Russell (1974) e aplicada a contextos de ócio (Holbrook, Chestnut, Oliva e Greenleaf, 1984), contextos de jogo (Bearden e Netemeyer, 1999) ou contextos turísticos (Goytia, 2008b).

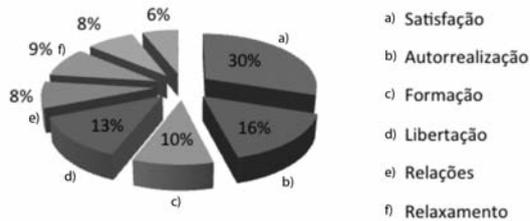
Se a experiência é algo que acontece, não tanto o que se faz, senão o que se padece, pode-se dizer que o mais importante não é a ação, mas sim a paixão. J. Larrosa (2006: 108) afirma que “a experiência não pode ser captada a partir da lógica da ação mas sim a partir de uma lógica de paixão, a partir de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto sujeito apaixonado”. Isto explica que uma pessoa não tenha os mesmos gostos (um aspeto que incide diretamente nas decisões de ócio), nem reaja aos estímulos exteriores com a mesma carga emocional num momento da sua vida, num contexto determinado, que noutro momento, noutro contexto. Como aponta Fericgla (2000, p.13), a emoção — e especialmente os sentimentos — nasce da interpretação das situações e não das situações em si. Este facto implica a existência de uma relação muito estreita entre emoções, cognição (especialmente a memória) e treino.

Se formos um pouco para além das dimensões do ócio, ou seja, até às vertentes, a situação é a seguinte. No caso das vertentes da dimensão criativa, que é a que nos interessa, a satisfação é maior na experiência de criação (76%) que na de recriação. Acontece o contrário, embora com menor força, quando se trata do relaxamento, um aspeto que é maior na vertente recreativa (35%) que na criativa (18%).

Passamos à análise da segunda pergunta, associada aos resultados entendidos como os benefícios que a experiência de ócio reiterada fornece aos praticantes. Desde esse ponto de vista, testemunhado na investigação empírica a que nos

referimos, as experiências de ócio aportam valores adicionados que têm a ver com outros valores. Assim, os resultados à pergunta: “No geral, que lhe aporta pessoalmente esta experiência?”, dizem-nos o seguinte:

**Gráfico 3: Que lhe aporta pessoalmente esta experiência?**



Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

A informação apresentada no gráfico indica que as variáveis da pergunta anterior têm aumentado aqui, dando passo à relação social e à forma física. No entanto, a sensação dominante continua a ser a mesma, satisfação, seguida da autorrealização e libertação. Satisfação, autorrealização e libertação são valores essenciais para entender o ócio e, como consequência, os valores que dimanam das práticas arraigadas do ócio experiencial que temos estudado. A nossa investigação confirma-o novamente.

Se aprofundarmos a análise destes dados, desde o olhar da dimensão criativa, encontramos-nos perante a seguinte situação:

**Tabela 4: Que lhe aporta pessoalmente esta experiência?**

ITEM	Total	Dimensão Criativa
Satisfação	30%	27%
Autorrealização	16%	24%
Formação	10%	22%
Libertação	13%	12%
Relações	8%	3%
Relaxamento	9%	8%
Forma física	8%	--
Outras	6%	4%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

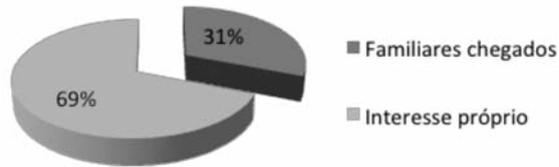
Neste caso, devemos destacar que a ligeira descida da satisfação apenas se destaca face à significação que adquirem a autorrealização e a formação na dimensão criativa. Se juntamos libertação com relaxamento e relações com autorrealização, encontramos que os resultados da experiência criativa seriam quatro: satisfação, autorrealização, formação e libertação. No entanto, se seguirmos o raciocínio, poderíamos perguntar-nos: será que a formação não faz parte da autorrealização? Nesse caso, a ordem varia, ficando a autorrealização em primeiro lugar (45%), seguida da satisfação (27%) e a libertação-relaxamento (20%). Se aprofundarmos mais, as vertentes da dimensão criativa aportam-nos novas informações. Na vertente de criação, produz-se um equilíbrio entre satisfação e autorrealização, aumentando ligeiramente a sensação de libertação; enquanto, na vertente de recriação, predomina a ideia de autorrealização (61%), neste caso fundamentada na formação, como o afirmam 38% dos praticantes.

### **Início e influências**

No Inquérito de Hábitos e Práticas Culturais em Espanha 2001-11, indica-se a existência de uma relação direta entre formação e prática de um ócio culturado. Quanto maior o grau de formação, maior é a prática. Isto explica que os maiores consumidores da indústria cultural sejam as pessoas detentoras de um grau académico. No entanto, não parece que seja este o motivo que justifique que as pessoas tenham uma prática de ócio sério, nem mesmo no caso do ócio criativo. Por este motivo, detemo-nos finalmente num aspeto de muita importância para compreender como se tornou possível a experiência de ócio sério nas pessoas entrevistadas. Este assunto está muito relacionado com a iniciação e a aprendizagem, porque não se pode desfrutar do que não se conhece, mas também está relacionado com as influências, ou seja, com o que influiu para que uma pessoa se interessasse e desenvolvesse o *hobby* com o que agora desfruta. A seguir, apresentamos as questões que estão relacionadas com estes assuntos.

### **A iniciação**

Para começar, apresentamos as respostas à pergunta: *Como começou a interessar-se por este hobby?* Com esta pergunta, pretendíamos conhecer quem ou o que influiu para que os participantes do estudo se iniciassem nos seus *hobbies*. Aqui, aparece uma primeira resposta muito geral, que será lógica e está relacionada com o interesse próprio. É expressada em frases como “sempre gostei” ou “desde criança”. O gráfico que segue explica a questão.

**Gráfico 4: Como começou a interessar-se por este hobby?**

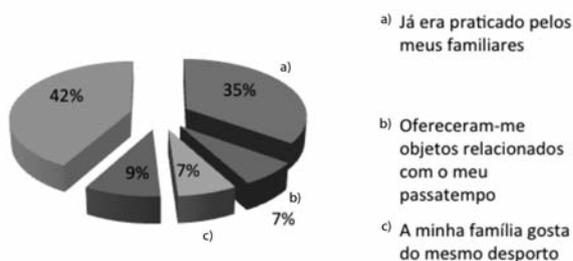
Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

Podemos ver que, neste caso, a incidência dos familiares e pessoas chegadas é significativa, embora o argumento de interesse próprio seja o dominante. Esta visão geral é explicada se consideramos os valores desde a dimensão do ócio que nos interessa. Na dimensão criativa, a influência de familiares e pessoas chegadas aumenta a 36%, algo que não acontece em outras dimensões.

Com a nova informação que nos fornecem as pessoas formadas, podemos afirmar que, nos *hobbies* arraigados, a maior influência da família se produz naqueles que têm relação com a dimensão criativa, onde, em sentido contrário, o interesse e a iniciativa própria diminuem. Especificando ainda mais por vertentes, na vertente de criação, é mais comum encontrarmos argumentos que mostram que a prática de ócio está associada a habilidades que sempre lhes interessaram ou para as que têm uma habilidade especial. Seguem-se dois exemplos: “De forma natural, passava muito tempo com o lápis nas mãos a fazer desenhos e a copiar tudo o que me caía nas mãos”, “Desde sempre me disseram que desde pequeno tinha uma clara inclinação para isso”. Na vertente recreativa, por outro lado, vê-se uma maior influência do que se viveu em casa, do ambiente familiar, embora este seja um aspeto que, em menor grau, também aparece na vertente criativa: “Desde criança. A minha mãe lia muito. Comprava-me contos, XXXXX”, “porque em casa via isso desde pequena”, “sem me dar conta, por influência do meu pai”. Esta influência do pai ou da mãe repete-se, mas, curiosamente, nas respostas quase não aparece a influência da escola. Só num caso, na vertente de criação, aparece uma frase que poderia associar-se com o tema: “Sempre me interessou. Desde a escola, passando por diferentes etapas da minha vida”. Como podemos ver, neste caso também não está muito clara a influência do centro escolar.

A influência evidente da educação e do ambiente familiar fica esclarecida com a seguinte pergunta: Em que sentido considera que o seu ambiente familiar foi particularmente influente na hora de optar pelo seu *hobby*? Se considerarmos o conjunto da amostra, os resultados poderiam ser agrupados no gráfico seguinte:

**Gráfico 5: Influência do ambiente familiar nas práticas de ócio consolidado**



Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

Neste gráfico, podemos ver que a influência familiar, referida na pergunta anterior só relacionada com o início de um interesse, é muito maior do que era afirmado. Por um lado, poderíamos falar de uma influência direta, através do exemplo, em que a percentagem geral aumenta, mas o mais relevante é que também aparece a influência familiar indireta, através de presentes, mensagens de ânimo ou contágio de ambiente. Deste modo, vemos que a incidência concreta da família passa a ser 58% e os praticantes por “interesse próprio”, que referimos antes, passam a ser menos de metade. Especificando ainda mais estes dados na dimensão criativa, podemos ver o seguinte:

**Tabela 5: Influência do ambiente familiar na dimensão criativa**

ITEM	Total	Dimensão Criativa
Já era praticado pelos meus familiares	35%	38%
Ofereciam-me objetos relacionados com o meu hobby	7%	15%
A minha família gosta do mesmo desporto	7%	—
Incentivaram-me a começar	9%	7%
Não influenciaram	42%	40%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Invest. Experiência de Ócio IEO-UD, 2011

Os novos dados sugerem que a influência familiar é ainda maior na prática de *hobbies* associados à dimensão criativa. Aumenta a incidência do exemplo e duplica-se a repercussão dos estímulos exteriores. Ao descer das dimensões às vertentes, os dados são um pouco mais específicos. Assim, a influência familiar

também é menor na vertente criativa do que na recreativa e, para além disso, o tipo de influência varia, já que, ao que parece, o modo mais eficaz de fomentar um *hobby* criativo entre as pessoas entrevistadas foi através do procedimento indireto (“ofereciam-me objetos relacionados com o meu *hobby*”) mais do que por influência direta (“já era praticado pelos meus familiares, incentivaram-me a começar”).

### Como conclusão

O espaço designado para esta intervenção não nos permite continuar a análise de novos dados. De qualquer forma, o que foi apresentado até este ponto permite-nos tirar algumas conclusões que nos ajudam a definir as circunstâncias que favorecem o encontro entre ócio e cultura, que era a nossa intenção.

Em primeiro lugar, temos que apontar que é necessário diferenciar entre as práticas de ócio da dimensão criativa, associadas a uma visão ampla do ócio humanista, e as práticas culturais, com um significado que se tem reduzindo ao consumo das chamadas indústrias culturais. No primeiro caso destaca-se a implicação ativa dos sujeitos, enquanto o segundo é direcionado para o papel de consumidores. No entanto, é evidente que existe um amplo leque de confluência e, em ambos os casos, é possível distinguir as duas vertentes, criação e recreação, como âmbitos diferenciados e referenciados à própria realidade.

Como observamos nas estatísticas oficiais e nos dados gerais das investigações, a dimensão criativa não é a mais praticada nem a mais popular entre as dimensões do ócio, mas tem um peso significativo nas gerações mais formadas, pelo que é um âmbito com perspectivas futuras interessantes. A nível geral social, podemos dizer que domina uma cultura da receção sobre uma cultura de criação e expressão pessoal. As estatísticas mostram isto claramente, desenhando um claro desequilíbrio entre as duas formas de desfrutar a cultura, em benefício dos recriadores.

Uma primeira reflexão desde o olhar do ócio humanista alerta sobre a escassa proporção das práticas criativas por vários motivos. Por um lado, porque as experiências de ócio criativo supõem uma maior implicação dos sujeitos e um maior desenvolvimento das suas competências. Também porque essas competências que se desenvolvem com a prática habilitam os recetores para uma compreensão mais rica e pormenorizada das criações culturais e, portanto, aumentam a capacidade de desfrute.

Os conhecimentos que nos aportam as análises das experiências de ócio criativo, tanto a nível social como entre os praticantes de um ócio substancial, são igualmente interessantes. No entanto, os informantes do ócio sério dão-nos uma série de chaves fundamentais para entender a experiência do ócio criativo mais profundamente. No primeiro caso, a análise do público dos eventos culturais faz-nos ver que a formação é um fator diretamente proporcional ao desenvolvi-

mento deste tipo de ócios. De facto, temos visto como a formação universitária e média é um indicador relevante dos públicos da cultura.

A análise realizada aos aficionados permite-nos concluir que as experiências de ócio criativo também têm uma relação direta com a formação, mas, neste caso, sobressaem as pessoas com uma formação média, especialmente os estudos secundários. Da análise das suas percepções, podemos argumentar que o ócio criativo, enquanto experiência mantida no tempo, tem três pilares fundamentais na hora da prática: deve produzir satisfação e libertação da rotina quotidiana, mas, sobretudo, deve proporcionar autorrealização, ou seja, a sensação de que se melhora, se avança como pessoa para um maior conhecimento do mundo e de nós próprios.

O ócio criativo tem um substrato vivencial comum, a satisfação e o relaxamento que proporciona, que o relaciona com outras tipologias de ócio e com o desfrute cultural. Mas, ao mesmo tempo, tem características específicas que o tornam especialmente valioso. Nas páginas anteriores, destacámos a capacidade de autorrealização e formação ponderada pelos praticantes. Considerando as respostas em conjunto, podemos observar a importância dos benefícios emocionais que proporciona este tipo de ócio e, num segundo plano, o seu significado cognitivo e social. Quanto às matizes que aportam as vertentes, parece lógico que a criação se identifique com um ato pessoal e emocional que nos autorrealiza e nos liberta e a recriação de um valor especial aos benefícios cognitivos que tão pouco interessam em outros tipos de ócio.

Convém lembrar que, na dimensão criativa, é importante distinguir entre resultados a curto e longo prazo. No primeiro caso, os praticantes destacam o valor máximo da satisfação, como poderia ocorrer com outra experiência de ócio; mas, a longo prazo, as mesmas pessoas mostram que a sensação de autorrealização se converte num benefício superior. Estes aspetos mostram o potencial de desenvolvimento pessoal e comunitário destas experiências e a necessidade de estimular a sua vivência tanto desde o fomento de estilos de ócio culturados, mais relacionados com a formação superior e a economia, como a partir das práticas de ócios criativos, associados a formulações de democracia cultural.

Ao longo destas páginas, foi possível ver que, de momento, as mulheres se sentem mais interpeladas pelo ócio criativo do que os homens; e pessoas mais maduras, do que os jovens. Esta afirmação é válida tanto se nos referimos à população geral como aos que experimentam este ócio de modo reiterado. Neste último caso, haveria que explicar que, nos dados da nossa investigação, a percentagem de prática feminina é ainda maior.

É momento de finalizar este texto, mas vamos permitir-nos comentar uma última questão. Como já dissemos, se a dimensão criativa do ócio, pelos seus valores e como uma área de fruição de valores culturais, é tão importante para o desenvolvimento das pessoas e comunidades, o que podemos fazer para a fomen-

tar? Creemos que as páginas precedentes sugerem múltiplas pautas para isso. No entanto, gostaríamos de acabar apontando mais uma. A prática de ócio criativo tem dois elementos essenciais que se inter-relacionam e se potenciam, embora não pensemos que nenhum deles seja determinante. Referimo-nos, por um lado, à sensibilidade, qualidades e gostos pessoais e, pelo outro, à formação recebida por outro. Sobre o primeiro aspeto pouco podemos dizer, exceto que uma educação adequada o potencia e altera.

Sobre a formação, encontramos-nos com uma situação antitética. Por um lado, se afirma a relação entre públicos da cultura e formação académica regulada, enquanto, por outro, no caso dos praticantes do ócio sério, destaca-se o papel singular da família e a escassa incidência do âmbito escolar. Com que ficamos? Aventuramo-nos com uma hipótese final que deixamos para amadurecer mais em outro momento. Consideramos que, de facto, a educação formal sempre se tem preocupado com a formação cultural e isso tem dado os seus frutos. Não temos é constância de que se tenha preocupado com uma educação adequada do ócio, neste caso, do desfrute do ócio criativo. O âmbito do ócio é, como já dissemos, um âmbito emocional e não racional. Por isso tem tido escasso acolhimento na escola e, no entanto, tanta incidência nas experiências familiares. Na família, educa-se com o exemplo, com a imersão em ambientes e sensações e através de uns objetivos não explícitos que os pais manifestam com o apoio moral, os presentes e os prémios.

É esta a chave essencial pela que a família se converte no núcleo fundamental para o encontro entre o ócio e a cultura. A sociedade atual deve aprender com a própria experiência familiar novos modos para potenciar a cultura e torná-la, como já aconteceu no mundo clássico, num âmbito de desfrute, satisfação e desenvolvimento pessoal.

## Referências

- Actividades culturales en España 2010-11*, Madrid: División de Estadísticas Culturales, Ministerio de Cultura.
- Aristegui, I. y Silvestre M. (2012) "El ocio como valor en la sociedad actual", en *Arbor*, Vol. 188, n 754 marzo-abril, pp.283-291.
- Bearden, W.O. y Netemeyer, R.G. (1999) *Handbook of marketing scales: Multi-item measures for marketing and consumer behavior research*, Columbia: Sage Publications.
- Censo de Población y Viviendas de 2001*, Madrid: Instituto Nacional de Estadística en el 2004.
- Csikszentmihalyi, M. (1975) *Beyond boredom and anxiety*, San Francisco: Jossey bass publishers.
- Csikszentmihalyi, M.; Cuenca Cabeza, M.; Buarque, C.; Trigo, V. y Otros (2001) *Ocio y desarrollo*, Potencialidades del ocio para el desarrollo humano, Colección de Documentos de Estudios de Ocio, Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (2000) *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*, Documentos de Estudios de Ocio, Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (2004) *Pedagogía del ocio: Modelos y Propuestas*, Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (2005) *Ocio Solidario*, La experiencia en grupos de jóvenes y jubilados, Documentos de Estudios de Ocio, Bilbao: Universidad de Deusto.

- Cuenca Cabeza, M. (2010) *Ocio para innovar*, Documentos de Estudios de Ocio, Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M., (2004) "El ocio como experiencia humana" en *ADOZ*, Revista de Estudios de Ocio, nº 28.
- El diario montañés* <http://www.eldiariomontanes.es/v/20111030/sociedad/destacados/brasil-suenamilagro-20111030.html> *El País*, diario, 6 de febrero de 2012.
- Fericgla, J.M. (2000) *Cultura y emociones*: Manifiesto por una Antropología de las emociones, Conferencia inaugural del III Seminario sobre Estados Modificados de la Consciencia y Cultura, Universidad de Caldas, Manizales (Colombia), 23 a 26 de agosto del año 2000, Tomado de la Web <http://www.etnopsico.org/index.php> el 20 de julio de 2010.
- Goytia Prat, A. (2008b) *Los rostros de Ulysses*: Modelo para el análisis de turistas en función de la experiencia de ocio, Germany: VDM Verlag Dr. Müller.
- Holbrook, M.B.; Chestnut, R.W.; Oliva, T.A.; y Greenleaf, E.A. (1984) "Play as a consumption experience: The roles of emotions, performance and personality in enjoyment of games" en *Journal of Consumer Research*, 11, pp.728-739.
- Larrosa J. (2006) "Sobre la experiencia" en *Revista Aloma*, Filosofía de l'educació, nº 19, Barcelona, pp.87-112.
- Levy, J. (1995) "Educating personnel for Leisure in the post-modern 21st Century", en Ruskin, H. y Sivan, A. *Leisure Education. Towards the 21st century*, Provo, Utah Brigham Young University, pp.79-93.
- López Quintás, A. (1977) *Estética de la creatividad*, Madrid, Cátedra.
- Mehrabian, A. y Russell, J.A. (1974) "A verbal measure of information rate for studies in environmental psychology" en *Environment and Behavior*, 6, pp.233-252.
- Mujer hoy*, suplemento del grupo Vocento, sábado 30 de junio de 2012, pp.20-25.
- Ruiz Olabuenaga, J.I. (1992) "La ciudadanía del ocio", en Equipo de Investigación Interdisciplinar en Ocio, *El Ocio en el Area Metropolitana de Bilbao*, Bilbao: Universidad de Deusto, pp.11-88.
- Rybczynski, W., (1991) *Waiting for the weekend*, New York: Penguin Group, Existe una traducción en español publicada por EMECE, Barcelona, 1992.

# O LAZER E A TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

Maria Dilma Simões Brasileiro<sup>1</sup>

## Introdução

Antes de iniciarmos uma aproximação ao conceito de lazer no contexto das transformações socioculturais, centramos nossas reflexões sobre o conceito de sociedade pós-moderna. Este conceito, na realidade, representa as transformações socioculturais vividas na contemporaneidade. É importante matizar que, dada a pluralidade de sentidos e definições usadas pelos autores para caracterizar estas transformações contemporâneas, neste ensaio não trataremos de aprofundá-las, senão refletir sobre a influência destas transformações no lazer e suas manifestações.

Ainda cabe destacar que analisaremos não só as influências destas transformações para o lazer, mas na reciprocidade e influência do lazer, na concretização destas transformações socioculturais. Portanto, para compreender esses processos vividos na contemporaneidade, convém iniciarmos analisando o significado e as transformações das sociedades modernas para as sociedades pós-modernas.

## Dos valores modernos aos valores pós-modernos

Os valores da produtividade racionalista, a concepção positivista de mundo, as verdades estabelecidas que se iniciam na Ilustração, nos séculos XVII e XVIII, começam a entrar em crise, mais acentuadamente a partir da segunda metade do século XX. Como analisa Lash (1994, p.143), “o avanço da individualização na segunda fase, reflexiva, da modernidade, também liberou os indivíduos das estruturas coletivas e abstratas, tais como a classe, a nação, a família nuclear e a crença incondicional à ciência”. A modernidade, definida pela destruição das estruturas antigas, pelo triunfo da racionalidade e pelo rompimento do mundo sagrado, que era tanto natural como divino, perde força e entra em declínio. Na contemporaneidade, estamos vivendo em uma sociedade industrial/moderna, centrada na produção em série de bens materiais, mas convivendo também com uma sociedade pós-industrial/pós-moderna, centrada na produção de meios não materiais (informações, símbolos, estética, valores etc.). Nas análises de De Masi (2000), as mudanças vividas nas sociedades, com o passar da história, estão cada vez mais curtas. Quinhentos anos foram necessários para a organização da socie-

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba/Brasil.

dade moderna e industrial; apenas duzentos anos do processo de industrialização foram suficientes para provocar o advento da sociedade pós-industrial.

Depois do período rural e do período mais breve do maquinismo industrial, apresenta-se na atualidade um terceiro período, o pós-industrial, capaz de exaltar a dimensão criativa das atividades humanas, privilegiando mais a cultura que a estrutura. Se a modernidade, com base na razão, foi capaz de criar o Estado de direito e o mercado, o mesmo não podemos afirmar em relação à liberdade e à felicidade. Como analisa Touraine (2009), a ideia de que o progresso seria o caminho para o desenvolvimento, a liberdade e a felicidade, está cristalizada na figura do masculino ocidental, adulto e educado, que defende uma empresa, uma nação e/ou sociedade e que domina trabalhadores, colonizados, mulheres e crianças. Entretanto, os fatos históricos têm demonstrado que esta autoridade racional legal, centrada nesta concepção ocidental de mundo, do homem de Estado e do capitalista, não foi suficiente para o triunfo da modernidade.

Na verdade, analisar este processo da modernidade para a pós-modernidade é sugerir, como ressalta Featherstone (2000, p.24), “uma mudança ou ruptura de época com a modernidade, que traz o aparecimento de uma nova totalidade social, com seus princípios distintos de organização”. Neste contexto, a ciência, a tecnologia, a globalização, o progresso organizativo, a escolarização e os meios de comunicação de massa foram elementos determinantes para impulsionar a dinâmica da nova sociedade pós-moderna. Para Eagleton (1998, p.11), “a pós-modernidade é um estilo de pensamento que desconfia das noções clássicas de verdade, razão, objetividade, da ideia de progresso universal ou da emancipação das estruturas isoladas, dos grandes relatos ou dos sistemas definitivos de explicação”. Nesta mesma linha de argumentação, Martín Horcajo (2003) entende a pós-modernidade como um estado de consciência que coloca limites aos sonhos de grandeza da modernidade, representados na razão científica. Aquela razão, que organiza nosso entendimento objetivo do mundo, que nos proporciona uma forma de vida desejada e que nos faz crer que sua evolução irá superar as injustiças sociais.

O próprio conceito de pós-modernidade, entretanto, não é unívoco, nem está salvo de orientações valorativas. Isto se comprova no extenso debate que existe sobre este conceito e as críticas que se fazem a ele. Assim, pois, desde o nosso ponto de vista, o que consideramos como pós-modernidade, muitos outros autores denominam como modernidade alta, modernidade tardia, hiper ou meta modernidade, modernidade reflexiva etc. Na realidade, uma gama de conceitos para interpretar as transformações sociais e culturais que se estão produzindo nas sociedades contemporâneas. Para Lyotard (1984), um dos percussores do conceito de pós-modernidade, as sociedades entram na idade chamada sociedade pós-industrial e as culturas entram na idade chamada pós-moderna. Este autor indica que a pós-modernidade se caracteriza por uma crise no conhecimento causada pelo ceticismo, relacionada às reivindicações das verdades estabelecidas na modernidade.

Produz-se, portanto, um sentimento de inquietação nas categorias estabelecidas e nas ações associadas à modernidade. Featherstone (2000) ressalta que ainda não se tem elaborada teoricamente, de forma detalhada, a correspondente delimitação dos processos socioculturais e transformações institucionais derivadas deste período, “só contamos com a possibilidade de entender o conceito de pós-modernidade, a uma nova ordem social e a uma mudança de época” (Featherstone, 2000, p.28). Deriva-se, assim, um processo cujas bases apresentam-se com maiores contornos nos anos 50, que culmina com a globalização das economias mundiais (as grandes empresas transnacionais, a divisão internacional do trabalho etc.); com um maior número de postos de trabalho no setor serviços; com as novas tecnologias, principalmente da informação; com o declínio dos meta-relatos; com a extensão da democracia como forma de governo; com a revolução cultural do lazer, em que o conhecimento simbólico compartilha o cenário com a produção dos bens materiais. Na análise de De Masi (1999), as mudanças neste período ainda não estão difundidas e radicadas, mas já se sente sua presença no mercado de trabalho, quanto o setor terciário começa a predominar em relação à agricultura e à indústria e na formação do produto interno dos países, em que prevalecem os serviços sobre a produção dos bens materiais. Estas mudanças também estão presentes no sistema social, na produção do conhecimento teórico, da ciência e da informação, que agora ocupam papel central. Apontamos, ainda, para mudanças no sistema cultural, em que o individualismo e novos comunitarismos adquirem vigor crescente.

As transformações socioculturais se tornam ainda mais presentes no final da década de 60 e início dos anos 70. A instabilidade dos mercados, principalmente depois da crise de 1973, colabora para que o modelo de produção capitalista vigente entre em crise e “lança o mundo capitalista numa longa e profunda recessão, que muda a relação do Estado com as economias de mercado” (Brasileiro, 2012, p.82), influenciando, desta forma, as relações socioeconômicas e culturais. Esta crise coloca em evidência as cargas tributárias para o setor social, produzindo uma reação liberal, privatizadora deste setor. Neste contexto, transformam-se as relações de trabalho, reforçando uma economia dominada pelo trabalho flexível e urbano. Como consequência, acontecem mudanças profundas e progressivas na Sociedade de Bem-estar. A sociedade civil organizada e os cidadãos individuais assumem cada vez mais protagonismo, e muitas das reivindicações e algumas funções que antes eram do Estado são assumidas e representadas por esses novos agentes sociais. Neste sentido, se algo se pode reconhecer na pós-modernidade é uma mudança essencial na relação indivíduo/sociedade, já que nossa condição essencial de cidadãos, além de ativa, não mais somente representativa, agora é compaginada com nossa situação de consumidores, que exige novas posturas e organizações perante o Estado e o mercado. A descrença nos grandes projetos políticos e nas instituições, principalmente as públicas, conduz também os cidadãos

a assumirem um novo protagonismo, tanto em relação à sua vida privada, aos problemas sociais, como na perspectiva e nos valores do mundo.

Na verdade, no mundo sociocultural, o ser humano que, no início da sociedade moderna, ficava sem apoio diante da interpretação da Bíblia, fica, agora, na sociedade pós-moderna, sem apoio da sociedade patriarcal e do Estado. “Depois de Deus *absconditus*, que desencadeou a confiança moderna nos poderes da espécie humana, chegou a *Societas absconditus*, que disparou a confiança pós-moderna nos poderes dos indivíduos” (Baumann e Tester, 2002, p.123). Neste sentido, a desintegração crescente do modelo social em sua forma clássica tem provocado a busca de si mesmo e o sentido da vida. O indivíduo pós-moderno, que assume protagonismo crescente e ativo nas questões socioeconômicas, políticas e culturais, o indivíduo/cidadão/consumidor também é o mesmo indivíduo que se assume como um estranho no mundo. Nas palavras de Rago (2000, p.09),

o homem público do passado agora se converte em espectador silencioso do presente, figura indiferente, sem expressão física, facial e emocional, exposto no mundo das aparências. (...) Nos parques e praças, os óculos de sol reafirmam a busca do anonimato, enquanto o walkman garante a certeza de não se ouvir nada, fora o escolhido.

O espaço e o tempo pós-modernos podem ser construídos de acordo com nossa individualidade, na medida em que temos que escolher entre as múltiplas opções que nos oferece a vida, adaptando-a e vivenciando-a de acordo com a nossa situação pessoal. Em outras palavras, a pós-modernidade se traduz em uma sociedade plural e individual, em que o absoluto passa a ser relativo. Encontramo-nos, pois, em uma realidade múltipla e interconectada, sendo muito difícil dar conta isolada de qualquer faceta desta realidade, sem uma referência entre o individual/social; o local/global; o moderno/pós-moderno. Não existe um quadro da vida social que escape a esta realidade. Pode variar a intensidade, mas as transformações vividas na contemporaneidade abarcam todas as sociedades, em diferentes contextos do mundo. Portanto, o incremento dos valores pós-modernos é um dos elementos mais destacados no cotidiano das pessoas, constituindo também um fator determinante para se compreender as transformações no mundo do lazer.

### **O lazer no contexto das transformações socioculturais**

O conceito de lazer, tal como entendemos e vivenciamos na contemporaneidade, inicia-se com a sociedade moderna. Como analisa Elias (1992, p.120), “de acordo com a estrutura diferente da sociedade grega, o conceito de lazer não possuiá exatamente o mesmo sentido do nosso”. Entretanto, sempre, nas sociedades antigas, houve algo equivalente ao que hoje chamamos de lazer, pois, paralelamente às

atividades de sobrevivência, os indivíduos sempre desenvolveram atividades de representação e de experiências de si mesmo e da própria vida (Gaya, 1997).

Para os gregos, o que, na atualidade, aproxima-se ao que chamamos de lazer estava relacionado com a instrução, e consistia em se dedicar às atividades intelectuais que enriqueciam o espírito. Baseava-se na idealização de se encontrar não só pré-disposto, mas principalmente disposto para a contemplação dos supremos valores deste mundo: a verdade, a bondade e a beleza, ou seja, a sabedoria frente às atividades manuais. Os gregos consideravam o *lazer* como uma via de saber não utilitária, mas contemplativa, que se opunha à ocupação, em especial quando esta implicava alguma atividade regida por objetivos concretos e utilitários. A finalidade do *lazer* residia em si mesmo, não podendo haver outra razão para realizar uma atividade de *lazer* que não fosse o mero fato de realizá-la. “Somente aquele que podia dispor de *lazer* era livre” (Mazón, 2001, p.54). Evidentemente, este *lazer* dos gregos só era possível porque o trabalho estava assegurado pelos escravos (Russel, 2002). A estrutura democrática grega se encontrava delimitada por uma sociedade de cidadãos livres, em que o *lazer* era para eles um espaço de desfrute, de aproveitamento da vida. Era um estado de paz interior e contemplação criadora. O *lazer* era para os homens instruídos na liberdade. Estes se distinguiam daqueles homens que eram educados na escravidão. Como explica López de la Vieja (1998), Aristóteles fazia elogio ao clássico *lazer*, firmemente assentado em condições desiguais. Para este filósofo, citado por López de la Vieja (1998, p.18),

a ocupação da mente é superior às outras atividades, por encima da atividade militar ou da política. Entretanto, a contemplação não é produção, também não é ação, por isto só é possível, na ausência de cansaço. Viver desta maneira requer recursos dignos e também um uso moderado destes.

Aristóteles considerava que as atividades que cumpriam as características de *lazer*, ou seja, que implicavam uma formação humana não utilitária, eram a contemplação e o ensino da música, por meio das habilidades de tocar, recitar e compor. Para este filósofo, isto tudo contribuía para formar a mente, possuir a cultura própria dos homens educados e aproximar-se das virtudes (Puig Rovira e Trilla, 1996). Encontra-se, pois, nesta cultura, uma valorização das vivências que hoje se aproximam ao *lazer* e um desprezo às atividades que se relacionavam ao trabalho. Analisando esta situação, Heródoto, citado por Lafargue (1991, p.67), se questionava sobre a origem destes valores, mas Heródoto concluía que ele não podia afirmar “se os gregos herdaram dos egípcios o seu desprezo pelo trabalho, porque encontro o mesmo desprezo estabelecido entre os trácios, os citas, os persas e os lídios”. O próprio Lafargue (1991, p.68) afirmava que “os filósofos gregos disputavam quanto à origem das ideias, mas estavam de acordo quando se tratava de

odiar o trabalho”. Nesta mesma direção, Veblen (2004), ao analisar as classes ociosas ao longo da história da humanidade e ao se referir às comunidades bárbaras, analisava que:

a distinção entre proeza e trabalho ordinário é uma distinção de desigualdade degradante que se estabelece entre ocupações. Aquelas ocupações que se classificam como proezas são dignas, honradas, notáveis; as outras ocupações que não contém este elemento de proeza, e especialmente aquelas que implicam servidão e submissão, são indignas, degradantes e não nobres (Veblen, 2004, p.41).

A concepção grega do *lazer*, como contemplação e cultivo do espírito, não foi vivenciada em Roma, com a ascensão do Império Romano, pois esta sociedade apresentava novas conotações, que respondiam a outro contexto econômico e político, embora o valor ao *lazer* continuasse presente na classe dominante. Os clássicos autores gregos, como, por exemplo, Aristóteles, que inaugurou uma postura positiva ante o que hoje conhecemos como *lazer*, podem encontrar alguns seguidores como Séneca. Entretanto, tanto a organização da vida social, como a obra de outros autores contribuiu para cristalizar outra concepção de *lazer* neste período histórico.

Na cultura romana, cabe distinguir, pois, entre o *lazer* da classe dominante, das elites, que se aproximava ao ideal do *lazer* grego, e o *lazer* do povo, associado ao divertimento. Roma introduziu o *lazer* das massas, por meio dos mimos e das comédias, que era organizado pelo próprio Estado. Este tipo de *lazer*, pensado para o povo, colaborava também para o domínio dos mesmos. Os dias de festa ocupavam quase a metade do calendário laboral e eram destinados, fundamentalmente, à diversão (Montaner, 1996; Puig Roviara e Trilla, 1996; Mazón, 2001). Desta forma, o *lazer* em Roma se realizava de acordo com os princípios gregos para a intelectualidade e as classes dominantes e o *lazer* como repouso e, sobretudo, como diversão, era para o povo, a massa. Como ressalta San Martín (1997), o conceito do *lazer* romano estava bem diferenciado entre a elite e o povo; para a elite, o *lazer* era recreio, meditação, descanso, vida social; por outro lado, o *lazer* do povo consistia num *lazer* das massas, *panis et circenses*, desprezado pela elite social. Neste caso, o *lazer* era fundamentalmente entretenimento e um instrumento político de dominação.

Com a queda do Império Romano, nasce uma nova organização social: a sociedade rural caracterizada pelo feudalismo, o local e o camponês. Desde o pensamento aristotélico, as atividades que promoviam o prazer já eram valorizadas. Entretanto, apesar do pensamento europeu ter absorvido, por meio da igreja cristã, o pensamento aristotélico, o prazer, promovido por elementos hedonistas do entusiasmo, da excitação produzida pela música, o drama, os jogos etc., foram suprimidos. O *lazer* do povo continua sendo basicamente um tempo de repouso

e de festa, organizada e controlada pela Igreja Católica e os senhores feudais, que governavam a vida do povo e ditavam as concepções e valores da sociedade. O trabalho era compaginado com as atividades religiosas, e o *lazer* se misturava com as festividades religiosas, gerando, muitas vezes, festas pagãs e fora das normas da Igreja. As festas e diversões eram momentos de ritos e convivência entre os membros da comunidade. Era um tipo de sociedade com um grande número de festas anuais. Como ressalva Ruiz Olabuénaga (1994, p.1927), na Espanha medieval, “o Concílio de Calahorra estabelecia 45 ‘festas de guardar’, as quais, somadas aos 53 domingos, completavam um calendário de celebrações cíclicas coletivas de quase cem dias atuais”. Lafargue (1991, p.40) também faz referência aos feriados no Antigo Regime, em que “as leis da Igreja garantiam ao trabalhador 90 dias de descanso, 52 domingos e 38 dias feriados, durante os quais era estritamente proibido trabalhar”. Com o avanço da Idade Média, o tipo de lazer que se vai estruturando é totalmente da elite. Na verdade, os valores da elite neste período não consistiam somente na abstenção ao trabalho, mas também na dedicação às atividades de guerra e ao esporte e, em outro nível, à política, à ciência e à religião. Para a elite do período medieval, o *lazer* se exhibe como ostentação, pois desperta respeito social, já que demonstra riqueza e, por consequência, poder (Montaner, 1996). A ideia grega de contemplação, sem desaparecer totalmente, vai perdendo espaço durante a Idade Média, embora, na Renascença, retorne uma valorização a um prazer mental e a liberdade na arte.

A mudança gradual em direção a um conhecimento mais utilitário e prático se inicia no século XVII e transcorre o século XVIII, acelerada pela Revolução Francesa e pela industrialização. Deste período em diante, encontramos em processo uma concepção quase que oposta aos valores antecedentes relacionados ao *lazer* e ao trabalho, que guiará o ser humano ocidental até os nossos dias. Apresenta-se, portanto, uma nova ideia de trabalho como expressão máxima do ser humano, da confiança em si mesmo e sua exuberante onipotência (Puig Roviara e Trilla, 1996). O desenvolvimento da técnica e as mudanças na estrutura da sociedade feudal introduziram outros modos de produção. O trabalho gradativamente já não acontece no campo. As fábricas começam a ser o centro por excelência do trabalho e a dinâmica do cotidiano dos indivíduos se vê alterada, tanto espacial como temporalmente. A Reforma também traz consigo um novo significado para o que até então se aproximava ao lazer.

Esta nova realidade gera novos valores e assim reciprocamente. O lazer filosófico já não corresponde a uma forma de viver, assentada sobre a escravidão e oposta à desvalorização do trabalho. Desde então, cada um deverá procurar os meios para sobreviver por meio do trabalho, o qual se converte no caminho para a salvação. O puritanismo inglês do século XVI, amparado nas doutrinas calvinistas, confere um valor ético e, inclusive, religioso ao trabalho, defendendo o lazer como ausência deste. Neste período, com os valores da Reforma, o trabalho é sinônimo

de dignidade. A vida fica submetida à racionalidade e a valores nos quais o lazer não estava incluído. O lazer era improdutivo e tinha efeitos perversos, já que estimulava valores que não eram compatíveis com o trabalho. Tudo que estava relacionado ao prazer era condenado. O imperativo desta sociedade era trabalhar. Neste contexto, a função principal e bem-vinda do lazer era descansar, para repor as energias para voltar ao trabalho. Entramos na modernidade e nos valores modernos do lazer.

### **O lazer, a modernidade e seus valores**

Na Inglaterra dos séculos XVI e XVII – e posteriormente nas colônias americanas – a inatividade era o pior dos vícios, pois significava a falta de esforço e, sem ele, não se podia conseguir a salvação na outra vida (Montaner, 1996). Como consequência dessas novas ideias e as novas condições sociais, o ritmo de trabalho dos indivíduos tendeu a ser cada vez mais duro. As horas de trabalho não baixavam nunca das 12 horas e, com frequência, chegavam a 16 horas. Os indivíduos já não associavam as horas de trabalho ao estrito horário solar da Idade Média. Até a revolução industrial, o sentido desta polarização entre o trabalho e as vivências do lazer não era evidente. Isto quer dizer que, antes da revolução industrial, entre trabalho e tempo livre/lazer não havia um enfrentamento explícito, senão uma relação de contínuo e de equilíbrio mútuo. A vida das pessoas tinha um caráter unitário, embora nem por isto fosse menos dura e penosa do que no início da modernidade e na contemporaneidade, senão todo o contrário (Puig Rovira e Trilla, 1996). Esta mudança de paradigma do trabalho foi analisada por Lafargue (1991), no ano de 1883. Nas análises deste autor:

A moral capitalista, lastimável paródia da moral cristã, lança um anátema sobre a carne do trabalhador: o seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo de necessidades, suprimir as suas alegrias e paixões e condená-lo ao papel de máquina que produz trabalho sem trégua nem piedade (Lafargue, 1991, p.09).

No início da revolução industrial, a realidade social era, portanto, o trabalho incessante do povo, compaginado com o lazer de uma classe ociosa (Veblen, 2004). Os burgueses, como máximos expoentes da moral do esforço, dedicavam sua vida aos negócios e aos lazeres instrutivos, que conservará as práticas do lazer ostentativo. Isto porque, à parte de possuir bens e poder, era necessário apresentar em público a distinção da classe social à qual se pertencia. As atividades de lazer apresentam-se como um bom símbolo para esta distinção. A postura clássica do lazer filosófico já não estava tão em voga. Entretanto, o papel discriminador do lazer era mostrado pelos ricos, que tinham a exclusividade do lazer e o utilizavam já não para filosofar ou descobrir o sentido da vida, mas para se distinguirem

dos demais, por meio de um estilo de vida específico. Portanto, assim como nos períodos anteriores, a classe ociosa, privilegiada, que cultiva os prazeres do lazer sempre existiu, porém assentada no trabalho do escravo, camponês ou, na modernidade, do operário.

A ideologia puritana, que havia penetrado profundamente a classe burguesa, estendeu-se principalmente durante os séculos XVIII e XIX. É com a Revolução Francesa que se produz também as últimas transformações, configurando o trabalho e o lazer modernos. Mas é com a consolidação do capitalismo que se construirá na sua plenitude o sentido moderno para trabalho, tempo livre e lazer. Com esta consolidação do sistema econômico, consolida-se também a sociedade moderna, com uma perspectiva de que o lazer já não é mais o ideal grego, mas também não possui o caráter gratuito. No mundo industrial e moderno, a utilidade e os valores morais instituídos ao conceito de lazer são sinônimos de improdutividade e vagabundagem. O trabalho, este sim, “seria um freio para as nobres paixões do homem” (Lafargue, 1991, p.24).

Neste contexto, o modelo clássico de lazer, a serviço da liberdade e da busca de excelência por parte de uma minoria privilegiada, marcou a pauta do lazer na Antiguidade. Historicamente, podemos associar o que hoje entendemos como lazer à *skolé* grega, que sempre existiu e de forma diversa, enquanto a concepção de tempo livre é consequência do desenvolvimento industrial (Cuenca Cabeza, 2000). A partir deste período, instala-se o lazer burguês como um tempo ganho do trabalho realizado. Entretanto, como nos adverte Lafargue (1991, p.39), “os lazes que o poeta pagão anunciou nunca vieram: a paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumentos de servidão dos homens livres: a sua produtividade empobrece-os”. Para este autor, a cegueira do operário pelo trabalho, na segunda metade do século XIX, período em que Lafargue escreve *O Direito à Preguiça*, fortalece a fortuna social, mas aumenta as misérias individuais e, ficando mais pobre, o operário tinha mais razão para continuar trabalhando e ser miserável. Quanto aos burgueses, Lafargue ressalta que, para desempenhar a condição de não produtor e superconsumidor, o burguês teve de violentar seus gostos modestos, “perder os seus hábitos de trabalho de dois séculos e entregar-se ao luxo desenfreado, às indigestões recheadas e às orgias sifilíticas” (Lafargue, 1991, p.43). Na análise da burguesia do século XIX, Lafargue ainda acrescenta que, prostrada na preguiça absoluta e desmoralizada pelo gozo forçado, a burguesia se acomodou ao seu novo gênero de vida.

Este modelo de sociedade se estende pelo ocidente, principalmente a partir do século XIX, quando o trabalho para os ocidentais se converte no centro da vida, assumindo as escolas, a massificação e socialização das pessoas para o trabalho. O sistema de crença religiosa também contribuiu, por meio da ética protestante, para uma ética do trabalho (Gil, 1998). Quando o trabalho se desliga do resto das atividades do cotidiano das pessoas e se assume a dicotomia entre o tempo de

trabalho e o tempo livre, estamos ante, portanto, a um fenômeno exclusivo das sociedades modernas/industrializadas, que produzem, assim, a divisão temporal do cotidiano e a relação implícita entre trabalho, tempo livre e lazer. Neste contexto, uma das mais importantes transformações do início do período industrial até a atualidade tem sido da percepção e interpretação do tempo. Segundo Ruiz Olabuénaga (1994, p.1921),

o tempo perdeu sua natureza sacra para se tornar profano. O tempo sacro é cíclico e transcorre em forma de círculos recorrente, em que o começo coincide com o fim e se apoia no mito do eterno retorno. (...) O tempo sacro não se vive sozinho, nem no privativo, mas em público e em comunidade.

Ainda com base em Ruiz Olabuénaga (1994), o tempo sacro é de todos e para todos, e é independente do sujeito individual. É um tempo para se viver em conjunto, não para ser fracionado nem privado. Já o tempo moderno, em palavras deste autor, é um tempo profano, que funciona pela soma de segmentos sucessivos, cuja principal característica é ser longitudinal. O tempo longitudinal é individual e privado, que passa a se constituir como um bem comercializável, variável, flexível e fracionado. A passagem do tempo cíclico ao linear implica, seguindo a Ruiz Olabuénaga (1994), uma troca do sol pelo relógio e das estações por um bloco de horários. O caráter longitudinal e privado do tempo na modernidade, entre outras causas, marcou as relações entre o tempo de trabalho, o tempo livre e o lazer. Se o importante no tempo moderno é a produção e o tempo livre não é produtivo, o mesmo só se justifica se está relacionado ao trabalho.

Cada sociedade tem a sua construção do tempo. O tempo moderno é, antes de tudo, um tempo medido em horas, minutos e segundos. Dentro desta dinâmica do tempo, o tempo livre moderno é um tempo perdido e o trabalho é sinônimo de vida e fonte de riqueza. Como ressalta Russel (2002, p.32), “o homem moderno acha que qualquer atividade deve ser exercida em prol de outras coisas, nunca da coisa mesma”. Para este autor, “não temos tempo mental para adquirir outros conhecimentos além daqueles que hão de nos ajudar pelas coisas que consideramos importantes” (Russel, 2002, p.39). Com estes valores, não é de se estranhar que o protestantismo tenha suprimido os cultos aos santos, pois assim também suprimiria os dias de festas, que eram dedicados a eles, e que se converteriam em dias produtivos (Lafargue, 1991; Montaner, 1996; Russel, 2002). Neste sentido, o tempo da sociedade moderna/industrial, como tempo social, é considerado algo objetivo, medido e quantificado. O lazer, como perspectiva de vivência humana, nesta realidade, é acusado de não dar sentido à vida real, já que são práticas guiadas pelo princípio da natureza contra a cultura, de paixão contra a razão (Fortuna, 1995).

A ansiedade de produção dos novos industriais no princípio do modelo capitalista conduziu, ainda, à aplicação de condições severas e de autêntica exploração laboral aos operários. Conforme a classe trabalhadora ia tomando consciência de

sua situação social e se agrupando em organizações, fundamentalmente com a criação dos sindicatos, iniciam-se os movimentos reivindicativos por melhores condições de trabalho. Os objetivos das lutas operárias eram basicamente a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários, que se converteram nas premissas imprescindíveis para se gozar o tempo livre (Montaner, 1996). Desta conjuntura derivam as condições atuais de regulamentação coletiva do trabalho e, com ela, do tempo livre do trabalhador. Mas ainda com estes ganhos de redução da jornada de trabalho, justamente por se associar com a parte do prazer da vida, o lazer ainda é desvalorizado, pois lhe é atribuída uma conotação negativa na escala de valores da sociedade moderna. O fato de ter tempo livre, portanto, não implicou necessariamente viver o lazer (Elias, 1992; Leif, 1992; Cuenca Cabeza, 2000).

O tempo de lazer, que identificamos dentro do tempo livre, é uma parte do tempo que está destinada às atividades de livre escolha, porque é agradável para quem a vivencia e não envolve remuneração. A materialização do lazer só se efetiva em uma verdadeira disponibilidade para si mesmo, está relacionada à realização de algo distinto das ocupações profissionais, com ou sem os outros, pois aquele que o pratica se sente ele mesmo e pessoalmente motivado (Leif, 1992). Nesta concepção moderna de lazer, o tempo de lazer é um conjunto de manifestações que cumprem uma função complementar ao trabalho, sendo, portanto, vivências marginais dentro do contexto social. Entretanto, nas palavras de Elias (1992, p.149), “as características especiais das atividades de lazer só podem ser compreendidas se forem consideradas, não apenas em relação ao trabalho profissional, mas, também, em relação às várias atividades de não lazer, no quadro do tempo livre”. Isto porque o lazer, que em seu início foi entendido como um fenômeno social limitado, em relação ao número de pessoas que podiam desfrutá-lo e à sua importância social, passa a ser entendido, a partir da consolidação das sociedades modernas e industriais, como um fenômeno de massa. “O desenvolvimento das sociedades contemporâneas, industrializadas, urbanizadas, foi criando as condições estruturais que conduziram a uma explosão do lazer e das atividades que o sustentam” (Del Pino Artacho *et al.*, 2001, p.14).

Desde o desenvolvimento da Sociedade do Bem-Estar, presenciamos mudanças em que a sociedade civil e outros vários setores organizados da sociedade assumem cada vez mais protagonismo reivindicando o lazer, não mais só o tempo livre, como um direito de todos. O próprio Estado, na sua concretização de políticas públicas, tem reorientado seus planos de governo e intervenções, e as práticas de lazer são introduzidas para a população em geral. Na contemporaneidade, como consequência destas mudanças, o lazer é plural e diferentes práticas, que antes estavam separadas em tempo de trabalho, tempo livre e lazer, hoje se integram e se misturam, criando estruturas próprias, com diferentes valores e finalidades. As vivências de lazer ganham significado, importância e qualidade, na medida em que se separa do mero passatempo e se incorpora nas vidas das pessoas, como um valor pessoal e,

ao mesmo tempo, social e econômico. Para Cuenca Cabeza (2000, p.30), “há quem diga que o lazer tem ocupado o lugar que a religião teve no passado e, se se analisa os dados referidos ao tempo, parece que se passa algo assim: o aumento do tempo de lazer vem unido com a diminuição geral do tempo dedicado às práticas religiosas”.

Analisando o lazer numa perspectiva mais conceitual, atualmente os estudiosos do tema não coincidem em dizer o que podemos considerar como lazer. De fato, para uma definição contemporânea de lazer, temos que incorporar aspectos complexos da dimensão humana e, por consequência, das sociedades contemporâneas. O atual período de crises de paradigma, de incertezas e de contradições da realidade social moderna/pós-moderna contribui para este contexto atual do lazer. Entretanto, na diversidade interpretativa do fenômeno do lazer, consideramos o lazer como experiências subjetivas, materializadas em práticas físico-esportivas, turísticas, artísticas e recreativas que formam parte de uma estrutura social, vivenciada por um período de tempo, sem caráter obrigatório. É um tempo para si mesmo, com um grau relativamente elevado de eleição individual, dentro de um contexto social. Os indivíduos que destas práticas participam manifestam suas emoções mais latentes, como um modo de ser e perceber a vida, dentro de um descontrolo socialmente aprovado. Entretanto, pensar uma definição de lazer dentro do contexto contemporâneo, em que as sociedades se encontram num processo entre a modernidade e a pós-modernidade, é complexo e arriscado, já que sentimentos, vivências e realidades bem opostas estão presentes tanto nas práticas de lazer como de trabalho. Chegar ao cume de uma montanha, descer um rio com correnteza, assinar um novo contrato de trabalho, são vivências da vida cotidiana que estimulam sentimentos antagônicos como o medo, a insegurança, o prazer e a satisfação. São sentimentos inseparáveis, que geram um complexo processo no cotidiano das pessoas, envolvendo o mundo do lazer e do trabalho.

### **Em busca de um novo entendimento do lazer**

O trabalho no contexto contemporâneo está relacionado não somente com o trabalho que se tem, mas, principalmente, com a qualidade do trabalho que se tem, dos sentimentos que se experimentam e da percepção e valorização que lhe damos. O lazer dentro deste contexto já não apresenta fronteiras tão delimitadas com o trabalho. Uma pessoa pode se realizar e se satisfazer tanto nas atividades de lazer, como nas de não lazer. Ganha a percepção individual, embora esta se encontre interconectada com as questões e vivências socioculturais. O lazer e o trabalho, neste sentido, são compreendidos como conceitos construídos a partir de significados e vivências individuais, gerados em contextos coletivos, dentro de uma lógica de prazer e de realização pessoal.

Analisando a relação atual entre o trabalho e o lazer, os mesmos se estruturam a partir de duas perspectivas: uma que diferencia claramente o trabalho do lazer, dentro de uma visão mais moderna de sociedade; a outra que estabelece

relação de identidade e interconexão entre o lazer e o trabalho, a qual situamos dentro dos valores pós-modernos. Nesta segunda perspectiva está uma revalorização das vivências de lazer. Neste entendimento, o trabalho não vai desaparecer e tampouco vamos viver a civilização do lazer – na realidade, o desenvolvimento do lazer está trazendo outras formas de trabalho – mas o lazer vem ocupando um espaço na vida das pessoas que, ao longo da história, só era vivenciado pelas elites. Sem perder a sua importância; o que, sim, está perdendo o trabalho é o seu caráter de exclusividade (De Masi, 2000; Cuenca Cabeza, 1999).

O trabalho contemporâneo é complexo, multidimensional e multifatorial, assim como são as sociedades pós-modernas. Esta complexidade no trabalho e na vida cotidiana cria uma forte interconexão entre trabalho e lazer. Segundo Cuenca Cabeza (2000), pode se dizer que em muitos trabalhos está mesmo se perdendo o conceito de jornada laboral, devido à imprecisão de fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Neste contexto, o trabalho ganha não apenas novos contornos, mas, especialmente, começa a mudar o significado e o valor que tinha em outras épocas. Como ressalta Valls (2000), o tempo contemporâneo é um contínuo, repleto de atividades diversas de trabalho e de lazer, sem transição, de maneira semelhante a como o era antes do processo de industrialização, mas por motivos radicalmente distintos. Os novos formatos de trabalho não só modificam e são modificados pelo tempo livre e de lazer, mas também pela forma como o tempo é estruturado no cotidiano presente.

Na concepção pós-moderna de trabalho, já assistimos a várias pessoas que se realizam com plenitude e com prazer no seu trabalho. O trabalho que exige criatividade, observação, reflexão e comunicação são os que mais proporcionam prazer, assimilando-se às vivências de lazer. Com estas novas características do trabalho se analisam também novas relações entre o desenvolvimento humano e a técnica, que é o mesmo que pensar na relação entre o lazer e o trabalho, pois “às formas de produção, distribuição e consumo de conteúdos criativos requer mudanças de modelos de negócios e formas de trabalhar, incluindo novas habilidades e infraestrutura” (Reis, 2012, p. 47). O lazer e o trabalho se apresentam, assim, como dimensões criativas, com fortes influências nas dimensões da vida como um todo. Isto porque, na perspectiva pós-moderna, existe uma mútua influência entre o tempo profissional e o tempo que atualmente conceituamos como tempo livre e, por consequência, com o tempo de lazer. Como exemplifica De Masi (2000), um trabalhador da indústria preenchia o seu tempo livre indo ao cinema, fazendo algo bem diferente do seu trabalho. Mas, se um publicitário, um sociólogo, um psicólogo, um economista vai ao cinema, é difícil dizer onde começa a diversão e onde termina o trabalho, uma vez que sua atividade criativa dissipa qualquer barreira entre estudo, trabalho e tempo livre. Assim mesmo, esta inter-relação também deve ser compreendida no sentido inverso.

Nesta perspectiva, o tempo contemporâneo é um tempo de transição entre o trabalho material/mecânico, moderno e o trabalho/lazer imaterial, criativo, pós-

moderno. O processo de trabalho/lazer criativo ainda se encontra pouco disseminado na população, principalmente dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Uma das causas da falta da disseminação desses novos valores do trabalho/lazer pode ser encontrada no processo educativo, visto que a educação é um dos fatores essenciais para a construção de novos valores. Como já analisamos em outro lugar (Brasileiro, 2012), a educação é condição fundamental para o desenvolvimento humano, principalmente quando relacionada à mudança de paradigma do moderno para o pós-moderno. Entretanto, é necessário matizar que, quando fazemos referência à educação, não nos referimos à educação instrumental, que valoriza o ensino da técnica para a sua reprodução, mas à educação que tem nos valores humanos o seu eixo central.

Assim como foi necessário o processo socializador do trabalho por meio da educação, também será necessário para o lazer, para que as pessoas estimulem sua criatividade, que será vivenciada em seus momentos de lazer/trabalho. Russel (2002), em 1935, considerava que as vivências de lazer são produtos da civilização e da educação. Segundo este autor, “um homem que toda sua vida trabalhou longas horas irá se sentir entediado se ficar ocioso de repente” (Russel, 2002, p.30). Isto porque o processo educativo da modernidade só preparou as pessoas, à exceção da elite, para o trabalho. Russel ainda argumenta que, apesar da classe ociosa desfrutar de vantagens que despossuíam de qualquer fundamento de justiça, não se pode negar a sua contribuição para o que hoje chamamos de civilização, pois foi esta classe que cultivou a arte, descobriu a ciência, inventou a filosofia e aperfeiçoou as relações sociais. Para este autor, sem a classe ociosa, a humanidade nunca teria emergido da barbárie.

Entretanto, Russel ainda ressalta que estas pessoas que fizeram a diferença na classe ociosa eram minoria, pois a estas se opunham a milhares de proprietários rurais e comerciantes, que não pensavam além das suas vivências diárias. Na contemporaneidade, entretanto, é necessário pensar em um processo educativo de qualidade para todos que envolva os valores criativos e de descoberta, com referência nos diversos coletivos. É que as categorias tempo, espaço, competição, solidariedade, ecossistema, qualidade de trabalho, etc. estão se reestruturando e, neste contexto, as atividades com valores puramente econômicos estão cedendo espaço para valores mais hedonistas e de novos comunitarismos, e a educação tem muito a construir com estes novos valores.

O rompimento das fronteiras entre o lazer e o trabalho nos leva, portanto, a todas estas reflexões e nos faz pensar que as vivências e concepções do lazer estão gradativamente tornando-se um fator que tem mais em conta a qualidade da experiência para o indivíduo durante as atividades realizadas do que o tipo de atividade realizada. As vivências de lazer nas sociedades pós-modernas, assim mesmo, parecem estar mais determinadas por fatores subjetivos na realização das mesmas do que por fatores objetivos, que antes determinavam as vivências do lazer moderno. Isto não quer dizer que estamos em um processo de dissociação entre o

sistema e as pessoas, uma dissociação do mundo coletivo para um mundo da completa subjetividade. Trata-se de vivências humanas e sociais, experimentadas a partir de novos contornos, e que favorecem o aparecimento de novos tipos de comunitarismos e de individualismo.

Os conceitos tempo livre e lazer trazem consigo, portanto, valores e condutas predominantemente de valores modernos. As relações de dependência do lazer ao trabalho, ou melhor, das dimensões da vida ao mundo do trabalho, ainda são fruto de uma leitura e valores do mundo da sociedade moderna, que, em sua gênese, está baseada em valores e crenças aceitos pelo ideal burguês (Gaya, 1997). Como argumenta Lafargue (1991, p.59), referindo-se ao século XIX, “é necessário defender o trabalho e não impô-lo”. Em pleno século XXI, argumentamos que necessitamos defender o trabalho e o lazer como dimensões da vida cotidiana, e não impô-los. Parafraseando Kumar (1997, p.17), parece haver de fato alguma coisa nas experiências das sociedades modernas contemporâneas que, “de forma persistente, provoca não apenas ‘o senso do fim’, mas também de novos começos”. E são nestes novos começos que defendemos novas leituras para entender as relações entre lazer/tempo livre/trabalho.

## **Conclusão**

Na contemporaneidade, é dentro da lógica do moderno e do pós-moderno que o lazer se move, em uma escala de valores que vai desde o lazer para a recuperação do cansaço ocasionado pelo trabalho, passando pelas manifestações consumistas, pelas vivências desenfreadas, até as vivências de desenvolvimento humano, com relativa autonomia em relação às pressões laborais, de mercado e sociais. Afirmar, portanto, que o lazer é um conceito que se concretiza dentro de um conjunto de práticas que estão inseridas na lógica do prazer, da realização pessoal e/ou um tempo liberado para si mesmo, que são vivências opostas ao trabalho, ou forma parte de práticas sociais associadas ao consumo alienado é simplificar um conceito complexo e amplo, que não pode ser entendido com uma leitura superficial, como muitas vezes se realiza na contemporaneidade.

Pelas transformações econômicas e socioculturais vividas na atualidade e refletidas nas vivências de lazer, talvez ainda não estejamos em condições de dar uma interpretação moderna, para nossa mentalidade moderna, sobre este fenômeno social. Ao se tratar de um tempo com novas configurações e realidades novas, sua interpretação requer novas categorias e uma linguagem também nova, para as quais ainda não possuímos um arcabouço teórico bem desenvolvido. Entretanto, podemos afirmar que estão em curso profundas mudanças no mundo do trabalho, do tempo livre e do lazer. Mudanças estas que nos limitamos a reconhecer como algo que começa a se revelar, rompendo barreiras e criando novos paradigmas desta relação. O fato de refletirmos sobre questões pouco convencio-

nais como o lazer e o tempo livre, por exemplo, na construção de um diálogo entre o indivíduo e a sociedade, interagindo mutuamente no tempo e espaço de lazer, já nos encaminha para o surgimento de novos valores. Assim mesmo, novas leituras e perspectivas de lazer não representam uma harmonia e um consenso em torno deste conceito, isto porque a superação de perspectivas sempre nos conduz a novas perspectivas ambivalentes e multidirecionais.

## Referências

- Baumann, Z. & Tester, K. (2002): *La ambivalencia de la modernidad y otras conversaciones*, Barcelona: Piados.
- Brasileiro, M. D. S. (2012) “Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma económico”, in Brasileiro, M. D. S.; Medina, J. C. C. & Coriolano, L. N., *Turismo, cultura e desenvolvimento*, Campina Grande: EDUEPB.
- Cuenca Cabeza, M. (2000) *Ocio Humanista*, Bilbao: Universidad de Deusto.
- De Masi, D. (1999) *A emoção é a regra* (4ª ed), Rio de Janeiro: José Olympio Editorial.
- De Masi, D. (2000) *O futuro do trabalho*, Rio de Janeiro: José Olympio Editorial.
- Del Pino Artacho, J.; Duaso Aguado, A. & Martínez Cassinello (2001) *Prácticas de ocio, cambio cultural y nuevas tecnologías en la juventud española de fin de siglo*, Madrid: Centro de Investigación Sociológica.
- Eagleton, T. (1998) *Las ilusiones del posmodernismo*, Buenos Aires: Piados.
- Elias, N. (1992) *A busca da excitação*, Lisboa: Difusão Editorial.
- Featherstone, M. (2000) *Cultura de consumo y posmodernismo*, Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Fortuna, C. (1995) “Sociologia e práticas de lazer”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, 5 – 10.
- Gaya, A. (1997) “Lazer e trabalho: os limites ideológicos de uma relação de subserviência”, in Costa, L. (editor), *Meio Ambiente e desporto: uma perspectiva internacional*, FCDEF- Porto: Universidade do Porto.
- Gil, F. (1998) “El papel del ocio: entre la discriminación y la liberación” in Gil, F. (coord.), *Para comprender el ocio*, Navarra: Ed. Verbo Divino.
- Lafarque, P. (1991) *O direito a preguiça*, Lisboa: Ed. Teorema.
- Lash, S. (1994) “La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidade”, in Beck, U., Giddens, A. & Lash, S., *Modernización reflexiva – política, tradición y estética en el orden social moderno*, Madrid: Alianza.
- Leif; J. (1992) *Tiempo libre y tiempo para uno mismo*, Madrid: Narcea Ed.
- López De La Vieja, M. T. (1998) “Ocio y punto de vista moral”, in Gil, Fernando (coord.), *Para comprender el ocio*, Navarra: Ed. Verbo Divino.
- Martín Horcajo, M. (2003) “El deporte en las sociedades postmodernas”, in Mosquera, M. J. & Gamba, V., *Deporte y Postmodernidad: VII Congreso de la AEISAD*, Madrid: Esteban Sanz.
- Mazón, T. (2001) *Sociología del Turismo*, Madrid: Ed. Centro de Estudios Ramón Areces.
- Montaner, J. (1996) *Psicosociología del turismo*, Madrid: Síntesis.
- Puig Rovira, J. & Trilla, J. (1996) *La pedagogía del ocio*, Barcelona: Editorial Laertes.
- Rago, M. (2000) “O cassino americano, ou reflexões sobre o lazer em tempos pós-modernos”, in Bruhns, H. T. & Gutierrez, L. G. (orgs), *O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade*, Campinas: FEF- UNICAMP.
- Reis, A. C. F. (2012) *Cidades Criativas*, São Paulo: SESI-SP Editora.
- Ruiz Olabuenaga, J. I. (1994) “Ocio y estilos de vida”, in M. Juárez (ed.), *V Informe sociológico sobre la situación social en España*, Madrid: Fundación Foessa.
- Russel, B. (2002) *O elogio ao ocio*, Rio de Janeiro: Sextante.
- San Martín, J. E. (1997) *Psicosociología del ocio y el turismo*, Granada: ALJIBE.
- Touraine, A. (2009) *Crítica da Modernidade*, (9ª ed), Petrópolis: Vozes.
- Valls, Joseph-Francesc (2000) *Gestión de empresas de turismo y ocio*, Barcelona: ESADE.
- Veblen, T. (2004) *Teoría de la clase ociosa*, Madrid: Alianza editorial.

## LAZER E TURISMO COMO ATIVIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Luzia Neide Coriolano<sup>1</sup>

Este texto é um convite à revisão do modelo de desenvolvimento hegemônico, mais que isto, uma crítica, a fim de que se possa pensar uma revolução no modo de viver, de produzir e de fazer lazer e turismo. Pois o que se deseja é uma sociedade justa, sustentável, com o lazer contribuindo com a elevação da qualidade dos serviços para os turistas e a qualidade de vida dos anfitriões. Isto requer pensar lazer e turismo como atividade solidária de aprendizagem entre povos e culturas, além da oportunidade de negócios, em municípios e comunidades, como uma atividade que promova o desenvolvimento local, mesmo realizando seu objetivo original, para o qual foi planejado, de promover acumulação global.

O lazer enquadra-se no setor dos serviços modernos que representa forma de reestruturação da crise industrial. Os serviços são atividades funcionais às produções industriais e servem de suporte à recuperação do trabalho humano, ao progressivo crescimento das relações industriais, comerciais e financeiras dos diversos mercados internacionais. Hotéis, restaurantes, agências de viagens, comunicações, ambientes para lazer, equipamentos turísticos sustentam a mobilidade da mão de obra globalizada, ou seja, indiretamente, servem de estratégia à reprodução do capital. Tais serviços são muitas vezes subestimados e pouco explicados, conforme Chesnais (1996, p.187):

Falta uma base teórica para explicar o lugar dos serviços e de seu modo de acumulação no capitalismo contemporâneo. O conceito de serviço é definido pelo mais pobre dos métodos: o residual, ou seja, toda atividade que não poder ser classificada no setor manufatureiro, nem no setor agrícola fica pertencendo ao terciário.

Os investimentos industriais em pesquisa e em desenvolvimento, (P&D), informática e tecnologias estão entre as despesas industriais mais concentradas do mundo.

Torna-se importante explicar o atual lugar dos serviços na acumulação, assim como a contribuição do comércio, da multimídia, das telecomunicações, do lazer e do turismo, por exemplo. Estudar, portanto, o lazer compreendendo sua importância na acumulação, e sua vinculação às políticas imobiliária, financeira, de ur-

<sup>1</sup> Doutorada em Geografia, Professora do PROPGEIO, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Turismo, Território e Cultura, Subcoordenadora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos / Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do CNPq.

banização, dentre outras relações, é uma necessidade para se entender o mundo e a sociedade contemporâneos e, sobretudo, para poder propor atividades econômicas. Grande parte dos serviços é oligopolista, com mercado em que a oferta é controlada por um pequeno grupo. A competição tem por base não somente os preços, mas a propaganda e qualidade do produto, contribuindo para alta concentração de capital. As multinacionais prestadoras de serviços encontram formas e combinações de investimentos nas modalidades de acordo, cooperação e parceria. A aquisição-fusão é o processo mais comum dos serviços, sejam os do lazer, turismo, bancários, seguros, telecomunicação, transportes rodoviários e aéreos.

Em torno de algumas atividades industriais mais dinâmicas e geradoras de maior acumulação, organizam-se vários serviços e grupos empresariais. No turismo, organizam-se formas de conglomerados entre grandes e pequenas empresas, por exemplo, as grandes cadeias de hotéis, restaurantes, e de transportes para as viagens disponibilizam franquias e contratos de gestão para aumentar sua acumulação com o trabalho de pequenas empresas na cadeia produtiva. Na locação de automóveis ocorrem franquias e acordos com transportadoras; no trabalho temporário, na consultoria financeira e fiscal, a modalidade mais evidente é a filiação de escritórios à rede de escritórios internacional. As multinacionais em serviços desenvolvem formas e combinações de investimentos inovadoras, mas às vezes resgatam modalidades passadas.

O setor de serviço emprega mais do que a indústria, embora com menor salário, e o lazer é um dos que mais oferece oportunidade de trabalho. As corporações globais são capazes de produzir um volume de bens e serviços com uso de trabalho cada vez em menor quantidade. Esse é um fato incontestável, contudo tal tendência não acontece em todos os locais ou setores, pois são criadas formas alternativas de trabalhar e de produzir que absorvem mais trabalhadores. A cada dia há informações diversas sobre trabalhos alternativos em diferentes lugares do país.

O turismo de base local, por exemplo, é aquele realizado para atender as necessidades dos moradores de um lugar, sem visar apenas o lucro - faz contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico e contraditório. Esse modelo hegemônico de desenvolvimento se faz pela exploração dos territórios, sobretudo no turismo, pois é considerado um dos serviços especiais, ao se tornar eficiente, eficaz, e atender às necessidades do capital. O turismo passa a fazer parte da missão de várias empresas estatais e privadas.

Desenvolvimento é um conceito associado à ideia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezaas, o que tem levado todos a irem a essa busca, às vezes equivocadamente. O discurso do desenvolvimento compõe-se de uma rede de conceitos-chave tais como riqueza-pobreza, produção-consumo, Estado-sociedade, igualdade-desigualdade, políticas público-privadas que precisam ser analisados para se compreender o modelo de sociedade atual e o que se pode fazer para transformá-la. Desenvolvimento é um conceito

construído pelos países dominantes que desejavam “explicar as desigualdades” entre os países sem entrar no mérito da questão, apenas responsabilizando-os por sua situação desvantajosa em relação aos países centrais do capitalismo. Isto é, foi um conceito associado à ideologia de que as nações pobres podem superar tais problemas caso caminhem conforme as regras estabelecidas pelos países dominantes. Essa ideia permeia as políticas nacionais de quase todos os países, desde a Segunda Guerra Mundial, mesmo entre aqueles que iniciaram processo de descolonização.

Ao desenvolvimento atribui-se significados, valorações e direções, associados a algo positivo ou que conduz para melhor. Quase sempre, falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer (do devir) e não do mundo em que se vive. Desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências, e políticas. Portanto, para tratar da realidade é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem a lógica do desenvolvimento hegemônico e qual desenvolvimento se pretende alcançar, desde que fuja do proposto pela economia clássica e reduzido ao crescimento econômico.

Durante muito tempo pensou-se que o crescimento econômico fosse o próprio desenvolvimento. Hoje, há consenso mundial da diferença entre crescimento e desenvolvimento, embora se possa admitir alguma relação entre eles. No Brasil, vários críticos (professores, pesquisadores, técnicos e políticos) admitem que, desde os anos 1970, houve crescimento econômico, mas não desenvolvimento, sobretudo em algumas regiões e lugares. Para alcançar o desenvolvimento, faz-se necessário que o lugar passe por um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição social, considerando os princípios de equidade, as necessidades das pessoas, com justiça social ou direitos humanos. Pensar o desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza. Nesta perspectiva, praticamente inverte-se a ordem clássica, a economia colocando-se em função do desenvolvimento para que passe a estar centrada no homem, e não na acumulação do capital. Quando se diz que um país é desenvolvido não significa dizer que concluiu o processo, ao contrário, continua desenvolvendo, não estacionou, nem deixou de crescer, de produzir e de distribuir. A ideia desenvolvimentista transmite a experiência dos países ricos com a intenção de universalizá-la, porém o discurso nem sempre se concretiza na prática.

O desenvolvimento orientado pelo modelo dos Estados Unidos, utilizando órgãos de desenvolvimento, foi alvo de diversas críticas, pois os resultados ficam limitados a poucos. O modo de produção capitalista reproduziu-se no mundo em termos da concentração e da centralização setorial, espacial e em classes sociais.

Tal lógica concentradora e centralizadora provocou desgastes violentos ao planeta, não sendo, portanto, “farol”, nem modelo que se preze. E, finalmente, quando o modelo de “desenvolvimento hegemônico” – qual seja, o capitalismo agressivo – revela sua face contraditória de crise permanente, inclusive no país líder, torna-se forçoso reconhecer os contrapontos desse desenvolvimento. Então, por que temos que copiar também o modelo de desenvolvimento e de turismo dos países ricos? Celso Furtado (1974, p.75) criticava, desde a década de 1970, este modelo de desenvolvimento, dizendo que: “O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial tem sido privilégio de uma minoria e a ideia de que os povos pobres possam algum dia desfrutar das formas de vida dos tais povos ricos é simplesmente irrealizável”. Para haver desenvolvimento, não necessariamente se precisa seguir o modelo dos países ricos industrializados, consumistas.

As teorias conservadoras, da economia clássica de desenvolvimento, adotam a premissa do continuísmo histórico, acreditando que: o subdesenvolvimento é o estágio original ou o ponto de partida para se chegar ao desenvolvimento; é um processo direcional que obedece a fases e etapas; é sinônimo de crescimento econômico e resulta da implementação de tecnologias; que a modernização conduz à urbanização, industrialização e terceirização; os empresários são os agentes principais desse processo e devem ser inovadores e arrojados; as empresas são prioridades, especialmente multinacionais e transnacionais; os obstáculos podem ser diferentes de país a país, mas todos vencíveis; e o Estado não deve intervir no processo de desenvolvimento.

As teorias críticas do desenvolvimento adotam pressupostos do materialismo histórico e se contrapõem aos da teoria conservadora, da economia clássica. Seus fundamentos estão ancorados nas relações sociais de produção, tal como se pode constatar nas seguintes asserções: o desenvolvimento (ou o subdesenvolvimento) faz parte do processo determinado pela relação capital e trabalho, trabalho, enquanto meio pelo qual o homem se relaciona com os outros homens, é produtor da riqueza, é a relação social que determina a relação com a natureza; logo, a relação se dá entre a sociedade-natureza, tanto quanto homem-natureza, a classe dominante cerceia as ideias e falseia a consciência dos dominados e explorados, a exploração é a principal causa da pobreza, o desenvolvimento desigual entre nações e regiões é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração do trabalho pelo capital. Assim, a sociedade que inclui é a mesma que exclui, pois o modelo de desenvolvimento é essencialmente contraditório.

### **Por que se coloca adjetivos ao desenvolvimento**

O modelo de desenvolvimento adotado no mundo, como no Brasil, foi copiado dos países ricos ocidentais, mas não produziu resultados esperados para toda a sociedade, provocou custos humanos e ambientais muito altos, e alguns,

contraditoriamente, difíceis de serem mensurados. Priorizou-se somente a dimensão econômica, tornamo-nos uma nação rica, mas socialmente uma vergonha nacional. Como avaliar índices de infelicidade, resistências e mesmo de pobreza e fome? Ocorreu um forte processo de crescimento econômico com poucos benefícios sociais, pois este concentrou riqueza, desempregou, impactou a natureza, produziu uma modernização dita excludente.

Diagnósticos realizados por organismos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1996) revelam que o desenvolvimento apresenta ineficácia de muitas instituições políticas, internacionalização crescente de políticas e falta de controle dos cidadãos sobre estas ações. Tradicionalmente, o autoritarismo dos governos produziu uma sociedade civil frágil, com pouca competência técnica e política para negociar e influenciar políticas públicas. A falta de ética e de cultura democráticas enfraqueceram os movimentos sociais, e, por outro lado, a excessiva tecnificação de controle da vida social conduziu a fragmentação das identidades socioculturais e menor participação popular, favorecendo inúmeras cooptações sociais e comunitárias. Tudo em favor de uma economia mundializada e da predominância do capital financeiro centralizador, objeto deste modelo desenvolvimentista segregador, consumista e injusto. A fragilidade da organização e mobilização das sociedades locais visando interesses locais somando-se à incapacidade do poder público em defender os interesses nacionais frente ao fortalecimento dos detentores do capital foi motivo de grandes questionamentos ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Tentativas de rompimento passam pela capacidade de produzir utopias, de superar os modelos ideológicos, produzindo contrapropostas de desenvolvimento, qualificando-o por adjetivos que foram juntados ao substantivo, mas sem uma mudança substancial.

Se o desenvolvimento tivesse realizado o que está subjacente em seu conteúdo não haveria necessidade de se tentar qualificá-lo acrescentando adjetivos, tais como: endógeno, social, sustentável, para o trânsito, para o turismo, na escala humana, ecodesenvolvimento, dentre muitos outros, denotando uma forma de recuperar o conceito, com poucos resultados, pois a questão é estrutural e não conjuntural. O adjetivo social acoplado ao desenvolvimento apareceu consecutivamente em relatórios oficiais como um “complemento meio vago às abordagens econômicas [...] depois como pré-condição ao crescimento econômico e parcialmente como uma justificativa moral para este crescimento e para os sacrifícios que ele pressupunha”, tal como foi criticado por Esteva (2000, p.68).

Quando vários analistas criticam o desenvolvimento, pode-se questionar o modelo hegemônico de desenvolvimento. Por exemplo, Esteva (op.cit.) mostrou como a imposição do modelo de desenvolvimento americano impediu que cada país pensasse um modelo endógeno de desenvolvimento, com objetivos diferenciados. E acrescenta que: Nyerere ciente da loucura causada pela corrida no calço de metas estabelecidas de fora do país recomendou mobilização política

para atingir objetivos locais. Rodolfo Stavenhagen propôs o etnodesenvolvimento ou o desenvolvimento com autoconfiança, pois se deve “olhar para dentro” e “buscar nossa própria cultura” em detrimento das visões alheias ou emprestadas. Jimoh Omo-Fadaka sugeriu o desenvolvimento “de baixo para cima” e não estratégias “de cima para baixo” por não atingir os objetivos formulados. Orlando Fals-Borda e Anisur Rahman defenderam o desenvolvimento participativo e se fundamentaram nas exclusões feitas em nome do desenvolvimento. Jun Nishikawa indica um “outro” tipo de desenvolvimento para o Japão, ciente do fim da era presente. E Alfred Max-Neff (2012) propõe mais recentemente o Desenvolvimento na escala humana.

A partir da década de 1970, passou-se a compreender que o desenvolvimento não diz respeito às coisas, mas às pessoas. Sabe-se que esses adjetivos muitas vezes são apenas estratégias políticas, propaganda e marketing da maquiagem verde ou social para vincular imagem positiva aos empreendimentos. Quando se investe nos lugares e nas técnicas, trata-se de progresso e modernização do espaço. Qualquer crescimento que não leve em consideração as necessidades das pessoas não pode ser considerado desenvolvimento. Para Boisier (2003), desenvolvimento se insere como obtenção de contextos, momentos, situações em âmbito que possibilite a potenciação humana para que se transforme a pessoa humana em todas as suas dimensões.

O desenvolvimento implica, ainda, organização territorial realizada por atores sociais, instituições, sociedades identificadas historicamente e territorialmente, que realizem ações econômicas, políticas, culturais em modelos de desenvolvimento que aproveitem todas as potencialidades locais. É assim que Sachs (1974) concebe o desenvolvimento: equacionando necessidades básicas, priorizando fundamentalmente a garantia de acesso à alimentação, vestuário, habitação, serviços públicos, como água potável, saneamento, transporte, educação, saúde e lazer. Implica, assim, produção do espaço pelo homem, organizando atividades humanas em total respeito à conservação ambiental, para a realização da habitação, do trabalho e do lazer.

No limiar do século XXI emergem experiências em contraponto ao desenvolvimento globalizado, realçando o local, o conhecimento, as organizações cooperativas e participativas, como resistência ao global. Associações e empresas que se pautam em valores diferenciados para a promoção de outro desenvolvimento fundamentado na economia solidária, economia de comunhão e economia criativa, cooperativismo. Assim, modelos alternativos de desenvolvimento minam o modelo hegemônico, buscando sustentabilidade econômica associada à socioambiental, com compromisso e postura ética. O desenvolvimento desejado valoriza as pessoas, as culturas, é, portanto, na escala humana. O pensador chileno Marx Neef (1994) propõe o desenvolvimento a partir da autoindependência das regiões, dos territórios e das pessoas.

## Desenvolvimento local e voltado às pessoas

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo o processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade.

Para pensar o desenvolvimento na escala humana, toma-se o pensamento de Neef (1994) como referência para aprofundar e criticar as teorias de desenvolvimento. A escala humana se efetiva com as políticas públicas reorientando suas prioridades para o social e para o homem como beneficiário, quando se aprofunda na sociedade a consciência da dignidade do ser humano e quando se extingue a estrutura social que agride sistematicamente os direitos da pessoa humana.

Aprofunda-se a consciência da dignidade do ser humano extinguindo a estrutura social agressora dos direitos humanos. O desenvolvimento privilegiando o ser humano no desabrochar de suas potencialidades, assegurando aos cidadãos subsistência, trabalho, educação e condições de vida digna. Ao contrário da economia do ter, baseia-se na sociedade do ser, cujo desenvolvimento é centrado no homem e na cultura de cooperação e solidariedade (NEEF, 2012). O respeito e a proteção aos direitos humanos são bases do desenvolvimento e da sociedade humanizada. Afinal, assegura o necessário à vida digna dos cidadãos, com tranquilidade no relacionamento social, intercâmbios entre os povos e na construção de bases confiáveis para uma sociedade sustentável. Condições estas consideradas imprescindíveis para a preservação da dignidade humana e para instituir bases sólidas do desenvolvimento do turismo.

Em 1990, a UNESCO, por intermédio da Comissão Econômica para América Latina, sustentou proposta econômica especificando que a educação e o conhecimento conformam o eixo da transformação produtiva com equidade (CORAGGIO, 1996, p.104), ou seja, um desenvolvimento voltado ao ser humano, que respeita valores, potencialidades e direitos humanos, prescinde de investimento em educação. Portanto necessariamente foge do crescimento econômico puro e simples, exigindo uma visão crítica de desenvolvimento e de sociedade. A sociedade é que precisa ser sustentável, antes de tudo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, que fez 64 anos em 2012, apontou rumos e diretrizes para a promoção do desenvolvimento na escala humana. Defende o direito ao trabalho, ao lazer, a um padrão de vida digno, à instrução, à liberdade e à participação, o direito de ser. Mostra normas jurídicas internacionais, exigências elementares de respeito à pessoa humana e aponta os Estados como responsáveis pela garantia das condições de sua efetivação histórica. A possibilidade de uma política econômica voltada para o de-

desenvolvimento humano exige respeito aos direitos individuais e sociais da pessoa humana, e clareza na definição dos objetivos desse desenvolvimento. Desenvolvimento é um *continuum* que está sempre dando avanços. Ao voltar-se para a escala humana, faz um desses progressos substanciais.

Estudiosos do desenvolvimento na escala humana não têm a pretensão de que este seja o modelo único, mas têm a convicção de que o padrão consumista não satisfaz a todos e que modelos de desenvolvimento solidários e alternativos poderão servir de contraposição. O modelo hegemônico tem se mostrado incapaz de atingir setores marginalizados, de situar o homem como principal beneficiário do processo e respeitar os direitos humanos, ou seja, atingir a escala humana. Milton Santos (2000, p.14) mostrou a tendência dessa mudança, dizendo:

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

Voltar o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício de comunidades, ou do desenvolvimento local, significa adotar políticas que criem oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar a proteção social requerida, colocando o homem no centro do poder, promovendo sua realização. Concretamente, espera-se que sejam programadas atividades de revalorização do lugar e de crédito aos habitantes do lugar. Atividades planejadas localmente, partindo do social e cultural do grupo para as atividades econômicas, rompendo com a ordem e os valores da sociedade capitalista. As propostas de desenvolvimento na escala humana, para o desenvolvimento social e o turismo de base local, mudam o eixo de interesse das ações. Dowbor (1998, p.81), outro pensador do desenvolvimento social, lembra que:

Não há solução espontânea para esses problemas. Algum tipo de “mão invisível” institucional capaz de assegurar os equilíbrios. Os atores econômicos e sociais são hoje tão desiguais, que a imagem da “livre concorrência”, capaz de equilibrar os processos de desenvolvimento econômico, é hoje utópica e antiquada... A liberdade sobrevive quando há um mínimo de equilíbrio de poder entre as partes, pois entre desiguais significa liberdade do mais forte e resulta na erosão das instituições. Quando se desarticulam os instrumentos institucionais de governo, ficam mais frágeis os instrumentos políticos de compensação, perdem-se de vista o longo prazo e os interesses humanos.

O desenvolvimento humano sustenta-se na satisfação das necessidades fundamentais, com níveis crescentes de independência dos indivíduos, em articulação

orgânica com a natureza, servindo-se da tecnologia para se integrar aos processos globais, contudo respeitando os valores e os comportamentos locais.

Os modelos tradicionalmente utilizados para avaliar o desenvolvimento de um lugar baseiam-se em indicadores predominantemente econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), que não mensuram o desenvolvimento. Necessita-se, com efeito, de indicadores do crescimento qualitativo e não apenas de indicadores econômicos, como os índices de realização dos desejos, de educação, de solidariedade, de realização humana, como sujeito/objeto de sua história. Certamente, esses são bastante difíceis de mensurar, até porque o método científico clássico não considera subjetividades. Quanto maior a qualidade de vida das pessoas, maior o processo de desenvolvimento, significando que atingiu a escala humana, satisfazendo necessidades amplas que se alargam pelos desejos, sonhos e utopias.

Mudar a visão do desenvolvimento significa substituir ideias, compromissos, significados, assim como mudar indicadores por aqueles mais representativos dessa construção mental remetidos à sociedade e não apenas à economia. O desenvolvimento nacional não pode ser medido apenas pelo PIB (Produto Interno Bruto), que mensura apenas a produção material. Deve ser avaliado também sobre a base humana, por isso se vêm procurando medidas socioeconômicas mais realistas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto em 1990 pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, apresenta grande contribuição metodológica, por incluir outros componentes básicos do desenvolvimento humano, como longevidade, conhecimento ou índice de alfabetização e educação e o padrão de vida. Avaliar o desenvolvimento humano torna-se uma tarefa muito difícil por sua complexidade e dificuldade de mensuração. Para a definição do IDH, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/CE,2006) define indicador de longevidade como esperança de vida ao nascer; o indicador de nível educacional, a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior; indicador de acesso aos recursos, a renda *per capita*, o poder de compra, baseado no PIB *per capita*, ajustado ao custo de vida local, traduzida como paridade do poder de compra. A adoção do IDH é um indicador mais fiel, porque sai um pouco do percentual quantitativo, inserindo o qualitativo de uma forma mais abrangente, portanto mais próxima da realidade.

As necessidades humanas são finitas, poucas, classificáveis, e as mesmas em toda e qualquer cultura, mudando apenas no tempo e nas culturas as formas e os meios para satisfazer tais necessidades. Essas formas é que determinam a qualidade de vida de um lugar e muitas vezes as formas tradicionais são abandonadas sem participação interna do lugar, por imposição de fora. Segundo Neef (2012) as necessidades humanas são existenciais: ser, ter, fazer, estar; axiológicas: necessidade de subsistência, de proteção, de afeto, de entendimento, de participação, de

ócio, de criação, de identidade, e de liberdade. O desenvolvimento pode ser definido conforme o modo como satisfaz tais necessidades. O que está culturalmente determinado não são as necessidades, mas as formas de satisfação dessas necessidades. A necessidade fundamental insatisfeita indica pobreza humana, podendo variar em grau, considerando a carência em afeto, entendimento, participação, ou em bens materiais. A pobreza produz e alimenta patologias individuais e coletivas como angústia, depressão, violência, marginalidade, medo e isolamento.

As pessoas apresentam especificidades por possuírem necessidades próprias que se atêm à própria raiz da natureza humana, por isso chamadas necessidades existenciais. São, sobretudo, necessidades de introspecção, amizade, amor, diversão, ou necessidades qualitativas. Outras necessidades se constroem, por isso são necessidades induzidas ou alienadas. Essas são típicas de sociedades identificadas pelo modelo de desenvolvimento: sede de poder, posse, acúmulo quantitativo. Entre as necessidades existenciais e as alienadas existe uma profunda diferença, e o modelo de desenvolvimento induz para as alienadas.

O modelo capitalista induz a tantas necessidades externas ao homem para que deseje as mercadorias e os serviços como objeto de prazer e de realização da sociedade consumista, com seus desperdícios, segregação e privações. As necessidades básicas diferem das necessidades criadas. Há grupos de populações que não satisfazem sequer o mínimo de suas necessidades básicas, ou se encontram “alienadas”, situações que mobilizam a crítica dos cientistas sociais.

Em se tratando do lazer e turismo, há lógicas de desenvolvimento de territorialidade e de promoção da atividade segundo paradigmas alternativos, tais como a lógica de Sachs (1986), Sampaio (2005), Coriolano (2003), Morin (1999), voltados aos grupos humanos. Nos quais possuem uma concepção comum de desenvolvimento, aquele voltado para a maioria dos lugares, pessoas, grupos sociais e culturais – o chamado eco-sociodesenvolvimento.

A qualidade da vida humana passa pelo trabalho, mas também pelo lazer e pelo entretenimento. Assim, o lazer e o turismo são realizados para elevar o nível de bem-estar de visitantes e visitados. Os países cujo desenvolvimento está voltado para a escala humana tornam-se mais preparados à promoção do turismo. Os lugares que não respeitam o direito humano, com desigualdades gritantes, onde há guerra, violência, fome e pobreza inviabilizam o turismo. Nesses lugares, o turismo incomoda e é incomodado.

### **O significado do desenvolvimento na escala humana e do turismo sustentável**

A ideia de sustentabilidade proposta pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1987) pauta-se nos princípios de equidade social – direito de cada um se inserir no processo de desenvolvimento –, eficiência

econômica – gestão dos recursos econômicos e financeiros para garantir o funcionamento eficiente da sociedade – e prudência ecológica – a racionalização do consumo, usos de tecnologias limpas, definição de regras para a proteção ambiental.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2009) define como turismo sustentável aquele que, na gestão dos recursos, atende às necessidades econômicas e estéticas das paisagens, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade e o sistema de suporte à vida. O conceito de desenvolvimento sustentável faz referência à capacidade de satisfazer as necessidades atuais sem pôr em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades

Turismo sustentável é observado em núcleos receptores de turismo, considerando os principais promotores desses serviços, sobretudo na forma como organizam a produção, por exemplo, de forma associativa, em arranjos produtivos locais, controlando o uso efetivo das terras e das atividades econômicas associadas ao turismo. Realiza-se de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades tradicionais.

Nessa linha do desenvolvimento sustentável, a prioridade é pela geração de trabalho para os residentes, focando os empreendimentos com maior poder de impulsionar a economia local, abrindo-se à participação comunitária. Participação assegurada desde o planejamento descentralizado e associativo e mantida com a regulamentação fundiária e a posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, das chamadas comunidades nativas. Nos regulamentos das unidades de conservação, ou nos acordos dos comitês de gestão ambiental, espera-se compatibilidade com a atividade turística.

A sustentabilidade turística requer planejamento dos usos para minimizar prejuízos ao ambiente e às populações visitadas. O desenvolvimento sendo pautado não apenas no mercado, mas nos valores humanitários, e ambientais. Ações que visam à continuidade da vida, da atividade humana, da capacidade dos animais e das plantas de se reproduzirem ao longo do tempo. Para comunidades de significativas manifestações culturais, o turismo precisa ser controlado para evitar descaracterizações ou impactos, deve ter menor envergadura e cuidados específicos no sentido de assegurar o bem-estar das comunidades (Portuguez, 2010). Portuguez analisa como o processo ocorre no agroturismo” da região serrana do Espírito Santo, e afirma que desenvolvimento socioespacial é um processo de aprimoramento, gradativo de rupturas, bruscas, de melhores condições de vida. Lembra Rezende (2011), em estudos sobre o desenvolvimento pelo Turismo, que a China, desde o sétimo plano quinquenal (1985-1990), utiliza efetivamente o turismo como ferramenta para o desenvolvimento e que algumas regiões e províncias, que se decidiram pelo turismo como estratégia de combate à pobreza por serem regiões atrasadas ou comunidades de minorias étnicas, obtiveram sucesso.

E que decidir pelo turismo para alavancar o desenvolvimento pode ocorrer de várias maneiras, resultando em situações opostas, como se vê nos casos narrados. A experiência da utilização do turismo no enfrentamento da pobreza na China dá conta de que a maneira como a atividade é estruturada localmente teve efeitos diversos no crescimento econômico e no tratamento da pobreza. Diz Rezende que, nas províncias chinesas de Yunnan e Guizhou estudadas por Donaldson (2007), aconteceu o seguinte: Em ambas províncias pobres, seus governantes optaram por desenvolver o turismo de forma diferenciada. Enquanto, em Yunnan, a opção foi pela “indústria” do turismo, ao contrário em Guizhou, a opção foi por um turismo em pequena escala, de base local. E que, ironicamente, a indústria turística de base rural de Yunnan contribuiu para o rápido crescimento econômico da província, de forma concentrada, com pouca contribuição na redução das taxas de pobreza, que permanecem existindo na província. Ao contrário, a comunidade Guizhou, que optou pelo turismo em pequena escala, centrada em áreas pobres, embora tenha pouco contribuído para o “desenvolvimento” como ele é comumente entendido, reduziu a pobreza, encorajando a participação de pessoas pobres que passaram a empreender e transformar a província. Sustentabilidade e capitalismo estão sempre em contradição, porém, se tratados como pensamento complexo, abre-se caminhos para uma ação dinâmica entre as oposições. Agregar a dimensão planetária, partindo do princípio de que não adianta garantir os direitos humanos, se o planeta continuar em processo de devastação (a questão é que estes direitos humanos não foram garantidos a todos). O grande desafio é a defesa do homem, de seu trabalho, de sua dignidade, extinção das desigualdades sociais e a conservação do ambiente onde se vive.

As políticas econômicas passariam a protagonistas de ações afirmativas, na proteção das cidades, paisagens, serras, litorais, sertões, enfim, da grande variedade de geossistemas ou espaços geográficos. Com programas que criem políticas voltadas à diminuição das desigualdades regionais, disparidades sociais, à conservação ambiental, à manutenção de lugares saudáveis. Um novo paradigma para o desenvolvimento que torne a sociedade mais justa e solidária; que repense as práticas do consumo; aumente a consciência ecológica, a cidadania e a educação ambiental.

## Referências

- Boisier, S. (2003) *El desarrollo em sul lugar*, Série Geolibros, Inst, de Geografia. Pontificia Universidad Catolica di Chile.
- Chesnais, F. (1996) *A Mundialização do capital*, São Paulo: Xanã.
- Coraggio, J. L. (1996) *Desenvolvimento Humano e Educação*, São Paulo: Cortez.
- Coriolano, L. N. M. T. (1999) “Educação e Turismo no Nordeste: Uma forma de rebate à crise”, in *Produção e Dinâmica do Espaço Nordestino: da Moenda à Automação*, Crato: AGB.
- Coriolano, L. N. M. T. (2003) “Os limites do Desenvolvimento e do Turismo”, in Coriolano, L. N. M. T. *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*, Fortaleza FUNECE.
- Dowbor, L. (1998) *A Reprodução Social*, Proposta para uma gestão descentralizada, Petrópolis: Vozes.

- Esteva, G. (2000) “Desenvolvimennto”, in Sachs, W., *Dicionário do desenvolvimento*, Petrópolis: Vozes.
- Furtado, C. (1974) *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ipea (1996) *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*, Rio de Janeiro: IPEA/CE.
- Morin, E. (1999) *Ciência com Consciência*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Max-Neff, M. A. (2012) *Desenvolvimento à Escala Humana: Concepção-Aplicação-Reflexos Posteriores*, Blumenau, EDFURB.
- Organização Mundial de Turismo – OMT (2009) *Tendências do Turismo Internacional*, O mundo e as Américas, Madrid: Conselho Executivo da OMT.
- Organização Mundial de Turismo – OMT (1998) *Introdução al turismo*, Madrid: OMT.
- Pnud. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996) *Human Development Report*, Chile.
- Portuguez, A. P. (2005) “Turismo, rural”, in: Trigo, L. G. G. (Edit.), *Análises regionais e Globais do turismo brasileiro*, São Paulo: Roca, pp.577-586.
- Portuguez, A. P. (2010) *Geografia humana del bajo rio Doce*, Ituiutaba: Portuguez, A. P.
- Rezende, R. (2011) *O Turismo de Base Comunitária, Política Pública e Efeitos Sobre O Local*, O caso do projeto “Um Vale Verde de Verdade”, Pirenópolis (GO), Rio de Janeiro: Dissertação, Escola Nacional De Ciências Estatísticas – ENCE.
- Sachs, I. (1986) *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*, São Paulo: Vértice.
- Sachs, I. (1974) *Environnement et styles de développement*, Economies, Sociétés, Civilizations, nº3, Paris: Ehess.
- Sachs, I. (1995) “El Crecimiento Económico Frente al Desarrollo Social”, in *La Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social*, Copenhague: Naciones Unidas.
- Sampaio, C. A. C. (2005) *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a sócio economia*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Santos, M. (2000) *Por uma outra Globalização*, Do pensamento único à consciência universal, Rio de Janeiro: Record.
- CMMAD/ONU (1987) *Our Common Future*, Orford: University Press.



# ATRIBUTOS DAS EXPERIÊNCIAS DE ÓCIO E IMPLICAÇÕES CONTRADITÓRIAS DECORRENTES DO ESTILO DE VIDA CONTEMPORÂNEO

Ieda Rhoden<sup>1</sup>

## Introdução

Inicialmente, gostaríamos de apresentar o conceito e o entendimento de ócio com o qual trabalharemos neste artigo. Apesar de ser possível encontrar na literatura conceitos diferentes, existem alguns em torno dos quais sociólogos, psicólogos, pedagogos e filósofos encontram pontos de intersecção. Os principais entendimentos são: ócio compreendido como um tempo concedido socialmente para uso pessoal, ou seja, como um tempo de não trabalho ou um tempo livre de obrigações; ócio associado à prática de determinadas atividades, socialmente convencionadas como atividades de lazer, tais como esportes, turismo, atividades culturais e artísticas, etc.; e, finalmente, o ócio compreendido a partir da Psicologia Social, como uma *experiência subjetiva*, constituída de atributos específicos. Na prática, tanto o tempo disponível como as atividades e a realidade socioeconômica e cultural constituem o cenário sobre o qual a pessoa experimenta ou não o ócio, ainda que não sejam determinantes da qualidade da experiência subjetiva.

O ócio entendido como uma experiência subjetiva se constitui necessariamente de determinados atributos percebidos pelos sujeitos envolvidos e capazes de promover o desenvolvimento humano e social. Neste conceito, acentua-se o caráter construtivo da experiência humanista – termo utilizado por Manuel Cuenca da Universidade de Deusto, em Bilbao, na Espanha.

O ócio construtivo, como fenômeno e âmbito da vida, é potencialmente capaz de aproximar o homem do seu projeto existencial, em outras palavras, é uma experiência que beneficia a pessoa em aspectos fundamentais, como auto-descoberta, crescimento pessoal, saúde, qualidade de vida e desenvolvimento social, além de ser um meio para restaurar o equilíbrio psicofísico.

É sabido que o modo de vida da sociedade moderna e pós-moderna tem efeitos negativos sobre as pessoas, principalmente o aumento do nível de stress, o desenvolvimento de hábitos pouco saudáveis e a perda de valores referenciais estáveis. Neste contexto, o ócio pode adquirir um papel preventivo e terapêutico. Uma prática adequada de ócio poderia reduzir os custos despendidos no tratamento da dependência química, da depressão, da violência e dos conflitos familiares e comunitários. Alguns destes problemas estão relacionados com a falta de sentido, de conforto e segurança causados pelo estilo de vida pós-moderno e com

<sup>1</sup> Professora Adjunta de Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo, RS.

ele a ausência ou a pobreza das experiências de ócio, isto é, com “tempos livres” escassos ou, quando presentes, caracterizados pelo automatismo, pelo vazio ou pelo aborrecimento típico do papel de expectador. A estes exemplos acrescentaríamos o lazer consumista, o ativismo e a busca compulsiva de sensações efêmeras e prazeres imediatos.

Mas o que determina que as pessoas tenham estas ou aquelas experiências de ócio? Podemos considerar que, em parte, são os valores e a base sociocultural que determinam como os indivíduos utilizam seus recursos e quanto tempo investem no seu ócio, em contraposição aos papéis profissionais, sociais e familiares. Entretanto, o ócio, assim como o trabalho, reflete também aspectos da personalidade. As atividades podem ter diferentes significados para diferentes pessoas, assim como as mesmas pessoas, em diferentes situações, têm experiências distintas. Fatores psicológicos individuais, relacionados à história pregressa de cada um, podem levar as pessoas a um comportamento insistente ou repetitivo – quase neurótico –, segundo o qual determinadas práticas são adotadas impulsivamente como se fossem uma “necessidade”.

Um aspecto interessante é constatar que é possível experimentar o ócio sem ter consciência dessa experiência no momento em que ela ocorre; entretanto, quando se pergunta sobre os sentimentos e pensamentos vividos, as pessoas descrevem sentimentos e pensamentos típicos das experiências de ócio. Isto se explica porque a experiência de ócio se caracteriza por uma composição de atributos psicológicos que variam quanto aos graus de intensidade e durabilidade.

## Desenvolvimento

Apresentaremos, agora, alguns dos principais elementos constituintes das experiências subjetivas de ócio: percepção de liberdade; significado intrínseco; desfrute; desenvolvimento pessoal; aproximação interpessoal; relaxamento; desafio; ruptura, distração e evasão; e, finalmente, implicação psicológica, ou absorção e introspecção, ou o encontro consigo mesmo, com a natureza e com a beleza.

O elemento constituinte da experiência pessoal de ócio mais reconhecido entre os teóricos do ócio é a *liberdade*, ou a *percepção de liberdade*. Foi John Neulinger (1984), psicólogo norte-americano, quem primeiro se referiu à liberdade como um componente da experiência subjetiva de lazer, mas que se aplica perfeitamente ao ócio. Iso-Ahola (1980), outro protagonista dos estudos do lazer nos Estados Unidos, considerou a *percepção de liberdade* como a dimensão mais importante da experiência subjetiva associada a situações de lazer, onde nós identificamos a experiência de ócio. Na visão de Iso-Ahola (1980), a percepção subjetiva é o que determina a qualidade da experiência, seja produzida por um fato objetivo, seja produzida por sensações e sentimentos experimentados antes, durante ou depois da experiência.

Apesar das diferenças, observamos a coexistência de concepções complementares sobre a liberdade. Liberdade como condição natural, que confere ao homem a possibilidade de ser (Fromm, 1982 p.54-55); liberdade concreta, que situa o homem em dadas condições que lhe permitem ou impedem de estar de uma maneira ou de outra – desde esta ótica, viver no Canadá, na África ou no Brasil comporta possibilidades de ócio muito diferentes entre si –, e a liberdade psicológica, que considera a realidade a partir da percepção individual – a liberdade que poderia igualar canadenses, africanos e brasileiros no que se refere a suas experiências de ócio.

Na definição da experiência pessoal de ócio, tão importante quanto a percepção de liberdade é a presença de um *significado* pessoal, que, por sua vez, gera uma *motivação* particular, de dentro para fora, revelando a autenticidade do desejo. Deci e Ryan (1985) definem a motivação como a tendência para alcançar os próprios interesses e exercitar as próprias capacidades. Reeve (1994) descreve a motivação intrínseca como aquilo que nos leva a fazer algo somente pelo interesse e prazer de fazer, em condições nas quais a recompensa ou a punição extrínseca é insignificante. Geralmente, a satisfação de necessidades fisiológicas e as recompensas extrínsecas são fortes determinantes de condutas humanas, mas a motivação intrínseca é qualitativamente distinta. A conduta intrinsecamente motivada costuma parecer inútil, principalmente quando vista desde uma perspectiva materialista.

No espectro do que pode estar relacionado à motivação, encontramos a atribuição de um sentido à experiência ou o encontro de um *significado* em seu interior como fatores motivadores do ócio. A presença de um sentido no que alguém faz ou vive está altamente relacionada com a felicidade. Em uma longa investigação americana de leitores da revista *Psychology Today*, concluiu-se que as pessoas felizes sentem que sua vida tem significado e direção, e que elas têm confiança em seus valores (Argyle, 1989, 1992). A partir destas colocações, entendemos que o encontro de um sentido ou significado para a experiência é fundamental para um ócio humanista.

De uma perspectiva humanista, uma das propriedades discriminantes entre os muitos lazeres e “ócios” que podem existir é seu potencial para *desenvolver* as pessoas, individualmente ou em grupo. Csikszentmihalyi (2000) considera o desenvolvimento humano como um dos principais benefícios do ócio, referindo-se à possibilidade de desenvolver habilidades cognitivas, afetivas e sociais, ou seja, adquirir uma maior complexidade psicológica.

A maioria das experiências de ócio implica também o estabelecimento de *relações interpessoais* que resultam em maior aproximação humana. Esta realidade pode ser constatada de diferentes formas: quando o que impulsiona a participação em uma atividade é o desejo de relacionar-se; quando o que mais marca na experiência é o encontro ou o descobrimento de alguém; quando a experiência é precisamente o que educa ou desenvolve a pessoa para a convivência; quando o

ócio oportuniza relações solidárias com pessoas que até então estranhas; ou, ainda, quando o ócio é um antídoto contra a solidão e a tristeza.

Muitas pesquisas sobre o ócio mencionam a experiência de *relaxamento* ou *descanso* como elementos próprios das situações percebidas e vividas como ócio. Saint-Arnaud (2002) sugere que deveríamos aprender a perceber o grau de tensão que nos fatiga para atuar preventivamente e manter o equilíbrio biopsicossocial e espiritual. Contudo, na contramão desta recomendação, está o ritmo de vida acelerado que levamos, o qual limita nossa percepção em profundidade. Esse ritmo tende a gerar uma superficialidade na vida mental e na autoconsciência. Com um nível de consciência mais superficial, o homem percebe menos e tende a não valorizar aspectos abstratos e subjetivos da realidade, ficando assim esquecidos ou em segundo plano alguns valores como a serenidade, a sensibilidade, a contemplação, etc. Ao mesmo tempo, o estilo de vida hipermoderno supervaloriza a dimensão material e quantitativa da realidade. Os dados, fatos e números são registrados, divulgados e contabilizados como importantes para os indivíduos e para a sociedade. Observa-se quantas horas foram trabalhadas, e não a qualidade do trabalho realizado; quantos dias de viagem, e não o aproveitamento dela; quantos aparelhos de TV estiveram ligados em um determinado horário ou o índice de audiência, e não o que as pessoas estavam fazendo enquanto o programa acontecia; quantos acessos teve um vídeo na *internet*, e não o que as pessoas sentiram ou aprenderam; quantos amigos no Facebook, e não quantas pessoas para apoiar em um momento difícil, etc. Neste contexto, para compensar jornadas hiperativas e cargas horárias exageradas de trabalho, as pessoas tendem a entregar-se ao descanso quase que desesperadamente, sem avaliar “como” e a qualidade deste descanso. A estratégia mais simples na busca pelo descanso é a substituição de uma atividade por outra, o que pode proporcionar uma sensação de alívio imediato sem que resulte no efetivo descanso, isto é, sem chegar a repor energia e gerar o equilíbrio psicofísico.

Existem três formas conhecidas de descanso: a substituição de uma atividade por outra; o relaxamento consciente; e o sono profundo. As duas primeiras formas podem coincidir com experiências de ócio, mas o sono, embora seja considerado pelos leigos como uma atividade de tempo livre, nada pode acrescentar ao ser humano além de reposição de energia. Portanto, do ponto de vista da teoria do ócio, é mais adequado considerar o sono uma obrigação ou uma exigência natural do organismo do que uma experiência de ócio.

As substituições mais comuns, conscientes ou inconscientes, classificam-se da seguinte maneira: a substituição de uma atividade mental por outra de tipo físico ou emocional (descanso mental); a substituição de uma atividade emocional-afetiva por uma atividade mental ou física (descanso da sensibilidade); e a substituição de uma atividade física por outra de caráter afetivo ou mental (descanso do corpo). Para que essas estratégias funcionem é necessário que as lembranças e imagens originárias da atividade anterior não se misturem com a nova

atividade, o que pode resultar uma tarefa difícil para algumas pessoas sobrecarregadas de estimulação.

Considerando o estilo e os ritmos de vida contemporâneos, faz-se necessária também a experiência de distanciar-se e temporariamente esquecer qualquer situação associada a sentimentos negativos e desagradáveis, o que denominamos de experiência de *ruptura* – uma ruptura psicológica saudável e momentânea em relação às pressões e tensões típicas do trabalho e da vida social moderna.

Neste sentido, dormir à luz do dia, bem como algumas festas populares, esportes de massa e programas televisivos, geralmente sensacionalistas, possibilitam experiências que não se destinam apenas à ruptura momentânea, mas sim a uma fuga da realidade e conseqüente alienação social. Não queremos com isso afirmar que sempre e que qualquer pessoa que durma muito ou consuma produtos culturais e esportivos de massa esteja evadindo da realidade. Mas dificilmente alguém que faça somente isto em seus tempos livres estará experimentando um ócio construtivo. Algumas perguntas que poderiam facilitar um diagnóstico diferencial da qualidade de uma experiência associada ao descanso e a atividades massificadas são: por que uma pessoa “escolhe” dormir ou ocupar seu tempo com atividades deste tipo? Quanto tempo destina a estas atividades? O que sente enquanto as realiza? Que benefícios consegue perceber após a realização da atividade?

Romper com a monotonia da rotina, com forças inibidoras, com limitações externas à autoexpressão e com fontes de dor e sofrimento pode ser necessário e conveniente para a saúde e para a integridade pessoal, embora muitas vezes se trate de uma necessidade não natural, mas, sim, resultante da forma exaustiva como a vida moderna, e pós-moderna, se apresenta. As estratégias podem variar, desde a tentativa de “não pensar”; pensar somente no que não exige esforço; ocupar-se com algo muito diferente do rotineiro; mudar de ambiente, de estilo e ritmo; deixar-se absorver por coisas ou eventos distintos, etc. Contudo cabe ressaltar que as experiências de *ruptura* promovidas por agentes externos ao indivíduo não são compatíveis com o conceito de diversão de caráter humanista ou construtivo, uma vez que prescindem do componente lúdico.

Dumazedier (1964) considera a diversão – que aqui preferimos chamar de *distração* - como uma das funções do lazer, na medida em que é um fator de equilíbrio e um meio para suportar as pressões sociais. A busca de compensação, complemento ou fuga por meio do entretenimento se orienta para atividades concretas caracterizadas por mudanças de lugar, de ritmo e de estilo de vida, ou por meio de atividades fictícias apoiadas em projeções ou fantasias – no sentido de defesa psíquica – ou em simples recursos do imaginário.

O entretenimento aponta para a forte relação do ócio com demandas emergentes próprias da vida urbana moderna, tais como separar-se do cotidiano, limpar a mente, evadir-se dos problemas ou, simplesmente, verter-se para fora no sentido catártico. Referimo-nos, aqui, à experiência de evadir-se e esquecer-se tempora-

riamente de alguma situação em concreto ou de sentimentos negativos e desagradáveis. Como descreve Leif (1992): “Distração se refere à ação de romper com uma ocupação determinada ou desfazer-se de uma preocupação” (Leif, 1992, p.166).

As grandes festas, os esportes espetáculo, a televisão aberta e inclusive o consumo de drogas: dispositivos que costumam favorecer o propósito de *evasão* de algum aspecto da realidade. O fenômeno da distração, presente em algumas experiências de ócio e em muitas atividades de lazer, pode manifestar-se como uma dificuldade na hora de fixar a atenção ou como uma ruptura do pensamento entre estímulos tão diversos, a tal ponto de não colocar atenção em nenhum; portanto, pode resultar em um funcionamento bastante automatizado e inconsciente. Nestes casos, a ruptura e a distração cumprem a função de desviar a atenção de um cotidiano quase insuportável através de uma oferta excessiva de estímulos. Desta perspectiva, a questão que nos ocorre é até que ponto convém que uma experiência tenha a função de distrair ou de proporcionar a evasão de uma realidade dolorosa, considerando que as experiências de ócio potencialmente poderiam contribuir para a construção de indivíduos e de uma sociedade mais humana e mais saudável.

Não obstante, no entendimento de Leif (1992), a *distração* também pode significar a concentração sobre um determinado estímulo ou objeto, quer dizer, um deixar-se absorver por algo ou fixar a mente sobre algo. Assim, a distração ou diversão têm duas conotações diferentes. Por um lado, é uma experiência de “desatenção”, “ofuscamento” e até “inadvertência”; e por outro, uma experiência “relaxante”, ainda que superficial, capaz de distrair a mente ou separar o indivíduo de algo incômodo.

Cabe recordar que o termo *diversão*, proposto por Pascal, indica “a ocupação que impede o homem de pensar em seus problemas essenciais” (Leif, 1992, p.166). Diante da concepção de *diversão* como algo meramente destinado a isolar ou separar a pessoa de uma confrontação e de um enfrentamento de questões essenciais, ficaríamos mais confortáveis atribuindo-lhe o status de sintoma psicossocial do que de atributo das experiências de ócio. Neste sentido, somos levados a refletir sobre o que ganha o homem ao se esquivar do enfrentamento consigo mesmo; de reflexões sobre a vida que leva, sobre os valores que fundamentam suas escolhas ou sobre o sentido do que faz. Ou ainda, numa perspectiva crítica social: que vida é essa, que obriga o homem a fugir de uma dada realidade para se manter vivo nela mesma?

Gunter (1987 Apud Tinsley, 1993), em seus estudos, encontrou a separação do cotidiano e a fantasia como características do lazer e de algumas formas de uso do tempo livre. A fantasia é uma oportunidade que o ócio pode oferecer de experimentação e ou de expressão de um mundo imaginário, quer dizer, de “outro mundo”. A possibilidade humana de criar imaginariamente “outro mundo” para se sentir melhor, sem que necessariamente consiga transformar este imaginário em algo real, convoca-nos, mais uma vez, a refletir sobre que sociedade é essa

que nos convida e por vezes nos exige viver “de outro modo” ou criar “outro mundo” para estarmos psiquicamente mais próximos do que realmente necessitamos ou desejamos como espécie. E mais, será que não podemos escolher outra forma de viver o cotidiano, o trabalho e as relações pessoais, sem ter que recorrer a mecanismos de fantasia e dissociação do real para nos sentirmos aliviados?

Romper com a monotonia da rotina, com forças inibidoras, limitações externas a autoexpressão e com fontes de dor e sofrimento pode ser necessário e conveniente para a saúde e para a integridade pessoal, embora seja uma necessidade produzida pelo estilo de vida da sociedade pós-moderna. As estratégias podem variar, desde a tentativa de “não pensar”; pensar somente no que não exige esforço mental ou emocional (distrair-se); ocupar-se com algo muito diferente ao rotineiro (entreter-se); mudar de ambiente, estilo e ritmo (evadir-se); deixar-se absorver por coisas ou eventos distintos (romper), etc. Todas essas formas de distração podem se transformar em experiências pessoais de ócio construtivo, desde que não aconteçam em estados de dissociação da personalidade, de alienação e perda de identidade, em outras palavras, de ruptura na relação com o próprio *self*. Por isso, as experiências de ruptura promovidas por qualquer tipo de droga não são compatíveis com um conceito de diversão humanista.

Parece-nos lógico que a necessidade concreta de fuga ou evasão, assim como de descanso físico e mental, exerça uma influência na escolha do tipo de ócio e leve a pessoa a preferir atividades ou situações que não exijam esforços ou mudanças significativas, seja ao nível de representação mental – o que a pessoa pensa ou imagina sobre a atividade –, ou a nível concreto, o que a atividade realmente demanda.

As experiências de evasão, distração e ruptura, em princípio, não necessariamente precisariam se esvaziar do potencial para situar os indivíduos em relação aos demais e ao mundo, mas, em realidade, o que mais acontece é que se afastam bastante do que poderia ser um ócio capaz de proporcionar desenvolvimento e autorrealização.

Outra categoria de experiências de tempo livre tem em comum o fato de exigirem algo mais, algo que está além do habitual, seja na dimensão física, intelectual ou emocional, o que denominamos de experiência de *desafio*. Considerando o potencial humano para o desenvolvimento, justifica-se que as pessoas sintam prazer e desfrutem ao experimentarem o novo ou o diferente, ainda que isto demande algum esforço pessoal. Entretanto, deve-se observar que o excesso de estimulação pode gerar também sentimentos de perda de controle e desconforto. Da mesma forma, mas no outro extremo, a ausência de estímulos suficientes gera aborrecimento, apatia, e, ao se estender por um longo período de tempo, pode declinar a capacidade física e mental. Por isso, a experiência de ócio, para ser construtiva, deve conter um equilíbrio entre os desafios que a atividade proporciona ou seu grau de dificuldade e exigência e as habilidades que o protagonista da experiência dispõe. Somente com equilíbrio entre exigências e capacidades é que

uma atividade pode ser percebida como prazerosa e resultar na experiência do *desfrute*, ou seja, proporcionar afetos positivos (Csikszentmihalyi, 1998).

Outra possibilidade de algumas experiências de ócio é a *absorção*, ou *implicação psicológica*, na própria experiência ou situação em mãos, uma qualidade bastante valorizada por alguns autores como Mannell (1997), Tinsley (1986) e Csikszentmihalyi (1998), ainda que não tenha a mesma força teórica que outras já apresentadas aqui. Trata-se de um fenômeno que repercute ou se desdobra em um conjunto de outras qualidades. Falamos da implicação psicológica com e no ócio. A esta implicação podem ser acrescentados elementos cognitivos, como a atenção concentrada; afetivos, como o aumento da sensibilidade; e outros específicos, como a perda da noção do tempo e o esquecimento de si mesmo.

Mannel (Apud Samdhal, 1991) considera a implicação psicológica como uma condição *sine qua non* para que se manifeste a experiência de ócio; é o se envolver na experiência, uma característica que se concretiza por meio de alguns fenômenos: estreitamento do foco de atenção, sensação de controle, diminuição da autoconsciência, perda da consciência do passar do tempo, etc. (Mannell, 1987). Para melhor compreensão deste fenômeno, podemos acrescentar que a implicação psicológica ou absorção pode se desdobrar em atenção concentrada; aumento da sensibilidade; perda da noção do tempo e o esquecimento do próprio *eu* (*ego*). Cognitivamente, o que ocorre é um estreitamento do foco de atenção e um alto grau de concentração no que está sendo vivenciado, seja uma tarefa, uma situação, uma cena, uma pessoa ou um objeto em observação. Ora, implicar-se naquilo que se está fazendo requer entrega psicológica e física. Logo, requer disponibilidade, consciência e uma atitude que vai na direção oposta da aceleração e do automatismo. Talvez por isso, o atributo da *absorção*, descrito originalmente por Csikszentmihalyi (1998) como um traço das “experiências ótimas” ou de fluxo, não seja assim tão facilmente identificado nas experiências de ócio cotidianas e muito menos nas experiências de lazer socialmente convencionadas como tal.

Entretanto, é precisamente a capacidade de se entregar a uma experiência pessoal desfrutável e potencialmente catalisadora do desenvolvimento de habilidades humanas que pode fazer a diferença na *qualidade de vida* e no estado de satisfação com a vida ou, por que não dizer, no estado de felicidade (Argyle, 2002). Viver intensamente uma situação e extrair dela, de modo espontâneo, o máximo de aprendizado possível, poderia ser considerado, nos dias de hoje, a práxis do conceito de ócio grego – *skolé* (Salis, 2004).

Para Tinsley e Tinsley (1986), um elevado grau de concentração se associa a uma melhora quantitativa e qualitativa da percepção de sensações corporais e da percepção dos estímulos afetivos. Aumentando pouco ou moderadamente a concentração na experiência, ocorre um incremento na qualidade da experiência. Enquanto que, aumentando a concentração de moderadamente a forte, reduz-se a qualidade da experiência de ócio. Isto indica também que existe um nível ótimo

de intensidade para que uma experiência seja construtiva e saudável, o que provavelmente pouco tenha a ver com as avaliações cognitivas que um indivíduo possa fazer acerca das atividades realizadas.

O mais frequente nas experiências de ócio é a sensação de que o tempo está passando rapidamente; entretanto, pode ocorrer o contrário em atividades nas quais o tempo é essencial, como participar de uma corrida ou de uma maratona. Contudo, os estudos de ócio não esclarecem se a perda da noção do tempo é um atributo em si mesmo ou uma consequência direta do alto grau de concentração.

Embora perder a noção do relógio não seja um dos elementos principais do desfrute, liberar-se da tirania do tempo se acrescenta à euforia que sentimos quando nos encontramos em um estado de pleno compromisso com o que fazemos (Csikszentmihalyi, 1987, p. 109).

Fica demonstrado que se concentrar, da forma como descrevem Csikszentmihalyi (1987), Maslow (1999) e Tinsley (1986), é um comportamento pouco comum na vida frenética das sociedades urbanas; ou, em outras palavras, as pessoas estão pouco treinadas para concentrar toda sua atenção e energia em uma única atividade, principalmente em seu tempo livre. Considerando esta realidade, a experiência de ócio se torna ainda mais importante na medida em que se apresenta deste modo, como uma possibilidade de exercitar a capacidade de envolvimento psicológico, ora através da atenção concentrada, ora através da entrega a nível emocional.

Depois da *implicação psicológica* ou *absorção*, a *introspecção* é outro atributo das experiências de ócio construtivo, pouco analisado pelos teóricos do ócio, mas que se mostra cada vez mais necessária diante dos estilos de vida irreflexivos, impulsivos e automatizados da sociedade moderna e pós-moderna. A possibilidade de se voltar para dentro de si, perceber-se, sentir-se, pensar e refletir é um exercício fundamental para aquelas pessoas que já alcançaram determinados níveis de complexidade psicológica e pode ser sensibilizador para aquelas que se encontram alienadas de si mesmo ou para os que perderam a crítica sobre os modos de produção de sujeitos “bem adaptados”.

Cabe destacar que a experiência de *introspecção* ou *intimidade* consigo mesmo pode adquirir formas muito variadas: parar e pensar sobre si e sobre a vida; orar; meditar; contemplar; apreciar; etc. ou não ter nenhuma forma específica, sendo que o que é realmente determinante da qualidade destas experiências é o estado psicológico e ou espiritual do seu protagonista. Esse tipo de experiência se apresenta na sociedade pós-moderna como um enorme desafio, já que este tipo de prática não é valorizada – o que, segundo Moreno(1994), possivelmente resulte de uma educação centrada nos resultados objetivos e imediatos de qualquer ação.

A *introspecção* também se dá na intimidade do homem com a natureza e com as diversas formas de expressão da beleza. É de domínio comum que o contato com a natureza favorece os estados contemplativos e reflexivos. De acordo com Jourard e Landsman (1987), o contato com o mundo físico natural – praias, montanhas, reservas florestais, campos, fauna e flora – tem a capacidade de proporcionar um sentido de ritmo que contrasta principalmente com as pessoas que vivem nos grandes centros urbanos. Esse tipo de experiência nos recorda de que não temos unicamente um corpo, mas um corpo constituído dos mesmos elementos que encontramos na natureza, e que também a ela pertence. Um estudo realizado no Bosque Nacional White River no Colorado, por Hull, Stewart e Young Yi (1992), demonstrou que os sujeitos eram suscetíveis à sua localização em um parque e a beleza cênica interferia significativamente na sua satisfação.

A cultura e as artes, de modo especial, privilegiam a relação de natureza estética, porque uma obra artística, seja plástica, musical, teatral ou literária, convida a um olhar e uma escuta sensível, e desta forma exercitam habilidades essencialmente humanas. Neste sentido, a apreciação estética ou a contemplação da beleza identificada na arte muitas vezes constitui uma profunda experiência de ócio. Entendemos, pois, que semelhante experiência de encontro ocorre também na estreita relação do homem com a natureza, dado que ela também se oferece para um olhar e escuta sensíveis, e desta forma nos convida a contemplá-la sem possuí-la.

### Conclusões

Por fim, o ócio pode ser um elemento importante para o estado de felicidade, se não ao menos para uma melhor *qualidade de vida* frente aos estilos de vida acelerados, imediatistas, e superficiais da pós-modernidade, sempre e quando se caracterizar por um *ethos* humanista. O pano de fundo desta afirmação é a crença de que, em condições socioeconômicas e culturais semelhantes, é a atitude adotada frente a estas condições, a percepção e usos do tempo ou o que cada um valoriza e prioriza que podem fazer com que a qualidade e a satisfação para com a vida sejam tão distintas entre pessoas aparentemente próximas. Csikszentmihalyi (1997) aponta dois caminhos para incrementar as experiências de desfrute e, com elas, a *qualidade de vida*: 1) tentar atuar sobre as condições externas para que se adequem aos nossos objetivos; 2) mudar nossas percepções a respeito das condições externas para adaptá-las a nossas metas.

Portanto, podemos entender que *qualidade de vida* e felicidade, no contexto da pós-modernidade, dependem tanto das condições externas, como da subjetividade individual. Em outras palavras, ter uma oferta mais qualificada de atividades de lazer pode ajudar, mas não garante experiências de ócio construtivo e muito menos a *qualidade de vida*. A forma como cada indivíduo percebe e pensa o próprio tempo e a valorização de seu ócio, e, logo, a educação para a importância destas experiências na vida, talvez tenha mais impactos no afrontamento dos es-

tilos de vida hipermodernos do que as condições concretas de tempo disponível e de atividades de lazer.

O ócio se relaciona com a felicidade e com a qualidade de vida na medida em que se fundamente numa ética humanista, quer dizer, constituindo-se em uma experiência vantajosa para um e para outros, de tal forma que encontremos modos de satisfação sem prejuízo de ninguém, muito menos de si mesmo (Rhoden, 2011).

Possivelmente existam formas diferentes de se viver em uma mesma realidade sociocultural e econômica, já que a atitude frente a estas condições, a percepção de tempo, o que cada um valoriza e prioriza, e a experiência subjetiva de ócio podem fazer com que a qualidade e a satisfação na vida sejam distintas entre pessoas que pertencem à mesma realidade social.

## Referências

- Argyle, M. (1992) *La psicología de la felicidad*, Madrid, España: Alianza.
- Csikszentmihalyi, M. (1997) *Fluir: Una psicología de la felicidad*, Barcelona, España: Círculo de Lectores.
- Csikszentmihalyi, M. (1998) *Creatividad: El flujo y la psicología del descubrimiento y la invención*, Barcelona, España: Paidós.
- Cuenca Cabeza, M. (2000) *Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*, Bilbao, España: Universidad de Deusto.
- Deci, E. L. & Ryan, R. M. (1985) *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*, Nueva York, EE. UU.: Plenum Press.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2000) "Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well being", in *Journal of American Psychological Association*, 55(1), pp.68-78.
- Dumazedier, J. (1964) *Hacia una civilización del ocio*, Barcelona, España: Estela.
- Iso-Ahola, S. E. (1980) *Social psychological perspectives on leisure and recreation*, Springfield, EE. UU.: Charles C. Thomas Publisher.
- Jourard, M. S. & Landsman, T. (1987) *La personalidad saludable: El punto de vista de la psicología humanística* (Palacios, J. S., Trad.), México: Editoras Trilhas.
- Kelly, J. R. (1983) *Leisure identities and interactions*, Londres, Inglaterra: George Allen.
- Kleiber, D. A. (1999) *Leisure experience and human development: A dialectical interpretation*, Nueva York, NY, EE.UU.: Basic Books.
- Maslow, A. H. (1999) *La personalidad creadora*, Barcelona España: Kairós.
- Moreno, I. (1994) *Todos tenemos tiempo: Nueva práctica del tiempo en el siglo XXI*, Buenos Aires, Argentina: Editorial Humanitas.
- Naranjo, C. (1991) *Psicología da meditação*, São Paulo, SP, Brasil: Instituto Thame.
- Neulinger, J. (1981) *The psychology of leisure* (2ª ed.), Springfield, EE. UU.: Charles C. Thomas.
- Rhoden, I. (2004) *Experiencias personales de ocio: desarrollo de una herramienta para identificación de sus cualidades subjetivas*, Tesis de Doctorado de la en Ocio y Potencial Humano, Universidad de Deusto, Bilbao, España, 416p.
- Rhoden, I. (2011) "Possibilidades saudáveis de contraposição a vida hipermoderna: facetas de um ócio construtivo", Cap 9, in Rossi, A. M.; Perrewé, P. L. & Meurs, J. A. (orgs.). *Stress e Qualidade de Vida no Trabalho: Stress Social- enfrentamento e prevenção*, São Paulo: Atlas, pp.154-197.
- Saint-Arnaud, Y. (2002) *La guérison par le plaisir*, Ottawa, Canada: Novalis, Université Saint-Paul.

- Tinsley, H. E. A. (1985) "The psychological benefits of leisure counseling", in *Society and Leisure*, pp.125-140.
- Tinsley, H. E. A. & Tinsley, D. J. (1986) "A Theory of the attributes, benefits, and causes of leisure experience", in *Society and Leisure*, pp.1-45.
- Witt, P. A. y Ellis, G. D. (1989) *The leisure diagnostic battery. Users manua*, State College, EE. UU. Venture Publishing.

# NOVOS DESAFIOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOBRE CULTURA: PRIORIDADES DE INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO CULTURAL DA EU

Cristina Ortega Nuere; Isabel Verdet Peris<sup>1</sup>

## Introdução

Num momento em que todo o continente está perante uma grave crise económica, a Europa assume o desafio de se reinventar, e a criatividade parece ser um fator-chave para isso. José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, afirmou, no prefácio da Estratégia Europeia 2020, que “a crise é o momento de despertar, o momento em que reconhecemos que ‘não devemos nos limitar a continuar a tratar das coisas como habitualmente’ e que isso irá levar-nos a um declínio gradual, para o segundo lugar da nova ordem global. Está na hora de sermos ambiciosos” (Comissão Europeia, 2010, p.3). Os programas e as políticas culturais são essenciais na formação dessas empresas ambiciosas alternativas, sem esquecer as suas contribuições para o desenvolvimento social, inclusão e coesão.

As Instituições Europeias, bem como outros atores políticos desde o nível local ao nível global estão cada vez mais conscientes do potencial da cultura, o que explica a publicação de um grande número de documentos sobre a cultura, a partir de 2001, que visam estabelecer as prioridades que as políticas e os programas culturais devem seguir. Para desenvolver adequadamente as estratégias para alcançar as principais metas estabelecidas por estes documentos, a formulação de políticas tem de trabalhar lado a lado com a investigação, de forma a identificar melhor as necessidades, desenvolver e executar programas culturais e, finalmente, avaliar os seus resultados.

De acordo com isto, as questões deste trabalho de investigação são: existe uma ligação inequívoca entre as principais prioridades que guiam as políticas culturais Europeias e as linhas de pesquisa financiadas pelas Instituições da UE no domínio da cultura? Quais os “nichos de pesquisa”, ou seja, as prioridades que podem obter recursos de financiamento de programas de investigação através de financiamento da UE?

A metodologia seguida para responder a estas perguntas tem sido a análise detalhada de documentos relevantes sobre a cultura que têm um impacto na criação de políticas a nível europeu. As prioridades resultantes serão depois cruzadas com as linhas de investigação financiadas por programas da UE. Como forma de conclusão, os “nichos de investigação” são identificados e são fornecidas outras recomendações para uma estratégia mais abrangente no campo da investigação cultural.

<sup>1</sup> Tradução: Andrei Manoliu e Maria Elena Ortiz; Revisão: Silvana Costa

## 1. Prioridades para políticas culturais europeias e programas

No início do século XXI, a paisagem cultural Europeia é marcada pela publicação de muitos documentos de referência que visam suscitar o debate sobre as políticas culturais de diferentes perspetivas. Alguns dos documentos mais relevantes – revistos em detalhe adiante, seguindo a ordem cronológica de apresentação – são: a *Estratégia Europa 2020*, a *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*, a *Agenda 21 da Cultura*, a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, e mais especificamente, a *Agenda Europeia para a Cultura*, o *Livro Verde sobre as Indústrias Culturais e Criativas*, e o *Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014*. O primeiro documento a ser apresentado é *Estratégia Europa 2020* emitido em 2010. Este não é o documento mais recente, nem é específico sobre a cultura. No entanto é apresentado em primeiro lugar porque é uma estratégia abrangente para enfrentar e superar a crise reforçando três prioridades: crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Algumas destas questões são, obviamente, muito ligadas à cultura na sua dimensão mais ampla, como um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo está ligada ao conhecimento, inovação e coesão social e territorial, entre outros elementos. Mais especificamente, esta Estratégia fornece os alvos – estabelecidos pela Comissão – a serem cumpridos em 2020. Estes objetivos principais estão relacionados com o emprego, o investimento em R&D, questões ambientais, da educação e da pobreza, que são, ao mesmo tempo, representantes das três prioridades acima mencionadas.

Pode-se argumentar que as prioridades para quais a cultura pode dar um maior contributo são a inteligência e o crescimento inclusivo. As iniciativas emblemáticas lançadas pela CE nesta Estratégia relacionada a estas prioridades fornecem uma visão geral sobre o papel que a cultura poderia desempenhar na sua realização. Para um crescimento inteligente, a CE recomenda a promoção de: inovação R&D; educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; e sociedade digital. No que diz respeito ao crescimento inclusivo, as ações serão focadas no emprego, nas habilidades e na luta contra a pobreza.

O primeiro documento oficial internacional significativo que é específico sobre a cultura é a *UNESCO Universal Declaration on cultural diversity* (2001), adotado pela Conferência Geral da UNESCO. Esta declaração foi emitida no contexto pós-9/11, o que explica seu foco na preservação da diversidade cultural, como um elemento necessário para a humanidade, que pode “evitar a segregação e o fundamentalismo em nome das diferenças culturais” (UNESCO, 2001). Para promover a diversidade cultural, a Declaração oferece 12 artigos organizados conforme os quatro seguintes títulos: identidade, diversidade e pluralismo; a diversidade cultural e os direitos humanos; diversidade cultural e criatividade; diversidade cultural e solidariedade internacional.

Juntamente com a Declaração, foi fornecido um Plano de Execução para a sua implementação, contendo orientações mais explícitas para o desenvolvimento

de políticas públicas no domínio da cultura. Estas prioridades, como para cada órgão da Declaração da ONU, pretendem ser seguidas não só pela própria UNESCO e os seus Estados-Membros mas também por outros Estados, governos e por organizações intergovernamentais e não-governamentais na elaboração e execução dos seus programas culturais. As principais linhas do Plano de Ação, um total de 20, estão relacionadas a: reconhecimento dos direitos culturais como parte integrante dos direitos humanos, preservação do património cultural em todas as suas formas, com um foco especial no património linguístico; incentivando “a literacia digital” a um nível global; promovendo a mobilidade no campo cultural; o reconhecimento dos direitos dos autores e artistas; melhorando o estabelecimento de indústrias culturais em todos os países, incluindo os em desenvolvimento, através da cooperação internacional; e a construção de parcerias entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil.

A *Agenda 21 da Cultura* (2004) é o documento de referência sobre este tema para as cidades e os governos locais. Toma algumas ideias da Declaração da UNESCO – especialmente nos pontos relativos a cultura e aos direitos humanos – e desenvolve outras notáveis que abordam a relação entre a cultura e a governança, a sustentabilidade e o território, a inclusão social e a economia. A seção “empreendimento”, no documento, foca-se nas prioridades que devem guiar as políticas culturais públicas a nível local; enquanto a seção “recomendações” não se dirige apenas aos governos locais, mas também para os nacionais e as organizações internacionais (como a UNESCO ou a União Europeia). No caso de organizações continentais como a UE, a *Agenda 21* recomenda o desenvolvimento comum de uma “política cultural com base no princípio da legitimidade da intervenção pública na cultura, diversidade, participação, democracia e o *networking*”.

Os conceitos-chave nas responsabilidades a serem assumidas pelos governos locais, de acordo com este documento, são: a diversidade cultural; o acesso universal à cultura; o desenvolvimento de audiências; a participação democrática no desenvolvimento de políticas culturais; o financiamento público; o diálogo inter-religioso; a liberdade de expressão; a avaliação do impacto cultural (indicadores culturais); património cultural; espaços públicos; descentralização das políticas culturais; coordenação intergovernamental; indústrias culturais, o acesso à dimensão digital da cultura; direitos dos autores e artistas; o acesso aos meios de comunicação públicos; auto-compromisso dos criadores e artistas com a cidade; a produção literária e o acesso a ela; caráter coletivo da cultura; políticas de educação para promover a criatividade; popularização da cultura científica e técnica; turismo que respeita a cultura local; e, por último, a cooperação cultural internacional.

Apenas um ano após a publicação da *Agenda 21*, em 2005, a UNESCO adotou, como resultado da sua reunião da Conferência Geral, em Paris, a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, que está focada principalmente na interação cultural entre povos e culturas. O principal objetivo

da presente *Convenção* é “proteger e promover a diversidade das expressões culturais”; outros oito objetivos, decorrentes deste, também são indicados: para possibilitar o diálogo intercultural; para promover a cultura como um elemento crucial para o desenvolvimento; para reafirmar a soberania nacional no campo da cultura; para reforçar a cooperação e a solidariedade internacional; etc. A *Convenção* segue a *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*; mas ela representa um passo adiante, porque, ao contrário do outro, este é um acordo internacional juridicamente vinculado para aqueles estados que o ratificam.

A *Agenda Europeia para a cultura num mundo globalizado* - publicada pela CE em 2007 - é o primeiro documento europeu sobre esta questão; de modo que poderia ser considerado como a primeira tentativa de lançamento de uma política cultural comum a nível europeu, como sugerido pela *Agenda 21* em 2004. Foi o resultado do processo de consulta *on-line*, no qual mais de 200 organizações e indivíduos participaram. Uma das suas propostas mais importantes é a criação de um “Método Aberto de Coordenação no domínio da Cultura [OMC] (...) e para melhorar o diálogo com a sociedade civil Europeia” (Comissão Europeia, 2007). O *Método Aberto de Coordenação* envolveria a Comissão Europeia, os Estados-Membros e a Sociedade Civil. Esta cooperação é essencial em áreas de competências partilhadas – pela UE e os EM –, como é o caso da cultura, onde a UE tem muito poucas competências legislativas. Estes três atores devem comprometer-se a trabalhar, a fim de alcançar os objetivos gerais enunciados pela EC na sua Comunicação: “promoção da diversidade cultural e do diálogo intercultural; a promoção da cultura como catalisador de criatividade (...); e promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais da UE” (Comissão Europeia, 2007).

O OMC é baseado em objetivos políticos definidos pelo Conselho de Ministros e depois transposto para as políticas nacionais e regionais. O grau de realização destes objetivos é medido através de indicadores específicos para identificar as melhores práticas e, finalmente, os resultados são acompanhados e avaliados. Mesmo que este método possa ser muito positivo para aumentar o conhecimento entre os Estados, a sua eficácia é limitada devido à sua natureza não vinculativa.

Nesse mesmo ano, em 2010, foi publicado pela CE o *Livro Verde*, desbloqueando o potencial das indústrias culturais e criativas. O mesmo “tem como objetivo incentivar o debate sobre os requisitos de um ambiente criativo verdadeiramente estimulante para Indústrias Culturais e Criativas da UE (ICC)”. Inclui múltiplas perspetivas, desde o ambiente de negócios para a necessidade de abrir um espaço Europeu comum para a cultura, desde a capacidade para o desenvolvimento de competências e a promoção dos criadores Europeus no cenário mundial (Comissão Europeia, 2010). De acordo com isso, são identificadas as condições necessárias que devem ser fornecidas pelas políticas culturais, para poder permitir um maior desenvolvimento das ICC: diversidade cultural; mudança digital; novos espaços para experimentação, inovação e empreendedorismo; novas habilidades; o acesso ao financiamento; e a mobilidade das obras culturais.

O último documento analisado é o *Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014* (2010). Baseia-se na *Agenda Europeia para a Cultura* e na *Estratégia Europa 2020* e é o documento mais prático, uma vez que propõe algumas ações concretas para alcançar as prioridades apontadas nesses documentos. Assim, ao contrário dos anteriores, este é um documento que fornece orientações práticas concretas para a ação. O *Plano de Trabalho para a Cultura* identifica seis áreas prioritárias: a Diversidade Cultural, o Diálogo Intercultural e a Cultura Acessível e Inclusiva; Indústrias Culturais e Criativas; Competências e Mobilidade; Património Cultural, incluindo a mobilidade das coleções; Cultura nas Relações Externas; e Cultura Estatística.

Os documentos analisados são de naturezas diferentes, as suas abordagens são diferentes e também os seus objetivos variam desde o nível local e regional para o nível global. Contudo, todos reconhecem o potencial da cultura, seja como elemento de desenvolvimento social, como propulsor econômico, ou ambos. Eles também concordam em muitas das prioridades que necessitam ser abordados pelas políticas culturais para desbloquear este potencial. Para os fins deste artigo, as propostas mais acordadas foram classificadas em diferentes categorias temáticas, como na figura 1, do anexo.

Todas as prioridades são explicitamente mencionadas, de alguma forma, em, pelo menos, um dos documentos analisados. A fim de tornar mais fácil a comparação entre essas prioridades e as linhas de pesquisa, as mesmas foram classificadas em sete grandes áreas temáticas: cultura e desenvolvimento; diversidade cultural e diálogo intercultural; a cultura como um motor econômico; a cultura e as políticas públicas; a cultura e a Educação e acesso à cultura; monitorização e avaliação de cultura; e cultura a nível regional ou local.

Esta classificação é apenas uma das muitas que poderiam ter sido feitas. Algumas das categorias identificadas são prioridades gerais que podem incluir algumas das outras dentro delas. No entanto foram estabelecidas de acordo com o conteúdo dos documentos; já que algumas delas – como a *Declaração da UNESCO* – definiram metas gerais, enquanto outras – como a *Agenda 21* ou a *Estratégia Europa 2020*, são muito mais específicas. Isso explica porque, por exemplo, “As políticas e mercados culturais locais e regionais” não foram incluídas na “Cultura e políticas públicas”. Como a *Agenda 21* é muito preocupada com os problemas regionais e locais – uma vez que é um documento dirigido a governos locais –, foi considerado interessante abrir umas categorias específicas, e refletir de forma mais detalhada as suas propostas. Além disso, num documento, existem assuntos que têm prioridade face a outros. Por exemplo, para os documentos da UNESCO, a diversidade cultural e sua relação com o desenvolvimento é muito mais central do que outras questões, que, mesmo se mencionadas, são concebidas mais como um instrumento para conceder essa diversidade cultural do que uma prioridade principal.

Tendo em conta todas estas observações, podem tirar-se várias conclusões a partir da análise anterior destes documentos políticos. Em primeiro lugar, é im-

portante destacar como coincidem normalmente nas prioridades que mencionam. Em segundo lugar, pode inferir-se a partir da análise que a direção da *Declaração da UNESCO* foi seguida pelos documentos sucessivos, que incluíram as suas principais ideias e prioridades. No entanto, os documentos da UE foram muito úteis para abordar as prioridades amplas da realidade prática por meio de propostas concretas – muitas vezes bastante utópicas – da UNESCO.

Na próxima seção, uma vez identificadas as prioridades, os projetos de investigação financiados pela União Europeia através de diferentes programas serão descritos e identificados os tópicos principais que abordam.

## 2. Programas de financiamento de pesquisa sobre a cultura na UE

Este artigo analisa os programas da UE, que – se focam na cultura, ou em ter a cultura como um elemento transversal, ou como um domínio específico – pode financiar projetos de investigação sobre a cultura. Mais especificamente, esses programas são: *Horizonte 2020*, antes conhecido como o *Sétimo Programa-Quadro* (FP7); *Europa Criativa*, que corresponde ao renomeado *Programa Cultural*; o *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida*; *EuropeAid*, os *Anos Europeus*; e as *Capitais Europeias da Cultura* (ECOC). Tendo consciência de que existem outros programas e instrumentos de dotações orçamentais para a investigação, os critérios para esta escolha foram relacionados com a importância desses programas devido à sua conexão com a cultura, ou como a investigação (ou a ambas).

O *Horizonte 2020* não é específico para a cultura, mas será, com a sua entrada em vigor em 2014, o principal programa da UE para a investigação – com um orçamento de €80 mil milhões – e substituirá o atual *Sétimo Programa-Quadro*. O *Horizonte 2020* foi desenvolvido como o instrumento financeiro para a implementação da *Inovação da União*, uma das iniciativas emblemáticas da *Estratégia Europeia 2020*, que visa reorientar R&D e a política de inovação, cujos três objetivos principais são: a excelência científica, as indústrias competitivas e uma melhor sociedade. A figura 2 do anexo fornece uma visão geral das áreas de pesquisa do *Horizonte 2020*.

A Cultura tem muito a dizer em algumas dessas áreas. O que diz respeito às “indústrias competitivas”, por um lado, pode ajudar a aumentar a criação de empregos através da investigação no domínio das “novas competências para novos empregos”, da mesma forma, as ICC podem ser consideradas PME Inovadoras (Pequenas e Médias Empresas), cujas melhorias são outras das áreas de interesse do *Horizonte 2020* para promover as indústrias competitivas. Por outro lado, a contribuição da cultura também pode ser notável na área de investigação intitulada “melhor sociedade”. Esta área inclui a segurança energética, os transportes, as alterações climáticas e a eficiência dos recursos, a saúde e o envelhecimento, os métodos de produção amigos do ambiente e o ordenamento territorial, e uma programação conjunta com os Estados-Membros e regiões. Mesmo se esta última conexão não for tão óbvia, existem

algumas possibilidades interessantes sobre as ligações cultura-saúde ou cultura-ambiente, entre outras, que poderiam ser exploradas.

Do *Horizonte 2020* para a *Europa Criativa*, o maior programa que é específico sobre a cultura. Mais especificamente, é um programa para os setores culturais e criativos da Europa, com uma proposta de orçamento de cerca de €1,8 mil milhões para o período 2014-2020, o que representa um aumento de 37% em comparação com o *Programa Cultural* anterior. Destina-se a enfrentar quatro desafios principais: um espaço de mercado/cultural fragmentado; a mudança digital; o acesso ao financiamento; e a falta de informação. Estes quatro desafios estão incluídos nas prioridades definidas pelos documentos principais sobre a cultura que foram previamente analisados. Quando analisados ao pormenor os objetivos, as prioridades e os instrumentos específicos propostos pela *Europa Criativa*, é detetado um nível ainda maior de correspondência entre as prioridades definidas pelos documentos políticos e este programa europeu.

Por exemplo, os objetivos gerais da *Europa Criativa* são: “promover a salvaguarda e a promoção da diversidade cultural e linguística europeia e reforçar a competitividade dos setores culturais e criativos, que visa promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” (Comissão Europeia, 2012 <http://ec.europa.eu/culture/creative-europe/>); objetivos que estão claramente ligados à *Declaração e Convenção da UNESCO* e à *Estratégia Europa 2020*, respetivamente. Em termos gerais, a *Europa Criativa* é centrada na dimensão económica da cultura, incorporada na ICC e num instrumento de financiamento específico, através de empréstimos para o setor cultural, na sua projeção internacional e cooperação transnacional, assim como no desenvolvimento de nova audiência.

Passando para outros programas que não são específicos sobre a cultura, mas que lidam com ela em qualquer uma das suas dimensões, o *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* (PALV), *EuropeAid*, e outras iniciativas, como os *Anos Europeus* e as *Capitais Europeias da Cultura* serão agora descritos. O que é mais interessante sobre esses programas é identificar quais são as potenciais conexões sobre eles e a área da cultura; assim como fornecer exemplos de programas culturais já financiados por eles.

Em primeiro lugar, o objetivo geral do *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* (PALV) é “fomentar os intercâmbios, a cooperação e a mobilidade entre os sistemas de educação e formação no âmbito da UE para que se tornem uma referência mundial de qualidade” (Comissão Europeia, 2013). Entre os seus objetivos específicos, encontramos aspetos relacionados com novas habilidades, a mobilidade, o diálogo intercultural, a empregabilidade, os direitos humanos e a democracia, intercâmbio de melhores práticas, inovação e criatividade, conteúdos baseados em ICT, etc. O programa é dividido em quatro programas setoriais que cobrem todo o alcance das possibilidades educacionais. Esses subprogramas são: *Comenius*, para escolas; *Erasmus*, para o ensino superior; *Leonardo Da Vinci*, para

a formação profissional e *Grundtvig*, focado na educação para adultos. Para além disso, dentro da parte transversal PALV, existem:

Outros projetos em áreas relevantes para todos os níveis de educação, tais como a aprendizagem de línguas, as tecnologias de informação e de comunicação, a cooperação política e a disseminação e a exploração dos resultados do projeto são financiados (...). Para além disso, o programa inclui ações de Jean Monnet que estimulam o ensino, a reflexão e o debate sobre a integração Europeia, envolvendo instituições do ensino superior em todo o mundo (Ibid).

*EuropeAid* é a CE da DG responsável por projetos e programas de ajuda ao desenvolvimento. Relativamente aos instrumentos financeiros que utiliza, os mesmos são tematicamente classificados em: Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH); Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança nuclear (NSCI); meio ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia; intervenientes não-estatais e autoridades locais no desenvolvimento; segurança alimentar; migração e asilo; investimento nas pessoas; facilidade alimentar Europeia; Instrumento de Estabilidade, e a reestruturação da produção de açúcar. O programa “Investir nas pessoas” é o mais diretamente relacionado à cultura, uma vez que não só apoia a ação neste domínio específico; mas também em outros ligados a ele, tais como a saúde, a educação, os conhecimentos e habilidades, a igualdade de género, o emprego e a coesão social, ou crianças e juventude

Outras iniciativas importantes são os *Anos Europeus* e as *Capitais Europeias da Cultura*. O tema da primeira muda todos os anos e algumas delas estão diretamente ou indiretamente ligadas à cultura; 2008, por exemplo, foi o *Ano Europeu do Diálogo Intercultural*; 2009, o *Ano da Criatividade e Inovação*; e, no ano passado, 2012, *Ano do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações*, que também é bastante ligado à aprendizagem ao longo da vida e, portanto, à cultura em geral.

O projeto das *Capitais Europeias da Cultura*, por outro lado, visa “proporcionar provas evidentes da riqueza e da diversidade das culturas europeias. Iniciado em 1985, a iniciativa tornou-se um dos eventos culturais mais prestigiados e de alto nível na Europa” (Comissão Europeia, 2011). A diversidade cultural, desenvolvimento de nova audiência, turismo respeitoso com a cultura local e muitas outras das prioridades culturais são os pilares desta iniciativa, que foi criada pela primeira vez em 1985, quando foi intitulada *Cidades Europeias da Cultura*.

Alguns projetos de pesquisa já foram financiados por esses programas (ou por seus antecessores) a nível da UE. O 7º *Programa-Quadro* (o maior programa de investigação da UE de 2007 a 2013, agora substituído pelo *Horizonte 2020*) dedicou muitos recursos para a investigação sobre a cultura. Um exemplo disso é o projeto “SmartCulture”, que começou no final de 2012 e terminará em 2015. Este projeto ainda continua e é coordenado pela Eura Technologies, empresa francesa, especializada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), aplicada a excelência e a inovação na área de negócios.

O objetivo de “SmartCulture” é:

Fornecer um acesso sustentável à herança cultural de uma maior variedade de usuários com o uso de tecnologias digitais. As tecnologias digitais ajudarão a transformar as audiências passivas em praticantes ativos de cultura. O consórcio irá promover a criação de envolvimento das experiências digitais para o acesso a recursos culturais pela fertilização cruzada entre empresas de TIC, Indústrias Criativas e Culturais (especialmente SMEs) e os intervenientes na investigação em toda a Europa. Esta fertilização cruzada vai levar a novas oportunidades e boas práticas para o acesso digital inovador aos recursos culturais e mediação cultural digital. (...) Temos redes poderosas para empresas de TIC e CCI (especialmente SMEs), mas precisamos de fortalecer a fertilização cruzada entre as indústrias tecnológicas e criativas, incentivando, por exemplo, a mobilidade de profissionais e investigadores, e o surgimento de formatos de troca de dados comuns para experiências digitais (Cordis, 2012).

De acordo com esta afirmação, pode-se argumentar que “SmartCulture” conecta a literarização digital, o acesso à cultura, o desenvolvimento público, as Indústrias Criativas e Culturais, o intercâmbio de melhores práticas, entre outros. Ao fazer isso, o projeto combina as prioridades acordadas pela maioria dos documentos políticos sobre a cultura e, particularmente a nível da UE, as principais prioridades da *Agenda Europeia para Cultura*, o *Livro Verde sobre as Indústrias Culturais e Criativas*, e o *Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014*.

Mesmo “SmartCulture” sendo específico sobre a cultura, é inserido num programa de financiamento geral que aborda muitas outras questões, ou seja, o 7.<sup>º</sup> Programa-Quadro. Obviamente, mais projetos de investigação sobre a cultura são encontrados no âmbito do *Programa Cultura* (agora intitulado *Europa Criativa*), que é específico para a cultura. Por exemplo, é financiado em 2010 o projeto “Monitores da Cultura”, que é “uma iniciativa do grupo de trabalho ENCATC (Rede Europeia de Centros de Formação em Gestão Cultural) ‘Observatórios Culturais e Informação e Conhecimento Cultural’, financiado pela Comissão Europeia no âmbito da Política rubrica orçamental do Agrupamento” (Monitores da Cultura, 2010). O líder do projeto foi o Instituto de Estudos de Ócio da Universidade de Deusto (ES).

O objetivo dos “Monitores da Cultura” foi:

Refletir sobre o papel Observatórios de Cultura no futuro na Europa. (...) O grupo tem como objetivo estabelecer um quadro para uma plataforma de discussão e trocar as melhores práticas com o objetivo de melhorar o design e a avaliação de políticas de cultura na Europa (Monitores da Cultura, 2010).

Os resultados do projeto revelaram a necessidade de um maior desenvolvimento de indicadores culturais, o que está em paralelo com as prioridades intituladas “acompanhamento e monitorização de Cultura”, estabelecido pelos

documentos políticos acima descritos. Mais especificamente, “Monitores de Cultura” concluiu que “uma metodologia comum e de indicadores compartilhados irá contribuir para o melhoramento da política cultural não só a nível regional e nacional, mas também a nível Europeu, a fim de promover e avaliar programas culturais promovidos pela UE”.

Como já mencionamos, além desses grandes programas (o 7.<sup>o</sup> Quadro e o Programa Cultura), existem alguns programas menores que também são ligados à cultura, em quaisquer das suas dimensões. Esse é o caso do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (PALV). Como um exemplo do tipo de projetos culturais de investigação financiados sob a égide deste programa, pode ser mencionado o projeto “movimento e aprendizagem dos Artistas”. ENCATC (Rede Europeia de Centros de Formação em Gestão Cultural) foi o líder do projeto e Mediana-sprl (BE) foi o seu coordenador.

As questões da investigação ou os principais objetivos do projeto “movimento e aprendizagem dos Artistas “ são descritos como:

Analisa o impacto da mobilidade dos artistas na Europa a partir de uma perspectiva educacional e de uma aprendizagem ao longo da vida. Quais são os efeitos dos seus movimentos transfronteiriços como bolseiros em residências de arte de ou como artistas convidados em festivais, museus ou galerias? A mobilidade impulsiona a criatividade dos artistas? Poderá a aprendizagem informal resultante da mobilidade artística ser formalizada através da sua integração no ensino profissional inicial para os artistas? Como podem os instrumentos que são alvo para a aprendizagem ao longo da vida melhorar as necessidades dos artistas viajantes? (Movimento e Aprendizagem dos Artistas, 2009).

“Um estudo comparativo sobre a mobilidade artística” foi o principal resultado deste projeto, que evidenciou a relação entre a mobilidade dos artistas e a aprendizagem ao longo da vida, assim como forneceu alguma recomendação para melhorar este acoplamento. Deve ser mencionado que esses dois elementos (a mobilidade dos artistas, a cultura e a aprendizagem) são considerados prioridades principais para as políticas culturais, tanto a nível internacional como Europeu.

Considerando todos estes projetos e programas que oferecem financiamento, agora serão deduzidas algumas prioridades para a pesquisa na área da cultura para os próximos anos.

### **3. Desafios para a Investigação sobre Cultura**

De acordo com a análise de documentos políticos sobre cultura e os programas da EU que financiam a investigação, serão mostradas algumas conclusões sobre as áreas em que os investigadores têm mais oportunidades atualmente.

Uma das áreas em que há um consenso mais amplo é a que se refere à cultura como motor económico. Dentro desta área, os documentos políticos preocupam-se muito mais com o desenvolvimento de ICCs, a ligação entre a cultura e o emprego (“novas habilidades para novos trabalhos”), criatividade e inovação, e financiamento da cultura. Tendo em conta que *Europa Criativa* também é focada na cultura como motor económico — e, mais especificamente, em ICCs como a corporização desta dimensão económica — e também que *Horizonte 2020* está especialmente focado em indústrias competitivas, esta é claramente uma das linhas prioritárias para investigadores sobre cultura. A ampla prioridade designada “cultura como motor económico” na carta apresentada acima inclui diferentes aspetos como: ICCs, cultura como catalisadora para a inovação e a criatividade, a exportação e internacionalização da cultura, novas habilidades e novos empregos, e o financiamento da cultura. Apesar de que já há algumas tentativas de abordar a investigação no campo de ICCs — como o *Livro Verde* —, todas as iniciativas de investigação destinadas a provar a *contribuição da cultura para a economia* serão previsivelmente muito bem-vindas nos próximos anos, no contexto de *Europa Criativa* e *Horizonte 2020*.

A análise desta relação binária cultura-economia está muito relacionada a um assunto emergente: a monitorização e a avaliação da cultura. Com o objetivo de avaliar o impacto da cultura na economia, é obviamente necessário poder medir os resultados dos programas culturais. Nestas linhas, documentos como a *Agenda 21*, a *Agenda Europeia da Cultura* e o *Plano de Trabalho para a Cultura* afirmaram que *as estatísticas e os indicadores culturais* deveriam ser desenvolvidos. Em outros campos, como a ajuda ao desenvolvimento, a formulação de políticas a nível da EU tem mudado para se focar na distribuição de ajudas — como explicado pela *Agenda para Ação de Acra* —, pelo que a investigação sobre os efeitos da cultura no desenvolvimento também poderá encontrar uma fonte de financiamento no programa *EuropeAid*.

Mudando de assunto, a maior parte dos documentos — todos exceto a *Agenda 21* e a *Estratégia Europa 2020* — refere explicitamente a necessidade do *intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas, assim como a promoção do networking*. Isto tem sido incluído na categoria “Diversidade cultural e diálogo intercultural”, já que a partilha de conhecimentos poderá ser uma forma de promover o diálogo entre culturas. No entanto, também poderia ter sido incluído em “cultura como motor económico”, já que o *networking* é essencial para ICCs. O setor cultural costumava tirar o máximo proveito possível de poucos recursos, tirando vantagem das sinergias entre companhias, artistas, criadores, instituições, etc. Sem importar a categoria em que esta ideia é colocada, é claro que o *networking* e o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas são considerados muito importante pelos documentos políticos e os programas de financiamento.

*Europa Criativa* é o programa de financiamento que aponta esta necessidade da forma mais clara, já que um dos desafios que procura resolver é “um mercado

fragmentado/espço cultural”. Com o fim de ultrapassar esta fragmentação do mercado cultural, propõe melhorar a mobilidade tanto de artistas como de trabalhos culturais e criativos, assim como o desenvolvimento de novas audiências culturais a nível europeu (o segundo encaixando com a prioridade antes mencionada etiquetada como “cultura, educação e acesso à cultura”). O *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* está obviamente muito relacionado com esta ideia de possibilitar a mobilidade como uma forma de intercambiar conhecimentos; assim o programa Erasmus, que faz parte do mesmo, é um dos instrumentos mais poderosos para aumentar o sentimento de pertença à União Europeia entre os jovens.

O intercâmbio de conhecimentos — e particularmente a *mobilidade* — também está muito relacionado ao desenvolvimento de *novas habilidades e novos empregos*, um assunto de interesse tanto para *Europa Criativa* (já que o emprego está ligado ao crescimento) e *Horizonte 2020* (para o qual “impulsionar a criação de empregos” é uma prioridade dentro da área de “Indústrias Competitivas”). Em síntese, a investigação em áreas relacionadas com o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas (incluindo a mobilidade, o *networking*, o diálogo intercultural, etc.) poderá encontrar recursos de financiamento numa ampla categoria de programas a nível da EU (*Europa Criativa*, *Horizonte 2020* e o *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida*).

A *internacionalização da cultura* também tem sido recentemente introduzida como um assunto de maior importância neste campo, especialmente pela *Agenda Europeia* e o *Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014*, cuja área prioritária E é intitulada “Cultura e Relações Externas”. Ambos instrumentos reconhecem a importância da dimensão cultural da EU e iniciaram o desenvolvimento de projetos e programas para contribuir para o diálogo intercultural, intercâmbios culturais e a cooperação cultural. Uma disciplina emergente, a Diplomacia Cultural, também está a reclamar espaço dentro da política europeia para assuntos internacionais. É muito mais provável que o título “EU como ator global” no orçamento da EU para o período 2014-2020, que está a ser discutido, aumente para as Políticas Externa e de Segurança Comum. Isto seria consistente com as providências do Tratado de Lisboa, que sublinha a nova relevância dada a esta área de políticas com a criação da figura do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Outro campo interessante para ser explorado pela investigação — ou antes, para continuar a explorar, porque já existem algumas tentativas — é a ligação entre a cultura e outras áreas que podem parecer *a priori* um pouco desligadas dela. Esse é o caso dos pares *cultura-saúde*, *cultura-ambiente* ou *cultura-desenvolvimento/cooperação internacional*. A investigação sobre estes pares poderá obter financiamento de *Horizonte 2020* (dentro do capítulo “Melhor Sociedade”), de *EuropeAid* e, até certo ponto, também de *Europa Criativa*, já que podem ser ligados a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

No que respeita ao caso da ligação entre saúde e cultura, alguns académicos têm procurado resolver o assunto e descobriram que a ligação entre ambas áreas de estudo é maior do que poderia ser esperado. Os profissionais da saúde, por exemplo, deveriam estar conscientes da diversidade cultural quando dão assistência, porque, “apesar de que os indivíduos têm direito à sua própria psicologia da saúde, a forma em que eles constroem essas crenças irão ser influenciadas pelos sistemas culturais em que vivem e a forma em que eles promulgam essas tais crenças será influenciada pelos constrangimentos da sociedade em que vivem” (MacLachlan, 2006, p.36). Para além disto, a educação é um fator-chave no desenvolvimento de uma “saúde cultura”, ao promover a prevenção e os estilos de vida saudáveis. Finalmente, como exemplo de um campo de investigação mais específico, estudar as dimensões culturais de doenças como a malária ou a SIDA podem ser uma contribuição significativa para a ajuda de desenvolvimento e, portanto, poderá ser financiada por programas como *Europe Aid*.

A mesma análise poderia ser feita para outras áreas como cultura-ambiente ou cultura-cooperação internacional. Uma investigação que verifique a ligação entre estas áreas de política poderia contribuir para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que é o objetivo principal de *Europa Criativa* e de *Horizonte 2020*, os maiores programas de investigação da EU em termos de orçamento.

## Conclusões

De acordo com a análise feita neste artigo, poderá ser afirmado que a política da EU no campo da cultura está, atualmente, num ponto decisivo. Durante a última década, a cultura europeia foi significativamente impulsionada graças ao apoio oferecido pelo *Programa Cultura*, que está quase extinto porque será substituído por *Europa Criativa*, assim como por outras iniciativas. Agora é o momento de seguir em frente, para mostrar a utilidade dos projetos culturais, bens e serviços, especialmente desde uma perspetiva económica; para intercambiar conhecimentos e construir redes e parcerias; para ampliar os nossos horizontes com o objetivo de internacionalizar a cultura; e para explorar novas áreas do quotidiano e as suas ligações com a cultura. Todas estas novas abordagens poderiam ter apoio económico dos programas de financiamento da EU nos próximos anos.

Obviamente, a salvaguarda e a promoção da diversidade cultural e do património continuará a ser o centro de todas as políticas no campo cultural na UW. Uma vez que a EU tem “Unidade na Diversidade” como *slogan*, a diversidade poderá ser considerada uma característica distintiva desta organização internacional. Portanto, os investigadores deveriam considerar a diversidade intercultural como um assunto transversal a ser incluído — de forma mais explícita ou implícita — em todos os trabalhos.

Futuras investigações também deverão ser realizadas sobre prioridades, como a mudança digital e o desenvolvimento de políticas culturais a nível local,

com as quais concordaram a maior parte dos documentos políticos, embora não tenham sido enfrentadas neste ensaio devido a limitações de tempo e espaço; assim como sobre as iniciativas *Anos Europeus* e *Capitais Europeias da Cultura*, que não foram analisadas profundamente pelos mesmos motivos.

Além disso, a UNESCO recentemente declarou o seu interesse nos indicadores culturais para medir o bem-estar; às vezes considerado um indicador para medir o desenvolvimento que vai para além do PIB e outros indicadores puramente económicos. Em 1972, Jigme Singye Wangchuck, rei do Butão, introduziu o termo “Felicidade Interna Brua” (FIB), um indicador de bem-estar que tem quatro pilares: desenvolvimento sustentável, preservação e promoção de valores culturais, conservação do ambiente natural, e boa governação. Considerando o bem-estar desde esta abordagem holística, os investigadores que procurem mostrar a ligação entre a cultura e o bem-estar também têm possibilidades de serem financiados nos próximos anos.

Para resumir, uma ampla categoria de oportunidades é oferecida a universidades, instituições e investigadores no campo cultural. O seu trabalho, extremamente desafiante, seria crucial durante os próximos anos para avaliar os resultados das políticas públicas no campo cultural e para fazer recomendações, caso seja necessária uma reorientação em qualquer uma das áreas prioritárias que foram estabelecidas.



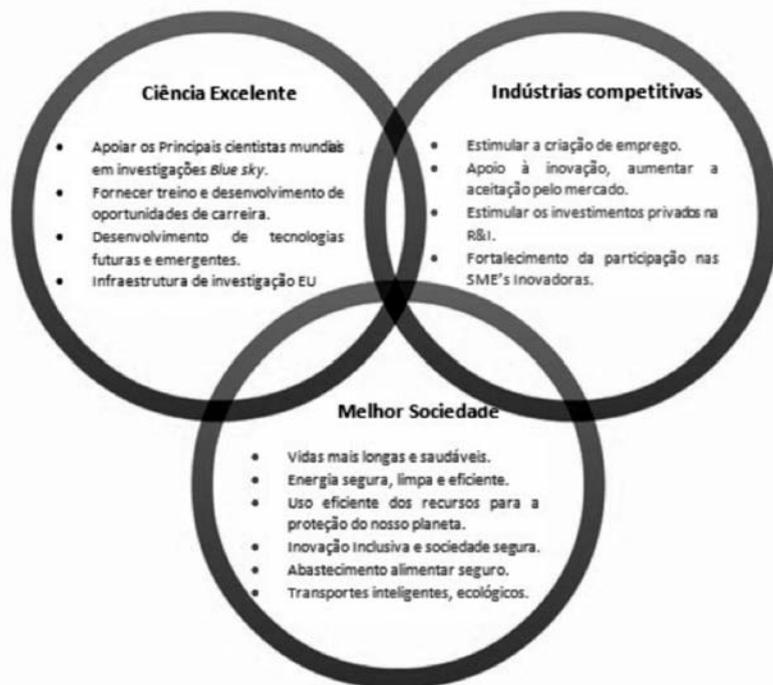


Figura 2: Fonte - elaboração própria com base em [http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm)

## Referências

- Bertelsmann Stiftung (Ed.) (2006) *Global Responsibility – What’s Europe’s Message?* Web, p.19.
- Council of the European Union (2 Dezembro 2010) *Work Plan for Culture 2011-2014*, Consultado em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/culture/cu0007\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/culture/cu0007_en.htm)
- ENCATC (2009) *Artists moving & Learning*, Consultado em (26 Fevereiro 2013): <http://www.encatc.org/moving-and-learning/index.lasso>
- European Commission (Última atualização Novembro 2012) *Creative Europe*, Consultado em (24 Janeiro 2013): <http://ec.europa.eu/culture/creative-europe/>
- European Commission (3 Março 2010) *Europe 2020- A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, Consultado em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF>
- European Commission (Última atualização Dezembro 2012) *Europe Aid*, Consultado em (25 Janeiro 2013): [http://ec.europa.eu/europeaid/index\\_es.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/index_es.htm)
- European Commission (10 Maio 2007) *European Agenda for Culture*, Consultado em: [http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda-for-culture\\_en.htm](http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/european-agenda-for-culture_en.htm)
- European Commission (Última atualização Janeiro 2011) *European Capitals of Culture*. Consultado em (25 Janeiro 2013): [http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/doc413\\_en.htm](http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/doc413_en.htm)
- European Commission (27 Abril 2010) *Green Paper – Unlocking the potential of cultural and creative industries*, Consultado em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/culture/cu0006\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/culture/cu0006_en.htm)

- European Commission (Última atualização Novembro 2011), *Horizon 2020*, Consultado em (25 Janeiro 2013): [http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm)
- European Parliament Information Office in the United Kingdom, *European Years*, Consultado em (25 Janeiro 2013): [http://www.europarl.org.uk/view/en/Events/special\\_events/European-Years.html;jsessionid=005970946462F044A2B9993965654292](http://www.europarl.org.uk/view/en/Events/special_events/European-Years.html;jsessionid=005970946462F044A2B9993965654292)
- Euratechnologies (2012) *Smart Culture*, Consultado em (26 Fevereiro 2013): <http://cordis.europa.eu/projects/index.cfm?fuseaction=app.details&TXT=smart+culture&FRM=1&STP=10&SIC=&PGA=&CCY=&PCY=&SRC=&LNG=en&REF=106233>
- MacLachlan, M. (2006) *Culture and Health: A Critical Perspective Towards Global Health*, West Sussex: John Wiley and Sons, Ltd.
- UNESCO (2 Novembro 2001) *Universal Declaration on Cultural Diversity*, Consultado em [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13179&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)
- UNESCO (20 Outubro 2005) *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*, Consultado em <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/diversity-of-cultural-expressions/the-convention/convention-text/>
- United Cities and Local Governments (8 Maio 2004) *Agenda 21 for Culture*, Consultado em [http://www.agenda21culture.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=44&Itemid=58&lang=es](http://www.agenda21culture.net/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=58&lang=es)
- University of Deusto (Última atualização Setembro 2010) *Monitors of Culture*, Consultado em (26 Fevereiro 2013), <http://www.monitorsofculture.deusto.es/presentation/>



**PARTE II**

**PENSAR O ÓCIO:  
PARADIGMAS TEÓRICOS**



# ÓCIO, TEMPORALIDADE E EXISTÊNCIA: UMA LEITURA À LUZ DA FENOMENOLOGIA E HERMENÊUTICA HEIDEGGERIANAS

Maria Manuel Baptista<sup>1</sup>

## 1. Introdução

A confiscação do tempo a que no nosso quotidiano estamos sujeitos parece desmentir a possibilidade de juntar numa mesma expressão os termos ‘ócio’ e ‘quotidiano’. Se a este par acrescentarmos o termo ‘crise’, estamos, pelo menos na aparência, no reino do surreal.

Com efeito, os modos de emprego, uso, venda e aluguer do tempo de cada indivíduo nas sociedades contemporâneas parece relevar, antes, do domínio do ‘desemprego’ e consequente exasperação, pelo sem sentido dos dias que correm devagar e vazios. Ou, pelo contrário, da voragem e da aceleração do tempo, que lança os ainda ‘empregados’ num vórtice de tarefas e obrigações que se sucedem infinitamente, excedendo o tempo próprio e exaurindo a vida num nada repleto de pequenos nada, que deixam o indivíduo no deserto ou no desespero do ainda e nunca totalmente feito e concluído.

Paradoxo dos paradoxos, as atuais sociedades capitalistas globalizadas fazem prova de um uso extremo do tempo, quer exaurindo-o até à neurose e à histeria, quer desvalorizando-o infinitamente, tornando-o inútil (*sem emprego*), e com ele o próprio sujeito, que passa a ser um peso, uma dificuldade social, cuja origem é atribuída, em primeiro lugar, a um culpabilizante fracasso pessoal e individual

Porém, na senda do que afirma Agostinho de Silva (Mattos, 2004), a existência é gratuita e ninguém pode considerar-se desempregado dela. Ora, será precisamente partindo desta perspetiva que desenvolveremos a nossa reflexão sobre ócio, tempo, temporalidade e existência, partindo da premissa heideggeriana de que o homem nada mais é do que tempo, ou antes, temporalidade, e só nesse horizonte se pode auto e heterocompreender. Neste contexto, o tempo ocioso será considerado como a possibilidade de o homem, o *ser-aí* heideggeriano, permanecer na escuta do ser e da verdade, logo, o mais próximo de si próprio que é possível. Assim, e ainda na senda de Heidegger, consideraremos a obra de arte na sua temporalidade como o modo existencial por excelência de perscrutar o mistério do Homem, da Terra e do Mundo, produção que é autenticamente ociosa porque autotélica.

## 2. Ócio e Tempo (livre)

As atuais sociedades industriais, nas quais os cidadãos vendem não apenas a sua força de trabalho mas, com ele, o seu tempo, dedicaram-se precisamente a

<sup>1</sup> Universidade de Aveiro

medi-lo e quantificá-lo. Tornando objetivo e transacionável, ele entra no mercado como uma mercadoria com a aparência de infinita reproduzibilidade e inesgotabilidade. O tempo vazio e não valorizado pelo mercado, que os desempregados representam pela sua própria existência, serve de contraprova a esta falsificação grosseira da experiência da temporalidade que cada um de nós vive.

Com efeito, se o mercado até pode rejeitar o tempo de alguns de nós é porque ele só se torna valioso em dadas circunstâncias e é absolutamente intermutável: se alguém torna o seu tempo indisponível para o mercado, há sempre uma multidão de outros sujeitos dispostos a transacionar o seu tempo e a sua força de trabalho.

O tempo, e mais concretamente a temporalidade que cada um propriamente vive, perde então a sua dimensão subjetiva e de experiência íntima, pois que ele passa a ser encarado apenas do ponto de vista objetivo e exterior, enquanto mercadoria.

Compreende-se também por que razão, nestas circunstâncias, não pode haver lugar a uma conceção de tempo próprio enquanto tempo de ócio, mas apenas enquanto tempo livre, livre do trabalho, entenda-se, e apenas valorizado enquanto aquele existe e de modo a que possa existir ainda mais intensamente. Repare-se, porém, que o 'tempo livre' dos desempregados é imediatamente desvalorizado, quer socialmente, quer pelo próprio indivíduo sem trabalho, pois que ele não se encontra neste caso em relação direta com aquilo que o qualifica: o tempo do trabalho ou do emprego.

Deste modo, é bem evidente o quanto o ser humano se encontra desapossado de uma das suas dimensões fundamentais: a temporalidade. Com efeito, quando em raras ocasiões da vida os indivíduos se veem confrontados com a escassez da sua própria temporalidade, quando momentaneamente se reconhecem como detentores de uma temporalidade limitada, é todo este modo de organização do seu próprio tempo que lhes surge como problemático e sem sentido. Experiência fugaz esta, a do confronto do sujeito com a própria temporalidade, que o modo de organização económico e cultural das nossas sociedades procura de imediato velar, em primeiro lugar pelo oferecimento de uma sociedade que tudo espectaculariza, quer dizer, que tudo torna mercadoria aí à-mão, até a própria morte — Cf., entre outros, (Ariès, 1988) e (Llosa, 2012).

Não admira, pois, que a possibilidade de organização da temporalidade dos sujeitos em dimensões de uma maior profundidade e autenticidade caiba dificilmente nas nossas atuais sociedades ocidentalizadas.

O que aqui nos propomos fazer, no contexto da presente reflexão, é pensar, no âmbito de uma analítica existencial do *dasein* heideggeriano, em que condições poderíamos deixar emergir uma temporalidade humana ociosa e de que modo ela poderia promover a existência para um outro nível de conhecimento, desenvolvimento e de aproximação do homem de si próprio, na escuta do que lhe é mais íntimo e próprio.

### 3. Ócio e Culturas Contemporâneas

#### a) As dimensões psicossociais e culturais

As atuais sociedades mediatizadas impõem uma lógica que é sobretudo a do consumo acrítico e passivo. A lógica da produção de bens simbólicos em massa deixa de estar necessariamente relacionada com a criação cultural individual e passa a obedecer também ela a uma lógica de mercado e de criação constante do novo.

A possibilidade de aprofundamento de alguma esfera criativa ou re-criativa individual não faz parte da lógica do sistema, a não ser para quem tem um enquadramento sócio-económico e académico muito favorecido (Llosa, 2012).

A profundidade do écran é a sua superfície (Martins, 2011). O sistema move-se de estrela em estrela num ‘*star system*’ (Barthes, 1957), que não só cria incessantemente novos produtos e formatos como requer uma apropriação cultural epidérmica e hiperconsumista, fundando um novo tipo de desespero existencial de raiz hedonista (Lipovetsky, 1989).

A situação nem sequer é nova e foi já perfeitamente descrita no contexto das reflexões críticas da Escola de Frankfurt a propósito das indústrias culturais que o século XX viu nascer. Em textos como *A Dialética do Iluminismo*, Adorno e Horkheimer chamavam a atenção para a dificuldade em manter ainda a possibilidade de uma cultura de feição crítica no novo meio de difusão que constituiu o cinema e depois a televisão e finalmente todo um mundo informático e digital.

Com efeito, não só a teoria da alienação marxista — e já hegeliana (Cf. Hegel, s/d) — nos anunciava as consequências de um tal mundo em que tudo se houvesse transformado em mercadoria, como sinalizava a impossibilidade de um tempo não alienado numa sociedade alienada.

As diversas modalidades da cultura pós-moderna mais não têm feito do que confirmar aquilo que de Nietzsche (Nietzsche, 1996) a Heidegger (Heidegger, 1991) foi sinalizado como o advento de um tempo inautêntico e inhumano, fundado e fundador de um profundo desespero existencial do homem em face da voragem e da velocidade, na qual está mais perto do nada. E nem os apelos à ‘desaceleração’ (Heller, 2009) podem inverter este desconforto, esta sensação de crise constante que os media incensam de manhã à noite.

Com efeito, neste contexto não se trata mais de converter o ‘tempo livre’ em ‘tempo ocioso’, mas de tomar seriamente as possibilidades abertas pela temática do reinvestimento de um tempo ocioso na vida dos indivíduos, que altere radicalmente a sua relação com o tempo, a sua existência e o seu próprio mundo.

#### b) A dimensão ontológico-existencial

É a partir da dimensão ontológico-existencial, na linha da filosofia heideggeriana, que em nosso entender a temática de um tempo de ócio pode ter um efeito profundamente revolucionário na vida dos sujeitos.

A categoria do tempo na cultura ocidental tem sido um articulador central do modo como o homem se compreende no mundo (Lourenço, 2004). Considerado na cultura clássica como um elemento onde a *physis* se inscreve, com os necessários movimentos cíclicos de geração e corrupção, ele passa a ser visto, com o cristianismo, numa dupla dimensão: o tempo da queda e de corrupção dos mortais, por oposição ao tempo da eternidade que a possibilidade de salvação do Homem instaura. Com a emergência da ciência moderna, uma outra conceção de tempo surge: o tempo é o que se pode medir e fragmentar até à exaustão, numa espécie de vertigem de domínio e controlo, que o próprio instrumento medidor aparentemente confere aos homens. Mas será o século XIX, e mais conscientemente o século XX que inaugura uma relação exasperada do homem em face do tempo.

Destituídas do carácter sagrado e salvífico de um tempo eterno, as sociedades cada vez mais laicas e profanas confrontam-se com a sua própria temporalidade finita. Na senda de Kierkegaard (que ainda encontra uma saída religiosa para o desespero humano), o existencialismo sartriano dar-nos-á conta das muitas modalidades do nada em que a temporalidade finita do homem, inexoravelmente, o instala.

Finalmente, com Heidegger, qualquer possibilidade de equívoco dissipa-se: o homem não apenas está mergulhado numa temporalidade finita, mas ele nada mais é do que temporalidade, única determinação essencial a partir da qual se funda a possibilidade de compreender ou aceder à verdade do mundo e da terra.

Quer dizer, compreender o mundo terá de necessariamente passar pela assunção de um tempo, de uma história (individual e coletiva), que nos constitui, espuma dos dias que nos consome e na qual consumimos a nossa vida. Mais do que um mergulho subjetivo num tempo ocioso e autenticamente humano e criativo é a assunção da vida, como apenas feita de temporalidades, que, para nos manter perto da possibilidade de aceder à nossa própria verdade humana, terá de ser necessariamente da ordem do ócio, quer dizer, um tempo de criação e recriação de um mundo de sentido em confronto com a terra que nos alberga.

No contexto do presente estudo, em que nos colocamos na linha de inspiração da analítica existencial aberta por Heidegger, pretendemos destacar a noção de 'cuidado' como forma essencial de conhecimento do *dasein*, para aí surpreendermos a presença de uma temporalidade ociosa. Utilizaremos neste ponto a interpretação que Steiner faz de *O Ser e o Tempo* de Heidegger:

*O conhecimento é um modo de ser. Ele não é um qualquer salto misterioso do sujeito ao objeto e do objeto ao sujeito [...]. É ao contrário uma forma de estar-com, um cuidado [...] pelo e no mundo. Aí onde não há nenhuma intenção de produção, de manipulação, de uso com fins de lucro, um tal cuidado significa "demorar-se-perto-de" [...] O desinteresse é portanto a modalidade superior do cuidado" (Steiner, 1981, p. 114).*

Assim, conhecer é abandonar a mera atitude ‘teórica’ e ‘instrumental’ face ao mundo, mas também face aos outros, pois que “compreender a presença dos outros é existir. O ser-no-mundo, diz Heidegger, é um ser-com” (Steiner, 1981, p. 121), Recusando a pressão do social (do ‘se’, do ‘eles’) para recuperar o sentido de comunidade histórica, Heidegger considera que é o cuidado (*sorge*) do mundo, da terra, dos outros e da obra de arte o que confere sentido à existência de um ser que se encontra desde o início lançado/pro-jetado no mundo.

Ora, um tal ‘cuidado’ ou ‘pré-ocupação’ radica a sua estrutura numa compreensão existenciária do tempo, tal como ela é proposta em *O Ser e o Tempo*, cujas modalidades passam, no seu modo próprio, por um futuro, enquanto atitude de estar aberto às suas próprias possibilidades de ser (preocupando-se e não ‘preocupando-se com...’), de um passado enquanto ‘ser sido’, reiteração ou recordação, e de um presente, como olhar projetante (Heidegger, 1991, p. 37). Sublinhe-se, de novo, que apenas este modo próprio de relação ao tempo funda uma estrutura de compreensão do *dasein* no seu modo próprio.

Como facilmente se pode constatar, estes modos próprios da relação ao tempo coincidem com as grandes linhas de desenvolvimento humano propostas pelo ócio humanista, a partir das investigações que têm sido desenvolvidas nas últimas décadas pelo Laboratório do Ócio (Cuenca, 2011).

Da mesma forma também a modalidade da vivência de um presente impróprio, diríamos nós, aquele que exclui precisamente qualquer possibilidade de vivência de um ócio humano e criativo, funda o que Heidegger designa por ‘queda’ (Heidegger, 1991, p.195), a qual pode surgir no presente nas modalidades de (Heidegger, 1991, p.196):

- a) falatório, que revela o ser-aí como ‘relativo ao seu mundo, aos outros e a si mesmo’, mas num modo de flutuação sem base;
- b) avidez de novidades, a qual abre todas as coisas e cada uma, de tal forma, que o ser está em todas as partes e nenhuma;
- c) ambiguidade, que nada esconde à compreensão do ser-aí, mas apenas para fundir falatório (ser-no-mundo) e avidez de novidades (desenraizamento do ‘em todas as partes e nenhuma’).

Não tendo em Heidegger nenhuma conotação metafísica de pecado (está mesmo antes dele), a ‘queda’ é um modo de ser impróprio do *dasein*, que constitui justamente a forma deste ser-no-mundo, plenamente possuído pelo mundo. E num tal modo de relação à temporalidade, a possibilidade de um ócio criativo dilui-se ou torna-se mesmo impossível uma vez que o *dasein* se encontra perdido nas coisas. Só a recuperação da linguagem própria e daquilo que ela oculta como o ainda não pensado, o ainda a vir, pode permitir a recuperação desse tempo que, ociosamente, deixa vir até si a verdade.

### c) Ócio, arte e verdade – da representação à escuta

Em *A Origem da Obra de Arte* (Heidegger, 1992), Heidegger propõe-nos uma definição, aparentemente muito simples, de obra de arte: “A obra enquanto obra instala um mundo. A obra mantém aberto o aberto do mundo” (Heidegger, 1992, p. 35). E é precisamente porque ela se oferece ao *dasein* como sentidos possíveis a desvelar e requer disponibilidade e proximidade, que não são possíveis através quer do ‘falatório’, quer da avidez de novidades’ ou da ‘ambiguidade’. Mas, mais do que isto, a obra de arte é um *produzir* a partir da terra, embora não se trate, como se poderia imaginar, de um conceito de produção instrumental, que transforma e gasta aquilo sobre o que age. Pelo contrário, a obra de arte é de uma «plenitude inesgotável de modos e formas simples» (Heidegger, 1992, p. 37), cuja descrição Heidegger nos apresenta nos seguintes termos:

Sem dúvida o escultor utiliza a pedra, tal como, à sua maneira, o pedreiro. Mas não gasta a pedra. Isso só acontece de uma certa maneira quando a obra é mal sucedida. Sem dúvida, o pintor utiliza a tinta, mas de tal modo que a cor não se gasta, mas passa sim a ganhar luz. Também o poeta utiliza a palavra, não porém como aqueles que habitualmente falam e escrevem têm de gastar as palavras, mas de forma tal que a palavra permanece verdadeiramente uma palavra. (ibidem).

Sem dúvida uma belíssima descrição daquilo a que se referem os estudiosos do Ócio (Csikszentmihalyi, 2001), quando tratam o que designam por ‘ócio criativo’ e que requer, nos termos de Heidegger, a luta que na obra se dá entre ocultação e desocultação do sentido e da verdade, num combate de opostos íntimos, que ocorre na quietude da obra e que jamais se deverá dar como resolvido (Heidegger, 1992, p. 50-51).

Do mesmo modo, também o ‘recriar’, cuidar, salvaguardar e fruir da obra necessita de uma relação ociosa, autotélica e desprevenida com a temporalidade e a existência onde ela se projeta, o que é descrito por Heidegger precisamente nos seguintes termos:

Quanto mais solitariamente a obra, fixada na forma, está em si, quanto mais parece dissolver todas as relações com os homens, tanto mais simplesmente irrompe no aberto o choque de tal obra ser, tanto mais essencialmente embate o abismo intranquilizante e se subverte o que anteriormente parecia tranquilizante. Todavia este múltiplo choque nada tem de violento; pois, quanto mais puramente a obra é arrebatada na abertura do ente por ele mesmo patenteada, tanto mais simplesmente nos empurra e nos lança nesta abertura, e ao mesmo tempo nos arranca ao habitual. [...] Deixar a obra ser uma obra eis o que denominamos salvaguarda da obra. [...] Assim como uma obra não pode ser obra sem ser criada, assim como precisa essencialmente de criadores, assim também o próprio criado não pode tornar-se ser sem os que a salvaguardam. (Heidegger, 1992, p. 53).

Com efeito, a arte possui o que Heidegger designa por um “projeto poemático da verdade” (Heidegger, 1992, p. 60), que exige uma postura ociosa para que possa ser reconhecido, acolhido e mantido, numa relação desinteressada com ela e que exclui o ‘falatório’, a ‘avidez de novidades’ e ‘ambiguidade’, instaurando um ‘salto’ até às origens, pois “não é apenas a criação da obra que é poética, mas também é poética a salvaguarda da obra, só que à sua maneira própria; com efeito, uma obra só é real como obra na medida em que nos livramos do nosso próprio sistema de hábitos e entramos no que é aberto pela obra, para assim trazeremos a nossa essência a persistir na verdade do ente” (op.cit. p.60).

Que melhor descrição para o ato ocioso de criação, recriação e fruição da obra de arte?

#### 4. Um ‘projeto poemático do ócio’?

Longe de o considerarmos um direito *tout court*, para nós o modo ocioso de viver é um desafio à nossa existência, que requer preparação, esforço e dedicação. Trata-se, antes de mais, de um repto: modificar a nossa relação com o tempo que nos é dado viver, com a nossa temporalidade. E assim o direito ao ócio deve tornar-se, em nosso entender, no nosso dever de promover um tempo ocioso e ainda no correlato direito que todos deveremos ter a condições educativas e culturais que nos aproxime mais da humanidade do ser humano, o que só é possível sob a condição de um tempo vivido em pleno ócio.

Resta-nos a interrogação sobre as condições de possibilidade nas nossas sociedades atuais de um ‘projeto poemático do ócio’. Mas este será um tema para uma outra reflexão.

#### Referências

- Adorno, T. W. e Horkheimer (1972) *Max, Dialectic of Enlightenment*, New York: Herder.
- Ariès, P. (1988) *Sobre a História Da Morte No Ocidente Desde a Idade Média*, Lisboa: Teorema.
- Barthes, R. (1957) *Mythologies*, Paris : Seuil.
- Cuenca, M. C. (2011) “Aproximación a Las Experiencias Culturales Desde Los Planteamientos Del Ocio Humanista: Pautas Para Una Profundización Cualitativa”, (2009), *Nuevos Desafios De Los Observatorios Culturales*, Cristina Ortega Nuere (Ed.), Deusto: Universidad de Deusto, pp.19-48.
- Csikszentmihalyi, M. (2001) “Ocio Y Desarrollo - Potencialidades Del Ocio Para El Desarrollo Humano”, (2009), *Ocio Y Creatividad En El Desarrollo Humano*, Mihaly Csikszentmihalyi, Cristovam Buarque, Manuel Cuenca Cabeza (Eds), et al. Deusto: Universidad de Deusto, pp.17-39.
- Hegel (s/d) *La Phénoménologie De L'esprit*, Trad. Jean Hyppolite, Paris: Aubier, Ed. Montaigne.
- Heidegger, M. (1991) *El Ser Y El Tiempo*, Trad. José Gaos, 8ª ed., Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Heidegger, M. (1992) *A Origem Da Obra De Arte*, Trad. Maria Da Conceição Costa, Lisboa: Edições 70.
- Heller, E. (2009) “Hacia La Calidad Del Tiempo La ‘Asociación Para Ralentizar El Tiempo’ Y Otros Movimientos De La Soberanía Del Tiempo”, *El Tiempo Del Ocio: Transformaciones Y Riesgos En La Sociedad Apresurada*, Manuel Cuenca Cabeza e Eduardo Aguilar Gutiérrez (Eds), Deusto: Universidad de Deusto, pp.75-103.

- Lipovetsky, G. (1989) *A Era Do Vazio: Ensaio Sobre O Individualismo Contemporâneo*. Trad. Miguel Seras Pereira e Ana Luísa Faria, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Llosa, M. V. (2012) *A Civilização Do Espetáculo*, Trad. Cristina Rodriguez e Artur Guerra, Lisboa: Quetzal.
- Lourenço, E. (2004) "Sobre O Tempo", *Cartografia Imaginária De Eduardo Lourenço - Dos Críticos, Maria Manuel Baptista (Coord.)* Maia: Ver o Verso, pp.13-19.
- Martins, M. L. (2011) *Crise No Castelo Da Cultura - Das Estrelas Para Os Ecrãs*, Coimbra: Grácio Editor e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho.
- Mattos, J. R. (2004) *Agostinho Da Silva: Um Pensamento Vivo*, Portugal: Alfândega Filmes, 80 min.
- Nietzsche, F. (1996) "Acerca Da Verdade E Da Mentira No Sentido Extramoral" (1873), *Obras Escolhidas De Nietzsche*, António Marques (Ed.), Lisboa: Círculo de Leitores, pp.2013-232.
- Steiner, G. (1981) *Martin Heidegger*, Trad. Denys De Caprona, Paris: Flammarion.

# TEMPO LIVRE, ÓCIO E LAZER: SOBRE PALAVRAS, CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS

José Clerton de Oliveira Martins<sup>1</sup>

## Introdução

Nosso atual estágio civilizatório é caracterizado pelo que Lipovetsky (2007) denomina *Tempos Hipermodernos*, ou *Hipermodernidade*. Estas expressões advêm da dimensão hiper, tomada como um registro da cultura do excesso própria da contemporaneidade. Neste panorama, observa-se certa urgência de realização por parte da sociedade – uma urgência marcada pela aceleração temporal e uma realização pessoal individualista –, sendo o consumo sua característica mais destacada. Dentro deste contexto, convém situar as possibilidades e os encaminhamentos de nossos ócios, lazeres e tempos livres.

Ainda de acordo com Lipovetsky (2007), o consumo contemporâneo, na realidade, não se trata apenas do “consumo nosso de cada dia”, atividade corriqueira que possui intrínsecas relações com o fato de precisar se manter (existir/viver) no sistema capitalista. O consumo a que o autor se refere é o que demarca de modo tão claro nosso tempo: o consumo elevado ao extremo, na dimensão hiper, que é sugerido pelos termos “exagero” e “excessivo” – ou seja, aquele que está impresso no significado da palavra, traduzido pelo sufixo hiper. Assim, para o referido autor, o consumo material em exagero (*hiperconsumo*) é o balizador do modelo de acumulação de capital e guia dos estilos de vida, demarcando a sociedade contemporânea – reflexão esta também defendida por Bauman (2008).

Pensar o tempo livre na sociedade atual volta-nos, necessariamente, para o fenômeno da pressa. E, para compreendermos melhor este conceito, convém refletirmos sobre o apressamento dos ritmos sociais da contemporaneidade; para isso, apropriamo-nos das reflexões propostas por Beriain (2008), que aponta a aceleração social como produtora do ritmo que orienta o tempo da hipermodernidade e conduz seus sujeitos a uma arritmia, capaz de transformar o presente na única dimensão temporal possível, influenciando todos os demais âmbitos da vida.

Segundo Beriain (2008), no tempo social tomado pela ideia de aceleração, procura-se viver o máximo de experiências simultaneamente – o que, no fim, acarreta o empobrecimento destas experiências e o aumento da vida nervosa, manifestando, como sintomas, a ansiedade, o estresse e a fadiga no trabalho.

Não obstante, mesmo com a presença de aspectos que limitam ao sujeito um usufruto do tempo livre com mais autonomia e que interferem na possibilidade do equilíbrio entre tempo de percepção de autonomia subjetiva e trabalho,

<sup>1</sup> Universidade de Fortaleza – PPGPsi/CCS/Unifor Brasil.

podemos refletir, como convoca Lipovetsky (2007), que o ser humano ainda aspira à conciliação da vida profissional e da vida individual.

Sabe-se que o modo como agimos e percebemos o mundo está relacionado com o que apreendemos a partir de conceitos gerais, traduzidos pelas palavras. Estas, por sua vez, explicam e traduzem valores éticos que aferem significados aos conceitos enquanto construções sociais e suas referidas implicações subjetivas.

Nesta perspectiva, as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de dominação, criando/reafirmando valores, leis e teorias que perpassam todo o corpo social (Larrosa, 2002).

Assim, ainda de acordo com o autor supracitado, não se pensa a partir de uma genialidade ou uma inteligência, mas a partir das palavras que carregamos em nós em forma de valores; e estes valores nos elaboram como indivíduos pertencentes a um grupo sócio-cultural. Se nos tornamos sujeitos ou “assujeitados” de nosso tempo, a questão é que, bombardeados de informações e com muito pouco tempo disponível para elaborar nossa sabedoria, vamos sobrevivendo em uma existência mais condicionada a atender demandas externas do que internas (uma existência mais voltada “para fora” do que “para dentro”).

Larrosa (2002) orienta que pensar não é somente argumentar ou calcular, como se tem imaginado, mas, sobretudo, é dar sentido a si e aos fenômenos que acontecem na realidade – e esta elaboração está relacionada com as palavras, pois pensar, refletir é um processo que advém a partir destas.

Basta pensar, por exemplo, em afirmações populares tais como “*O ócio é o pai de todos os vícios*” ou “*O ócio é a oficina do Diabo*”, e aí já temos mostras de como palavras e sentidos podem nos levar a conceitos, às vezes, apreendidos de forma a generalizar crenças, reafirmar valores que integram códigos maiores (cultura) que mudam, como a cultura, mas que sempre se direcionam a um fim.

Outro exemplo de equívoco desta natureza é o que ocorre com o termo tempo livre. Sabe-se que, de forma geral, o tempo livre refere-se ao tempo liberado das obrigações, sobretudo do trabalho.

Em termos subjetivos, a apropriação do tempo natural e de conceitos como *liberdade* (ou *percepção de liberdade*) é particular a cada indivíduo e faz referência à forma como os sujeitos interpretam a sua realidade. Portanto, todo tempo é livre, e não somos livres, ou não apenas no tempo de não-trabalho; a possibilidade de apreender subjetivamente o tempo nos coloca na oportunidade de realizar livremente atividades e vivenciar experiências que, de acordo com o sujeito que atua ou experimenta tal apropriação temporal, pode tomar para si como liberdade.

A partir de tais reflexões, tentamos, neste estudo, situar os conceitos centrais já iniciados anteriormente (Ócio, Lazer e Tempo Livre), tratando de não perder o fio histórico herdado e transformado, mas tratando de convocar as possibilidades de enquadramento que não possam destituir os termos de suas possibilidades preponderantes subjetivas.

## 1. As temporalidades sociais e a questão do tempo livre

Sobre as temporalidades sociais, convocamos de forma resumida o que nos apresenta o estudioso Frederic Munné (1980) em sua obra intitulada *Psicosociologia del tiempo libre*. Nela, o autor expõe uma tipologia do tempo social, que se revela através de quatro dimensões específicas, partindo do pressuposto de que há uma única condição especial para cada uma dessas dimensões; no caso, a percepção de mais autonomia subjetiva durante a realização de atividades (autocondicionamento) e menos autonomia subjetiva (heterocondicionamento). Retornaremos a estas concepções em breve.

Dumazedier (1973, 1979) aborda, em sua *Teoria dos 3 D's*, os conceitos de diversão, descanso e desenvolvimento, todos dentro de uma perspectiva de *lazer*. Convém assinalar, para os propósitos deste capítulo, que a elaboração do conceito de lazer no Brasil é resultado de uma construção social orientada pela dominação e alienação produzida na relação capital-trabalho-empregado, incitada pelo frenesi consumista. Portanto, o termo *lazer* na realidade brasileira atual, em geral, associa-se ao entretenimento, âmbito da diversão, do entretenimento em apropriação pela indústria cultural.

Com relação ao conceito de ócio, faz-se aqui a opção de convocar as elaborações de Cuenca (2008), depuradas em algumas investigações brasileiras e espanholas. Este autor concebe o ócio como uma experiência humana percebida pelo sujeito como satisfatória, prazerosa, desobrigada e sem necessidade de atender a demandas exteriores. Dessa maneira, trata-se de uma experiência de percepção livre, gratuita e autotélica (com um fim em si mesma), não sendo, então, guiada por metas ou finalidades úteis. Trata-se de uma experiência subjetiva repleta de sentido, constituindo uma vivência integral, relacionada com o sentido da vida e com os valores de cada pessoa, relacionando-se sobremaneira com o significado atribuído por quem a vive (Cuenca, 2003).

## 2. As tipologias temporais na psicologia do tempo livre de Munné

O tempo é sempre e ele é apenas um. É o tempo natural que a natureza nos impõe. O tempo tal qual o representamos são nossas apreensões e se voltam para nossa organização no caos em que estamos imersos e do tempo não damos conta na sua totalidade complexa. Daí, nada mais humano que torná-lo nossa representação. Assim, calendários de sol, de terra, de pedra, em dias, meses, anos, segundos, milésimos de instantes de existência, enfim, o sempre até que a vida acabe toma muitas representações.

Munné (1980), frente às possibilidades de representações, identificou e sistematizou quatro tipologias do tempo social. O primeiro tipo é o *tempo psicobiológico*, ocupado e conduzido por nossas necessidades psíquicas e biológicas

elementares, o que engloba o tempo de sono, nutrição, atividade sexual etc., todas condicionadas a partir de movimentos endógenos.

O segundo tipo de tempo descrito pelo autor é o *tempo socioeconômico*, que diz respeito ao tempo empregado para suprir as necessidades econômicas fundamentais, construídas pelas atividades laborais, pelas atividades domésticas, pelos estudos e por qualquer outra demanda pessoal e coletiva regida por valores sociais e capitais. Segundo o autor, este tempo é quase inteiramente heterocondicionado (com menos autonomia percebida pelo sujeito), sendo autocondicionado somente nas circunstâncias que visam à realização pessoal.

O terceiro tipo de tempo é o *tempo sociocultural*, dedicado às ações de demandas referentes à sociabilidade dos indivíduos, referindo-se aos compromissos resultantes dos sistemas de valores e pautas estabelecidos pela sociedade e objeto maior de sanção social. Esta categoria de tempo pode encontrar-se tanto a nível heterocondicionado como autocondicionado (mais autonomia percebida), havendo a possibilidade de existir um equilíbrio entre os dois polos, não obstante intimamente vinculados.

Por fim, o autor apresenta o quarto tipo de tempo, que é o *tempo livre*. Este deveria ser o tempo de total autonomia subjetiva do sujeito em sua elaboração de si e do mundo; refere-se às ações humanas realizadas sem que ocorra uma pressão externa. Neste caso, o indivíduo atua com a percepção de fazer uso desse tempo com total liberdade e de maneira criativa, dependendo da consciência de valor sobre suas próprias possibilidades dentro do tempo.

Em suma, o tempo livre deveria ser um tempo de máximo autocondicionamento e mínimo heterocondicionamento; isto é, poderia ser constituído por aquele aspecto do tempo social a partir do qual conduzimos com maior grau de autonomia nossa vida em contato com os outros seres humanos. No entanto, neste tempo que poderia ser voltado para a mais verdadeira expressão de ócio, o mundo hipermoderno tomado pelo consumismo termina por influenciá-lo de forma a deteriorá-lo, mercantilizá-lo, coisificando-o e empobrecendo-o de significados.

A simplificação conceitual e a mercantilização do tempo livre podem torná-lo um tempo voltado para a diversão superficial e a recuperação de forças para o trabalho, o que geralmente caracteriza as atividades reconhecidas como lazer.

### **3. Ócio, Lazer e Tempo Livre: fenômenos que se elaboram**

A compreensão dos conceitos de ócio, lazer e tempo livre na contemporaneidade – ou, melhor dizendo, nas culturas que emergem deste tempo tomado pela pressa e pelo consumo – surge um pouco obscura. Isto ocorre porque estes conceitos evocam possibilidades diversas do que cada realidade isolada revela, e dos interesses que cada uma delas manifesta em tais elaborações.

Sabe-se que nas sociedades pré-industriais as atividades lúdicas, hoje atribuídas ao lazer, estavam ligadas ao culto, à tradição, às festas etc.; não existia de

fato um “lazer” enquanto atividade praticada no “tempo liberado”, pois a todo momento os sujeitos tomavam para si um engajamento na ludicidade criativa presente em todas as suas ações, que ao mesmo tempo seriam de integração, trabalho e formação pessoal. Assim, as atividades de trabalho envolviam algo da ordem do lúdico e eram perpassadas pelo prazer criativo.

Nessas sociedades, o *trabalho* integrava elaborações naturais do cotidiano e nele estavam contidas diversões, brincadeiras, a questão do jogo e assim por diante; o tempo subjetivo e o tempo de trabalho possuíam intrínsecas relações. Vale ressaltar que, ainda hoje, em sociedades e grupos culturais onde a industrialização não foi hegemônica, esse viés do caráter lúdico e criativo (que hoje se associa às práticas de lazer) ainda se faz presente em atividades laborais, que não compõem o modelo industrial clássico de produção.

Como dito anteriormente, o termo *tempo livre* pressupõe diretamente uma alusão a um tempo de “não-liberdade”, ao qual se opõe por definição. “Tempo livre de quê?”, poderíamos perguntar. Na realidade, a denominação tempo livre, apesar de ser considerada desde os antigos gregos, adquire relevo a partir de sua oposição à concepção moderna de trabalho. A noção de um tempo livre de trabalho conduz a uma ideia negativa deste último, ou seja, faz sobressair o caráter impositivo da atividade laboral. Devemos ainda reconhecer que o tempo livre no contexto atual é uma referência temporal objetiva e implica uma divisão da unidade do tempo.

De acordo com Dumazedier (1979), no período pós-industrial, o que passa a ser considerado lazer é exercido à margem das obrigações sociais, em um tempo que se relaciona a uma liberação destas obrigações. O lazer surge nesse contexto, nestes tempos, como um âmbito destacado para o descanso e a retomada das forças laborativas, voltado para o desenvolvimento da personalidade (em termos utilitaristas) e para a diversão.

O sociólogo Renato Requixa compreende “lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivencia e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social” (1977, p. 11). Na sua compreensão, o autor ressalta que o ambiente urbano industrial permitiu que o trabalhador fosse dispendo de um tempo liberado com tendências a aumentar. Entende-se que sua análise se faz importante para o pensamento sobre o lazer no Brasil, pois o orienta rumo à compreensão de que o tempo livre é um elemento indispensável para o desenvolvimento do lazer e do ser humano.

Marcellino (1983) apoia seu raciocínio nas teorias de Dumazedier e mostra o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, socializante e liberatória. Para este autor, a democracia política e econômica é condição básica, ainda que não suficiente, para a verdadeira formação de uma cultura popular e para a eliminação das barreiras sociais que inibem a criação e a recreação das práticas culturais vigentes.

Ainda a partir dos pressupostos de Dumazedier, Camargo (1989) define o conceito de lazer como um conjunto de atividades que devem reunir certas características, tais como gratuidade, prazer, voluntariado e libertação, centradas em interesses culturais, físicos, intelectuais, artísticos e associativos, todas elas realizadas no tempo livre, entendendo por livre aquele liberado, conquistado, historicamente, sobre a jornada de trabalho profissional e doméstica, que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Nas definições supracitadas, observa-se que o caráter libertador do lazer é resultado da livre escolha do indivíduo – embora ela não exista de forma absoluta e plena, uma vez que a livre escolha está demarcada por condicionamentos diversos, sobretudo socioeconômicos.

Novos investigadores surgem elaborando abordagens críticas aos estudos do lazer no Brasil, explicitando a necessidade de visualizarmos o fenômeno como fruto de um processo socioeconômico específico da realidade brasileira, chamando a atenção, ainda, para a premência de se observar o lazer enquanto elaboração social, orientado por relações de trabalho, capital e dominação (Aquino & Martins, 2007).

Dentro destas perspectivas, Mascarenhas (2005) nos apresenta algumas observações contundentes sobre as apropriações do lazer pelo capital:

[...] o fato é que tendencial e predominantemente o que [o lazer] constitui mesmo é uma mercadoria cada vez mais esvaziada de qualquer conteúdo verdadeiramente educativo, objeto, coisa, produto ou serviço em sintonia com a lógica hegemônica de desenvolvimento econômico, emprestando aparências e sensações que, involucralmente, incitam o *frenesi* consumista que embala o capitalismo avançado. [...] o que estamos querendo dizer é que num movimento como nunca antes se viu o lazer sucumbe de modo direto e irrestrito à venalidade universal. A mercadoria não é apenas uma exceção no mundo do lazer como antes, mas sim a regra quase geral que domina a cena histórica atual (p. 141).

As elaborações conceituais de lazer no Brasil trazem consigo uma característica peculiar: evidenciam os processos históricos de desenvolvimento industrial do país, que revelam hoje comportamentos surgidos ainda em um cenário de colônia escravagista. Estas elaborações conceituais explicitam que o panorama industrial brasileiro – e, conseqüentemente, a relação patrão-empregado – apoia-se em práticas configuradas desde as relações senhor-escravo, que disciplinavam e controlavam o tempo livre dos subordinados.

Nesta perspectiva, Marcassa (2002) demarca que o lazer surge no cenário do chamado desenvolvimento industrial brasileiro, associado à tradição colonial, convocando para si todo tipo de intervenção e controle, submetido a um modelo de condenação moral que busca ajustar o antigo modo de vida às exigências da produção capitalista.

Em suma, a forma de se pensar e elaborar o lazer nestes tempos representa um processo de institucionalização da vida cultural que influenciou a compreensão do que é tempo livre e lazer no âmbito brasileiro. A postura de controle sobre o tempo liberado dos ambientes do trabalho fomentou a formação dos trabalhadores para a disciplina do trabalho formal. Assim, enquanto o lazer no Brasil nasce sob a égide do tempo liberado do trabalho – e não “livre” em termos subjetivos –, o ócio representa neste contexto disciplinador o lugar dos vícios e pecados, da preguiça, da vadiagem e de toda sorte de liberdade marginal.

Levou algum tempo para que o ócio pudesse sair do âmbito da preguiça e passar a representar algo maior, que integra a dimensão do libertatório, do gratuito, do hedonismo e do pessoal, sendo estes fatores não condicionados inteiramente pelo lado social, e sim pelo modo como cada um apreende-os para si, enquanto experiência recriadora – muito embora desde sempre a Antiguidade mítico-erótica revelasse tais potencialidades.

A palavra *ócio* deriva do latim, *otium*, que significa o fruto das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, carregando consigo o sentido de ocupação suave e prazerosa. Porém, como o ócio abriga a ideia de repouso, parada desejada, momento para deixar vagar os pensamentos, foi fácil confundi-lo com *ociosidade* nas sociedades que atribuíram ao trabalho um caráter divino – ou, de maneira mais espiritual, uma forma de adorar Deus. Esta compreensão do ócio como atividade nociva é totalmente oposta ao que se propaga sobre o ócio enquanto contemplação (nas culturas helênicas, principalmente), além de estar impregnada da mentalidade puritana, na qual o ócio carregou por muito tempo o título de “*pai de todos os vícios*”.

Desta forma, o trabalho se reafirma como fonte de todas as virtudes, e, conseqüentemente, a jornada de trabalho aumentaria de maneira assustadora, gerando assim descompensações psicossomáticas na grande maioria das pessoas, conforme defendem Paul Lafargue e Bertrand Russell, críticos da mistificação do trabalho e de seu excesso desnecessário (Aquino & Martins, 2007).

O conceito de ócio na atualidade tem sido fonte de polêmica no Brasil. A popularização da expressão “ócio criativo” no país pelo sociólogo italiano Domenico De Masi incitou possibilidades novas sobre a palavra e o conceito de ócio, o que fomentou discussões e estudos sobre tais apropriações do termo, talvez motivados pelo aparente paradoxo: como algo que é compreendido como *ociosidade* (lugar da inação) pode ser criativo?

A ideia do “ócio criativo” como um modelo a ser perseguido por pessoas e organizações, na busca de um modo de viver e trabalhar criativamente a partir da redução do tempo de trabalho – descentralização da empresa como lugar de trabalho –, correu o Brasil e logo questões sobre esse novo/velho conceito explodiram em discussões que ecoam até então.

A entrada de um pretenso conceito – “ócio criativo” – no cenário fez com que se retomassem as apropriações sobre o ócio, de um modo geral, e estas refle-

xões apontaram alguns aspectos interessantes. Por exemplo, diferentemente do *ócio*, que carrega como valor em *si* (autonomia subjetiva, livre escolha, autotelismo etc.), o *ócio* criativo de De Masi alberga em sua possibilidade não ser nem compensação escapista às insatisfações do trabalho, nem ser instrumento para a recuperação da força de trabalho. Enfim, o *ócio* criativo parece ser o próprio trabalho, numa versão que convoca criatividade, ludicidade ou flexibilidade nas formas para exercê-lo, convocando a ideia original de De Masi sobre *ócio* – que, no mais, seria uma interpretação bem distante do que o sentido de *ócio criador* evoca.

As proposições acima nos fazem repensar sobre as possibilidades de novas construções teóricas de *ócio* numa contemporaneidade consumista, apressada, e acelerada. Ou seja, o fato de o trabalho realizado no âmbito de alguma autonomia ser confundido com *ócio* convoca alguns posicionamentos mais cuidadosos.

#### 4. Ócio como condição humana

O *ócio* é uma experiência gratuita, necessária e enriquecedora da natureza humana. Desde Aristóteles até hoje, filósofos e teóricos, na tentativa de precisar a natureza do *ócio*, julgaram necessário definir também algum conceito outro que consubstancie sua relação com satisfação, realização, felicidade, gozo, desfrute etc. A compreensão do *ócio* do ponto de vista individual tem relação com a vivência de situações e experiências prazerosas e satisfatórias (Cuenca, 2003).

O *ócio* na visão do referido pesquisador pode ser estudado e analisado sob duas perspectivas:

[...] do ponto de vista objetivo se confunde com o tempo dedicado a algo, com os recursos investidos ou, simplesmente, com as atividades. Do ponto de vista subjetivo é especialmente importante considerar a satisfação que cada um percebe na experiência vivida (Cuenca, 2003, p. 15).

Em termos subjetivos, a palavra *ócio* é sinônimo de experiência desejada, apreciada e, é claro, resultado da escolha livre. É interessante ressaltar a atenção em considerar o significado atribuído por quem vivencia a experiência. Nesta especificidade, *ócio* integra a forma de ser de cada pessoa, sendo a expressão de sua identidade. No mais, a vivência do *ócio* não é dependente das variáveis atividade, tempo, nível econômico ou formação de quem a experimenta; ela está relacionada com o sentido atribuído por quem a vive.

Para a compreensão do *ócio*, sugere-se uma leitura unificada de algumas possibilidades que convocam os âmbitos da cultura contemporânea. Os estudos sobre *ócio* representam a afirmação de um modelo aberto com aproximações epistemológicas e metodológicas múltiplas, baseadas em contínuas e diversas análises, métodos e recursos de diversas disciplinas que compartilham seu objetivo de co-

nhecimento sobre esta temática. No entanto, em meio a esta interdisciplinaridade que envolve o ócio, trata-se de esclarecer o que compete ao campo específico de cada disciplina na explicação e compreensão do fenômeno (Cf. obra citada acima).

Vale ressaltar ainda que, de acordo com Cuenca (2003), uma das características dos estudos do ócio é a carência de consensos generalizados em suas abordagens básicas. No seu entendimento, este fato não representa um problema quando se trata da reflexão teórica do ócio, que, por si, representa um objeto numa realidade complexa e mutável com aportes no âmbito social, subjetivo e tradicional.

Na literatura especializada, encontra-se que é preciso educar os sujeitos não só para perceber os meandros do trabalho, mas também para os mais diversos e possíveis ócios: ensinar como se evita a alienação que pode ser provocada pelo tempo vago não preenchido, tão perigoso quanto a alienação derivada do trabalho (De Masi, 2000, p. 326).

Como apontam Aquino e Martins (2007), a educação contemporânea costuma sonegar o direito ao ócio; observa-se que as escolas tendem a preparar a criança para a importância da profissão e do trabalho no futuro, isto é, preparam crianças e jovens para a vida adulta moldada pelo trabalho, mas não preparam a criança *para* e *pelo* ócio, um fator de vital fundamento para a edificação de um indivíduo equilibrado. Isso porque a escola, dentro de uma concepção moderna, está profundamente demarcada pelo paradigma da produção industrial, afirmando que o trabalho é a atividade social dominante e determinante da configuração sócio-cultural.

O aspecto educativo também se volta para a qualificação do trabalhador, mais dirigido para a questão de execução de tarefas, o que limita seu potencial criativo, submetendo-o ao cerceamento de suas possibilidades, toldando-as de acordo com esta ou aquela função laboral.

Em *O elogio ao ócio*, Russell (2002, p. 37) critica de forma categórica a concepção estritamente utilitária de educação, afirmando que a mesma ignora as necessidades reais dos sujeitos e que os componentes culturais da formação do conhecimento ocupam-se em treinar os indivíduos com meros propósitos de qualificação profissional – esquecendo, desta maneira, os pensamentos e desejos pessoais dos educandos, levando-os a preencher boa parte de seu tempo livre com temas amplos, impessoais e sem sentido aparente, voltados mais para o interesse imediato.

## 5. Ócio integra a condição de ser

Encontramos em Cuenca (2003) a afirmação de que o ócio não deve ser identificado com o tempo livre, uma vez que este último não define a experiência humana em si. A identificação que se produziu entre ócio e tempo livre é produto

dos estudos da sociologia do trabalho, difundidos de forma ampla, dissociados das outras possibilidades de apropriações às quais esta categoria está exposta. Tal fato dificultou a compreensão do ócio, pois a sociologia do trabalho não contempla a percepção psicológica.

Assim, não podemos afirmar *a priori* que no tempo liberado das obrigações residem experiências de ócio. A categoria *tempo livre* é um indicativo de condição livre impressa e percebida pelo próprio sujeito, onde quer que ele se encontre, qualquer que seja a situação em que está inserido. A expressão “tempo livre” se torna importante nesta relação por causa da palavra *livre*, que sugere um exercício humano voluntário de identidade, desejo, reconhecimento e autorreconhecimento. A partir destes enfoques psicológicos, o ócio vem sendo definido como “liberdade *de e para*” (Cuenca, 2003).

O ócio como experiência humana está relacionado a valores e significados profundos; apenas assim o ócio pode ter sentido enquanto experiência significativa positiva, fonte de desenvolvimento e prevenção à ociosidade negativa, ou ócios nocivos.

É possível distinguir uma experiência comum de uma verdadeira experiência. Larrosa (2002) e Cuenca (2003) nos mostram que a experiência comum se relaciona com qualquer ação da vida cotidiana: inclui nossas rotinas e a corrente banal, onde tudo acontece e nada nos toca, dada a ausência de sentido nessas atividades trivializadas.

A experiência de viver está repleta de experiências. Paradoxalmente, algumas experiências fogem do âmbito cotidiano e vulgar por conta da subjetividade na determinação na ação/experiência – escolha desejada e encontro permitido. Estes detalhes mudam todo o sentido da experiência e esta pode provocar transformações em quem as vivencia: são as experiências chamadas verdadeiras, que tocam e transformam (Larrosa, 2002).

Em suas pesquisas, Csikszentmihalyi & Csikszentmihalyi (1998) chamam a atenção para o que denominam de *experiência ótima*. Segundo os autores, a *experiência ótima* seria marcada por uma sensação de plenitude e integração percebida entre o sujeito e o ambiente, na qual o próprio indivíduo se confunde com o meio, mergulhando em uma espécie de fluxo mental caracterizado pelo prazer e pela sensibilidade aflorada. Quando uma pessoa passa por uma destas vivências ótimas, uma das metas centrais do *self* será a de seguir experimentando-a ou voltar a buscar outras experiências semelhantes, convertendo-as em uma influência significativa e marcante. Exatamente como nos marca a cultura ou a genética impressas em nosso ser.

O ócio se encaminha nesta possibilidade enquanto experiência que se manifesta de forma transformadora.

## Reflexões finais

Nosso intuito neste capítulo foi retomar as discussões sobre os diversos conceitos e as várias apropriações de ócio, lazer e tempo livre. Longe de pensarmos que a discussão está acabada, consideramos que, dada a complexidade dos termos e a modificação dos tempos, o que conseguimos realizar foi uma sintetização e uma contribuição que suscita mais possibilidades rumo a dar amplitude aos enfoques.

Neste momento, convém esclarecer uma questão que, percebemos, é geradora de equívocos na compreensão dos termos *ócio* e *lazer*. Trata-se do que ocorre na tradução de obras de autores espanhóis para o português, tradução esta que generaliza o termo *ocio* (espanhol) pelo termo *lazer* (português).

É interessante esclarecer que em língua espanhola não existe a palavra *lazer*, e o termo que dela mais se aproxima é, simplesmente, *ocio*. No entanto, no Brasil, a palavra portuguesa *ócio* abrange algo além do que o que chamamos de *lazer*. Até mesmo porque, sabemos, lazer ampara tantas possibilidades e sobretudo no nosso contexto cultural contemporâneo está generalizada sua associação ao entretenimento, diversão e âmbito do consumo dos produtos da indústria cultural, no tempo que, sabe-se, é tomado para tal como liberado.

Voltando ao tema, enquanto os brasileiros possuem duas palavras distintas que carregam significados distintos, os espanhóis lidam com uma única palavra, *ocio*, que carrega sozinha várias particularidades, incluindo as características de nosso *lazer*. Daí a necessidade de adjetivos como *ócio comercial*, *ócio consumista*, *ócio autotético*, *ócio exotético*, *ócio nocivo* etc.

No Brasil, o termo *ócio* sempre esteve ligado à sua significação negativa por conta de questões culturais que nos envolvem; sobretudo no senso-comum, equivale a “ociosidade”. Apenas recentemente descobre-se a outra face da palavra, como lugar de criação, âmbito do pensamento criador e transformação subjetiva e social. Na língua portuguesa, a categorização e a distinção de *ócio* e *lazer* sugerem cuidados a fim de evitar generalizações superficiais capazes de comprometer os significados revelados no cotidiano e principalmente na experiência subjetiva.

Dentro do que foi revisitado aqui, temos a consideração de que o tempo livre, tal como o concebemos hoje, adveio da natureza cronológica que atinge seu apogeu na sociedade da pós-industrial. Ou seja, é da liberação do *tempo de trabalho* que elaboramos a ideia do chamado tempo livre. Nesta concepção, o tempo livre é tomado, suprimido, originário da liberação de obrigações externas; em outras palavras, é o próprio tempo de trabalho, que de livre nada possui. Assim, segue o sujeito em busca de um tempo que carrega a possibilidade de elaborações próprias.

Na contemporaneidade, o tempo é uma ideia polissêmica. Não devemos pensá-lo apenas como uma variável mensurável e quantificável, mas repensá-lo também como categoria relativa e subjetiva. A época atual – contemporânea – caracteriza-se pela retomada de uma visão integral de todos os processos e fenômenos que envolvem um todo existencial.

Nesta conjectura (e tomando o ócio como algo inerente à existência, tanto quanto o trabalho) percebemos que há um sujeito desejoso de vida, de protagonismo, presença e ação. Saber o que é o ócio e sua função no todo existencial representa um pensamento alinhado ao afã do sujeito contemporâneo – não obstante, um sujeito exausto, imerso em um “consumir sem sentido próprio”, perdido no mundo das coisas.

## Referências

- Aquino, C. A.; Martins, J. C. (2007) “Ócio, lazer e tempo livre na sociedade de consumo e do trabalho”, in *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 2(7), pp.479-500.
- Bauman, Z. (2008) *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beriaín, J. (2008) *Aceleración y tiranía del presente: La metamorfosis en las estructuras temporales de la modernidad*, Barcelona: Anthropos.
- Camargo, L. O. (1989) *O que é lazer*, São Paulo: Brasiliense.
- Csikszentmihalyi, M.; Csikszentmihalyi, S. (1998) *Experiencia óptima: Estudios psicológicos del flujo en la conciencia*, Bilbao: Desclee de Brower.
- Cuenca, M. C. (2003) “Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio”, in *Documentos de Estudios de Ocio*, 16(s/n), Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio/Universidad de Deusto.
- Cuenca, M. C. (2008) “Ócio humanista”, in Cuenca, M.C.; Martins, J.C. (Org.), *Ócio para viver no século XXI*, Fortaleza: As Musas, pp.33-35.
- De Masi, D. (2000) *O Ócio Criativo*, Rio de Janeiro: Sextante.
- Dumazedier, J. (1973) *Lazer e cultura popular*, São Paulo: Perspectiva.
- Dumazedier, J. (1979) *Sociologia empírica do lazer*, São Paulo: Perspectiva.
- Figueiredo, L. C. (1994) *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900*, São Paulo: Educa; Escuta.
- Larrosa, J. (2002) “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”, in *Revista Brasileira de Educação*, 19(s/n), pp.20-28.
- Lipovetsky, G. (2007) *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*, Lisboa: Edições 70.
- Marcassa, L. (2002) *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*, Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Marcellino, N. C. (1983) *Lazer e humanização*, Campinas: Papirus.
- Mascarenhas, F. (2005) *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*, Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Munné, F. (1980) *Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico*, México: Trillas.
- Requixa, R. (1977) *O lazer no Brasil*, São Paulo: Brasiliense.
- Russell, B. (2002) *O elogio ao ócio*, Rio de Janeiro: Sextante.

# A LITERATURA COMO EXPERIÊNCIA DE ÓCIO NA PÓS-MODERNIDADE

Anne Ventura<sup>1</sup>

## Introdução

É lugar-comum no meio acadêmico ou demais círculos intelectuais a exaltação da literatura, bem como o apelo pelos que ainda estão de fora deste amor. Queremos, os apaixonados pela experiência poética, demonstrar o quão certa é a relação amorosa em que nos vemos envolvidos desde há tempos, muitas vezes desde a mais tenra idade, quando leitores de segunda voz. É que raros são os apaixonados que amam em silêncio, de um amor privado e autônomo. Eu confesso que, frequentemente, amo a literatura com um quinhão daquele anseio maternal que quer mostrar ao mundo, recriar com o outro a sua descoberta. E por vezes sinto que o poeta, depois do parto, é pai. Porque a leitura é sempre um nascimento para a poesia. Cada qual lê o poema e lhe dá sentido, fazendo com que a palavra germine dentro de si, como um filho. O leitor traz o poema à vida com o seu sentido íntimo, é mãe. Alimenta-o com aquilo que é seu para vê-lo crescer dentro de si, até mesmo de olhos fechados é capaz de rele-lo. E, como toda mãe, enfim, quer o leitor que o seu filho seja amado pelo outro.

Entretanto não me permito contornar a severa ambivalência que o amor de cariz materno carrega. Como disse Eduardo Lourenço, se o homem é ele mesmo um ser ambíguo, “o amor pela poesia, como todo o amor, é a história de um equívoco” (Lourenço, 2003, p.39).

## Sobre ler e transformar-se

O ensaísta português chama a atenção para uma “face do falso-amor” que a poesia também desperta nos homens, pois que esta também pode servir, enquanto linguagem poética, a uma exaltação individual do próprio leitor, já que “a poesia oferece a cada homem o céu e o inferno portáteis de que precisam para iludir a necessidade de buscar no inferno real o céu possível” (Lourenço, 2003, p.40).

Fala, assim, de um falso-amor, alienado, que exalta os desejos do próprio leitor, de um amor cômodo, que ama a si mesmo através da poesia, e que talvez seja, ao contrário do que gostaríamos de acreditar, a mais constante manifestação de amor à poesia – sim, nossa inclusive, pois “é dessa espécie o entusiasmo e a fascinação que a poesia exerce sobre o comum dos homens, quer dizer sobre

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos Culturais pelas Universidades de Aveiro e do Minho – bolsa de doutoramento FCT – CESC-UM.

todos os homens, pois ninguém pode supor-se permanentemente ao abrigo de ser como o comum dos homens” (Lourenço, 2003, p.40). Entretanto, se esta face traiçoeira do amor está sempre a exercer fascínio no leitor, fascínio que o remete ao puro ego, há uma face outra cuja raridade equivale ao seu valor para os homens: “adorno ou cócega da alma, a poesia suscita em todos os homens, nem que seja uma só vez na vida, um começo de metamorfose semelhante à do autêntico amor” (Ibidem, p.40).

Este começo muitas vezes não se transforma noutra coisa senão no amor egoísta que vê reluzir no brilho da pedra polida que é a poesia a imagem do próprio leitor. Noutras, entretanto, realiza-se enquanto metamorfose de que fala o ensaísta. Enredando a minha reflexão à de Lourenço, diria que a raridade dessa “metamorfose semelhante à do autêntico amor” converte o filho sublime que o leitor renasceu “na mais perigosa de todas as criações” (Ibidem, p.40), e poderosa também, pois “tudo quanto ela toca se torna presa de uma inquietação como não há outra, pois se trata então do acordar da alma da confortável ‘seriedade’ onde agonizava para uma vida subitamente entrevista como sem medida de conforto e a seriedade do mundo” (Ibidem, p.40).

O filho mata o pai e devora a mãe, tragicamente, como Édipo. Retenho, daqui, a palavra “inquietação” e guardo-a no bolso para retomá-la mais adiante.

Antes, porém, recordo-me de outro ensaio de Eduardo Lourenço, “Sobre o Tempo” (2004b).

Diz Lourenço que o tempo não é só problema dele, é problema nosso. A primeira pessoa do plural convida-nos ao sofrimento desta questão que é essência no pensamento lourenceano. Isso porque ser moderno é ser no tempo, como busca em Heidegger, é sentir a orfandade da eternidade metafísica que tudo acalentava, é encontrar-se para perder-se na história da humanidade, é, enfim, a “descoberta da historicidade como coisa fundamental” (Ibidem, p.14).

Porque, na cultura ocidental, “Deus é uma questão que questiona o homem e que, por sua vez, o homem não cessa de questionar” (Ibidem, p.15). O que me remete imediatamente às palavras do narrador de *Grande Sertão: veredas*:

Como não ter Deus?! Com Deus existindo, tudo dá esperança: sempre um milagre é possível, o mundo se resolve. Mas, se não tem Deus, há-de a gente perdidos no vaivem, e a vida é burra. É o aberto perigo de grandes e pequenas horas, não se podendo facilitar – é todos contra os acasos (Rosa, 2001, p.76).

Vivemos, os ocidentais dos últimos séculos, uma agónica cultura de questionamento não apenas de Deus, mas de nós mesmos:

Nós queríamos obrigar Deus de algum modo a revelar-se, a mostrar-se, para que ele viesse com a cara descoberta dizer-nos se existimos ou não, se a nossa vida tem sentido ou não, se ele próprio existe. Isto é o máximo de loucura questionante que se pode admitir (Lourenço, 2004b, p.15).

É dramática a existência moderna, mas é mais do que isso, é trágica. É só saber, como em Heidegger, que somos seres no tempo e para a morte, mas é além disso, é também nada saber da morte. É apenas sabermos que “somos seres que efectivamente ardem no fogo temporal” (Ibidem, p.16). E o que tem isso a ver com a literatura?

Na verdade, o tempo é o objecto por excelência da escrita, é mesmo anterior ao aparecimento da escrita. O acto que define o homem como criador é o acto poético, é a poesia. O que os poetas fazem, fundamentalmente, são variações infinitas sobre esse objecto, o tempo, que é mais esfíngico que todas as esfinges, porque é ele que nos olha no fundo dos olhos sem dar resposta. A resposta somos nós próprios que a temos de dar com a nossa vida, com a nossa existência (Ibidem, p.16).

Naquilo que chamamos modernidade, o eterno se perde e somos jogados para arder nesse fogo temporal de questionamento, como em Kierkegaard. E é especialmente a poesia lírica moderna – primeiramente com Petrarca – que penetra ou é penetrada pela questão do tempo enquanto causador de uma angústia, “primeira porta para a modernidade” (Ibidem, p.17). Vários foram os herdeiros desta particularidade do petrarquismo e longo foi o caminho de angústia e questionamento temporal percorrido pela moderna poesia ocidental, pois, segundo Eduardo Lourenço, a poesia lírica tem especial capacidade de se aproximar deste ininvocável que é o tempo. E no entanto o caminho percorrido pela poesia na modernidade não resolveu o tempo, nunca se reconciliou com a eternidade.

Agora, e já há algumas décadas, passamos a pensar a questão do tempo não apenas pelo viés da modernidade, mas de uma modernidade outra, tardia, ou uma pós-modernidade. “Entramos então numa época em que a preocupação da humanidade é gerir esse tempo, compreender esse tempo, porque não há outra perspectiva” (Ibidem, p.18). A poesia – não apenas a lírica – também tomará conta desse tempo, como sempre o fez, pois: “É a glosa interminável do tempo que constitui a escrita do tempo, essa escrita que a poesia fornece através dos séculos até hoje” (Ibidem, p.18).

Hoje, já não há qualquer perspectiva de um reencontro com a eternidade, estamos numa época em que as “fulgurações do instante [...] se apagam como se a vida inteira fosse uma espécie de fogo de artifício que nos deslumbra [...] e nós caímos num espaço impensável, onde nem eternidade nem tempo têm nenhuma espécie de significado” (Ibidem, p.19).

Retomo a palavra há pouco reservada: inquietação. O ato poético é, e foi em especial na modernidade, pura inquietação. Em primeiro lugar porque a poesia também entrará no jogo temporal da própria modernidade, será agónica e passará a se questionar enquanto atividade humana. A poesia, noutras palavras, se descobriu e tentou se compreender dentro de si mesma. E, no entanto, sempre que

para isso encontrou resposta, estava instalada no equívoco. Além disso, foi inquirida por uma época em que tudo requeria função, tudo quanto pedia pelo nosso tempo precisava do justo esclarecimento sobre a sua validade enquanto atividade humana. É que o pacto com a modernidade se amparou no controle produtivo da vida humana, na santificação do trabalho, no desprezo ao ócio. A literatura não conseguiu se adequar plenamente à lógica capitalista, até tentou nadar contra a corrente do mercado e de outras tantas sólidas instituições da modernidade, por isso mesmo foi muitas vezes julgada como atividade improdutivo, portanto suspeita. Eu diria: inquieta.

### **Ócio: um direito deturpado**

Já em 1880, um dos filhos do socialismo utópico denunciava em gênero retórico este perverso aspecto do capitalismo moderno: o sequestro da preguiça humana. Dizia Paul Lafargue, em seu pequeno mas célebre manifesto *O Direito à Preguiça* (2012):

A moral capitalista, lamentável paródia da moral cristã, fulmina com o anátema o corpo trabalhador; toma como ideal reduzir o produtor ao mínimo mais res- trito de necessidades, suprimir as suas alegrias e as suas paixões e condená-lo ao papel de máquina entregando trabalho sem tréguas nem piedade (Lafargue, 2012, p.4-5).

Em finais do século XIX, a classe operária estava convencida das benesses do trabalho pela ideologia capitalista. Trabalho que, mais do que uma atividade digna, era a alta justificação de sua existência. Mas quem os havia convencido? Segundo Lafargue, economistas, moralistas religiosos e, mesmo, escritores como Victor Hugo. Na contracorrente do capitalismo, o manifesto *O Direito à Preguiça* entrou para a história do materialismo histórico ao fazer uma crítica do trabalho, ou da religião do trabalho, para propor novos valores que resgatassem outros aspectos importantes para a vida humana então abandonados. Lafargue lançou mão da antiguidade clássica para defender o direito ao ócio, uma virtude que havia sido deturpada nos últimos séculos pela moral capitalista. A alienação causada pelo trabalho será responsável pelo menoscabo das atividades ligadas ao ócio, antes muito mais nobres para a humanidade. Só uma revolução do proletariado seria capaz de quebrar este ciclo vicioso, mudando as regras do jogo.

O que me desperta especial atenção no manifesto é que não apenas o operário foi convencido, segundo Lafargue, pela moral capitalista a se submeter a uma jornada absurda de trabalho em busca de um bem-estar impossível, como também o burguês passou a assumir um duplo papel social, uma vez que, para justificar a sua incômoda não-produção, tornou-se um hiperconsumidor imparável.

Hoje, ninguém discorda de que a utopia da revolução contra a imposição abusiva do trabalho fracassou. Embora importantes, os avanços no que tange aos direitos trabalhistas nem de longe alcançaram o desejo de Lafargue. Mesmo as experiências socialistas do século XX se basearam na lógica da produtividade. Principalmente: a tecnologia não libertou o homem para o ócio, como queria Lafargue, antes minou novos terrenos.

O mundo pós-moderno desempregou tragicamente muitos homens e seguiu com a exploração do tempo de trabalho de outros – que até se consideram com sorte. Mesmo os desempregados de hoje são vítimas dessa religião do trabalho e sofrem um sentimento de fracasso e desocupação indevida, tentando preencher o máximo do tempo de que dispõem com capacitações que lhes devolvam não apenas trabalho, como sentido na sociedade. Além disso, introduziu-se a ode ao trabalho na classe burguesa e o hiperconsumismo na classe operária. Também o tempo livre passou a fazer parte do jogo capitalista, uma vez que o mundo do trabalho parece cada vez mais interessado no controle das atividades pós-laborais do trabalhador, sejam físicas ou intelectuais, em prol da produtividade. Isso sem mencionar a apropriação do tempo livre pelo mercado, que consegue nos convencer, inclusive, a comprar aquilo que já é nosso de direito: o tempo. Por tudo isso, justamente, o manifesto de Lafargue continua bastante atual.

As muitas vozes que hoje se levantam para pensar o ócio no mundo contemporâneo são controversas, têm intenções distintas em muitos aspectos, mas me parecem nutrir uma insatisfação que é a mesma: faz-se necessária uma nova tábua de valores para a humanidade. Reaver o ócio no sentido clássico vem responder a essa expropriação do tempo humano que o capitalismo tardio continua a promover com o império da negação do ócio, o negócio. Até mesmo as atividades intelectuais rederam-se, na modernidade, ao produtivismo. Entretanto a reação a essa lógica da sociedade moderna parte de várias frentes, expondo um mal-estar que diz respeito ao desejo – talvez mais individual do que coletivo – de controle do tempo.

De Lafargue passo, então, a uma leitura mais contemporânea do ócio – nem por isso menos utópica – de Domenico De Masi. Sucesso de venda em alguns países, sobretudo no Brasil, o livro-entrevista *O Ócio Criativo* (2000) atreve-se corajosamente a responder questões ligadas ao trabalho na era pós-industrial e propõe saídas para a crise de valores que a humanidade atravessa.

O sociólogo italiano compreende que o praticante do ócio criativo é aquele que supera a separação entre trabalho e tempo livre. Ócio criativo, portanto, não tem nada a ver com a ideia moderna que temos da preguiça, diz de um mundo em que o trabalho e o tempo livre diluem as fronteiras rígidas de outrora. E mais, de uma jornada laboral reduzida e flexível, como seria idealmente a dos artistas, em que o prazer ganha espaço ao lado do esforço, gerando criatividade.

Entretanto, para que este ócio criativo aconteça é preciso mais do que a boa disposição do trabalhador, é preciso uma mudança estrutural na sociedade, uma vez que as propostas de De Masi dizem respeito a uma redistribuição do poder:

[...] o que está nos acontecendo é que estamos introjetando uma epistemologia da descontinuidade e da complexidade. E muitos valores pós-industriais são a favor de uma desestruturação do espaço; valorizamos a qualidade de vida [...] Se as empresas transformassem competitividade em competência e a destrutividade em relação solidárias, como acontece no filme *Uma linda mulher*, se fossem mais cuidadosas com a estética dos ambientes e objetos de trabalho, se adotassem boas maneiras nas relações interpessoais, se introduzissem um pouco da alma feminina nesses castelos projetados e embarricados pelos homens, se abrissem uma brecha nos seus muros de proteção e permitissem a entrada de um pouco de ar fresco e puro, aí sim é que o trabalho junto ao calor do convívio cordial se tornaria também uma oportunidade para a socialização (De Masi, 2000, p.211).

Por um lado as mudanças estruturais já vêm acontecendo, não pelo desejo dos mais poderosos, mas porque o mercado está se transformando numa “cultura-mundo” (Lipovetsky e Serroy, 2008), em que a diferença – e aqui entra a criatividade – é a única garantia de sobrevivência para as empresas. Por outro lado a teoria de De Masi apela para uma cultura do equilíbrio – tal como defende ser o caso do Brasil – pautada na sensualidade, na comunicação e na cordialidade; o que, na minha opinião, torna a sua teoria perigosamente totalizadora, embora alicerçada na diferença. Ainda que utópico, o pensamento de De Masi, tal como o de Lafrague, tem muito a nos ensinar. A começar por este princípio básico: para que ocorram mudanças no sistema falido (no mínimo do ponto de vista moral) do capitalismo tardio é preciso educar para o ócio. E isso significa, antes de mais nada, deixar de educar exclusivamente para o trabalho: “Esta arte de viver não se ensina, e não se aprende, de uma vez por todas. Portanto, o que deve ser ensinado aos jovens, por uma formação, é como reprojeter, continuamente, a própria existência” (De Masi, 2000, p.273).

Ou, como diz o ditado: parar para pensar. Afinal, para que educamos os jovens? Com que intenções? Educamos para que sejam instrumentos de trabalho ou homens? Lembro-me das seguintes palavras de Sêneca sobre o ócio: “Que há, portanto, que ao homem de bem não convenha um ócio tal que lhe permita dirigir os séculos futuros e falar não entre poucos, mas entre todos os homens de todas as nações, tanto os que existem como existirão?” (Sêneca, 1994, p.89).

Mesmo que o mercado pós-moderno abocanhe o mundo literário, como de fato vem acontecendo, a literatura, enquanto ato poético, pisará sempre, por sua natureza, no território do ócio. E isso me leva a refletir sobre a relevância do ensino da literatura enquanto educação para o ócio.

### **Do direito ao ócio ao direito à literatura**

Antonio Candido, em seu ensaio “O direito à literatura” (2004), defende a tese de que a literatura deve ser compreendida socialmente como um direito hu-

mano. Segundo o crítico brasileiro: “o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos” (2004, p.172).

Este esforço de alteridade é a base de uma discussão necessária para a compreensão do que são os direitos humanos, bem como a distinção criteriosa dos bens considerados “compressíveis” e os “incompressíveis”. Ocorre que cada época e cultura tem o seu próprio discernimento sobre a compressibilidade da existência humana, o que significa que se trata de uma reflexão permanente, nunca finda.

Em seu ensaio, Candido chega à conclusão de que:

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou da negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (2004, p.186).

Assim, em primeiro lugar, precisamos, desde sempre e em todos os povos, do ato poético para viver, seja ele ágrafo ou não, para nos organizar, ou libertar, dentro do arbitrário da língua. Tal como expôs Roland Barthes em sua conhecida *Aula*: “Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora de seu poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura” (Barthes, 1992, p.16).

Do mesmo modo, essa necessidade vai ao encontro do “autêntico-amor” pela poesia, enquanto necessidade da inquietação que a leitura literária é capaz de nos provocar: “Gosta de poesia? Sabe o que é poesia? Tem medo da poesia? Tem o demoníaco júbilo da poesia?” (Helder, 1997, p.12). Por último, a literatura é essencial à nossa humanidade também porque pode ser instrumento de desmascaramento, como disse Candido. Ou, nas palavras de Lourenço:

A poesia é apenas o homem resistindo à tentação de se deixar silenciar pelo que o nega e se sobrepõe à sua voz. Uma só rosa no meio do inferno é o paraíso inteiro. Mas só os poetas podem inventar a mais inexistente das rosas, a da esperança, quando mundo e vida se desesperam. Vencidos os soldados de Siracusa sobreviviam recitando versos de Homero. Como nós (Lourenço, 2003 apud Baptista e Veiga, 2004a, p.148).

A leitura, sobretudo a literária e do livro impresso, requer doses de tempo, e por isso nos restitui tempo. Esse paradoxo se explica pois o tempo de que usufruí é

aquele que só a nós pertence, que suspende o mundo (embora não impunemente) para a realidade poética. É tempo que relógio algum consegue alcançar, pois, mais que tempo livre, é liberdade no tempo – ouro sobre azul entre as “fulgurações do instante” que a pós-modernidade nos impõe. É, enfim, uma espécie de ócio.

No entanto, se identifico a literatura com o ócio que a modernidade foi capaz de asfixiar com a sua cultura produtivista, muito além de uma atividade do tempo livre, se a encaro enquanto lugar de inquietação do pensar e do sentir o mundo, então a literatura também corre perigo. O filósofo e linguista búlgaro Tzvetan Todorov (2009) acredita que sim e continua uma discussão já quase secular sobre a ameaça de morte que ronda a literatura. Ele critica o mergulho em si mesma que a literatura deu durante a modernidade; tal como já havia dito Maurice Blanchot na década de cinquenta: “A literatura vai em direção a ela mesma, em direção à sua essência, que é o desaparecimento” (Blanchot, 2005, p. 285).

Talvez o mais importante: Todorov critica o próprio lugar a partir do qual escreve – lugar que é o do intelectual, da crítica, dos professores de literatura. Segundo ele, o perigo que corre a literatura hoje é também responsabilidade daqueles que dela cuidaram nos últimos séculos enquanto leitores profissionais. Totalitarismo didático, arbitrariedade das escolhas, burocratização historiográfica, superespecialização crítica, tudo isso fez com que a literatura se tornasse cada vez mais elitista.

Como disse Eduardo Lourenço. “adorar é a forma clássica de apaziguar os terrores, de digerir os monstros” (Lourenço, 2003, p.41) e por isso a história de nossas literaturas muitas vezes não passa de uma história de sacralização estética e conteudística – bem como o outro lado desta moeda não é mais que a excomunhão para um inferno dos não canonizados. Assim, a literatura não pode ser vista de antemão como elevada atividade humana, porque então cairíamos no engodo que o ensaísta português chamou de “falso-amor”, do poema como adorno da alma. Quem ensina literatura acreditando que esta é um direito humano nunca deve perder de vista que ela é arte e, por isso, “interpreta o mundo e dá forma ao informe, de modo que, ao sermos educados pela arte, descobrimos facetas ignoradas dos objetos e dos seres que nos cercam” (Todorov, 2009, p.65).

### **Para concluir**

Somente se vista como arte, a literatura está ligada ao ócio, porque devolve o tempo do homem, um tempo que não pode ser produto, que é inútil, mas apenas no sentido capitalista. Da mesma maneira que o tempo metafísico que nos foi tirado pela modernidade não volta com o deus produto de mercado, com que tantas vezes nos deparamos submetido a imagens de marca que os homens trocam umas pelas outras como infiéis consumidores, também a leitura literária e mesmo o acesso à literatura não é, *per si*, garantia de ócio no sentido que quiseram

os filósofos da antiguidade clássica. Para tal, os que desejam cuidar do ensino da literatura – sejam professores ou não – devem primeiramente voltar os olhos aos questionamentos mais fundamentais: O que é a literatura? Para o que ela não serve? O que ela pode? Doutrinar classificações literárias, sistematizar escolas e poetas, adestrar referências como adereços, tudo isso está distante do ensino da literatura enquanto ócio – bem como despertar o deleite pelo que é apenas estético sem fazer compreender o quanto de anarquia há na linguagem literária. O amor pela poesia, o “autêntico-amor”, assim como o tempo que dedicamos a essa relação amorosa, é bastante mais complexo do que o entretenimento a que estamos sempre seduzidos na contemporaneidade. Enfim, a leitura literária sobre a qual tentei refletir, aqui, é aquela que requer de nós um confronto primordial; é trapaça não apenas da língua, mas do tempo.

Ela tem a sua quota-parte de descontrolo temporal e por isso liberta. Cada qual que queira assumir a tarefa sempre imperfeita de preludiar o outro neste amor deve saber, em primeiro lugar, se desentender com a teoria, para abrir mão de seu próprio poder enquanto professor, limitando-se inicialmente a mediar o toque íntimo entre o leitor e a poesia. O resto importa, sim, mas é só cumplicidade de inquietos.

## Referências

- Barthes, R. (1992) *Aula*, 6ª ed., Trad. Leila Perrone-Moisés, São Paulo: Cultrix.
- Blanchot, M. (2005) *O livro por vir*, Trad. Leyla Perrone-Moisés, São Paulo: Martins Fontes.
- Candido, A. (2004) “O direito à literatura”, in *Vários Escritos*, 4ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre Azul, pp.169-191.
- De Masi, D. (2000) *Ócio criativo*, Trad. Lea Manzi, Rio de Janeiro: Sextante.
- Helder, H. (1997) *Os passos em volta*, Lisboa: Assírio & Avim.
- Lafargue, P. (2012) *O direito à preguiça*, eBooksBrasil, disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLis/br/direitopreguica.html>, último acesso em janeiro de 2014.
- Lourenço, E. (2004a) “Da poesia”, in Baptista, M. M. & Veiga, M. J. *Argumentar*, Maia: Ver o Verso, p.148.
- Lourenço, E. (2003) “‘Orfeu’ ou a poesia como realidade”, in *Tempo e Poesia*, Lisboa: Gradiva, pp.39-55.
- Lourenço, E. (2004b) “Sobre o tempo”, in *Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço – dos críticos*, org. Baptista, M. M., Maia: Ver o Verso, pp.13-19.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2008) *A Cultura-Mundo: resposta a uma sociedade desorientada*, Trad. Victor Silva, Coimbra: Edições 70.
- Sêneca (1994) *De otio*, edição bilingue, Trad. José Rodrigues Seabra Filho, São Paulo: Nova Alexandria.
- Rosa, J. G. (2001) *Grande Sertão: Veredas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Todorov, T. (2009) *A Literatura em Perigo*, Rio de Janeiro: DIFEL.



## SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA OBRA DE ARTE

Carlos Velázquez Rueda<sup>1</sup>

O ser humano não cria, é criatura. A criatividade humana não pode senão contentar-se com a modificação do entorno hostil para que lhe seja suportável; contentar-se com o refinamento da brutalidade natural à procura de compensar as fraquezas da espécie. O ser humano contenta-se com a cultura, com a trapaça. Sim, trapaça: O humano autoconsciente não era projeto divino. A culpa é de Prometeu, o Lúçifer grego que se opôs ao projeto demiurgo roubando para nós uma faísca da luz celeste, um tição da grande fogueira que ilumina a palavra, a concepção, o cosmos. Restamos Édipo, que, após reivindicar os pertences do Pai, vaga culpado às apalpadelas, com a caverna uterina da Grande Mãe como único refúgio. O real está lá fora.

O espírito antagonista da alma, diz Klages (1929 Apud Jung, 1987, p.43). Indivíduo oposto à espécie (Morin, 1976), cultura (inteligível) versus natureza (sensível) (Lévi-Strauss, 2010), eu e inconsciente (Jung, 1990), Apolo e Dionísio (Nietzsche, 1996), representação e sensação (Baumgarten, 1993), o ser humano define-se na oposição. Mas, às vezes, dispõe-se Apolo a visitar a trípode de Delfos, lugar onde o umbigo da terra une-se ao céu, onde os vapores da terra inebriam a consciência exortando-a a aventurar-se para além de si. Gaia dispõe-se também, sua temível piton, outrora submissa, mostra impudica as marcas que o rastejar na terra tem impresso em sua pele. A consciência inebriada deixa cair seu arco. O monstro não se sente ameaçado, portanto não é mais assustador; revela-se sentido e, embora atemporal, ancestralidade primordial. A semiose apolínea desborda para Réia generosa. Cronos é de novo ferido e suas entranhas rasgadas liberam a memória em verticalidade simultânea. Memória do que está, do que foi, do que virá.

Um complexo autônomo, declararia Gustav Jung: algo despertou no inconsciente e reclama expressão em imagens da experiência consciente. A consciência corresponde em seu próprio detrimento, pois sofre um *abaissement du niveau mental*, como diria Janet, devido ao alto dispêndio energético em imagens associadas. Uma gradativa degenerescência toma-lhe o comando e a complexidade do encontro ganha autonomia (1987, p.68).

A imaginação criadora “é incapaz de inventar o que quer que seja, ela se contenta em reunir elementos separados uns dos outros”, insiste Sarah Kofman (1996, p.45-46). Elementos separados, isto é, despojos de guerra na oposição inerente à condição humana: A alma (Klages, 1965, p.390; Jung, 2009, p.388-392) que sabe o mundo, que saboreia-o na sensorialidade do corpo, pelo qual aparece, que desloca-

<sup>1</sup> Professor da Universidade de Fortaleza – Unifor, nas áreas de Estética, história da Arte e Mitologia.

se na torrente qualitativa do sentido universal, sendo ela própria esse sentido; mas que nada distingue, nada aponta, permanece no mergulho misterioso da sensualidade inconsciente, confusão e escuridão baumgartenianas (1993). E o espírito (Klages, 1944, p. 306), que significa que, no afã de submeter o mundo ao princípio lógico (*logos*), metonimiza a experiência em signos. É complexo representativo, Eu, campo de investimento e identificação consciente (Jung, 2009, p. 406).

O “surto criativo” só é possível em complexidade autônoma, no encontro. O ego amolecido dispõe-se a receber a alma, quem, por sua vez, deixa-se conduzir ao compromisso técnico, ao mito, à arte que permite que a consciência se aproxime de verdades inconscientes (Lévi-Strauss, 2010, p.37) ou à ciência que, fundamentada na verdade até então inconsciente, radicaliza sua significação (Dewey, 1980, p.91). “Poesia significa deixar ressoar atrás das palavras a palavra primordial (Hauptmann Apud Jung, 1987, p.68).

Na arte, segundo Jung (1987, p.61-63), podemos reconhecer três formas típicas de produção criativa: O artista é inundado por uma torrente de imagens que a sua vontade não convocou; é como se a obra estivesse pronta em algum lugar e seu papel se restringisse a “tomar o ditado”. A consciência, absorta, renuncia ao controle do processo e assiste perplexa à concretização da obra.

Recordemos o curioso caso relatado por Ian Parrot (como citado em Jourdain, 1998, p.206-210), na década de 1970, sobre a londrina Rosemary Brown, filha mais nova de uma família numerosa sem particular destaque formativo, especialmente em matéria musical. Em paralelo à clarividência, Rosemary declarava-se clariaudiente. Amiga íntima de Stravinsky, Rachmaninoff, Debussy, Brahms, Chopin, Schumann, Beethoven, Mozart, Bach e Handel, teria apreendido a tocar o piano sob orientação de Liszt, primeiro fantasma a aparecer-lhe.

Apesar de sua técnica restrita como instrumentista e inexistente formação como compositora, Rosemary ganhou notoriedade fundada nos “ditados” que recebia de seus amigos compositores. Em fluência contínua, registrada pela BBC de Londres, a clariaudiente anotava as partituras compostas pelos espíritos que a circundavam. Sob análise, as partituras denotavam as carências profissionais de Rosemary, embora também sugerissem os estilos dos fantasmas envolvidos. Cito este exemplo por ser particularmente explícito, sem desconhecer a frequência com que o artista criativo declara-se sob influência das musas e reserva-se, portanto, um papel instrumental no processo.

Uma segunda tipificação consistiria no artista que projeta sua obra e executa rigorosamente seu projeto. O processo é minuciosamente supervisionado pelo autor, as qualidades em jogo eficientemente selecionadas, moldadas e dispostas em função de um resultado esperado. O artista quer expressar exatamente aquilo que resultará do seu projeto e, no entanto, a obra acabada revela-se transgressora; ela expressa nuances inadvertidas, revelações intuitivas que não alcançam a distinção signífica da ciência.

A mútua identificação entre Arthur Schnitzler e Sigmund Freud é particularmente ilustrativa neste caso. Em 14 de maio de 1922, como refere Noemi Kon, Freud remeteu a Schnitzler uma carta contendo, em resumidos termos, a seguinte confissão:

Sempre que me deixo absorver profundamente por suas belas criações, parece-me encontrar, sob a superfície poética, as mesmas suposições antecipadas, os interesses e conclusões que reconheço como meus próprios. (...) Assim, ficou-me a impressão de que o senhor sabe por intuição (...) tudo que tenho descoberto em outras pessoas por meio de laborioso trabalho (1996, p.128).

E, ainda, em *O Mal-estar na Civilização*, o psicanalista especula:

E se pode dar um suspiro, quando nos damos conta de que é assim concedido a certos homens fazer surgir, do torvelinho de seus próprios sentimentos, verdadeiramente sem esforço algum, os mais profundos conhecimentos, enquanto nós outros, para atingi-los, devemos abrir caminho tateando sem cessar em meio às mais cruéis incertezas (Apud Kon, 1996, p.157).

Por sua parte, Schnitzler, o artista, correspondeu ostentando supostas ciência e volitividade em suas criações artísticas, como se pode constatar no seguinte estrato da entrevista por ele concedida em 1927:

Freud me definiu certa vez como seu gêmeo psíquico. Na literatura percorro a mesma estrada sobre a qual Freud avança com uma temeridade surpreendente na ciência. Entretanto, ambos, o poeta e o psicanalista, olhamos através da janela da alma (Op. Cit., p. 173).

No entanto, o aparente controle que Schnitzler expõe vê-se minado pela dúvida e a evidente indefinição que acompanha suas indicações em direção aos “abismos da alma” na carta endereçada a Theodor Reik, em 1913.

Quando o senhor fala de minha obra eu concordo com o senhor; mas no que concerne a meu inconsciente, ou a minha... ‘parte consciente’, creio saber ainda mais que o senhor. Quanto aos caminhos que conduzem aos abismos da alma, eles são mais numerosos e mais variados do que os psicanalistas – e o senhor – se permitem sonhar ou “sonhinterpretar” (traumdeuten). E ainda estão a céu aberto muitos caminhos que os senhores acreditam desviar para o reino das sombras (Idem, p.173).

Evidentemente, o professo conhecimento psicológico de Schniltzler não alcançou a distinção síglica necessária à expressão científica, como sugerimos acima. Contudo, observo, aqui, uma posse intuitiva, confusa em sentido

baumgarteniano, de revelações humanas sobre a qual interessa-me insistir mais adiante.

O terceiro tipo de processo criativo na arte tornou-se frequente, embora não exclusivo, a partir da quebra tradicional expressionista. Consistiria na remissão do artista ao seu inconsciente subjetivo, isto é, o inconsciente freudiano em perspectiva clínica, um complexo de experiências particulares recalçadas. Jung (2009, p. 69) distingue o inconsciente coletivo do inconsciente pessoal, dos quais este último mais ou menos corresponderia à clínica psicanalítica e do qual, em caso de tornar-se predominante, emanariam sintomas e não propriamente obras de arte.

Aludi ao movimento expressionista pois, embora possamos repertoriar manifestações prévias semelhantes, parece-me ser esse o momento histórico em que as artes ocidentais, mais enfaticamente a pintura, sob ameaça tecnológica, advertiram-se servidoras da classe burguesa, recorrendo, sob o estandarte da “arte pela arte”, à subjetividade a despeito dos critérios objetivos que norteavam anteriores abordagens místicas ou psicológicas. Tornar-se-á esta noção determinante na parte conclusiva deste trabalho.

A obra que remete a experiências reprimidas e dispositivos pré-conscientes anseia por interpretação. Enquanto sintoma, oferece todas as suas faces à semiótica auscultatória que determinará sua cura ou, minimamente, seus cuidados intensivos. Parafraseando Hauptmann, diríamos que fazer arte significa deixar ressoar atrás de seu material qualitativo a si próprio, a sombra que a máscara dissimula. Se bem é certo que a exibição de si, da intimidade do autor, possa atrair atenções indiscretas, a identificação de outrem deixa no entanto de operar cosmogônica e cosmologicamente para se investir numa falência individual.

O complexo autônomo é muito claro no primeiro tipo de produção criativa que descrevemos. Possibilidades do inconsciente profundo apresentam-se à consciência, sob imagens espíritas no caso de Rosemary, e a consciência corresponde colocando a serviço suas aquisições culturais. A obra desabrocha como celebração do encontro entre cosmogonia, estado cultural e possibilidades futuras. Embora esta dinâmica de planos simultâneos conserve os trejeitos do artista, ela não se refere exclusivamente a ele, mas afirma-se coletiva e universal. Os devaneios de Cipriano Algor, na obra *A Caverna*, de José Saramago, parece-me uma boa ilustração:

(...) modelar umas quantas figuras (...) de que qualquer pessoa, homem ou mulher, jovem ou velha, olhando-as pudesse dizer, Parecem-se comigo. E talvez que uma dessas pessoas, mulher ou homem, velha ou jovem, pelo gosto e talvez a vaidade de levar para casa uma representação tão fiel da imagem que de si própria tem, venha à olaria e pergunte a Cipriano Algor quanto custa aquela figura de além, e Cipriano Algor dirá que essa não está para venda, e a pessoa perguntará porquê, e ele responderá, Porque sou eu (2005, p. 153).

Esta dinâmica é também válida para o caso em que o artista tem aparente controle do processo: “(...) a convicção do poeta de estar criando com liberdade absoluta seria uma ilusão de seu consciente: ele acredita estar nadando mas na realidade está sendo levado por uma corrente invisível” (Jung, 1987, p. 63).

A consciência opera em termos de passado. Deve-se experimentar a coisa para que a consciência a julgue e a signifique, seja qual for a ordem em que julgamento e significação são executados. No entanto, a solução criativa consiste em uma proposta que ainda não foi concretizada, isto é, a criatividade opera em termos futuros. Mesmo quando o artista gaba-se de ter absoluto controle sobre seus processos criativos, é evidente que sua consciência, enquanto centro volitivo, não é capaz a título exclusivo de referir-se ao futuro. Esta faculdade de projeção resultaria da recuperação de sentido entre preceitos arcaicos e o passado sensível recente organizado pela consciência. Alexander von Baumgarten, em seu esmiuçamento das faculdades sensíveis inferiores, explica-nos a *Facultas praevisio*.

(...) a percepção de uma sensação e de uma imaginação<sup>2</sup>, que possuem uma percepção parcial, produz a percepção total do estado futuro, em que as diferentes partes da sensação e da imaginação se reúnem novamente. Ou seja, é do presente impregnado do passado que nasce o futuro (1993, p. 84).

A menos que a obra esteja circunscrita numa trama individual, parece-me claro que a arte procura restabelecer de forma criativa o vínculo entre a experiência sensível e sua representação sgnica, como diz Baumgarten, se ambas percepções são parciais sua unificação aponta para a totalidade, para o real. Ora, o princípio de fragmentação dessa totalidade fundamenta-se na emergência do campo representacional consciente, que tem por principal função interpretar. Os males de outrem são passíveis de interpretação pois geralmente são medíocres as habilidades de um convalescente para esconder suas mágoas. Interpretamos com relativa facilidade uma obra subjetiva e nossos acertos tocam egolatamente nosso íntimo, nos emocionam, mas também afastam a possibilidade de fruição estética. A semiótica de sintomas tem legitimidade clínica. No entanto, ao nos depararmos com um verdadeiro estímulo artístico, a interpretação da obra pode tornar-se determinante de sua recusa estética.

Talvez a arte nada “signifique” e não tenha nenhum “sentido”, pelo menos não como falamos aqui sobre sentido. Talvez ela seja como a natureza que simplesmente é e não “significa”. (...) Precisamos reduzir a vida e a história, que se realizam por si mesmas, em imagens, sentido e conceitos, sabendo que, com isto, estamos nos afastando do mistério da vida. Enquanto estivermos presos ao próprio criativo, não vemos nem entendemos, e nem devemos entender, pois nada

<sup>2</sup> Leia-se por sensação uma percepção atual e por imaginação *phantasmata*, fantasma primordial ou arquétipo.

é mais nocivo e perigoso para a vivência imediata do que o conhecimento. Para o conhecimento, porém, devemos deslocar-nos para fora do processo criativo e olhá-lo desse lado, pois só então ele se tornará imagem que exprime um sentido (Jung, 1987, p. 66).

Como afirmei acima, mantenho que a condição humana define-se na oposição de suas tendências interpretativas contra o real, a natureza que poderia invadir-nos sensivelmente. Nossa própria condição inclina-nos à procura de significados diante da experiência. Mas, o que nos leva ao extremo contemporâneo de descansar a legitimidade artística na pura especulação interpretativa? “Ver algo como arte necessita de uma coisa que o olho não consegue encontrar: uma atmosfera da teoria artística, um conhecimento da história da arte: um mundo da arte” (Danto Apud Michaud, 2007, p. 127).

Esta declaração de Arthur Danto, de capital importância na arte contemporânea, é também especialmente sintomática: Primeiramente, exclui a arte do âmbito experiencial confinando-a à abstração da especulação teórica. Seguidamente, condiciona-a à conformidade com o conhecimento de uma história da arte certamente exclusiva. Exclusiva porque a história da arte ocidental, ou oficial, não reconhece manifestações étnicas além das provenientes dos principais protagonistas do imperialismo econômico que originou as grandes guerras do século XX (voltarei sobre este ponto), e exclusiva também porque, como o próprio Danto deixa escapar, fundamenta-se em ver, reduzindo este sentido à mera constatação do especulado e excluindo qualquer contato mundano passível de experimentação pelos outros quatro sentidos.

Para as musas da mitologia grega, não existe a arte do ver. As artes gráficas e plásticas não transcorrem um espaço temporal, condição *sine qua non* para as filhas de Mnemósine: a memória arcaica (Tresidder, 2003, p.232). A classificação plotínica das artes situaria a plástica e a gráfica nas artes análogas, e não nas artes práticas, aquelas “que tendem a agir sobre os homens, tornando-os melhores ou piores” (1924, IV, p.4-31). Da mesma forma que a arquitetura foi retirada e a pintura e a escultura nunca fizeram parte das Artes Liberais da Idade Média (Abbagnano, 2000, p.82).

Em contrapartida, “mandar pintar uma coisa e colocá-la numa moldura não é muito diferente de comprá-la e colocá-la em sua casa”, diz Berger (1999, p.85).

A emergência das artes visuais liderando os movimentos artísticos no imaginário ocidental coincide com a ascensão da classe burguesa e sua consequente revolução econômica. A relação entre ver e possuir e possuir para ser visto tornou-se capital para uma classe social que abandonava uma situação servil em favor de um grande poder aquisitivo. Esse poder, no entanto, era desprovido de respeitabilidade imagética para ser exercido publicamente e encontrou, particularmente na pintura a óleo, um excepcional campo de cultivo.

Diferente da música, da poesia, da dança ou do teatro que, a partir de

dispositivos culturais como escalas de sons, palavras, trejeitos ou idiossincrasias, aventam-se ao encontro do tempo biológico e perceptivo para produzir seu efeito; as cores e as formas já estão dadas na natureza e são-nos rerepresentadas pelo artista. Esta condição já sugere, *per se*, um convite à interpretação. Some-se a isto o anseio burguês de fetichizar na obra o reconhecimento imagético que espera de si e de seus semelhantes e subalternos e obteremos a gênese de uma tradição interpretativa da arte.

Toda generalização é arriscada. Não devemos reduzir a esta perspectiva obras excepcionais de grandes mestres, mas tampouco podemos desconhecer que grande parte da produção artística da Renascença ao Impressionismo teve essencial serventia à construção da imagem pública da nova classe no poder. A fotografia, porém, tomou para si esse lugar projetando a pintura à revolta pós-impressionista que descambaria na procura expressionista: Onde está a verdadeira arte? À qual, as vanguardas tentaram responder em manifestos e oscilantes propostas de concretização.

Assumindo os riscos de mais uma generalização, direi que o trauma fotográfico, isto é, o golpe industrial sofrido pela tradição artesanal de produção de imagens reforçou o destaque do fantasma tecnológico que pairava sobre o ocidente desde a crise romântica. Tecnologia tem cheiro de ciência; e ciência, ou, às vezes, pseudociência, é a única voz que a severa moral da burguesia industrial se dispõe a ouvir. Foram justamente a indústria, a moral e a ciência os núcleos germinais dos grandes conflitos do século XX, que acabaram por deslocar o centro econômico e cultural do mundo, em breve globalizado, para os Estados Unidos.

A este câmbio de equilíbrio econômico corresponde um transtorno do equilíbrio cultural: à segunda metade do século XX corresponderá não apenas o trunfo da arte estadunidense, mas também o maremoto da cultura estadunidense em todas suas formas: modos de vida (Coca-cola, jeans, camisetas, fast food), formas de publicidade, cinema hollywoodense, música (jazz, rock, música pop), danças.

No que diz respeito das artes visuais, foi o momento em que, segundo a expressão de Serge Guilbaut, “Nova York roubou a ideia da arte moderna” (Michaud, 2007, p.69).

Para um país sem tradições, a arte era a crise moderna com suas experimentações vanguardistas. Marcel Duchamp viu-se redimido de sua posição destruidora de antiartista para a mais *clean*, a mais pura posição referencial de arte contemporânea.

A estética formalista de Clement Grenberg codificou esta evolução intelectual ao fazer da lógica de cada meio artístico o critério da especificidade das formas

de arte e do sucesso dos processos por elas desenvolvidos. (...) A virulência dos projetos de revolução formal transformou-se assim numa divisão do trabalho intelectualmente racionalizada e organizada (Op. Cit. p.61).

Os grandes conflitos do século XX evidenciaram a insustentabilidade do sistema capital e, apesar de reinventado trás sucessivas crises, o mesmo enfrenta hoje um novo e claro declínio cujo saneamento comprometeria a vida planetária. A arte escorada nesta forma de economia inevitavelmente acompanha a crise. Cabe a nos decidir pela invenção de novas formas de profundidade estética ou pela teimosia na interpretação da obra de arte.

### Referências

- Abbagnano, N. (2000/1971) *Dicionário de Filosofia*, Trad. A. Bosi, São Paulo: Martins Fontes.
- Baumgarten, A. (1993/1750) *Estética: A lógica da arte e do poema*, Trad. M. S. Medeiros, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Berger, J. (1999/1980) *Modos de ver*, Tad. L. Olinto, Rio de Janeiro: Rocco.
- Chevalier, J. & Gheerbrant, A. (2001/1982) *Dicionário de símbolos*, Trad. V. Silva, R. Barbosa, A. Melim, L. Melim, 16ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio.
- Dewey, J. (1980/1934) *Experiencia e natureza - lógica - a teoria da investigação - a arte como experiência - vida e educação - teoria da vida moral*, Trad. M. O. R. P. Leme, São Paulo: Abril Cultural.
- Jourdain, R. (1998/1997) *Música, Cérebro e Êxtase*, Trad. S. Coutinho, Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jung, C. G. (1987/1971) *O espírito na arte e na ciência*, Trad. M. M. Barros, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jung, C. G. (1990/1971) *O eu e o inconsciente*, Trad. D. F. Da Silva, 8ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jung, C. G. (2009/1971) *Tipos psicológicos*, Trad. L. M. E. Orth, 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes.
- Klages, L. (1944) *Rhythmen und Runen*, Leipzig.
- Klages, L. (1965) *Sämtliche Werke*, Bonn.
- Kofman, S. (1996/1985) *Infância da arte*, Tad. M. I. D. Estrada, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Kon, N. M. (1996) *Freud e seu duplo*, São Paulo: Edusp.
- Lévi-Strauss, C. (2010/1964) *Mitológicas I: O cru e o cozido*, Trad. B. Perrone-Moisés, 2ª ed., São Paulo: Cosac Naify.
- Michaud, Y. (2007/2003) *El arte en estado gaseoso: Ensayo sobre el triunfo de la estética*, Trad. L. Bouhellec, México: FCE.
- Morin, E. (1976) *L'homme et la mort*, Paris: Points.
- Nietzsche, F. (1996/1888) *O nascimento da tragédia ou Helenismo e Pessimismo*, Trad. J. Guinsburg, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras.
- Plotino. (1924) *Enneades*, (Les belles lettres), Paris: Ed. Émile Brehier.
- Saramago, J. (2005) *A caverna*, São Paulo: Companhia das letras.
- Tresidder, J. (2003/1997) *O Grande Livro do Símbolos*, Trad. R. Inojosa, Rio de Janeiro: Ediouro.

### **PARTE III**

## **EXPERIÊNCIAS DE ÓCIO NA CONTEMPORANEIDADE**



# ÓCIO AO LONGO DA VIDA: AS POTENCIALIDADES DOS ITINERÁRIOS DE ÓCIO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO<sup>1 2</sup>

María Jesús Monteagudo; Jaime Cuenca;  
Fernando Bayón; Douglas A. Kleiber

## 1. A experiência de ócio e os fatores que a compõem

Com o aprofundamento do estudo do ócio, torna-se claro que o seu valor não acaba com as noções de tempo e de atividade. Apesar da sua importância, as duas noções omitem a influência decisiva que a pessoa exerce no processo de conversão de um determinado tempo livre concreto e de uma determinada atividade, numa experiência de ócio. Convencidos da parcialidade destas abordagens, a investigação do Instituto de Estudos do Ócio da Universidade de Deusto defendeu, desde o seu início no final dos anos 80, que o ócio é, antes de tudo, uma experiência pessoal, ou seja, é uma experiência complexa (direcional e multidimensional), focada em atuações queridas (livres e satisfatórias), autotélicas (com um fim autónomo) e pessoais (com implicações individuais e sociais) (Cuenca, 2006:14). Assim entendido, o ócio entra profundamente no reino do subjetivo e adquire uma infinidade de expressões, intensidades e significados que tornam o ócio um fenómeno mais rico, mas, sem dúvida, aumentam os desafios do seu estudo.

A atitude, a percepção e a interpretação são, para muitos autores que compartilham essa definição do ócio como uma experiência subjetiva (Neulinger, 1980; Tinsley & Tinsley, 1986; Kleiber, Walker & Mannell, 2011), três aspetos fundamentais para compreender o significado da experiência. A atitude refere-se a uma disposição positiva para o ócio, que capta um certo espírito de curiosidade, inquietação e interesse que funciona como um motor de ligação entre o comportamento e a ação. Enquanto a atitude nos aproxima do ócio através de uma maneira concreta de ser e de estar de acordo com as circunstâncias, a percepção torna-nos mais conscientes das nossas ações e das suas consequências, ao serem entendidas como atos de livre-arbítrio. No ócio, a pessoa vê-se como a causa das suas ações, enquanto dota a experiência de sentido, garantindo, assim, o seu significado pessoal. Então entende-se que, deste ponto de vista, a atividade de ócio escolhida (a pintura, o canto, a corrida ou a natação) possui um valor secundário

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido no âmbito da investigação “Formação para um lazer experiencial valioso ao longo da vida: contribuição dos itinerários de ócio para um envelhecimento satisfatório” (ITINERE) financiada na última chamada do Programa Nacional de I+D+i (2012), pela Secretaria do Estado para Investigação, Desenvolvimento e Inovação no âmbito do Ministério da Economia e Competitividade, referindo EDU2012-38052.

<sup>2</sup> Tradução: Andrei Manoliu e Maria Elena Ortiz; Revisão: Silvana Costa.

em relação ao significado que a pessoa lhes dá. Por sua vez, a interpretação é o exercício cognitivo através do qual uma pessoa dá sentido à sua experiência de ócio. Esta interpretação é a principal responsável por que, em duas situações idênticas, a pessoa experimente emoções e sensações radicalmente diferentes; apenas através de diferenças de interpretação que separam as experiências de ócio das que não são e, portanto, o significado atribuído a cada um deles, podemos entender que, numa situação de risco causada por um acidente de avião inesperado, o seu protagonista seja vítima de pânico, enquanto em outra, escolhida pelo próprio sujeito e enquadrada por exemplo numa situação de desporto de risco, saltar do mesmo avião gera sensações de prazer e de satisfação irrepetíveis.

O ócio não é um tempo, mas sim uma experiência propiciada por um estado mental que me permite desfrutar de algo que os outros, talvez, não desfrutem. É uma área específica humana que faz com que nos sintamos livres, desprendidos e dispostos a atuar só pelo facto de que tal nos dá satisfação. (Cuenca, 1995: 55)

Os estudos realizados ao longo das últimas três décadas do século XX a partir da Psicologia do ócio focaram a atenção em três aspetos essenciais para explicar o ócio em termos de experiência: a perceção da liberdade e a motivação intrínseca, como fatores condicionais da experiência, que a podem favorecer ou dificultar; e a satisfação, como uma das principais consequências que podem derivar da experiência de ócio (Neulinger, 1980; Iso-Ahola, 1980, Kelly, 1990, Kleiber, 1999; Csizscentmihalyi, 2000; Monteagudo, 2008, 2011; Cuenca Amigo, 2012a, 2012b; Kleiber, Walker & Mannell, 2011; Rubio, 2012).

### **1.1. Liberdade Percebida**

A sensação de *liberdade percebida* ocorre quando a pessoa que vive a ação de ócio a interpreta como resultado do seu livre-arbítrio. O ócio há de ser percebido como resultado de uma escolha livre, de modo que a pessoa se veja como responsável, tanto pelo seu comportamento como pelas consequências que provoca. O significado dessa liberdade não consiste numa liberdade completa – além disso, impossível para os seres humanos –, mas para ser assim percebida, para que a pessoa tenha a sensação de escolha, entre as diferentes opções, aquela que se enquadra melhor aos seus desejos e preferências. Para estes autores, a sensação de liberdade é a pedra angular do ócio, uma vez que o torna um espaço ideal para experimentar a sensação de controlo e autodeterminação que é inerente ao ser humano. Considerando os pressupostos básicos da teoria de Atribuição, o ócio, através deste poder de escolha, incentiva um estilo de atribuição interno em que o *locus* de controlo recai sobre o indivíduo, que se percebe a si próprio como uma causa direta das suas decisões e ações em relação ao ócio. Ter a noção da impor-

tância dessa sensação de liberdade é crucial do ponto de vista do ciclo de vida, pois a vida de um indivíduo é marcada por circunstâncias pessoais e sociais que atuam em detrimento desta sensação de liberdade e que, como consequência, podem impedir que muitas ações ou situações potenciais de ócio não sejam sentidos como tal.

A liberdade percebida está intimamente relacionada com a motivação que incentiva o ócio, de modo que, quanto maior seja a sensação de liberdade que uma pessoa tem, maior será a sua orientação intrínseca para o ócio.

## **1.2. Motivação Intrínseca**

O ócio é um dos poucos comportamentos humanos que são caracterizados pela ausência de instrumentalização. O ócio tem um caráter não utilitário, porque as suas ações não perseguem um fim externo, mas tornam-se um fim em si mesmas, e constituem o principal argumento da ação. Assim, o ócio também é uma das poucas áreas da vida nas quais não é necessário racionalizar o nosso comportamento. A busca de argumentos para justificar os comportamentos de ócio remete-nos de volta à ação, uma vez que esta não é um meio para atingir um fim, mas o próprio prêmio. O autotelismo que caracteriza o ócio reside na orientação intrínseca da sua ação.

Deci é um dos autores que defende a importância da motivação intrínseca como motor do comportamento humano. Com base nos pressupostos da sua Teoria de Autodeterminação, enfatiza a orientação intrínseca do ser humano para comportamentos que permitam responder a necessidades básicas, tais como a necessidade de competência, autonomia e relações interpessoais (Deci & Ryan, 2000). O ócio manifesta-se como um âmbito propício para responder a tais motivos internos, cuja consecução constitui uma grande parte da origem do comportamento de ócio. Para Deci, a orientação intrínseca do ócio contribui para o aumento da sensação de autodeterminação, não só pelos atributos pessoais da escolha de ócio, mas também através da percepção de si mesmo como um agente causal dos resultados de seus comportamentos de ócio. Assim, a satisfação que gera o sentimento de autodeterminação acrescenta-se ao causado pelo sentimento de competição que emana da maioria dos comportamentos de ócio: Subjacente a muitos dos comportamentos de ócio, um desafio de pesquisa – com outras pessoas ou por conta própria –, e de superação, que quando é satisfeito, promove uma sensação de competição que nos faz sentir competentes, conosco e com outras pessoas.

Os autores que se aprofundaram no estudo da motivação (Maslow, 1975; Beard & Raghed, 1983, Weissinger & Bandalos, 1995) destacam a importância de orientar a motivação contra motivos intrínsecos perante comportamentos de ócio incentivados por fatores externos. Os reforços externos, dirigidos inicialmente

para fortalecer e continuar a participação, podem ter efeitos contrários a longo prazo, que acabam por prejudicar a motivação intrínseca (Lepper, 1973), enquanto os motivos intrínsecos, como a sensação de competição, mesmo depois de acabados, mantêm-se e aumentam a atração e o interesse que o ato de ócio desperta no indivíduo.

Como mencionado antes, conclui-se a existência de possibilidades reais de intervir para orientar os estilos motivacionais de pessoas para fins internos que garantam a continuação da participação no ócio. Também não se pode esquecer que a motivação é uma construção dinâmica que, tal como o ócio, pode experimentar mudanças causadas por fatores externos e internos (Deci & Ryan, 2000). Especificamente, o envolvimento numa ação de ócio que é descoberta como fonte de satisfação e que inicialmente não foi percebida como tal pode fazer com que uma motivação inicial focada em motivos extrínsecos (restaurar a saúde, melhorar a imagem...) seja orientada por motivos intrínsecos mais ligados ao desfrute que vem da própria ação, e não aos resultados esperados dela.

### 1.3. Satisfação

O papel importante da liberdade percebida e a motivação intrínseca como fatores determinantes da experiência de ócio não devem esconder, no entanto, um elemento que dá sentido e atribui ao ócio a sua verdadeira razão de ser: a satisfação que promove. É o primeiro e mais básico dos benefícios que pode obter-se do ócio. Trata-se de uma sensação subjetiva de alegria, bem-estar e felicidade que é atribuída e entendida normalmente como resultado da ação de ócio realizada. Na literatura tradicional, estuda-se este constructo entendido de preferência como consequência dos comportamentos de ócio. Uma abordagem cronológica de experiência de ócio, dirigida a três momentos que parecem cruciais nela – antes, durante e depois –, colocaria a satisfação ou o prazer no *durante* e no *depois*, como sentimento que acompanha a experiência e permanece associado a recordações alegres do mesmo. No entanto, esta abordagem habitual não substitui o papel potencial da satisfação antes de a experiência ocorrer. De facto, antes da ação – a sua preparação, a sua antecipação cognitiva, a configuração das expectativas em torno dela – são normalmente uma fonte de satisfação e de prazer que precede a ação (Cuenca, 2004).

O conceito de satisfação a que nos referimos aqui não deve ser confundido com a noção de prazer, a natureza homeostática ou com o senso de diversão. Ambos os aspetos são tão lícitos como importantes para o ser humano, no entanto não são um reflexo autêntico do potencial do ócio nem das suas possíveis contribuições para a condição humana. A satisfação de que falamos é experimentada pela capacidade que o ócio tem em resposta a necessidades inatas que o ser humano tem, mudar, crescer, melhorar e superar. O ócio imprime sentido à vida atra-

vés da sua capacidade de nos fazer sentir vivos, pessoas de valor, em estado de progresso permanente.

Estamos de acordo com Csikszentmihalyi (2000), quando afirma que admitir a liberdade percebida e a motivação intrínseca como elementos fundamentais da experiência subjetiva de ócio é insuficiente para lidar com o fenómeno em toda a sua magnitude, pois evidencia um dos seus principais impactos; o que confere o seu valor final: ser uma fonte de satisfação e caminho para a felicidade através do desenvolvimento pessoal que deriva da sua experiência. Se não fosse assim, ações que reúnem, *a priori*, os fatores determinantes do ócio: a liberdade percebida e a motivação intrínseca, tais como os comportamentos aditivos de jogo ou de uso de drogas, poderiam ser consideradas como ócio. Autores como Tinsley & Tinsley (1986), Cuenca *et al.* (2010), Stebbins (2000, 2012) partilham esta opinião, e afirmam que, para poder falar do ócio, é necessário que os comportamentos em causa envolvam experiências satisfatórias, culturalmente aceites e positivas para o sujeito, em termos de crescimento, maturidade e desenvolvimento pessoal.

## 2. Diferentes formas de abordagem ao ócio

Neste ponto de reflexão, as contribuições dos diferentes autores sugerem que nem todas as práticas de ócio contribuem da mesma forma para o desenvolvimento pessoal. Para Csikszentmihalyi (2000), o problema do ócio é que “não temos as destrezas incorporadas para fazer uso do tempo livre de forma satisfatória” (Csikszentmihalyi, 2000:23). Entende que só o tempo livre não é agradável, de modo que a única possibilidade de transformá-lo em uma fonte de prazer e crescimento é aprender com as fases iniciais da vida e preencher esse tempo livre corretamente. As experiências de ócio não ocorrem espontaneamente, mas, “para beneficiar de um desenvolvimento ótimo, uma pessoa deve aprender a aumentar a sua complexidade psicológica no tempo livre...” (Csikszentmihalyi, 2000:29). Segundo este autor, “desperdiça-se o tempo livre a não ser que melhore a complexidade psíquica. E, já que o tempo é o meio através do qual a vida se desdobra diante de nós, desperdiçar o tempo significa desperdiçar a nossa própria vida. Em vez de criarmos um eu mais complexo, navegamos numa travessia de mínimo desenvolvimento que a biologia e a cultura têm programado para nós.” (Csikszentmihalyi, 2000:25). Para este autor, as divergências do ócio, a partir do ponto de vista da sua contribuição para o desenvolvimento humano, reside no grau de complexidade psicológica dos mesmos. As experiências em que prevalece o entretenimento como simples forma de dar substância ao tempo livre, e em uma atitude de receção passiva ou uma mínima implicação intelectual, são, certamente, uma maneira de se aproximar ao ócio. Mas, para Csikszentmihalyi, isso não é nem a única nem a melhor maneira de experimentar o ócio. É talvez a maneira mais fácil e mais conveniente, uma vez que o grau de envolvimento se correlaciona positi-

vamente não só com a satisfação que promove mas também com o esforço, o empenho e a constância com que uma pessoa se envolve no seu ócio. Assim, um ócio que requer envolvimento e comprometimento, dedicação e superação tem mais potencial para ser um ócio mais completo, mais maduro, para ser também um ócio psicologicamente mais complexo e mais satisfatório. O ócio que este autor afirma ser fator de desenvolvimento pessoal é um ócio que exige introspecção, reflexão, ação empenhada, consistência, formação em termos de aquisição de competências e habilidades.

Consequentemente, a aproximação ao ócio pode ocorrer de várias maneiras que variam de uma experiência focada no entretenimento ou diversão, até a experiência mais completa e satisfatória, perto do ócio entendido como um elemento de autorrealização e desenvolvimento pessoal. A procura do prazer é o denominador comum e o ponto partida do ócio. Mas a origem e a complexidade das causas de diversão, assim como o seu impacto sobre a pessoa, é o que varia de uma experiência para outra. Com base no anterior, pode afirmar-se que, quanto maior a complexidade que podemos incorporar e atender com sucesso nas nossas práticas de ócio, maiores serão as probabilidades de ter experiências de ócio valiosas, capazes de transformar o ócio num fator de desenvolvimento pessoal e social.

Gráfico 1: Formas de aproximação ao ócio em função da experiência



No entanto, a incorporação dessa complexidade com a finalidade de desenvolver um ócio além do mero entretenimento não surge espontaneamente, mas como resultado de um processo que leva tempo e dedicação, no qual a pessoa se tem ido preparando, consciente ou inconscientemente, para experimentar o ócio de uma forma mais completa. Durante esse processo, a pessoa terá tido a oportunidade de adquirir certas habilidades, ampliar os seus conhecimentos, desfrutar de experiências agradáveis e de outras, menos agradáveis, para ultrapassar desafios, etc. Portanto, de um ponto de vista sincrónico que mantém a sua atenção no desenvolvimento de uma atividade específica, o ócio deve ser entendido como um processo que pode envolver uma evolução, uma maneira pela qual a pessoa terá a oportunidade de passar de um ócio casual, centrado na diversão, a um mais

valioso, na medida em que o seu nível de proficiência da atividade pode levar a sentimentos de autorrealização e crescimento pessoal. No entanto, o estudo científico do ócio não deve apoiar o seu discurso unicamente e de forma isolada num ponto de vista transversal focado em cada uma das experiências de ócio do indivíduo, mas deve priorizar um ponto de vista longitudinal, que vê o ócio como um projeto inacabado que se manifesta ao longo da vida e que pode e deve acompanhar a pessoa durante as várias fases da vida.

Ao assumir o carácter processual do ócio a partir de uma abordagem do ciclo de vida, torna-se necessária a observação e a integração de diversos comportamentos de ócio de um indivíduo com uma abordagem holística, capaz de fornecer uma visão geral da trajetória do ócio de uma pessoa. A partir desta perspetiva, o conceito de itinerário de ócio é especialmente inovador e valioso, ao permitir a explicação de como são construídas as histórias de ócio a partir das decisões que as pessoas tomam em cada momento do ciclo de vida e as experiências que estas promovem.

Aqueles que se dedicam ao estudo do ócio sabem que nem todos os itinerários de ócio são igualmente valiosos do ponto de vista da contribuição para o desenvolvimento humano. Assim, devem conhecer quais são os fatores especialmente envolvidos na configuração dessas histórias de ócio que fazem com que um ócio experiencial valioso se torne um objetivo principal para a comunidade científica. Tal conhecimento permitir-nos-ia intervir de forma adequada em cada momento do ciclo de vida, para modelar as trajetórias de ócio, evitando em cada período os fatores que afastam a pessoa de processos de crescimento pessoal, incentivando aqueles que são instrumentos impulsionadores de crescimento através de um ócio experimental valioso.

Os parágrafos que se seguem permitem-nos aprofundar a construção itinerária do ócio e esclarecer as suas principais contribuições para o estudo do ócio como fator de desenvolvimento pessoal e social.

### **3. O conceito do itinerário de ócio e a sua contribuição para o estudo do ócio como fator de desenvolvimento humano**

O conceito itinerário de ócio refere-se à trajetória de ócio que a pessoa desenvolveu ao longo de sua vida; recebe, portanto, o conjunto de experiências de ócio que foram desfrutadas ao longo da vida. De seguida, encontra-se a definição de “itinerário” de Masnou e Puig, um itinerário de ócio “inicia-se no momento em que o sujeito entra em contacto com o ócio (cultura, turismo ou desporto), é desenvolvido durante um período mais ou menos prolongado que é dedicado à prática de uma ou de mais práticas de ócio e acaba quando se abandonam todas as relações com esta área como um participante” (adaptado de Masnou & Puig, 1995:371).

Este conceito, herdado da Sociologia do desporto, faz-nos pensar no ócio como um caminho que se vai completando à medida que avançamos, cada vez que escolhemos livremente, agimos, sentimos e voltamos a pensar qual será a nossa próxima participação no ócio. Cada uma das fases pelas quais este caminho decorre adquire um sentido, um significado e um valor diferente para o indivíduo, cumpre umas funções e deixa uma marca diferente na pessoa. Estas fases são normalmente representadas em três momentos distintos:

- o *início* (I), que tem lugar no momento em que a pessoa inicia a sua relação com o ócio;
- o *desenvolvimento*, no qual a interação da pessoa com o ócio pode tomar diferentes direções, optando pela *continuidade* (C) de todas ou de algumas das suas práticas, o *abandono temporário* de outras, de modo que não implica uma rutura definitiva, visto que se recuperará novamente através de *reinícios* (R) ou da *substituição* (S) de umas atividades por outras;
- e, finalmente, a *resolução* do itinerário, com o que a pessoa põe fim à sua participação no ócio por meio de decisões de abandono definitivo (A).

Diferentes teorias, entre as quais se destacam as elaboradas a partir da abordagem do Ciclo Vital, procuram a existência de um padrão ou de uma tendência dominante na evolução do ócio ao longo da vida. Uma das teorias mais suportadas é a teoria do Desenvolvimento do Ócio (Iso-Ahola, 1980). O seu princípio central afirma que a configuração dos itinerários é fortemente marcada pela evolução dinâmica de ócio, na qual as pessoas procuram constantemente o equilíbrio entre a tendência face à comunidade, e a procura de mudança, através das suas escolhas e comportamentos de ócio. Apesar dessa bipolaridade inerente à natureza do ócio, vários estudos apontam a importância da familiaridade e da satisfação obtidas das experiências de ócio passadas como motores fundamentais na tomada de decisões do ócio (Agahi, Ahacic & Parker, 2006). Assim, confirma-se a tendência de continuidade que condiciona os itinerários do ócio; de tal maneira que a história do ócio já experimentada torna-se uma base sólida para delinear a trajetória futura do ócio de uma pessoa.

Existem vários estudos que sugerem que metade das atividades de ócio de uma pessoa adulta tem uma atividade ou expressão de ócio equivalente aos padrões de ócio que o indivíduo teve durante a infância (Iso-Ahola, Jackson & Dunn, 1994:229). Se, de facto, uma percentagem significativa das atividades que constroem os padrões de ócio de uma pessoa adulta tem a sua origem nas atividades cujas preferências são desenvolvidas durante a infância, estamos perante uma informação com amplas implicações desde o ponto de vista da política, gestão e intervenção educativa na matéria do ócio. Se o objetivo é aumentar o valor do ócio como fator de desenvolvimento pessoal e social ao longo da vida, não se pode ignorar a importância de expor as pessoas desde idades precoces a uma ampla gama

de possibilidades de ócio que lhes permitam perceber as potencialidades de ócio, criando inquietação, expectativas e habilidades necessárias para perseguir e alcançar um ócio de qualidade nas etapas posteriores da vida.

Em síntese, o estudo dos itinerários de ócio abre o caminho para a educação do ócio ao ratificar que o processo através do qual o ócio de uma pessoa aproxima-se de um ócio experiencial valioso não é por acaso ou espontaneidade, mas é um processo formativo no qual se vão abrir novos horizontes, capazes de converter o ócio num fator de desenvolvimento humano. Consiste na preparação das pessoas para que não se adaptem a um ócio dirigido ao entretenimento, à diversão ou a trazer sentido ao passar dos dias, e que procurem o acesso a experiências de ócio que os imergem em processos de melhoria e de crescimento pessoal (Monteagudo & Cuenca, 2012).

O estudo dos itinerários de ócio pode desempenhar um papel fundamental para o alcance deste objetivo, ajudando a definir quais os padrões evolutivos mais favoráveis para o avanço a um ócio valioso, quais os fatores que preparam o caminho para o desenvolvimento pessoal através do ócio e, acima de tudo, quais as opções existentes para intervir, orientar e/ou reorientar as trajetórias do ócio para o caminho mais adequado para se chegar ao objetivo proposto. O valor perspetivado baseado no conceito de itinerário torna-se a principal atração para investigadores e profissionais que percebem, a partir deste conceito, uma nova maneira de entender a evolução dinâmica de ócio, definindo fases, esclarecendo tendências e padrões de mudança no caso de investigadores; e uma estratégia adequada, tanto para a melhor adaptação das preferências e possibilidades mutáveis como para otimizar os benefícios dos seus programas de ócio, no caso de profissionais. Compreender o conceito itinerário é assumir, *a priori*, três questões fundamentais:

- A compreensão das práticas culturais, desportos, etc., como experiências de ócio que, ao fazerem parte de um processo vital inacabado, podem adaptar diferentes expressões e significados nas diferentes fases da vida.
- A importância de perceber a qualidade das experiências que favorece a oferta de ócio existente, mais do que a quantidade de práticas que o constituem.
- A necessidade de substituir o ponto de vista sincrónico e concreto, planificado pela oferta do ócio, por outra, de natureza longitudinal, capaz de considerar e formar a oferta presente e futura, atendendo à evolução das preferências, motivações, necessidades e possibilidades da cidadania nas diferentes fases da vida.

Qualquer política de ócio, modelo de gestão ou intervenção nesta área, não pode ser realizada apenas a pensar em como é realmente a cidadania e quais serão as suas exigências de ócio, é necessário conseguir, a médio e longo prazo, transformar o ócio num espaço de estímulos orientados para o desenvolvimento pessoal e social.

#### **4. Contribuição dos itinerários de ócio para o desenvolvimento humano como chave do envelhecimento satisfatório: o caso dos idosos na comunidade autónoma do País Basco (Espanha)**

Tendo em conta isso tudo, uma das últimas investigações a serem realizadas nos Estudos de Ócio da Universidade de Deusto, no amparo da última convocatória do Programa Nacional I+D+i (2012) do Ministério da Economia e Competitividade espanhol, tem como principal objetivo esclarecer as principais contribuições dos itinerários de ócio no desenvolvimento humano com base no conhecimento dessas histórias de ócio que tornam mais viável um ócio experiencial valioso. Este estudo, focado num grupo de pessoas idosas com idades entre 61 e 75 anos<sup>3</sup>, analisa o impacto do ócio no envelhecimento satisfatório. À luz dos resultados preliminares que alimentam a primeira fase desta investigação, apresentamos, de forma breve, algumas conclusões relevantes relacionadas ao âmbito do País Basco, por suas implicações no estudo dos itinerários de ócio.

##### **4.1. Significado do Ócio**

O ócio mostra-se essencialmente valioso entre aquelas pessoas para quem constitui uma fonte inesgotável de sentido vital. A utilização de respostas fortemente ancoradas na esfera emocional mostra a afeição, a significação pessoal e a plenitude com que o ócio é experimentado por algumas pessoas. Este grupo mostra um forte interesse intrínseco pela ação que alimenta o seu interesse por ela e explica a sua consideração do ócio como um fim em si mesmo. Esta compreensão do ócio contrasta com a de outras pessoas para quem esta área não parece ter a transcendência de casos anteriores. Prevalece neles um interesse extrínseco para a ação que enfatiza o valor instrumental do ócio como um recurso eficaz para preencher o tempo livre, combater o tédio ou a solidão. Os seus argumentos não apelam para o valor atribuído ao ócio como tal, mas sim para as suas qualidades como impulsionador de outros objetivos aos quais orientam explicitamente a sua ação.

##### **4.2. Repertório de Ócio**

A população basca tem um repertório muito dinâmico e variado de práticas de ócio, não só em número de atividades, mas também numa variedade de domínios relacionados com as atividades realizadas (desporto, cultura, jogos, turismo, voluntariado, socialização, etc.). No entanto, comprova-se que uma elevada taxa de participação em atividades de ócio não é suficiente para alcançar um envelhecimento satisfatório. Ou seja, o mero ativismo não é o que afeta o envelhecimento satisfatório, mas sim a qualidade dessas práticas, e a capacidade do indivíduo para transformá-las em experiências valiosas, satisfatórias, duradouras

<sup>3</sup> Vid. "ITINERE. Formação para um ócio experiencial ao longo da vida. Contribuição dos itinerários de lazer para o envelhecimento bem sucedido" (EDU2012-38052).

e memoráveis. As atividades de ócio mais frequentemente praticadas não são aquelas que servem para definir a identidade dos seus protagonistas, ajudando-os nas suas realizações pessoais. Na verdade, há um déficit revelador de envolvimento em atividades de ócio mais comuns. Isto sugere que o próprio conteúdo e natureza de certas atividades as torna mais prováveis, do que outras, de se tornarem “significativas”, sendo específico delas que se lhes possa atribuir valores muito especiais à sua prática. Essas atividades são precisamente aquelas que permitem que o indivíduo marque desafios e avance na própria ação ao longo de um período de tempo prolongado, que exigirá do sujeito uma atitude criativa enquanto comprometida. Assim, parece claro que é a qualidade das práticas, e não a sua quantidade, que está no fator de promoção do envelhecimento satisfatório.

#### **4.3. Benefícios do Ócio**

Os benefícios que as pessoas percebem como resultado do ócio são diferentes dependendo se o ócio de que gostam é mais ou menos valioso do ponto de vista do desenvolvimento humano. As pessoas que desenvolveram formas valiosas de ócio percebem, melhor que as outras, os benefícios associados com a sensação de competência, o enriquecimento pessoal e o reconhecimento social. Para aqueles que não desenvolveram formas de ócio valiosas, os benefícios de ócio emergem do valor instrumental concedido à ação, de tal maneira que torna o ócio instrumento para enfrentar ou ultrapassar os acontecimentos vitais de diferente índole (normativizados ou não) que podem desencadear situações de deterioração da saúde física e psicológica, especificamente relacionados a esses períodos do ciclo de vida (Hutchinson & Kleiber, 2005). Nestes casos, os benefícios percebidos que prevalecem são estar ativo perante o uso do tempo livre, relaxar, fugir dos problemas pessoais ou estados de saúde delicados, entre outros. O sentimento de satisfação, o cultivo ou ampliação do círculo social ou o aumento da coesão familiar são também benefícios recebidos pelos idosos, mas que não discriminam entre formas de ócio mais ou menos valiosas.

#### **4.4. Itinerários de Ócio**

O estudo das pessoas idosas do País Basco permitiu a identificação de quatro itinerários, obtidos a partir da interseção de três critérios fundamentais: o período vital da gestão da(s) preferência(s), o período vital do início da(s) prática(s) de ócio e da presença ou ausência de inovação no processo evolutivo da(s) prática(s). A intersecção desses três critérios resultou em quatro vias principais:

##### **- Itinerário 1. Primeiros descobridores e seguidores (25%).**

Completam este itinerário as pessoas com atividades de ócio cujos interesses surgem durante a infância, começam a sua prática durante este mesmo período

e continuam a prática da atividade original sem incorporar mudanças até a terceira idade. Vale a pena destacar que a implementação dessas práticas remonta à infância e que não deixam de ser praticadas desde então.

**- Itinerário 2. Descobridores precoces procrastinadores (15%).**

Este itinerário acolhe pessoas cujo interesse pelas atividades de ócio começam na infância, mas não iniciam a prática real até etapas posteriores; seja na juventude ou na terceira idade. No entanto, uma vez iniciada a prática, esta continua na terceira idade.

**- Itinerário 3. Descobridores precoces inovadores (15%).**

Trata-se de pessoas idosas que também começam a mostrar interesse durante a infância por um campo concreto de ócio (cultura, desportos...); começam durante a infância uma ou mais atividades associadas a essa área de interesse, para posteriormente serem abandonadas e substituídas por outra atividade que persiste até a terceira idade e que é precisamente a atividade selecionada como mais significativa. Todas as práticas reunidas por este itinerário pertencem ao âmbito da cultura, com uma forte dimensão criativa, tal como a escrita de poesia ou cantar num coro. A inovação toma forma neste itinerário através da presença de alterações que vão modelando as atividades de ócio com os interesses, aptidões e possibilidades de mudanças de quem as protagonizam.

**- Itinerário 4. Descobridores tardios (45%).**

Trata-se de pessoas que começam a ter interesse na idade adulta ou na terceira idade por uma prática de ócio que acaba por ser para elas a mais significativa. Cozinhar, viajar, tirar fotografias, praticar tai chi, leitura e formação através de cursos de natureza cultural fazem parte das atividades que se qualificam para este padrão de desenvolvimento. A inovação, inerente a este itinerário, é evidente através da abertura de novas áreas de interesse demonstradas por pessoas designadas para este grupo. A importância deste itinerário não está apenas nos factos quantitativos (sendo o mais numeroso), senão também nos aspetos qualitativos que demonstram a relevância da pesquisa de mudanças entre as pessoas mais velhas e, acima de tudo, uma atitude de abertura para à experiência que é fundamental para continuar a crescer durante a fase tardia da vida.

## **Conclusões**

Os resultados do estudo de caso apresentado permitiram tirar algumas conclusões importantes devido às suas implicações na hora de planificar, gerir, programar ou participar no ócio, com o propósito de otimizar as potencialidade deste fenómeno para o desenvolvimento pessoal e social.

1. Do ponto de vista do envelhecimento satisfatório, torna-se claro que não é o mesmo desfrutar de um ócio altamente valioso do que desfrutar de um ócio que não é concebido como tal. A diferença é que o primeiro se torna um inestimável gerador de sentido vital e canal de enriquecimento pessoal.
2. A possibilidade de atingir um ócio valioso entre as pessoas idosas não é estranho para a trajetória de ócio anterior visto que o seu repertório de ócio atual, o significado, a importância e os benefícios que lhes são atribuídos são o resultado de um processo vital de construção em que o ócio dialoga de maneira persistente com o resto das esferas da vida e avança tendo em conta as várias circunstâncias pessoais e sociais sobre as quais são sustentados os itinerários de ócio.
3. Segundo o anterior, investir no ócio a partir de idades precoces é investir nas pessoas e no desenvolvimento ideal das suas potencialidades, preparando as bases para tornar viável o acesso a um ócio de qualidade, para além do mero entretenimento ou diversão. A educação em geral e de ócio, em especial, são ferramentas inquestionáveis para equipar as pessoas com os recursos necessários para que possam transformar as suas práticas de ócio em experiências valiosas.
4. O ócio experiencial valioso foge do ativismo para realçar a qualidade e quantidade das práticas de ócio. Nem todas as práticas de ócio parecem oferecer o mesmo horizonte de possibilidades para o desenvolvimento pessoal. A partir de uma perspectiva diacrónica que vai além da aparência sincrónica habitual do ócio, tornam-se particularmente interessantes as atividades cuja natureza oferece, a quem as pratique, a possibilidade de marcar desafios a médio/longo prazo e melhorar o desenvolvimento progressivo da ação, retroalimentando assim o interesse intrínseco pela ação desenvolvida e a sua adesão à mesma.
5. É necessário ter em conta a importância da *evolução dinâmica do ócio*, em que a tendência para a continuidade convive com a orientação para a mudança ao longo da vida. Esta dupla orientação na configuração de itinerários de ócio deve ser levada em conta em cada fase da vida, eliminando ideias preconcebidas que restringem a inovação e a orientação na fase infantil e juvenil. Em termos operacionais, deve-se realçar, portanto, a importância de promover, ao longo da vida e também entre os idosos, novos horizontes interessantes como potenciais geradores de significado e de crescimento pessoal (Cuenca, Aguilar e Ortega, 2010).
6. A *componente social do ócio* é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento de formas de ócio valiosas. A disponibilidade de um círculo de amizades é concebida em si mesmo como um dos benefícios mais importantes do ócio em resposta a uma das necessidades

psicológicas básicas: o sentimento de pertença. O cuidado e a expansão das amizades é geralmente relacionada a um aumento na autoestima, porque a pessoa sente a apreciação e aceitação do seu círculo social. No entanto, desfrutar de um ócio com uma forte componente social não é suficiente para desenvolver formas valiosas de ócio. Embora a ausência desta componente social seja uma barreira importante para o ócio valioso, a sua presença não garante o seu desenvolvimento. Por isso não encontramos nenhuma manifestação de ócio valioso que careça de um círculo social nutrido, mas nem todas as pessoas que têm esse círculo avançaram para formas valiosas de ócio.

#### 7. Relevância da aprendizagem e a formação ao longo da vida.

A aprendizagem, amparada no sentimento de competição, é um dos grandes motores do comportamento de ócio e, portanto, fundamental na construção dos itinerários de ócio, cuja direção varia de acordo com as decisões de ócio tomadas a cada momento. O ócio que envolve uma aprendizagem adequada às possibilidades de cada pessoa é sempre um desafio que, orientado adequadamente, proporciona uma grande gratificação. Da mesma forma, é fundamental a aproximação e a promoção de formas de ócio valiosas ao amparo de figuras externas, responsáveis por espalhar o seu entusiasmo para o ócio e orientar o processo de aprendizagem dos outros, fornecendo-lhes recursos adequados que lhes permitam continuar a imersão em processos de crescimento pessoal por conta própria. Verifica-se, portanto, que, no contexto de ócio, o binómio da aprendizagem-formação é, obviamente, uma das fontes de satisfação pessoal mais poderosas e que mais contribui para a imersão da pessoa em processos de mudança e crescimento pessoal. É, portanto, uma via de aproximação para um ócio valioso.

Definitivamente, o conceito do itinerário de ócio revela-se, à luz da investigação, como uma ferramenta válida para o estudo longitudinal do ócio ao longo da vida. Por um lado, pela sua adequação aos pressupostos teóricos em que se baseia esta pesquisa sobre o ócio: o valor experimental e o seu carácter processual. Mas também pela sua capacidade de identificar os fatores impulsionadores de um ócio experiencial valioso, estabelecendo assim as bases para futuras intervenções que ajudam a consolidar o papel do ócio como fator de desenvolvimento humano.

#### Referências

- Agahi, N.; Ahacic, K. & Parker, M. (2006) "Continuity of participation from middle age to old age", *Journal of Gerontology*, 61, pp.340-346.
- Beard, J.G. & Raghd, M.G. (1983) "Measuring leisure motivation", *Journal of Leisure Research*, 15, pp.219-228.
- Csikszentmihalyi, M. (2000) "Ocio y creatividad en el desarrollo humano", in: M. Csikszentmihalyi; M. Cuenca; C. Buarque & C. Trigo *et al. Ocio y Desarrollo. Potencialidades del ocio para el des-*

- arrollo humano*, Documentos de Estudios de Ocio, 16. Bilbao: Universidad de Deusto, pp.17-32.
- Cuenca Amigo, M. (2012a) (ed.) "Reflexiones sobre el ocio en el siglo XXI - Reflections on leisure in the twenty-first century", Madrid: *ARBOR-CSIC*, Vol. 188, 754, Marzo-Abril 2012.
- Cuenca Amigo, J. (2012b) *El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardía*, Documentos de Estudios de Ocio, 48, Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca, M. (2004) "El ocio como experiencia humana", *ADOZ, Revista de Estudios de Ocio*, 28, pp.15-18.
- Cuenca, M. (coord.) (2006) *Aproximación multidisciplinar a los Estudios de Ocio*. Documentos de Estudios de Ocio, 31, Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca, M., Aguiar, E. Y Ortega, C., (2010) *Ocio para innovar*, Documentos de Estudios de Ocio, 42, Bilbao: Universidad de Deusto.
- Deci, E.L. & Ryan, R.M. (2000) "The 'what' and 'why' of goal pursuits: Human needs and self-determination of behavior", *Psychological Inquiry*, 11, pp.227-268.
- Hutchinson, S. L. & Kleiber, D. A. (2005) "Leisure, constraints, and negative life events: Paradox and possibilities", in: E. L. Jackson (ed.), *Constraints to leisure*, State College, PA: Venture, pp.137-150.
- Iso-Ahola, S. (1980) *The social psychology of leisure*, Dubuque: William Brown.
- Iso-Ahola, S.; Jackson, E. & Dunn, E. (1994) "Starting, ceasing and replacing leisure activities over the lifespan", *Journal of Leisure Research*, 26, pp.227-249.
- Kleiber, D. A. (1999) *Leisure experience and human development. A dialectical interpretation*, New York: Basic Books.
- Kleiber, D.A.; Walker, G.J. & Mannell, R.C. (2011) *A social psychology of leisure* (2ª ed.), State College: Venture Publishing.
- Maslow, A. H. (1975) *Motivación y personalidad*, Barcelona: Sagitario.
- Masnou, M. & Puig, N. (1995) "El acceso al deporte: los itinerarios deportivos", in: D. Blázquez (ed.) *La iniciación deportiva y el deporte escolar*, Barcelona: Inde Publicaciones, pp.371-394.
- Monteagudo, M.J. (2008) "Reconstruyendo la experiencia de ocio: características, condiciones de posibilidad y amenazas en la sociedad de consumo", in: M.J. Monteagudo (ed.), *La experiencia de ocio: una mirada científica desde los Estudios de Ocio*, Documentos de Estudios de Ocio, 35, Bilbao: Universidad de Deusto, pp.81-110.
- Monteagudo, M.J. (2011) *Los itinerarios de ocio deportivo. Estudio de los jóvenes de Bizkaia (1995-2005)*, Bilbao: Universidad de Deusto, Tesis Doctoral.
- Monteagudo, M.J. & Cuenca, M. (2012) "Los itinerarios de ocio desde la investigación: tendencias, retos y aportaciones", *Revista interuniversitaria de Pedagogía social, Tiempos educativos, tiempos de ocio*, nº 20, Julio-septiembre 2012, pp. 103-136.
- Neulinger, J. (1980) *The psychology of leisure*, Springfield: Charles C. Thomas.
- Rubio Florido, I. (2012) *El tiempo de ocio de los cuidadores familiares: Su relación con la salud y percepción de carga*, Tesis doctoral no publicada, Universidad de Deusto, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Bilbao.
- Stebbins, R. A. (2000) "Optimal leisure lifestyle: Combining serious and casual leisure for personal well-being", in: M. Cuenca (Ed.), *Leisure and human development: Proposals for the 6th World Leisure Congress*, Bilbao: University of Deusto, pp.101-107.
- Stebbins, R. A. (2012) "Compromiso temporal discrecional: efectos sobre la elección y el estilo de ocio", *ARBOR-CSIC*, vol. 188, 754, pp.293-300.
- Tinsley, H.E.A. & Tinsley, D.J. (1986) "A theory of attributes, benefits and causes of leisure experience", *Leisure Sciences*, vol. 8 (1), pp.1-45.



# CULTURAS DIGITAIS, ACELERAÇÃO E NARRATIVAS DE MEGAEVENTOS

David McGillivray<sup>1</sup>; Matt Frew<sup>2</sup>

## Introdução

A velocidade, tal como o poder, está em toda parte na era das novas modernidades móveis e culturas cidadinas móveis... especialmente evidente em culturas desportivas e mais especificamente em eventos desportivos mediatizados (Red-head, 2007, p.226).

Este trabalho reflete, em primeiro lugar, sobre o desenvolvimento das tecnologias e como elas moldam as condições socioeconómicas de lazer, antes de prosseguir para uma discussão sobre a atual era de culturas de lazer aceleradas de comunicação e criação, evidenciadas nos estilos de vida digitalizados. Em segundo lugar, este artigo concentra-se no modo como os meios de comunicação estabelecidos estão a responder à ameaça representada pela democratização de tecnologias inteligentes e com a proliferação de plataformas alternativas e móveis que funcionam para além e circum-navegam as formas tradicionais de média. Finalmente, o documento baseia-se num estudo de caso de uma iniciativa de média cidadã relacionada com os Jogos Olímpicos para ilustrar como a aceleração da construção dos meios de comunicação e da circulação de notícias pode capacitar um grande público para produzir conteúdo que altera a narrativa dos média estabelecidos.

## Lazer, tecnologias digitais e aceleração

Aqueles que propõem uma perspetiva modernista sobre o papel da tecnologia sugerem que o Iluminismo europeu do século XVII colocou em movimento mudanças intelectuais, sociais e políticas com base numa crença na “faculdade da razão e agência humanas como as chaves para desbloquear e trazer para o domínio de uma humanidade unificada, todos os mistérios do universo natural e social” (Hancock & Tyler, 2001). Esta revolução filosófica desafiou os paradigmas da altura, colocando em movimento uma crença no poder da razão e da ciência para fornecer emancipação e, em última análise, a libertação da humanidade das condições da natureza

<sup>1</sup> Reader em Eventos e Cultura da Universidade do Oeste da Escócia.

<sup>2</sup> Senior Lecturer em Gestão de Eventos, Bournemouth University.

e misticismo. Dentro desta perspectiva, a centralidade está entregue à ciência, tecnologia e expansão do capitalismo industrial para a produção de modernização em todo o mundo ocidental. A tecnologia é a filha e campeã das Luzes, a manifestação material do projeto da modernidade carregada com a domesticação inevitável e transformação da ordem natural, social, política e cultural (Cooper & Burrell, 1988).

Os defensores do potencial libertador da tecnologia, os otimistas cibernéticos (Castells, 2004), argumentam que o progresso social pode ser obtido através do aproveitamento da natureza e da extensão da tecnologia – ainda que haja um reconhecimento de que a tecnologia é regida por valores sociais e sociais (e interesses comerciais). Green (2002), por exemplo, sugere que o estado e o capitalismo guiam o progresso tecnológico e sugere que há uma necessidade de problematizar os interesses que regem a inovação tecnológica (por exemplo, as forças armadas, burocracias e interesses corporativos). Esta perspectiva pode ser aliada a uma posição ciberneutra, mas continua a ser inerentemente positiva sobre o potencial libertador da tecnologia. No lado ciberpessimista está a posição crítica modernista em que os estudiosos rejeitam a aceitação acrítica de neutralidade da ciência e da associação de razão (e tecnologia) com o progresso e liberdade. Os aderentes a esta posição expressam preocupações com a forma como os princípios da ciência são apropriados, a fim de dominar tanto o mundo natural como o humano. Eles argumentam que, em vez de produzir apenas resultados sociais positivos, a tecnologia pode ser mal utilizada para produzir resultados distópicos, incluindo aqueles associados com o controle, a vigilância, a exclusão, a alienação e a desumanização. Um exemplo desses resultados seria a forma como as corporações globais usam as tecnologias para exacerbar mecanismos de controle e fatores estruturantes que restringem a liberdade (por exemplo, falta de convergência das tecnologias de lazer).

Quer se partilhe a perspectiva otimista cibernética (ou ciberutópica) ou a perspectiva ciberpessimista, há um consenso generalizado de que as inovações tecnológicas problematizam o entendimento tomado como certo de “tempo” e “espaço” como conceitos fixos no período do hipercapitalismo. Entendimentos fixos de tempo, espaço, geografia, identidade localizada e estruturação de oportunidades de vida são mais difíceis de sustentar num mundo tecnologicamente mediado. Atualmente, as tecnologias fornecem oportunidades a mais pessoas para escapar das restrições da geografia e do cotidiano e para participar em novas experiências e criar novas identidades como nunca antes. Tecnologias de consumo omnipresentes, incluindo *laptops*, *tablets* e *smartphones* estão embutidas em tudo, desde ginásios a jogos, carros a roupas, relógios e postos de trabalho. A posse em massa destes dispositivos de consumo reflete o fascínio subtil da tecnologia, com a sua promessa de comodidade, rapidez, interatividade e mobilidade. Para se comunicar, comprar, aprender e até mesmo votar, tudo o que é necessário é o pressionar de um botão, clique de um rato ou o passar de um dedo num

*touchscreen*. Estas são interações de velocidade, feitas em velocidades além da compreensão e que, ainda assim, demonstram uma compressão tempo-espaço, à medida que se comunicam e circulam conteúdos através dos continentes e de um globo em contração.

No entanto, enquanto a tecno-centralidade da modernidade promete a potencialidade sobre a proibição, também produz sempre o seu “outro” resistente – os mais problemáticos, ou mais escuros, resultados sociais que os ciberpessimistas apontam (Norris, 2001). O lado mais sombrio da extensiva influência tecnológica é a vida atomizada de paisagens urbanas, a sociabilidade empolada das novas gerações ou a divisão digital da *tecno-intelligentsia*. Com a proliferação das chamadas tecnologias digitais “inteligentes”, a dinâmica sociocultural é constantemente transformada por um tsunami de notificações “*push*” cujo zumbido perturba a refeição em família ou a reunião do escritório. No trabalho ou de lazer, em casa ou no exterior, a TV ou *tablet* ‘*screenage*’ constantemente deslumbram e distraem (Rushkoff, 1997). As novas tecnologias digitais têm-se infiltrado incansavelmente na nossa própria alma, permeando todos os momentos de trabalho e não-trabalho, a ponto de essas divisões arbitrárias não serem mais sustentáveis. Além disso, a trajetória de aceleração, acessibilidade e simplicidade do cultural digital está a romper as barreiras tradicionais de idade e competência. Como destacam as tendências digitais, com as pessoas com mais de 55 anos a representar o usuário da rede que mais cresce (Fox, 2012), a democracia digital é mais influenciada por mercados massificados do que por alguma busca liberal ideológica.

A aceleração tem sido objeto de debate acadêmico nas áreas de estudos de turismo e de lazer já há alguns anos. Grande parte deste debate centrou-se em torno da medida em que a existência social está a acelerar, enquanto a simultaneidade, instantaneidade, interatividade se tornam emblemas do nosso tempo, e os resultados sociais destes processos. Muitas das inovações da velocidade que hoje consideramos banais foram inventadas pelo complexo militar-industrial-científico (por exemplo, a Internet), mas têm sido cada vez mais desterritorializadas, entrando no mercado interno de bens de consumo (Castells, 2004). O panorama dos média também passou por mudanças significativas desde a invenção do telefone, rádio, cinema e televisão como “objetos de consumo de massa e ferramentas essenciais para a condução da vida quotidiana” (Silverstone, 1999, p.5) no século XX. As tecnologias de média digital atuais têm produzido mudanças notáveis num curto período de tempo (em comparação com a TV e o rádio) no modo como o público consome e, cada vez mais, produz conteúdo mediático:

somos agora confrontados com o espectro de uma maior intensificação da cultura dos média, através do crescimento global da Internet e da promessa (alguns podem dizer a ameaça) de um mundo interativo em que nada e ninguém não pode ser acedido, de imediato (Silverstone 1999, p.5).

Os comentários de Silverstone (1999) fazem eco da influência mais negra de máquinas de visão que distorcem, desestabilizam e desumanizam a vida moderna. Embora a aceleração digital corra o risco de “super estimular e exaurir mentes e corpos” (Virilio, 2000, p.21), continua a captar a consciência através do ópio do consumo vicário ou voyeurismo universal. Ecoando a avareza do capitalismo de consumo, as tecnologias digitais omnipresentes só podem mesmo acelerar. No entanto, e tendo em mente este paradoxo inerente da tecnologia, este trabalho está interessado no potencial das ferramentas digitais e das tecnologias para aplanar hierarquias e permitir aos cidadãos participar nas culturas de lazer (particularmente nos megaeventos) para subverter narrativas controladas, e criou leituras alternativas, localizadas fora das plataformas comerciais dos meios de comunicação estabelecidos. Participar na produção mediática é agora uma cultura de lazer quotidiana, tornada possível pela disponibilidade de plataformas de auto-publicação, e a sua evolução e direção futura necessitam de exploração crítica mais aprofundada.

### **Novos meios de comunicação, aceleração e a paisagem dos megaeventos**

Vários autores identificaram que megaeventos como os Jogos Olímpicos são eventos mediáticos (Dayan & Katz, 1992) que fornecem “um espaço para a representação acontecer – muitas vezes contestada – entre emissor e recetor” (Horne & Whannel, 2010, p.761). Os megaeventos são agora vistos como eficazes veículos mediáticos através dos quais os anfitriões promovem ativamente a sua cidade para um mundo que os está a ver, os patrocinadores ativam os seus *brandsapes* (Pavoni, 2010) e os designers de tecnologia promovem as suas invenções mais recentes. Desde a primeira vez em que foram transmitidos na TV, com os Jogos Olímpicos de 1936, a produção e o consumo de mega (e outros eventos de lazer) são agora frequentemente sujeitos às transformações operadas por um lazer e uma cultura mediática em aceleração. Primeiro, há aceleração na forma como os megaeventos são relatados a um público cada vez mais globalizado. Os Jogos Olímpicos de 1936 foram o primeiro mega evento realmente mediado utilizado por Adolf Hitler para difundir a sua propaganda nazi (Girginov & Parry, 2005). Desde então, a aceleração da documentação (ou relato) dos megaeventos ganhou ritmo, com maior disponibilidade (e democratização) das tecnologias de construção de média e uma rede de distribuição mais sofisticada. No que diz respeito aos Jogos Olímpicos, isto desenvolveu-se a ponto de nações cujas redes de transmissão não são suficientemente sofisticadas já poderem ter acesso à cobertura dos Jogos Olímpicos no Youtube a partir dos seus dispositivos móveis (muitas nações em desenvolvimento saltaram diretamente para o telemóvel por causa de sua ubiquidade).

Os megaeventos estão agora sujeitos às (e objeto de) representações em aceleração, o que pode levar a crises de aceleração no modo como os incidentes in-

ternacionais se desenvolvem em torno deles. Em termos de representações, desde os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, o Comité Olímpico Internacional (COI) tem percebido o valor mediático do maior evento multidesportivo no mundo e quão importante os média são na gestão de representações de cidades anfitriãs, dos organizadores dos Jogos, dos patrocinadores, das federações desportivas e do COI em si (Miah & Garcia, 2012). O COI (e a sua contraparte do futebol, a FIFA) agora exerce um controlo apertado sobre os seus lucrativos direitos de transmissão, prendendo contratualmente os comités de organização locais ao Host City Contact (HCC) de modo a que os lucros significativos revertam para o organismo que sanciona o evento. No entanto, como os novos ambientes *online* têm proliferado nas últimas duas décadas, as representações de influência e o que influencia a representação tornaram-se muito mais complexos e multidimensionais, produzindo um espaço mediático contestado em torno dos Jogos Olímpicos e, em menor medida, do Campeonato do Mundo da FIFA. Um participante relativamente novo no cenário mediático dos megaeventos é a média cidadã, ou média alternativa. A média cidadã, usando dispositivos móveis omnipresentes, plataformas *web* livremente disponíveis e compartilháveis e um ethos faça-você-mesmo estão agora a mostrar o potencial de subverter representações estabelecidas nos grandes meios de comunicação, oferecendo um espaço participativo onde os média podem ser ativamente criados tanto quanto passivamente consumidos. Isto não quer, no entanto, sugerir ingenuamente que o complexo dos média corporativos cedeu qualquer controlo sobre as narrativas dominantes. De fato, como Horne & Whannel (2010) sugeriram:

Os Jogos Olímpicos são uma plataforma mediática com uma narrativa dominante assumida; o COI, os organizadores dos Jogos, os patrocinadores e as federações desportivas tentam defender a narrativa contra contra narrativas. Hoje, isto envolve uma gestão intensa da narrativa, embora isso não garanta o sucesso... um problema para os Jogos Olímpicos é que há alguma ambiguidade sobre a posse da plataforma dos Jogos Olímpicos e da sua narrativa. Quem é o dono? É o COI, a comissão organizadora, a cidade ou nação anfitriã, ou os patrocinadores? (p. 762).

A ambiguidade que Horne & Whannel identificam representa uma oportunidade para as representações oficiais e discursos dos megaeventos desportivos serem desafiados e (re)formulados. Os novos meios de comunicação (móveis) permitem que o “fã” (futebol), ou “cidadão” (Jogos Olímpicos), ofereça, para o domínio público, mensagens alternativas, embora isso só possa ser alcançado se se prestar especial atenção aos direitos, poderes e influência do COI e dos seus parceiros comerciais. Estas agências protegem robustamente os seus ativos comerciais, tentando restringir associações não oficiais de terceiros, marketing de guerrilha e outras atividades que podem levar a uma ação legal contra aqueles que procuram obter benefícios comerciais da sua associação com a marca dos

Jogos Olímpicos. Horne & Whannel (2010, p.767) acreditam que o “poder e influência para moldar a agenda - e construir a história - permanecem vinculados a grandes organizações de mídia, apesar da internet e do surgimento de vozes heterogêneas”. Dart (2009) concorda em certa medida, argumentando que o potencial democratizante dos novos meios de comunicação não ocorreu durante a final do Campeonato Mundial da FIFA em 2006 na Alemanha, principalmente porque as corporações se tornaram avançadas no uso de mídia gerados pelo consumidor para promover os seus objetivos comerciais. Apesar do potencial democratizante da web 2.0 e da sua promessa de conteúdo gerado pelo usuário (UGC), os meios de comunicação estabelecidos essencialmente apropriaram-se e incorporaram o desejo dos fãs de alimentar o discurso sobre o evento desportivo e procuraram formas cada vez mais complexas para converter essas interações em dinheiro.

Desde o Campeonato do Mundo de 2006 em diante, existe uma carência de evidências de que os novos sites de mídia independentes, como os blogs, são capazes de competir com os meios estabelecidos para alterar a estrutura da mídia dominante. De fato, há fortes evidências que sugerem que os mídia estabelecidos, embora tenha depois passado para o espaço dos mídia digitais e sociais, agora usam os seus recursos significativos para direcionar o tráfego para o seu conteúdo, “pedindo emprestados” os princípios do conteúdo gerado pelo usuário e das culturas mediáticas participativas:

Dadas as tendências para convergências e consolidação da propriedade, emerge a probabilidade de uma espiral de silêncio, em que as vozes das minorias à margem têm menos audiência e são gradualmente postas em conformidade... a hegemonia dos privilegiados sobre o conteúdo e os valores da web vai marginalizar grupos menos poderosos como tem feito em outros meios de comunicação (Real, 2007, p. 182).

Não há (ainda) poderosos novos meios de comunicação ou movimento de mídia cidadã associados com o Campeonato do Mundo da FIFA – em vez disso, as evidências apontam no sentido de estratégias abertas, participativas e envolvidas a serem apropriadas pelo nexos das empresas de mídia, assistidas pelo controle apertado da FIFA sobre o credenciamento da imprensa no âmbito do Campeonato do Mundo. No entanto, nos últimos anos, o COI e a FIFA tiveram que lidar com o que pode ser chamado de uma aceleração mediática digital e social que transformou a paisagem dos mídia e da comunicação (Shih, 2009) em torno de seus ativos de eventos. De repente, enquanto estavam preocupadas com a gestão, controle e proteção de todos os meios, as agências foram confrontadas com uma audiência de usuários de mídia digitais confiantes e interessados em produzir o seu próprio conteúdo e partilhá-lo instantaneamente nas suas redes sociais sem ter que interagir com as plataformas de meios de comunicação estabelecidos, ou aderir às rigorosas diretrizes que regem a proteção das marcas dos Jogos Olímpicos

e do Campeonato do Mundo. O conceito de velocidade é importante aqui. Novas tecnologias e plataformas de média permitem a participação, destilação, e mediação instantânea das experiências de fãs, quer eles estejam nos megaeventos ou distantes deles. Como Redhead (2007, p.238) sugere, o uso de dispositivos móveis (*smartphones* ou *tablets*) permite que os participantes tirem fotos ou vídeos e “instantaneamente enviem as fotos tanto para amigos que estão ausentes do estádio ou, cada vez mais, novas companhias de média que pedem fotos dos eventos aos fãs presentes em jogos como parte da sua recolha de notícias com conteúdo gerado pelo usuário”. Redhead associa o surgimento de novos média e as suas ferramentas de acesso fácil com a noção de modernidade acelerada (2007) evidente em eventos desportivos mediatizados. A velocidade, de comunicação e de representação, é uma característica em destaque do espetáculo acelerado do megaevento e, apesar do que Real (2007) sugeriu, ela agora cria desafios de controlo e gestão tanto para os proprietários de eventos como para os patrocinadores corporativos no fornecimento de reformulações seletivas de eventos que se adequam à narrativa dominante. Por exemplo, o COI era, até recentemente, vociferante na sua proteção dos locais oficiais ao ponto em que apenas os titulares de direitos de transmissão poderiam distribuir fotografias tiradas nesses espaços. No entanto, uma vez que o COI finalmente percebeu o poder dos meios de comunicação social em 2008, rapidamente reviu a sua abordagem para a distribuição da imagem, reconhecendo a falácia de tentar bloquear uma comunidade de um público (jovem) de que realmente necessitava para alcançar e convencer.

Além disso, já desde 1996 que o cenário mediático dos Jogos Olímpicos também teve de lidar com outra ameaça ao seu controle monopolista da narrativa mediática - o surgimento de uma cultura mediática mais ampla e participativa, auxiliado pela introdução de tecnologias digitais. Denominado jornalismo cidadão, média cidadã ou média alternativa, este movimento relativamente coerente tem utilizado o que Bakardjieva, Svensson e Skoric (2012) têm chamado de ambientes híbridos de média, incluindo blogs e meios de comunicação social, para mobilizar, organizar e debater questões relativas às restritivas estruturas mediáticas em torno de megaeventos. Eles têm, com vários graus de sucesso, explorado o facto de que “as infra-estruturas digitais oferecem aos cidadãos novos canais para falar e agir em conjunto e, portanto, baixam o limite para a participação” (Bakardjieva *et al*, 2012, i). Novas formas de ativismo usam a internet e os seus inúmeros canais para gerar novas coletividades e ampliar o protesto, a dissidência e a resistência (Hands, 2011). O potencial das ferramentas digitais para descentralizar, capacitar, mobilizar (Hands, 2011) e organizar é bem ensaiado. Desde os Jogos Olímpicos de Inverno de 2006, houve provas de um novo ativismo mediático (Miah & Garcia, 2012) em operação, que reflete o surgimento de um elemento alternativo e adicional do cenário dos média, impulsionado pelos interesses das populações da cidade e nação anfitriã – “o que não é dito” – que usa a proliferação de novas

plataformas de mídia digitais para chamar a atenção para essas questões deixadas de fora, já que os meios de comunicação mundiais credenciados concentram os seus esforços em competições desportivas. Disputando a atenção com a saturada cobertura desportiva dos *mass media*, o que não é dito e o impopular (por exemplo, deslocamento, preocupações ambientais, agenda de direitos humanos, habitação) necessitam de espaços suportes e capacidades diferentes para produzir conteúdo mediático e para comunicá-lo de forma a amplificar a mensagem para um público mais amplo, local e internacionalmente. A proliferação global de tecnologia dos *smartphones*, o uso generalizado da Internet e a revolução móvel representam uma oportunidade única para uma comunicação mais direta entre produtor e consumidor de mídia. Aliado com o crescimento da prática do jornalismo cidadão e o poder do conteúdo gerado pelo utilizador (UGC) para redefinir a recolha de notícias e informação, o potencial de proporcionar oportunidades participativas de comunicação de massa é significativo.

Estes desenvolvimentos no cenário dos média *mainstream* foram espelhados na cobertura de megaeventos desportivos. A partir do Jogos Olímpicos de Inverno de Turim, em 2006, uma procura crescente de participantes dos média “não credenciados” (por exemplo, *bloggers*) trouxe uma pressão sobre as agências reguladoras que as obrigou a refletir sobre como os seus eventos podem responder aos desafios da web 2.0 e a um compromisso de colaboração, partilha e interatividade – protegendo um lucrativo processo de direitos mediáticos. Em resposta, o COI e os organizadores da nação anfitriã têm enfrentado pressão para criar instalações ou espaços específicos para os meios de comunicação não acreditados – para que eles possam ter acesso às instalações de transmissão necessárias que lhes permitam cobrir (predominantemente) os elementos não-desportivos dos Jogos. No entanto, mais recentemente, agregações de jornalistas cidadãos, *bloggers* e utilizadores de mídia social têm utilizado os referidos ambientes híbridos de mídia para tornar mais fácil para o público em geral tornar-se produtor de mídia e comentador das dimensões sociais, culturais e políticas dos megaeventos. Para os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, previu-se que estariam 13.000 jornalistas de radiodifusão, 7.000 jornalistas de imprensa, 12.000 dos média não-credenciados e, mais importante para o potencial dos média acelerados, milhões de pessoas em posse de telefones com câmara prontas para fotografar e relatar. Voltando mais uma vez a Bakardjieva *et al* (2012), “Os *mass media* e os porteiros institucionais estão a ser contornados por cidadãos-repórteres e comentadores que oferecem cobertura em primeira mão e em tempo real, e interpretações não-hegemónicas”. Fundamentalmente, a cobertura em tempo real dos megaeventos *off-line* dos média é independente dos interesses de patrocinadores corporativos e das suas estratégias de ativação de marca. Eles podem usar canais de mídia social que são propriedade de corporações (embora nem sempre) para amplificar as suas mensagens, mas o ethos é o de ação coletiva, mobilizando e capacitando

a ação cívica – é a politização de um público mais amplo através da exploração de tecnologias quotidianas.

Num ambiente de média mais complexo, a política da média cidadã não precisa de ser limitada ao radicalismo, opondo-se aos meios de comunicação estabelecidos (Goode, 2009). Em vez disso, as forças dos novos média e dos média estabelecidos cada vez mais coexistem, ocupando em momentos diferentes os espaços tradicionalmente uns dos outros e usando técnicas de recolha e distribuição de notícias semelhantes. Eles ocupam um ambiente de média híbrido, que pode complementar pontos de média existentes. Um exemplo do uso de ambientes híbridos de média, comunicação cidadã, mobilização, organização e ação coletiva é o projeto #citizenrelay que seguiu a passagem da tocha olímpica na sua viagem pela Escócia, no verão de 2012. Este projeto constitui o foco empírico deste trabalho.

### **#citizenrelay: A acelerar a narrativa megaevento**

O projeto #citizenrelay foi uma iniciativa participativa de artes e média liderada pelos autores voltados para o potencial uso do jornalismo cidadão como um meio para abrir canais de debate e discussão e oferecer um espaço para a crítica sobre eventos desportivos e culturais de destaque. Este projeto focou-se na passagem da Tocha Olímpica por Londres em 2012, que viajou por toda a extensão do Reino Unido por 70 dias a partir de meados de maio até o final de julho de 2012, entrando na Escócia, na noite de 7 de junho e partindo a 14 de junho. A Passagem da Tocha Olímpica foi escolhida como o evento mais propício a uma iniciativa de média cidadã, na Escócia, porque percorreu uma grande parte do país e era suscetível de gerar grande interesse e comentários em todos os tipos de comunidade. O #citizenrelay foi concebido e operacionalizado por uma equipa interdisciplinar, reunindo académicos, ativistas, artistas e especialistas em média da comunidade em diálogo com uma variedade de públicos. Com base na lente conceitual de aceleração e cultura digital desenvolvido nas seções anteriores, esta etnografia participativa produziu uma cadeia de dados rica que demonstra que há um espaço amplo dentro do cenário saturado dos média estabelecidos para iniciativas pertencentes e conduzidas por cidadãos, com base na filosofia de um limiar baixo para o envolvimento com as tecnologias digitais quotidianas, aliado a uma coordenação eficaz e amplificação de mensagens-chave. Os autores foram observadores e participantes do projeto, gerando interessantes questões metodológicas sobre o papel do pesquisador e do pesquisado, o envolvimento e o distanciamento, e a ética da recolha de dados. Os que participaram no projeto como repórteres e estagiários foram convidados a dar o consentimento para o seu conteúdo ser partilhado com a equipa de pesquisa durante a sua formação e os envolvidos como sujeitos de entrevistas foram informados de que o conteúdo das mesmas poderia ser descarregado para um ambiente *web* (a *url* foi partilhada

através de cartões de visita). Os resultados aqui apresentados são referentes, principalmente, ao processo de execução do projeto e aos produtos e resultados produzidos ao longo de seis meses. Para os fins deste artigo, existem cinco principais características do projeto #citizenrelay que são aqui discutidas, cada uma com um maior ou menor grau de ligação a culturas digitais e de aceleração: imediatismo, ligação, localidade, capacitação e participação.

Na concepção do projeto #citizenrelay, os autores estavam conscientes de que os meios de comunicação estabelecidos tinha investido recursos significativos em tecnologia e pessoal no terreno para fornecer conteúdo atualizado ao minuto para as suas várias plataformas de média durante os Jogos Olímpicos de Londres em 2012. O parceiro de média oficial para a passagem da Tocha Olímpica no Reino Unido foi a BBC, que proporcionou uma cobertura abrangente fazendo uso de uma série de formatos diferentes. Os telespetadores podiam acompanhar a tocha olímpica na televisão através de transmissões ao vivo diárias (alinhadas com os noticiários principais) e usando o botão interativo vermelho (onde a cobertura ao vivo foi transmitida durante todo o dia). Os espetadores *on-line* podiam aceder à cobertura ao vivo da Tocha Olímpica num *player* de vídeo em direto e em diferido, interagir via Facebook, Twitter (@BBC2012) ou SMS. A fim de criar um espaço de nicho dentro do amplo cenário mediático da Passagem da Tocha Olímpica, o projeto #citizenrelay enfatizou a importância do imediatismo - de geração e *upload* de conteúdo - para fornecer uma representação em tempo real da história que emergia das aldeias, vilas e cidades visitadas pela Tocha sem um *dictat* editorial imposto. Sessenta repórteres e oito estagiários foram recrutados para apoiar a geração de conteúdo e o foco de seu treino foi o modo como apontar e disparar uma câmara digital ou *smartphone* rapidamente e com um mínimo de edição e *upload* em poucos minutos através de redes 3G ou *wireless*. Para completar o círculo, esse conteúdo foi então empurrado instantaneamente através de canais de média social integrados, incluindo Twitter, Facebook, Instagram, Flickr e um *blog* especialmente concebido para o projecto. A velocidade de *upload* e circulação permitiam à iniciativa #citizenrelay partilhar novas informações antes de os meios estabelecidos serem publicados e estabelecer uma narrativa ou discurso alternativos sobre a passagem da Tocha Olímpica na sua viagem pela Escócia. Esta abordagem permitiu alcançar um público bastante significativo e partilhar informações em tempo real, produzindo um coletivo solto que pelo menos demonstrou aos meios estabelecidos que o jornalismo cidadão poderia constituir um desafio para as estruturas de poder existentes de meios de comunicação – mesmo que por um breve momento. No decurso de oito dias, em Junho de 2012, 20.000 acessos *web* foram assegurados no *site* #citizenrelay ([www.citizenrelay.net](http://www.citizenrelay.net)), com um total de mais de 25.000 registados desde Janeiro de 2012. Crucial para este “sucesso” (pequeno quando comparado com um conglomerado de média como a BBC) foi a criação de um ambiente de média híbrido e o baixo limiar de envolvimento, que

levou à produção (ou melhor, coprodução) de acima de 110 vídeos You Tube, 215 *podcasts* AudioBoo curtos, 1.009 imagens do Flickr e mais de 300 imagens de filtros Instagram. O conteúdo significativo, aliado à velocidade de comunicação e representação, reflete os princípios de modernidade acelerada propostas por Redhead nas discussões anteriores. Embora o argumento proposto neste trabalho não seja o de que uma pequena iniciativa pode circunavegar os *mass media* e os porteiros institucionais (Bakarjeija *et al*, 2012), a filosofia e a metodologia escolhida, no mínimo, geraram interesse dos meios de comunicação estabelecidos quanto ao poder do jornalismo cidadão para a participação e o envolvimento seguros do público em geral ao relatar as suas próprias histórias. Embora o projeto não tenha tido como objetivo gerar histórias controversas ou minar narrativas de mídia estabelecidas, por si só, as linhas editoriais foram contornadas e em vários pontos da viagem do #citizenrelay foram recebidos pedidos de agências de notícias locais, estações de rádio e imprensa nacional para usar o conteúdo gerado por voluntários do projeto. Neste sentido, o projeto destacou as falhas dos meios de comunicação estabelecidos para garantir uma cobertura geográfica e o potencial do público em geral para produzir e fazer circular conteúdos próprios.

Outra parte extremamente importante do sucesso do #citizenrelay era a sua conexão, tanto fisicamente como virtualmente. O projeto começou por chegar aos parceiros que estavam interessados em meios de comunicação, mídia social, envolvimento da comunidade ou até mesmo os Jogos Olímpicos em si. Relacionamentos mutuamente benéficos foram formados com universidades e faculdades e uma ampla gama de organizações comunitárias (muitas vezes do setor terciário), ao se ir ao encontro deles e se desenvolver uma visão partilhada para o envolvimento, ainda que limitado. Foi então formada uma comunidade *online* em torno do #citizenrelay, incorporando a noção de um ambiente participativo, de mídia cidadã, onde qualquer pessoa com um *smartphone* poderia contribuir com as suas opiniões sobre o que a passagem da Tocha Olímpica e os Jogos Olímpicos significavam para eles. A partir de Janeiro de 2012, esta comunidade já estabelecida foi animada através do uso de uma *hashtag* (#citizenrelay) através da qual os seus membros partilhavam histórias, imagens, *links* e outros conteúdos multimédia sobre o projeto e a passagem da Tocha Olímpica em si. A participação neste espaço social no Twitter aumentou a cada mês até à passagem da Tocha Olímpica em si, culminando na sua utilização por uma ampla gama de órgãos públicos, organizações de mídia e indivíduos de 7 a 14 de junho como o espaço coletivo “não-oficial oficial” para partilhar histórias. Até ao final do projeto piloto, 600 indivíduos e organizações tinham usado a *hashtag* do projeto, o que se estendeu através das suas próprias redes para produzir 7.000 relações. A profundidade e a qualidade das relações formadas é o foco das investigações em curso, mas é claro neste ponto que um número de redes sustentáveis foi produzido como resultado do capital social gerado entre vários parceiros do projeto, o que já levou a mais discus-

sões sobre a possibilidade de estender o alcance do projeto e estabelecer mecanismos para comemorar e amplificar os eventos da comunidade pelo do Reino Unido, e no estrangeiro. O projeto intencionalmente adotou uma estrutura descentralizada e distribuída, onde os atores heterogêneos poderiam construir as suas redes e ampliar as suas mensagens através de uma plataforma de comunicação partilhada.

Destacar a localidade também estava no centro da visão do #citizenrelay, apesar de o projeto ter uma ambição ‘nacional’ declarada de modo a agregar conteúdo durante a passagem da Tocha Olímpica pela Escócia. O compromisso de uma agenda local mais específica foi construído para o recrutamento de jornalistas voluntários de quatro regiões da Escócia (Glasgow e do Ocidente, Inverness e do Noroeste, Dundee e do Nordeste e Edimburgo e do Oriente) e investimento em dirigir um *media center* móvel comunitário (um micro-autocarro) por todo o país para apoiar os produtores de média cidadã em cada localidade. O compromisso com a localidade estendia-se também para o uso de uma variedade de pontos de rede *wireless* ativos em toda a Escócia para carregar e amplificar simultaneamente o conteúdo. Locais da comunidade, incluindo bares, cafés, bibliotecas e hotéis foram utilizados para descarregar, editar e fazer *upload* de conteúdo quando o sinal 3G não era satisfatório. Para garantir a relevância, conectividade e imediatismo locais, cartões com *links* para o site e canais de média social foram distribuídos à população local, em cada área, de modo a que eles pudessem facilmente aceder ao conteúdo multimédia sobre a sua comunidade. Essa tática ajudou a impulsionar o tráfego do site e permitia a comunidades não abrangidas pela cobertura limitada dos meios de comunicação estabelecidos serem representadas como parte integrante do evento nacional.

No coração do surgimento dos média de pequeno porte, meios de comunicação comunitários ou qualquer denominação que se queira usar, estão a capacitação (para tornar-se produtor de média) e a participação (o ethos de acessibilidade) como características das iniciativas da média cidadã de sucesso. A capacitação dos indivíduos para se tornarem produtores de média foi central para o ethos do #citizenrelay. Os voluntários foram treinados em como usar equipamento básico de áudio e vídeo, como fazer uma entrevista e como produzir vídeos curtos inéditos que podem ser carregados *on-line* dentro de minutos. O #citizenrelay operava na base em que um grande número de cidadãos tinha acesso a tecnologias bastante sofisticadas no seu bolso (por exemplo, o *smartphone*), mas raramente entendem o poder do dispositivo, que, quando ligado em rede com outros, pode influenciar a produção de notícias. Enquanto os “grandes” da média muitas vezes afirmam a sua superioridade moral por causa de sua confiabilidade percebida, a média cidadã oferece ao público em geral a oportunidade de testar essa qualidade através da captura de histórias em tempo real e reportá-las através da infraestrutura social que escolherem. O #citizenrelay gerou quantidades significativas de conteúdo dia-

riamente, enquanto seguia a Tocha Olímpica através da Escócia, e trabalhou duramente para garantir a credibilidade e confiança do seu público através da agregação de dados, sem a imposição de uma linha editorial rígida com que filtrar o comentário crítico que emergia das comunidades envolvidas.

A *participação* foi também um objetivo essencial do projecto #citizenrelay e um dos seus sucessos. No ambiente digital, que é o foco deste artigo, a participação é um tema muito debatido. Alguns argumentam que o foco na participação on-line (ou ativismo *online*) corrói a participação física ou corpórea, mas no caso do #citizenrelay elas eram inseparáveis e mutuamente benéficas. Usando omnipresentes tecnologias digitais, os voluntários do projeto participaram na geração de conteúdo, antes e durante a passagem da Tocha Olímpica na Escócia. Eles também participaram em encontros físicos e em tempo real por todo o país para ajudar a facilitar a geração de capital social, de reciprocidade e relações de confiança corpóreas. Essa confiança, e os objetivos alinhados coletivamente, forneciam então a base da participação on-line significativa, onde as fronteiras entre o produtor e consumidor de conteúdo digital foram esbatidas. Considerando que, por razões de financiamento do projeto, foram construídos limites administrativos adequados ao redor daqueles que estavam oficialmente “envolvidos” no projeto, na prática, a participação foi muito além do núcleo original, abrangendo pessoas de todo o país e com pouco ou nenhum interesse nos Jogos Olímpicos ou na passagem da Tocha Olímpica. O projeto operava na base de aumentar a participação na mediação de um evento de grande escala como é a passagem da Tocha Olímpica, mas da forma mais acessível possível. Foi destinado a ser democratizante, enfatizando o poder da possibilidade, em vez das restrições de acesso ao mundo dos média estabelecidos.

Embora o projeto #citizenrelay fosse, em si, uma pequena peça numa engrenagem muito maior, o seu foco na produção de conteúdo, circulação imediata e amplificação sofisticada através do veículo de média social já influenciou aqueles que praticam a média comunitária e a participação no ambiente de média hiperlocal. O projeto certamente aplainou hierarquias e facilitou o envolvimento, explorando o poder das tecnologias de consumo facilmente disponíveis, onde cada um é um editor de conteúdo. Mecanismos de transmissão tradicionais são desafiados pelo mundo acelerado de uma geração Y digitalmente e socialmente conhecedora de média que procura “Criar, Conectar, Consumir, Comunicar e Contribuir” (Solis, 2012).

## Conclusões

A tecnologia tem, sem dúvida, desempenhado um papel paradoxal na trajetória do desenvolvimento humano. Ela reflete as forças antagónicas de Apolo e Dionísio de Nietzsche ao ser tanto libertadora como destruidora da esperança e

do futuro da humanidade. No entanto, a atual era das tecnologias digitais e onnipresentes reflete um processo de mudança transformacional sem precedentes. A proliferação em massa, a acessibilidade, a mobilidade e a simplicidade refletidas nas tecnologias de consumo inteligentes dão mostras de mensagens a serem transmitidas a uma taxa exponencial. Além disso, como os limites entre novos média e média estabelecidos se esbateram, como se cada um se estendesse para o território do outro, os consumidores (ou, mais precisamente, os cidadãos) apreciam o jogo de libertação dessas tecnologias trazem; enquanto instituições de média, autoridades e mecanismos de governação lutam para lidar com um meio amorfo e desterritorializado. Em resposta, o governo cada vez mais acompanha a evolução do lazer e meios de cultura acelerados. O nexos corporativo dos média desportivos, exemplificado pela produção e repetitiva articulação de narrativas de megaeventos, revela um desejo de se apropriar e controlar estes novos média. O cidadão digital democratizado tem poder no seu bolso e os arranjos institucionais que guiam e apoiam o circuito de megaeventos procuram ativamente massajar ou administrar discursos alternativos.

Curiosamente, a paranoia corporativa e a pressa para assimilar e alinhar-se dentro desta rede comum pode funcionar como um catalisador para próprios contramovimentos e narrativas de cidadãos que eles desejam controlar. Como as tecnologias digitais e onnipresente e estilos de vida acelerados amadurecem, a mensagem estratégica, dirigida e institucional está sob um olhar contrário. Como as narrativas institucionais estratégicas e tentativas de controlo colidem com a do cidadão, este ruído branco está mobilizado numa arma que organiza, mobiliza e amplia conteúdo localmente derivado. Iniciativas como o #citizenrelay refletem este processo e como a aceleração desloca o poder de escala, demonstrando a mobilização ativa da aceleração. Neste exemplo, um cidadão digitalmente capacitado contraria a narrativa dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, e, independentemente da idade, sexo, raça ou classe, indivíduos e comunidades constroem consensualmente narrativa viva, aberta e versátil dos Jogos. A média cidadã, evidenciada no #citizenrelay, reflete uma transição discursiva à medida que o cidadão digitalmente capacitado é o primeiro a partilhar histórias, tornando-se produtor de média e contador de histórias do agora. As tecnologias digitais e onnipresentes transformaram o indivíduo num agente de aceleração – um que representa um novo tecno-futuro, uma visão diferente e, assim, garante que o limite para a participação em relatar os grandes eventos é reduzido.

## Referências

- Bakardjieva, M.; Svensson, J., & Skoric, M. (2012) "Digital Citizenship and Activism: Questions of Power and Participation Online", *JeDEM*, 4 (1): pp.i-v.
- Castells, M. (2004) *The Power of Identity, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. II*, 2nd Edition, Oxford, UK: Blackwell.

- Cooper, R. & Burrell, G. (1988) "Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction", in *Organisational Studies*, 9, pp.91-112.
- Dart, J. (2009) "Blogging the 2006 FIFA World Cup Finals", in *Sociology of Sport Journal*, 26, pp.107-126.
- Dayan, D. & Katz, E. (1992) *Media Events: The Live Broadcasting of History*, Harvard University Press.
- Fox, Z. (2012) "How much time you spend on Facebook, Twitter, Tumbler", in *Mashable Social Media* <http://mashable.com/2012/11/28/social-media-time/> [Acedido em 30 de Dezembro de 2012].
- Frew, M. & McGillivray, D. (2005) "Health and Fitness Clubs and Body Politics: Aesthetics and the Promotion of Physical Capital", in *Leisure Studies*, 24 (2), pp.161-175.
- Girginov, V., & Parry, J. (2005) *The Olympic Games Explained*, London, Routledge.
- Goode, L. (2009) "Social news, citizen journalism and democracy", in *New Media and Society*, 11 (8), pp.2187-1305.
- Green, L. (2002) *Communication, Technology and Society*, London, Sage.
- Hancock, P. & Tyler, M. (2001) *Postmodernism, Work and Organization: A Critical Introduction*, London, Sage.
- Hands, J. (2011) *@ is for Activism*, London: Pluto Press.
- Horne, J., & Whannel, G. (2010) "The 'caged torch procession': celebrities, protestors and the 2008 Olympic torch relay in London, Paris and San Francisco", in *Society in Sport*, 13 (5), pp.760-770.
- Miah, A.; Garcia, B. & Zhihui, T. (2008) "'We Are the Media': Non-Accredited Media & Citizen Journalists at the Olympic Games", in Price, M.E. & D. Dayan (Eds.) *Owning the Olympics: Narratives of the New China*, University of Michigan Press, pp.320-345.
- Miah, A. & Garcia, B. (2012) *The Olympics: The Basics*, London, Routledge.
- Miah, A. & Jones, J. (2012) "The Olympic Movement's New Media Revolution: Monetization, Open Media & Intellectual Property", in Wagg, S. & Lenskyj, H., *Handbook of Olympic Studies*, Palgrave, pp.274-288.
- Norris, P. (2001) *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*, New York, Cambridge University Press.
- Pavoni, A. (2010) "Erasing Space from Places. Brandscapes, Art and the (de)valorisation of the Olympic Space", in *Explorations in Space and Society*, 18, December, 2010.
- Real, M. (2006) "Sports online: The newest player in mediasport", in A. Raney & J. Bryant (Eds.), *Handbook of sports and media*, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 171-184.
- Redhead, S. (2007) "'Those absent from the stadium are always right': accelerated culture, sport media and theory at the speed of light", in *Journal of Sport and Social Issues*, 31 (3), pp.226-241.
- Rushkoff, D. (1997) *Children of Chaos: Surviving the End of the World as we Know It*, London, Flamingo.
- Shih, C. (2009) *The Facebook Era: tapping online social networks to build better products, reach new audiences, and sell more stuff*, Boston, Prentice-Hall.
- Silverstone, R. (1999) *Why Study the Media?* London, Sage.
- Solis, B. (2012) *Meet Generation C: The Connected Customer*, Available from: <http://pandodaily.com/2012/03/06/meet-generation-c-the-connected-customer/> [Acedido em 7 de Março de 2012].
- Virilio, P. (2000) *The Information Bomb*, Verso.



# A PRAIA LÚDICA, UMA INVENÇÃO CONTEMPORÂNEA

Manuel Costa<sup>1</sup>

## Vida urbana e tempo livre

A revolução industrial desencadeou profundas transformações nas sociedades. O novo contexto económico e social que se forma ao longo do século XIX tem nas cidades o seu epicentro e a sua imagem. A aceleração e a massificação da urbanização transformaram as cidades na sua estrutura e nas suas funções. A vida urbana gerou novos ritmos de vida e novas relações sociais (Simmel, 1903-1997). O deslumbrante ambiente urbano do século XIX surgia, assim, como “o lugar privilegiado da variedade e da riqueza das experiências, do bem-estar, da elevação do nível de vida, dos prazeres; (enquanto) o meio rural aparecia como o lugar deserdado da vida repetitiva e monótona, do desconforto e do baixo nível de vida, das atividades rituais e dos interditos, da solidão e do tédio” (Morin, n.d., p.254).

Na viragem do século XIX para o século XX, a sociedade de consumo está em pleno desenvolvimento, graças à massificação da produção, do consumo e da comunicação. A moda e a imprensa espelham e alimentam a busca de distinção e afirmação social das novas elites urbanas empenhadas em imitar os gostos e os hábitos da aristocracia, nomeadamente nas suas práticas de ócio. A imprensa periódica exerceu um poderoso papel de transformação das práticas e das representações, pois os jornais e as revistas passaram a ser produzidos e consumidos em grande escala. Entrou-se num tempo ditado por notícias que se sucedem a um ritmo diário, retratando os modos de vida que a sociedade industrial criou (Kalifa, Régnier, Thérenty, Villant, 2011, p.7). O interesse dos leitores por temas do quotidiano fez nascer novas secções no interior dos jornais. Surgiram mesmo novos títulos, promovidos por novos investidores, que lançaram projetos editoriais vocacionados para públicos específicos, interessados nos desportos, na vilegiatura, nas atividades femininas, ou noutros.

É neste contexto que surgem novas conceções do trabalho e do lazer, dos comportamentos e das crenças, que reconfiguram as relações sociais e as convenções sobre as mesmas.

Assiste-se a uma alteração profunda do ritmo a que o tempo era vivido: a sua velocidade aumentou muito, tanto para se produzir mais, como para se descansar e entreter mais. O uso livre do tempo deixara de ser um luxo reservado a quem detinha mais dinheiro e posição social. Mas, até então, o trabalho representava a vida em si mesma para os assalariados. O tempo livre a que hoje cha-

<sup>1</sup> Universidade de Aveiro/Universidade do Minho; Doutoramento em Estudos Culturais.

mamos férias não era uma realidade comum no século XIX. Logo, poder dispor de tempo livre e saber como usá-lo era muito pouco evidente quando foi consagrado (Gonçalves, 2011) e o discurso das elites sobre os perigos da ociosidade e da prática do lazer espontâneo pelas classes trabalhadoras ajudou a promover receios. Mas, no final do século, era já evidente que a organização do lazer conquistava espaço à organização do trabalho (Thiesse, 2001, p. 369).

### **A vilegiatura marítima, uma moda que se democratiza**

A vilegiatura marítima do século XIX começou por ser praticada exclusivamente pela aristocracia, que replicou na praia as sociabilidades e o entretenimento que já praticava no século XVIII na vilegiatura termal (Corbin, 1988, p.287). Para Rob Shields (1992), é o imperativo terapêutico que suscita o uso da praia, tendo as motivações lúdicas surgido depois. Helena Machado (1996, p.64) sustenta, pelo contrário, que ambas surgiram em simultâneo, pois são indissociáveis para os aristocratas, como comprova a intensa vida social e lúdica da sua vilegiatura. Além disso, a autora considera que foi a burguesia que edificou a praia terapêutica, pois, além de defender os valores do trabalho, criticava a ociosidade dos aristocratas, apesar de ter imitado os nobres no modo de desfrutar de uma vida recheada de prazeres mundanos na praia (idem, p.65). Sylvain Venayre sugere outra abordagem para o desenvolvimento da vilegiatura marítima, ao considerar que é a atenção inédita dada simultaneamente, a partir do século XVIII, aos benefícios das águas minerais e do mar e às virtudes das viagens que leva à criação de locais específicos e à definição de épocas propícias para esses tratamentos, sendo, por isso, estes dois fatores que geram uma procura e que fazem surgir a designação “estação das águas”. Venayre considera mesmo que foi a evolução desta aceção que determinou a invenção do turismo contemporâneo (Venayre, 2012, p.328).

Sendo uma prática inicialmente reservada às elites, a vilegiatura marítima começa por ser um luxo. As praias tornam-se num verdadeiro palco, onde se exhibe o estatuto social e se impõem códigos de comportamento. Vai-se a banhos para *ver e ser visto*, fazendo da praia “um salão a céu aberto, onde as mundanidades ocupam mais tempo e certamente mais importância do que os banhos de mar” (Delarue, 2009, p.7). Esse deslumbrante ambiente natural e mundano está patente na literatura e na pintura da época.

Tudo isso estimulou uma curiosidade generalizada e alimentou o ímpeto popular de viajar até à beira-mar. Com a construção de linhas de caminho-de-ferro que ligam o interior ou as grandes cidades às estâncias balneares, as praias tornam-se cada vez mais acessíveis a camadas mais vastas da população. Gera-se, na segunda metade do século XIX, um imparável fenómeno turístico em várias zonas costeiras da Europa graças ao desenvolvimento que a vilegiatura marítima conhece (Malta, Eusébio, Costa, 2009, p.83).

Este fenómeno foi similar em Portugal, onde se “acabaria por seguir, embora tardiamente, a mesma tendência observada em outros países da Europa” (Casção, 2000, p.325). Diversas localidades piscatórias do litoral mudam de feição à medida que se transformam em locais de vilegiatura e passam a ser promovidas como destinos turísticos. Os municípios e os empreendedores locais apostam numa promoção turística que combina a autenticidade da paisagem costeira, o ambiente acolhedor das praias, e a ludicidade proporcionada pelos passeios e pelos jardins públicos, pelos cafés, pelos hotéis, pelos casinos e pelos espetáculos. Esses múltiplos atrativos geraram, assim, motivações decorrentes do ambiente simultaneamente saudável e mundano da beira-mar, como testemunha o escritor Camilo Castelo Branco na sua correspondência (Nogueira, p.2012), onde alude regularmente a essa dupla atratividade da sua praia predileta. A imagem de decadência a que a noite da vilegiatura ficou associada, nomeadamente na Póvoa de Varzim, estão expressos no modo como o jornal humorístico *O Grilo*, de 15 de Novembro de 1875, saudou o fim da época balnear:

**Os banhos** - Está agonizante a quadra d’este anno, e vae-se, talvez sem uma única saudade. Oh! E quantas algibeiras que ella estrangulou entre garras, que lhe não irão depor sobre a campa mortuária uma praga ou um amaldição?! Vae-te, quadra maldicta, do vicio, da devassidão e do crime! Quadra dos moinhos... da rapinagem dos mandrins e da orgia! Quadra das moscas... das fergideiras e dos encontrões. Vae-te, e que o sr. Diabo te atranque as portas do inferno, para que nem siquer a tua memoria possa mais afligir-nos. Requescat in pace.

Quando Ramalho Ortigão publica *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, em 1876, essa obra colhe grande interesse, pois o inovador guia turístico é totalmente dedicado às praias e aos benefícios do mar. As gravuras que o livro apresenta evidenciam a atenção dada à frente de mar das vilas retratadas, o que é uma novidade. O autor dá então a conhecer mais de três dezenas de estâncias balneares, apesar de muito diferentes em dimensões e escala, distinguindo-as entre as que se tinham democratizado e as que impunham uma maior seleção social, integrando a Póvoa de Varzim no primeiro grupo (Vaquinhas; Casção, 1993, p.454). A caracterização do potencial turístico (Pinho, 2010, pp.8-9), bem como da geografia e sociologia (Lousada, 2010, p.68) de cada estância balnear suscitou aplausos e críticas nas localidades visadas, devido ao tom irónico das descrições que produziu. Na Póvoa de Varzim, a imprensa periódica registou não só os aplausos ao autor do guia por indicar que “nenhuma outra praia oferece tão variada concorrência” (Ortigão, 1876, p.49), mas também as severas críticas que suscitou o modo como o autor de *As Farpas* caracterizou o intenso movimento que observou através da associação entre banhistas e moscas.

Nessa altura, a edição de textos e de imagens representando a paisagem marítima enquanto espaço “civilizado” ganha destaque nas publicações ilustradas da

época. Por exemplo, a 21 de Abril de 1882, a revista *O Occidente* dedica um artigo à praia de banhos da Póvoa de Varzim com um texto de Ramalho Ortigão sobre a heterogeneidade social dos banhistas, a par com uma gravura que apresenta a frente de mar da localidade como sendo a *praia de banhos*.

Ao lançarmos um olhar analítico sobre diferentes tipos de publicações nas quais a moda dos banhos foi sendo destacada, é sobretudo um litoral em profunda transformação que se revela e que é fruto de uma crescente pressão balnear gerada por uma procura com origem não só em centros urbanos mas também na *província*. Como testemunhara, em 1874, D. António da Costa nas suas memórias de viagem “No Minho”, a procura das praias fazia “desertar famílias ricas e pobre dos seus lares para a beira-mar fechando a maior parte das casas nas povoações” (COSTA, 1874, p.279).

No caso da Póvoa de Varzim, essa heterogénea afluência em termos geográficos e sociais provocou diferentes reações junto da comunidade local. Ora, esse cosmopolitismo balnear suscitou divergências quanto ao perfil do banhista mais desejado nos meios intelectuais e políticos locais, como evidencia a imprensa do final do século XIX. A concorrência das praias da Figueira da Foz e de Espinho é referida como sendo agressiva, o que aguçava a ambição de fazer da Póvoa de Varzim a *melhor* praia do norte ou até mesmo do país. Mas o que significava ser a *melhor* praia: ter simplesmente mais banhistas, ou selecioná-los em função do seu estatuto social e financeiro? A ligação ao Porto por comboio ocorreu em 1875 e a Vila Nova de Famalicão em 1881, tornando acessível a praia poveira através das linhas do Douro e do Minho, o que permitiu atrair um número crescente de turistas oriundos das vastas regiões do Douro e de Trás-os-montes, bem como do Minho (sentido Barcelos-Braga-Gerez). Emerge, então, uma divisão – que aliás se vai tornar secular – entre duas opções: a aposta na popularização da praia para maximizar as fontes de riqueza local, *versus* a aposta na atração de banhistas cuja notoriedade social e financeira projetaria uma imagem da localidade como destino turístico requintado e elegante, atraindo os ambicionados investimentos de vulto nas áreas da hotelaria e do jogo.

### Ócio, classe social e distinção na imprensa

Pela sua natural atenção ao desenvolvimento das localidades onde estão implantados, os periódicos locais acompanharam de forma ímpar a afirmação turística das cidades balneares.

No caso da Póvoa de Varzim, desde o lançamento, em 1870, do primeiro jornal, intitulado *Gazeta da Póvoa de Varzim*, assiste-se ao surgimento e ao desaparecimento regular de títulos. Entre 1870 e 1925, foram criados 64 títulos. Apesar da filiação política de cada jornal – que era comum na viragem do século – em todos encontramos um denominador comum: pugnam pelo progresso local e em

especial pela afirmação da Póvoa de Varzim como estância balnear de referência. Daí resultou uma especial atenção dada ao papel do lazer e da cultura, tendo a economia da vilegiatura marítima como motor.

Nessa imprensa, vislumbra-se de que modo era vivida a presença dos banhistas pelos poveiros, em que medida o seu modo de falar e de vestir e seus hábitos se impunham, moldando o gosto e ditando a moda da época balnear. Tudo isso espantava e seduzia, pois punha em causa convenções e excitava a imaginação de quem observava as atitudes ociosas desses forasteiros no passeio público, na praia ou no café. As notícias e crónicas sobre as atividades culturais também permitem conhecer qual era a oferta cultural e lúdica proporcionada aos banhistas segundo o seu estatuto social, e que relação mantinham com espaços tão diferentes como os cafés, os hotéis, ou os teatros.

Sensivelmente até à implantação da 1ª República, há nas crónicas da vida balnear uma particular atenção às diferenças sociais dos banhistas, evidenciando uma visão estereotipada dos usos do tempo livre e das práticas de lazer de quem frequenta a estância balnear, como atestam os seguintes exemplos.

No mesmo ano em que no Porto se tenta implantar a República, o ambiente cosmopolita da zona balnear é claro nesta descrição, publicada a 31 de Julho de 1891, na efémera revista *Coisas e Loisas*:

De procedências diversas aparecem aqui, de dia para dia, centenas e centenas de famílias, forasteiros e touristes (...). Da estação do caminho de ferro ao largo do Passeio Alegre, depois da chegada dos comboios, as ruas têm o aspecto pittoresco d'uma romagem de devotos de todas as procedencias e categorias sociais... Desde a fidalguia azul de vieilleroché de Guimarães, aristocracia de Braga, elite e burocracia do Porto, até ao burguez commerciante e ao aldeão (o ceboleiro, como por ahí lhe chamam), de pau de lodo em punho, lenço vermelho atado na cabeça sob o chapéu de aba larga, roupas de saragoça e tamancos ferados, troupeando por ahí abaixo e conduzindo a sua propria bagagem – é tudo uma caudal de povo rompendo difficilmente por entre carros de bagagens e trens de aluguer, n'uma confusão indiscriptivel (...).

No verão de 1895, quando a sul se finalizava a ligação por comboio entre Lisboa e Cascais, o destaque que é dado na Póvoa de Varzim, a 14 de Julho, às chegadas dos banhistas ilustres e à sua presença ocupava já duas ou mais colunas do semanário *Estrella Povoense*, onde se nota um grande cuidado em realçar os dados desses notáveis que confirmem a sua notoriedade, identificando-os pelo nome, pela profissão, pela sua origem geográfica e condição social:

Acha-se n'esta praia, a uso de banhos com suas famílias os snrs. Francisco de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça de Tarrío, Famalicão, e dr Álvaro Sequeira, de Braga. (...) Deve chegar amanhã a esta praia com a sua exc.ma. família o Sr. Vis-

conde de Semelhe, opulento capitalista, de Braga. (...) Acha-se nesta villa o sr. João Mariano Gulart, importante comerciante de Lisboa.

Em sentido contrário, os banhistas da província são identificados genericamente como *camponeses* ou *ceboleiros*, enfatizando a sua origem rural, o seu comportamento ruidoso no espaço público e os seus hábitos higiénicos. Na secção intitulada “Revista da Semana” do *Estrella Povoense* de 22 de setembro de 1895, cujo subtítulo alude aos *Ceboleiros*, faz-se a seguinte descrição:

Como de costume, a Póvoa vae soffrendo as diversas transformações d’aspecto – transformações feitas por camadas que se deslocam e se substituem (...) N’uma verdadeira invasão, que nos faz lembrar a dos barbaros, vae a praia sendo tomada d’assalto pela gente do campo, que aqui vem armar sua tenda de campanha durante os primeiros dias d’outonmo (...).

No arranque do novo século, o jornal *A Praia* de 23 de agosto de 1900 – o primeiro periódico editado exclusivamente na época balnear e para banhistas – traçava assim o perfil do banhista de origem rural: “pseudo-banhista, só tenciona ver os cafés, estacionando boquiaberto às suas portas, [e] admirar com respeito o imenso oceano, dando-se os banhos uns aos outros e pagar, quando muito, um vintém por dia pelo quarto, porque se juntam n’elle tantos quantos pode conter”.

A análise da oferta cultural que é apresentada aos banhistas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX revela que abrange uma variedade que procura satisfazer o gosto mais requintado e o mais popular. Essa variedade merecia aplausos e críticas, dependendo da imagem turística da Vila que era preconizada por quem escrevia nos jornais. Nessa altura, a oferta lúdica e cultural era assegurada por pequenas comissões de promoção ou por sociedades de investimentos, mas eram sobretudo os empreendedores locais – comerciantes e proprietários de prédios e de lojas – quem mais apostava, de forma individual, numa oferta diária e diversificada, estimulada pela forte concorrência entre cafés e entre hotéis. Aliás, são esses espaços, onde o jogo e a animação musical se conjugam, que se afirmam como os principais atrativos da vilegiatura balnear. No jornal *A Praia*, de 16 de Agosto de 1900, refere-se claramente como se financiava a animação cultural da vilegiatura: “(...) todo esse jogo dava para concertos esplendidos, cantores exímios, bailarinas, etc, etc.. e muitas coisas mais (...)”.

Essa lógica empresarial e orientada para os públicos fomentou uma oferta eclética, que era fruída em diferentes momentos do quotidiano da vilegiatura e tendo em conta as convenções sociais em vigor, pois a sociedade é marcada pela desigualdade e pela divisão de classes (Rancière, 2002, p.13) e também pelos desejos de *permanência* e de *situação*, de *posição* e de *estatuto* (Viard, 2006, p.24).

Nos relatos da imprensa sobre a vida noturna da vilegiatura, também estão patentes alusões depreciativas à presença e ao comportamento dos banhistas da

província. No jornal *A Praia*, de 24 agosto de 1899, na rubrica “Aspectos da Praia”, o redator fazia notar que: “esta gente pára boquiaberta, extática perante o café Chinez, os bailados, as cantoras, passando invariavelmente de uns a outros, sempre n’uma pasmaceira singular”. A 12 de Outubro, esse tom depreciativo é mais notório e atribui mesmo ao comportamento dos banhistas rurais a causa da redução da animação balnear: “os camponios que ocupam as mesas dos cafés sem apreciarem a arte musical, justifica o facto de estarem a reduzir os espectáculos”.

Importa lembrar que, de acordo com o recenseamento de 1890, “7 em cada 10 portugueses viviam no campo e para o campo” (Vaquinhas, 1993, p.480). Prevalciam, então, visões estereotipadas, que edificaram uma visão maniqueísta do mundo rural da época, assente na ideia de que faltava *civilização* ao campesinato por não assimilar os valores culturais e políticos das classes dominantes (Vaquinhas, 1993, p.480).

A nosso ver, os estereótipos veiculados nos jornais locais e as concepções sobre os usos do corpo e do tempo livre que lhe estão associadas permitem identificar traços de distinção associados à classe social de pertença, à escolaridade, ao género, à idade, e a outros fatores que diferenciam o capital económico e o capital cultural dos indivíduos (Bourdieu, 2010).

Todavia, tendo presente que cada jornal procurou mediatizar de forma singular o pulsar da vida local e a produção jornalística não pode ser dissociada do contexto cultural em que ocorreu, ao procedermos hoje a uma abordagem sobre esses documentos, temos presente esta reflexão de Roger Chartier:

A relação do texto com o real (que pode talvez definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, construindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprias de cada situação de escrita (...) o que leva (...) a considerar que os «materiais-documentos» obedecem também a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões dos seus produtores e onde se estabelecem as regras de escrita próprias do género de que emana o texto. São essas categorias de pensamento e esses princípios de escrita que é necessário actualizar antes de qualquer leitura «positiva» do documento. O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efectivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita (Chartier, 1988, 63).

## Conclusão

Procuramos dar conta, através desta breve abordagem à invenção contemporânea da praia enquanto construção social, dos estereótipos subjacentes às visões subjetivas veiculadas na imprensa local do final do século XIX sobre os usos do tempo livre por banhistas de diferentes classes sociais. Como sublinha Alexan-

dra Malta, o “lazer é tempo de liberdade, é certo, mas está material e formalmente subordinado às normas sociais” (Malta, 2000, p.223). Esperamos, por isso, ter contribuído para aprofundar esta abordagem sobre a relação entre o ócio e o lazer, nomeadamente através do enfoque dos estudos culturais, cujo questionamento crítico face ao papel do lazer nos consumos culturais contemporâneos vem abrindo novas e enriquecedoras perspectivas teóricas e metodológicas.

## Referências

- Bourdieu, P. (2010) *A distinção: uma crítica social da faculdade do juízo*, Lisboa: 70.
- Cascão, R. (2000) “A Invenção da Praia: notas para a História do turismo balnear”, in *A Cidade e o Campo: colectânea de Estudos*, Coimbra, CHC, 2000, pp. 321-342.
- Chartier, R. (1988) *A história cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: Difel.
- Corbin, A. (1988) *Le territoire du vide: l’occident et le désir du rivage 1750-1840*, Paris: Aubier.
- Corbin, A. (2001) *História dos tempos livres*, Lisboa: Teorema.
- Costa, A. (1874) *No Minho*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Delarue, B. (2009) *Femmes corsetés: histoires de peintres, histoires de plages*, Yport: Terre en Vue.
- Gonçalves, M. (2011) *As férias: breve panorâmica histórica*, in <http://comartecultura.wordpress.com/2011/12/29/as-ferias-breve-panoramica-historica/> (consultado em 29.11.2012).
- Lousada, M. & Pires, A. (2010) *Viajar, travelling, Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da 1ª República*, Lisboa: CNCCR.
- Machado, H. (1996) *A construção social da praia*, Guimarães: ed. Autor.
- Malta, P. (2000) “Das elações entre tempo livre, lazer e turismo”, in *Cadernos do Noroeste – Série Sociologia*, vol. 13 (I), pp. 219-239.
- Malta, P.; Eusébio, C. & Costa, C. (2009) “Onde a terra se acaba e o mar começa: territórios de turismo e (in)sustentabilidade”, in *Rev CEDOUA*, 1 (12), pp. 75-105.
- Martins, L. (1989) “Banhistas de mar no século XIX: um olhar sobre uma época”, Porto: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. V, pp. 45-59.
- Morin, E. (n.d) *Sociologia: a sociologia do microsocial ao macroplanetário*, Mem-Martins: Europa-América.
- Nogueira, C. (2012) *Reviver Camilo e o Amor de Perdição*, Conferência proferida na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto a 30.11.2012.
- Oneto, F. (2003) O trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar, in *Etnográfica*, vol. VII (1), pp.131-157.
- Ortigão, R. (1876) *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, Lisboa: Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores.
- Pinho, Inês Gato de (2010) *Vilegiatura marítima em Setúbal: do início do século XIX ao início do século XX*, Setúbal: LASA.
- Rancière, J. (2002) *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*, Belo Horizonte: Autêntica.
- Shields, R. (1991) *Places on the Margin: alternative geographies of modernity*, Londres: Routledge.
- Simmel, G. (1903, 1997) “A metrópole e a vida do espírito”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras: Celta, pp.31-43.
- Thiesse, A. (2001) “Organização dos lazes dos trabalhadores e tempos roubados (1880-1930)”, in Corbin, A., *História dos Tempos livres*, Lisboa: Teorema.
- Vaquinhas, I. & Cascão, R. (1993) “Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”, in Mattoso, J., *História de Portugal*, Vol. 5, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 441-457.
- Viard, J. (2006) *Eloge de la mobilité: essai sur le capital temps libre et la valeur travail*, Paris: l’Aube.

### **A deporti-visão: O desporto como espetáculo global**

Os pós-modernistas dizem que vivemos numa sociedade do espetáculo. Com efeito, o lazer e a cultura de massas estão verdadeiramente fascinados pelos espetáculos como os grandes concertos ou os grandes eventos desportivos. A multiplicação sem fim das competições desportivas internacionais domina a percepção que hoje temos do fenómeno desportivo e, num certo sentido, do próprio mundo. Os Jogos Olímpicos, os Campeonatos do Mundo das mais diversas modalidades, os torneios de ténis e de golfe e a miríade de acontecimentos desportivos que todos os dias invadem as nossas casas constituem um dos mais poderosos veículos de fascinação das multidões. Pelo seu modo de difusão, o desporto tornou-se num dos principais motores da mundialização. Proporcionando um alvo temporário para a consciência coletiva, os espetáculos desportivos garantem a ilusão de instantaneidade e, simultaneamente, de autoreferencialidade. A universalização dos modos de vida garantidos pela *desporti-visão* acompanha o máximo de singularização de cada um no seu espaço privado. Este não é um fenómeno recente, mas o desenvolvimento sem precedentes da homogeneização e codificação das regras desportivas em todo o planeta, bem como o controlo acrescido do fenómeno desportivo por fortes interesses financeiros, tem acentuado, nas duas últimas décadas, o seu correlato: a desportivização do mundo como metáfora por excelência da globalização.

Sob o regime da difusão televisiva em direto, que permite a transmissão eletrónica quase instantânea dos acontecimentos desportivos, assiste-se a uma nova espacialização planetária dominada pelo tempo e pela consciência dos acontecimentos unificados. Ao ritmo das competições e dos calendários desportivos, surgem novas ofertas nos *mass media* que não se limitam a transmitir acontecimentos ou a influenciar, mas são elas próprias criadoras de realidade. A *iconomania* transformou os campeões e os desportistas de alto nível em modelos publicitários e em formas de identificação juvenil; os estilos de vida, a imagem e o corpo dos novos ícones passaram a ser modelos desejáveis de sucesso social. No início deste novo século, o desporto é a indústria de entretenimento mais conhecida e mais vista em todo o globo.

No entanto, a este movimento ascendente do *desporto visto* não tem correspondido um movimento homólogo de atividade física e desportiva *feita*. Trata-se de um aspecto particular do *gap* mais geral entre a sociedade-espetáculo e a *re-*

<sup>1</sup> Professor catedrático da Universidade de Coimbra.

*dução da experiência corporal.* Neste ambiente de não-ação, tem regressado a primeiro plano a discussão sobre o papel do olhar (*regard/gaze*) na organização dos lazeres. Embora a performance de alto nível desportivo pertença a uma lógica diferente da lógica de manutenção do corpo, a desportivização da sociedade promovida pelo *olhar* desportivo ordena os comportamentos de lazer de acordo com rituais de autodisciplina, racionalização e regularidade. É certo que o desporto disciplinar tem sido reciclado, no contexto do lazer, na forma de corpo espontâneo e em livre escuta dos ritmos individuais. A apologia das psi-atividades, assentes numa espécie de ritual de si próprio, tem vindo a ganhar terreno. Porém, como sublinha Andrieu (2004, p.55),

o paradoxo da nossa sociedade está em, simultaneamente, pôr em cena a competição desigual do desporto-espetáculo e desenvolver o culto individual do corpo. Cada um aceita para si a busca de uma harmonia natural com o seu corpo, ao passo que coletivamente, e isso acontece cada vez mais através de intermediários interpostos, cada um se submete à ideologia combativa de corpos artificialmente profissionalizados.

A compreensão deste paradoxo remonta à própria génese da desportivização da sociedade. A racionalização, a quantificação e a busca constante do *record* são três características que fazem do desporto um fenómeno social homólogo dos fundamentos da sociedade industrial e da modernização. *A prova desportiva e a medida da performance* que a acompanham constituem as tecnologias que, no contexto desportivo, fundamentam a arte de racionalizar o gesto desportivo e, simultaneamente, estabelecem as imagens sociais que tornam aceitáveis e necessárias *pessoas calculáveis* (Hacking, 1986). A medida da performance desportiva manifesta um novo poder da racionalização corporal. Em primeiro lugar, porque converte o desportista num campo racional, medível, calculável e programável; em segundo lugar, porque torna possível a constituição de um arquivo escrito sobre a performance individual do desportista e a sua posição relativa numa determinada população; em terceiro lugar, porque estabelece a norma e respectivos desvios. A consolidação desta tecnologia permitiu que a atividade desportiva de competição, de lazer ou de saúde se faça agora sob um regime de registo, prova e graduação e a sociedade se organize segundo um regime de produtividade e performance. As imagens construídas pela atividade desportiva incluem um regime ético para as atividades de lazer. Na verdade, aquilo que é tido hoje como uma forma *suave* de ouvir e seguir o próprio corpo (o *jogging*, por exemplo) é acompanhado frequentemente de sofrimentos, dietas alimentares, observação de interditos e estilos de vida típicos que conduzem o praticante ao ascetismo, vivido embora como hedonismo.

E esse é bem o paradoxo da sociedade da *desporti-visão*. Um novo complexo de saber-poder constituiu-se com a possibilidade de estabelecer medidas objetivas

do valor humano. A *marca* do desportista funciona, simultaneamente, como um registo de uma performance pretérita e como uma expressão quantificada do valor humano. Quando são agregadas, as marcas tornam-se numa medida da competência subjacente do sujeito, constituindo um novo modo de problematização de si face aos outros. Durante muito tempo, os comportamentos individuais estiveram ao abrigo da descrição. Conhecer o valor de cada um, por intermédio da sua história de vida, estava reservado a um restrito grupo social que tratava de narrar os seus feitos. Em todo o caso, as narrativas de vida visavam constituir uma memória-monumento. Com a performance desportiva, não se trata de constituir uma memória futura, mas um feito para uma utilização eventual e sempre transitória. O homem memorável dá lugar ao homem calculável, sujeito à racionalidade e ao princípio do mérito. Graças ao aparelho estatístico que acompanha as técnicas de notação, registo e arquivo das marcas desportivas, é possível estimar o valor de cada indivíduo e, simultaneamente, apreciar e caracterizar os grupos. Por um lado, nasce uma nova modalidade de poder, em que cada um recebe como estatuto aquilo que parece ser o seu valor intrínseco; por outro lado, institui-se a repartição das diferenças individuais no conjunto da população. Num único lance, o *desporto-competição* inicia a construção de uma estrutura de oportunidades aparentemente universal, formas de mérito padronizadas e estratégias de obtenção de estatuto e mobilidade social.

O desporto é uma construção social que, enquanto tal, representa as ideias e valores dominantes. O desporto de alta competição tem sido utilizado pelos Estados para promover as interpretações que procuram demonstrar como deve funcionar a vida social (Coakley, 1998). O *record* revela as provas desportivas como uma das metáforas dominantes da concepção democrática-meritocrática da sociedade (Bromberger, 1995). Valores como o trabalho, espírito de equipa, ambição, união, esforço, modéstia, respeito e disciplina, entre outros, tornam proeminente a crença na eficácia da superação de si. E se alguma crença marca hoje as atividades físicas de lazer é justamente essa busca incessante da intensidade do ser próprio, embora a estandardização e a rigidez tenham sido substituídas pela espontaneidade e pela flexibilidade, noções com melhor reputação. Em qualquer caso, viver intensamente e à velocidade que a efemeridade dos acontecimentos e dos produtos exigem é uma regra da sociedade de consumo. Falemos, então, da dimensão velocidade e do seu impacto na globalização do Desporto.

### **A velocidade como metáfora da globalização**

A narrativa da globalização do fenómeno desportivo pode ser contada de modos muito diversos. Um dos modos de contar esta história é fazê-lo através da experiência corporal que envolve as atividades físicas e desportivas que realizam enquanto turistas, já que sabemos existir, hoje, um vasto mercado turístico asso-

ciado ao desporto, quer ao desporto-espetáculo, que arrasta multidões de turistas em deslocação para grandes e médios eventos desportivos de natureza global ou local, quer ao desporto-prática, que envolve cada vez maiores quantidades de turistas em busca de circuitos transfronteiriços de golfe, surf, wind-surf, ski, skate, vela, ciclismo, corrida, caminhada, escalada, caça, pesca, etc.

A questão essencial sobre a qual pretendemos refletir é a de perceber como e por que meios, o sujeito individual, psiquicamente isolado, se relaciona com a realidade objetiva, total, mas socialmente dispersa, dos locais que visita. Utilizaremos como conceito base para refletir sobre esta contradição de termos a noção de *mapa cognitivo*. Os mapas cognitivos são uma espécie de soluções imaginárias para contradições reais, que respondem à necessidade de totalizar cognitivamente a realidade quotidiana sempre mais fragmentada.

Acreditamos que este é um conceito interessante para se perceber um dos paradoxos básicos de todo o comportamento turístico, incluindo o desportivo: por um lado, a deslocação e o movimento que a atividade turística pressupõe, faz-nos acreditar numa liberdade física sem limites. Por outro lado, a experiência física que possibilitou esta nova geografia do longe-próximo, a experiência da velocidade, transformou o espaço numa mera função do movimento.

Um conhecido alpinista português concluía os relatos de uma das suas escaladas do seguinte modo “Fui até ao cimo da montanha para me conhecer e para conhecer os meus limites”. Esta frase dá bem o tom do ambiente mental em que nos movemos hoje. Os novos aventureiros já não se deslocam em busca dos limites do mundo, já não exploram o mundo com o corpo, preferindo inverter os termos desta equação. Agora, o lema é fazer a exploração de si através do mundo. Na verdade, *a aventura moderna é uma paixão do sítio, mais do que do lugar*. Para o aventureiro contemporâneo, assim como para o turista em busca do exótico, ou para os novos nómadas que percorrem as cidades, a mesma indiferença aos lugares e aos outros que marcam a lógica da personalização e da velocidade. O espaço em que decorrem os acontecimentos é apenas um pretexto para experiências que se passam num outro lugar. O corpo-próprio passou a ser o principal lugar de identificação, reduzindo os efeitos da alteridade nos processos de relação social. Procurando constantemente novas sensações e novos estímulos, num espírito de curiosidade gratuita, o processo de personalização é alcançado através de um desprendimento emocional sem ligação profunda aos lugares ou aos outros.

Em parte, este é um efeito da velocidade e da globalização. Hoje em dia, viajamos a velocidades que os nossos antepassados nem sequer seriam capazes de conceber. As tecnologias relacionadas com o movimento e as deslocações possibilitaram que os aglomerados humanos se deslocassem cada vez mais dos centros congestionados para os espaços periféricos. O espaço converteu-se assim num meio que tem o movimento puro como finalidade. Tendemos cada vez mais a classificar os espaços urbanos em função da facilidade ou dificuldade em entrar ou

sair deles e, à medida que o espaço urbano se converte numa função do movimento, também se torna cada vez menos estimulante. O condutor de automóvel, o viajante de avião ou do comboio de alta velocidade quer apenas atravessar o espaço e não que este atraia a sua atenção.

A condição física do corpo que viaja reforça esta sensação de desconexão em relação ao espaço. A própria velocidade dificulta que se lhe preste atenção. Quer as ações físicas que são necessárias quando se conduz um automóvel ou a experiência visual quando se atravessa o espaço geográfico de TGV (AVE) nos transmitem a mesma sensação de que a navegação pela geografia da sociedade contemporânea exige muito pouco esforço físico e, portanto, pouca participação. O viajante, da mesma maneira que o espectador de televisão, experimenta o mundo de uma forma quase narcótica. O corpo move-se passivamente, afastado e dessensibilizado que está do espaço, até destinos situados numa geografia urbana fragmentada e descontínua. Tanto o engenheiro de estradas como o realizador de televisão acreditam naquilo que se pode chamar a libertação da resistência ou, dito de forma mais conceptual, na redução da *fricção da distância*: o engenheiro idealiza percursos em que as pessoas possam deslocar-se sem obstáculos, esforço ou participação; o realizador explora as formas que levam as pessoas a contemplar algo sem sentir-se demasiado incomodadas.

O aumento da velocidade da vida tem uma grande variedade de efeitos. O mais óbvio diz respeito ao alargamento da nossa consciência de *simultaneidade*. A simultaneidade é uma consciência diferente das relações espaço-tempo: os processos espacialmente remotos passam a coexistir no nosso envolvimento imediato. A televisão e o rádio permitiram um fluxo constante de informação no nosso espaço privado. Os sistemas de redes computadorizadas estenderam este fluxo dando-nos um controlo direto dos dados acumulados. O desenvolvimento dos sistemas de comunicação por fibra óptica promete a curto prazo a generalização de ligações telefónicas visuais para o consumidor habitual. No telemóvel 3G temos acesso a imagens emitidas de locais longínquos à distância de muitos fusos horários. A simultaneidade que a velocidade imprime na vida de todos os dias é genericamente avaliada como uma força de desenvolvimento pessoal e social: enriqueceria o nosso conhecimento, permitiria um melhor e mais rápido conhecimento do mundo e faria de nós mais rapidamente cidadãos do mundo.

Esta visão optimista é demasiado superficial. A aceleração da vida tem aumentado os estados psicológicos de *stress* e tensão. À medida que somos mais e mais bombardeados com informação sobre o que devemos fazer e o que devemos ser, a nossa consciência de custo de oportunidade também aumenta. O custo de oportunidade corresponde ao balanço que cada um faz das múltiplas oportunidades que se perdem quando se faz a opção por uma delas. Se escolhermos ver futebol na televisão perdemos a oportunidade de fazer exercício no ginásio ou de ir ao cinema; se decidimos viajar para Cuba perdemos a oportunidade de ir ao

Brasil; se escolhermos ir ao Jazz perdemos a ocasião de ir ao concerto de música clássica e por aí adiante. Todas as escolhas que hoje fazemos nos nossos tempos de lazer e de viagem comportam o que Virilio (1991) chama uma *pequena morte* porque se tem a sensação de nunca se saber se as escolhas que eliminamos poderiam ter-nos realizado ou gratificado mais que as outras. Na medida em que a qualidade e a quantidade de opções parecem expandir-se constantemente, temos também a sensação cada vez mais forte de insatisfação e de estarmos permanentemente a perder alguma coisa.

Do ponto de vista individual, o efeito desta insatisfação resulta numa maior tendência para a fragmentação, descontinuidade e divisão. E isto reforça o sentido de *hiperrealidade* por que a distinção entre a coisa real e a sua imitação, entre signo e significado é pura e simplesmente abolida. Umberto Eco (1986) argumenta que a hiperrealidade transporta para a experiência quotidiana características alucinatórias e irónicas típicas de uma sociedade de consumo alargada. O consumidor é imerso em tecnologias de simulação cada vez mais alargadas: espaços de férias que imitam e ampliam a sensação de exotismo; espaços fechados em regiões frias que reproduzem espaços luxuriantes de praias tropicais; espaços exóticos que integram referências reconhecíveis pelos turistas de outros continentes; espaços confinados que são ampliados por imagens simuladas que nos permitem jogar golfe no hotel, futebol no quarto ou andar de bicicleta em paisagens selvagens sem sair da comodidade do *resort*.

Neste estado de simulação permanente, aquilo que está geograficamente distante parece-nos muito familiar e o que está geograficamente próximo cria-nos a ilusão de estranheza. A telepresença ou a televiagem exibem-nos afinal uma realidade estranhamente próxima e semelhante à nossa, criando o que Guattari denomina de nomadismo generalizado, no qual, por mais que se viaje toda a experiência se equivale. O turista e o consumidor de património sofrem muitas vezes deste mesmo fenómeno de integração de uma cultura *kitsch* composta por uma infinidade de reproduções e simulações. Embora tenha consciência da artificialidade da vida que experiencia enquanto turista, não traduz isso numa procura da verdadeira natureza das coisas. Pelo contrário, a hiperrealidade é saboreada como um fim em si mesmo e o desfrute é o resultado dessa fusão arbitrária e incomensurável de signos e símbolos.

### **O regresso à natureza como metáfora da localização**

A experiência turística da viagem é também uma experiência de desconexão relativamente ao espaço, porque a velocidade dificulta que se preste atenção à paisagem natural e humana, atuando como uma experiência duplicada de privação sensorial. É neste ambiente de hiperrealidade que se tem dado um regresso à natureza, bem visível na procura crescente de lazeres de ar livre e na ecologiza-

ção de muitas práticas desportivas. O ecoturismo, os ecolazeres e o ecodesporto têm ganho adeptos também como reação ao artificialismo da vida, à velocidade e ao sedentarismo urbanos. É sobretudo a natureza selvagem que se impõe como a referência mais partilhada pela opinião pública, relegando para segundo plano a natureza bucólica ou pastoril. Esta construção imaginária duma natureza selvagem, duma espécie de paraíso perdido, deve muito a uma nova busca das *raízes locais*. As práticas desportivas de ar livre participam nesta procura de uma identidade que se possa enraizar de novo num território e num lugar. A procura da onda ideal do surfista, do sítio mais propício às rasantes ao solo do apaixonado do parapente, ou do trilho desconhecido e exótico por parte dos caminheiros participa deste simbolismo assente simultaneamente na errância e na quietude contemplativa. Mas o que ressalta desta busca é a invenção de novos trajetos e de novos significados para os percursos que se desenham nos espaços naturais dedicados ao lazer desportivo. A estas imagens chamamos mapas cognitivos. Os mapas cognitivos são como soluções imaginárias para contradições reais, que andam a par da necessidade de totalização cognitiva de uma realidade quotidiana das cidades sempre mais fragmentada.

Todos os conceitos que usamos para representar a realidade têm uma espessura espacial, física e simbólica, no interior da qual identificamos *o real*. Mas os mapas cognitivos assim construídos não fazem uma cópia exata da realidade física e são antes alegorias que pretendem contar uma história sobre outra história. Nos termos da teoria de Jameson (1984), os mapas cognitivos devem ser usados enquanto forma de construção de uma totalidade inicialmente inexistente. O autor defende que a produção cartográfica do espaço é tributária dos diferentes períodos do capitalismo, registando-se em cada um deles um desenvolvimento muito específico. Podemos seguir esta pista para caracterizar também o lazer nos dias de hoje.

O período do capitalismo liberal caracteriza-se pelo desenvolvimento sem precedentes do princípio do mercado. O espaço-grelha é típico do mercado e caracteriza-se pela ambição realista de fragmentar o todo sem deixar de o representar. A expansão das cidades comerciais e industriais, bem como a intervenção cada vez mais profunda do Estado são as âncoras da representação em grelha, que têm os seus equivalentes na racionalidade estética do grande romance realista e no projeto iluminista de secularização do mundo. O lazer é entendido neste período como um valor moral que deve ocupar um espaço e um tempo próprios e cumprir uma função diferenciada de outras funções sociais. No contexto mais amplo da intervenção estatal, o lazer é uma das dimensões de outras localizações mais amplas como a economia, o trabalho ou a saúde. Trata-se de uma lógica de identificação de funções típica da modernidade que visa uma redistribuição racional e legítima dos espaços e tempos de lazer. A recreação deixa de estar presente no espaço rude e transgressor da feira ou do mercado, para se situar em espaços «moralmente» organizados: parques públicos, piscinas públicas, museus,

bibliotecas, panoramas, exposições e por diante. A arquitetura dos espaços contém formas implícitas e explícitas de promoção da civilidade. Acompanhada por instruções e normas de bem-vestir, de limpeza e de conduta verificadas por vigilantes, a principal forma de controlo situa-se, no entanto, no olhar dos outros e na vergonha que o escrutínio social provoca. As mesmas virtudes de carácter do espaço laboral são promovidas nos espaços recreativos através de uma forte rede de visibilidades sociais: valores de temperança, de diligência, de sobriedade, de respeitabilidade e de autocontrolo.

O segundo período é marcado pela emergência do capital monopolista, caracterizado pela produção de um novo espaço nacional expandido, internacionalizado que está pelo imperialismo. O espaço da metrópole colonial deixa de coincidir com o seu espaço real, deslocado que foi para os territórios colonizados. Jameson liga esta sobreposição dos territórios ao modernismo. O cume da tendência para a especialização e diferenciação funcional dos diferentes campos de racionalidade tem expressão nos espaços das grandes cidades onde a recusa do contexto social anda a par da ansiedade da contaminação (Huyssen, 1986). A intensidade da ansiedade resulta de uma racionalidade assente no processo de integração/exclusão que provoca separações e autonomias fortes entre alta cultura e cultura de massas, entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, ou ainda pela demarcação de fronteiras disciplinares dentro da racionalidade científica. O lazer deste período caracteriza-se pela elevada distinção social existente entre os espaços de lazer popular e lazer burguês. Os espaços de lazer desportivo constituem assim formas poderosas de fantasiar as próprias identidades.

O período do capitalismo desorganizado que hoje vivemos está marcado pelo desaparecimento dos grandes impérios coloniais e pelo crescimento exponencial do mercado mundial. Por força da presença massiva das empresas multinacionais, a capacidade reguladora das economias nacionais enfraqueceu. Os Estados nacionais vêm perdendo a capacidade para continuar a regular a esfera da produção, alterando-se profundamente a configuração espacial da produção e a própria configuração das regiões. A expansão extensiva do mercado corre em paralelo à expansão intensiva de novas tecnologias que permitem a superação instantânea de fronteiras. Consequentemente, o espaço pós-moderno envolve uma incomparável supressão da distância e saturação do espaço que resulta numa inevitável crise da sua representação.

Segundo Jameson, a dispersão e fragmentação das condições de existência dos sujeitos torna cada vez mais difícil a sua compreensão global. A expansão do capital teve como efeito a separação entre a experiência do mundo e a representação que fazemos dele. Dito de outro modo, o excesso e a rapidez das experiências locais ampliou o défice de compreensão do mundo. A experiência quotidiana torna-se cada vez mais limitada a um pequeno quarteirão do mundo, a uma imagem de uma paisagem ou de um monumento que se fixa no telemóvel ou na vi-

deocâmara, mas a substância dessa experiência já não coincide com o lugar em que realmente acontece. A verdade dessa experiência limitada do quarteirão de Lisboa, Londres ou Barcelona podem estar na Índia, nos EUA ou na Jamaica. Nesta fase de capitalismo desorganizado, o lazer não se diferencia dos outros espaços segundo territórios bem definidos e regulados. É um espaço flutuante onde os corpos circulam velozmente, sem trajetos pré-definidos, muitas vezes de forma imaterial, no ciberespaço.

Surfar na onda ou na *net*, modificar as sensações do corpo numa câmara de isolamento sensorial ou num jogo virtual constituem formas de incorporar o mundo em cada um. O corpo constitui-se como fluxo de informações e sensações sem contexto e sem unidade identitária. Como nada é fixo ou estável, nada é apreensível pela experiência. A ansiedade da perda de algum acontecimento ou atividade é compensada pela velocidade da luz do monitor, substituindo este, progressivamente, o movimento do próprio corpo.

É neste contexto que novos mapas cognitivos são procurados e construídos na relação com o espaço natural. Os mapas cognitivos estão dependentes, como vimos, dos deslocamentos. Sabemos bem como a prática de lazeres urbanos supõe quase sempre um lugar ou um equipamento e, na maior parte do tempo, um deslocamento no interior do aglomerado urbano ou na sua periferia. Estas mobilidades nem sempre são racionais e podem ser determinadas por outros encontros, pela necessidade de partilhar um espaço de lazer comum, ou pelo impulso de deixar o envolvimento urbano imediato e alcançar a natureza. Independentemente de ser uma natureza selvagem ou domesticada, esses contextos favorecem a construção de novos mapas cognitivos ligados às práticas desportivas de natureza.

Pierre Chazaud (2004) apresenta-nos alguns desses mapas cognitivos a partir de um conjunto de figuras construídas no contexto dos desportos de natureza:

- *figuras do evitamento*: dizem respeito à substituição deliberada de um caminho possível por um outro, graças a deambulações, ao contorno de obstáculos ou ao encurtamento de percursos (como exemplo desta figura temos os circuitos de caminhada organizados para explorar ao máximo um território especificamente desenhado para os lazeres ou os percursos de *down-hill* sem trilho demarcado);
- *figuras da redundância*: o trajeto repete-se segundo combinações múltiplas no mesmo espaço através da convergência, do centramento ou das repetições exageradas (por exemplo: a prática do surf de neve ou o kyte-surf);
- *figuras da simetria*: o trajeto organiza-se segundo uma ordem, uma alternância, séries de bifurcações ou de variações divergentes (por exemplo: os banhos de rio);
- *figuras da porosidade*: o trajeto é descontínuo e sem conexão. O caminho realiza-se sob a forma de buracos, de pontos de suspensão ou de ausências (por exemplo: o *parcours* praticado por jovens nas cidades).

- *figuras polissêmicas ou ambivalentes*: um lugar que pode ser objeto de várias utilizações sucessivas ou simultâneas e deste modo cria significações diferentes para quem o usa e muda de sentido à medida que vai sendo percorrido (por exemplo: a borda de um rio que pode ser usado para diferentes trajetos, desde a caminhada, a pesca, o percurso equestre ou a prática de BTT em função do relevo, da variedade da paisagem ou do débito de água do rio).

### **A cultura visual e a estetização da vida**

Estas diferentes figuras sublinham a figurabilidade dos espaços urbanos e naturais, isto é, *a qualidade física que confere a determinado objeto uma elevada probabilidade de evocar em cada momento uma imagem vigorosa*. Todavia, a interpretação das imagens não está imediatamente acessível a todos, dependendo da *capacidade perceptiva de as captar e das ligações emocionais que suscitam*. A operação de identificação não é igual para todos, podendo mesmo verificar-se uma profunda discriminação entre aqueles que podem e os que não podem chegar a um laço emocional e pode provocar a exclusão dos processos de percepção, leitura e assimilação de novas dimensões emergentes, por parte de amplos estratos da população, principalmente daqueles que se encontram ainda no início dos processos de urbanização.

Nas cidades, existe uma tendência para o estilo de vida cosmopolita que se caracteriza, entre outras coisas, pela débil lealdade às localidades e um forte sentido de flexibilidade, orientando os cidadãos das urbes para uma busca constante de novas experiências, sensações e relacionamentos. Por conseguinte, os estilos de vida urbanos sofrem de sobrecarga funcional e psíquica, pressões temporais, mobilidades quotidianas morosas e contraditórias com a qualidade de vida; aceleração e impessoalidade nas relações sociais.

O próprio *design* da cidade acompanha a tendência de harmonizar lazer, consumo e cultura. O *design* fornece a unidade destes elementos para um período através do que Kerckhove (1997, p.214) designou como os *harmónicos do design*. O que está verdadeiramente a acontecer no espaço urbano é uma transição progressiva do eixo económico e funcional centrado na produção para um eixo cultural e estético centrado no consumo e nos lazeres. É deste deslocamento que se trata quando se fala de culturas de consumo ou de culturas da pós-modernidade. Um dos aspectos mais marcantes deste fenómeno é a entrada em força do audiovisual na lista das práticas culturais. Olhar as montras, ou fazer compras passaram a ter presença nos questionários sobre práticas culturais. E também aqui se verifica o harmónico do *design* que é uma forma de tornar idêntica a visão do mundo, quer se veja televisão em casa ou se faça *view-shopping* no centro comercial e de lazer. Na verdade,

o centro comercial é uma experiência visual. É televisão em que se pode passear lá dentro. Olhar para as outras pessoas, para as montras e para as imagens é o que se faz num centro comercial, quando não se está à procura de qualquer coisa para comprar. As imagens que se vêem são as da televisão; e a maneira como se vêem e aceitam estas imagens está já condicionada pela televisão que vimos. Trata-se de uma verdadeira prática de zapping (Kowinski Apud Kerckhove, 1997, p.214).

A cultura urbana está, por conseguinte, longe de limitar as práticas culturais aos códigos restritos da cultura erudita. Esse é também um efeito da globalização. A mistura entre os conteúdos e formas cultivadas, massificadas e populares mudou profundamente as instâncias de legitimação e consagração, alterando o monopólio de quem pode fazer discursos «verdadeiros» sobre os bens simbólicos e culturais. É neste contexto que ganham um novo fôlego os intermediários culturais. A relação privilegiada que estes agentes de comunicação mantêm com a cultura, acumulando informações, reflexividade e distância crítica, tornam compatíveis percursos profissionais muito diferentes. Alguns integram-se na categoria dos intelectuais ou dos artistas, outros, simplesmente, dos publicistas, designers, estilistas, gestores culturais, animadores desportivos ou agentes de viagens.

Em qualquer caso, os intermediários culturais dão sentido analítico ao conceito de estilo de vida, que expressa a capacidade de os indivíduos construírem e gerirem formas de vida a partir da autoexpressão e da autoconsciência estilística. Neste sentido se compreende que a vida seja progressivamente um *trabalho de arte*, e que os estilos de vida e os relacionamentos sociais quotidianos tenham uma forte componente de *plasticidade*, atendendo, justamente, à crescente estetização e estilização da vida, já que os indivíduos em geral e alguns grupos sociais em particular, designadamente os mais jovens, investem progressivamente maiores recursos em tempo e dinheiro na composição de um estilo.

O espaço urbano é, para a cidade pós-industrial, uma arena competitiva. A crescente proliferação dos serviços, do comércio, do sector terciário e 'quaternário' promove uma reconfiguração da estrutura económica, urbanística e social das cidades, nomeadamente nos centros das cidades. A crescente cultura de consumo reconverte progressivamente a imagem da cidade, substituindo a chaminé da fábrica da cidade industrial pela torre do espaço comercial orientado para o consumo. Nesta cidade sobressaem as atividades económicas ligadas à *produção simbólica* e as atividades profissionais dos *analistas simbólicos* ligados às indústrias culturais, aos *mass-media*, à publicidade, à educação, ao *design*, ao *marketing*, arquitectura, decoração e lazer, incluindo o desportivo.

Este novo mercado dos lazeres desportivos caracteriza-se pela mobilidade, pela fluidez e pela mistura de consumidores motivados tanto pelo desejo de encontro como de uma prática desportiva específica. São muitas vezes lugares urbanos de transição e nómadas de que certos públicos se apropriam sem terem

sido concebidos especialmente para serem espaços de lazer desportivo. De uma maneira geral, estes espaços integram três características típicas de uma nova cultura visual impulsionada pela procura de um estilo de vida:

- são lugares onde a *encenação, o simbolismo e a assinatura do espaço* são centrais e falam diretamente com o consumidor;
- são lugares de *convivialidade*, onde se mistura a animação e a intimidade da relação, combinando materiais exóticos, sonoridades e funções pós-modernas típicas do zapping e do consumo rápido;
- são lugares em que se *misturam e distribuem vários espaços da vida*: espaços de descanso, espaços de discussão, espaços de espetáculos, espaços de encontro, espaços de serviços, etc.;

Neste ambiente em que cada um procura um estilo através do consumo, o que passa a orientar as escolhas das práticas de lazer desportivo é o valor sublinhado pelo lema da Nike – “*Just do it*”. Este princípio é válido tanto para o consumo como para as práticas desportivas. *Just do it* quer dizer que o consumo se cumpre no livre jogo das sensações e desejos, fazendo coincidir o momento da escolha com o momento da vivência gratificante do que se comprou. E as práticas desportivas passaram também a orientar-se por este princípio estético que valoriza a expressão da individualidade de cada um ou o prazer imediato como forma de construção do projeto de vida. As marcas, os ténis, o lugar, a raridade ou o exotismo do que se faz, a tribo a que se quer pertencer são critérios mais importantes do que a busca do *record*, da performance ou da vitória.

Os princípios basilares do desporto competição já não se adequam ao novo regime de produção e de consumo assente no cartão de crédito e não no cupão de aforro. A sociedade organizada em torno do trabalho duro, do emprego para toda a vida, do uso auto-disciplinado do tempo e da satisfação retardada já não existe. E foi substituída pela sociedade de consumo em que a noção de temporário, transitório e efémero marca todo o objeto e toda a experiência de consumo.

Também o desporto de competição assente nos princípios éticos do *hard-work* está numa crise profunda de atração dos públicos juvenis. A noção de treino assente numa ética do dever e numa atitude rígida em relação ao prazer e ao divertimento parece ser completamente arcaica em face dos novos valores juvenis. Os jovens passam por ele como quem compra um par de ténis e limitam-se a experimentar e a partir para outra (*just do it*). Em razão da penetração crescente do individualismo e do consumismo, a organização colectiva, associativa, benévola ou militante do desporto tem encontrado dificuldades crescentes para se diversificar e adaptar. Ao lado desta têm surgido novas tendências, especialmente as que se organizam em torno do turismo e do lazer desportivo. Obter uma gratificação imediata e uma experiência intensa através do consumo é um valor que está presente também nos lazeres desportivos. O que é interessante verificar é que, se al-

gumas destas tendências nos remetem para um efeito simultâneo de homogeneização – a globalização das atividades californianas por exemplo –, outras situam-se na busca do exotismo e das particularidades locais – a tradição dos jogos locais é um bom exemplo.

Destacamos cinco tendências principais:

- o turismo e lazer de *saúde*, associado a práticas ativas e ao novo higienismo;
- o turismo e lazer *desportivo-cultural*, presente no regresso às tradições dos jogos, ao património e à cultura física local ou regional;
- o *ecoturismo* e os *ecolazeres* como forma de usufruir ou de preservar a natureza, a paisagem e o envolvimento natural;
- o turismo e o lazer de *risco*, através das atividades extremas ou de desafio associadas muitas vezes a fenómenos de contracultura e de expressão criativa como o grafitismo, o *hip-hop* e o *rag*;
- o turismo e lazer de *divertimento*, quer espetacular quer expressivo, associado à animação e aos eventos mistos de cultura de massas e de usos do corpo alternativos.

Este é o novo mapa dos lazeres urbanos e de ar livre assentes na informalidade e que proliferam no meio de uma crise de atração dos desportos tradicionais. Desde o desenvolvimento dos desportos californianos de deslizamento como o *skate*, a patinagem em linha e outros o imaginário do tempo livre alterou-se profundamente e mesmo as práticas de ar livre mais antigas como o *jogging*, a escalada, a canoagem ou a vela sofreram metamorfoses, dando origem a novos mitos. Aventura, desafio, provocação, vertigem, apropriação diferente dos espaços, sinais de pertença como o vestuário, os materiais ou o calçado são tudo valores que contêm uma certa intensidade dramática próxima das proezas mediáticas ligadas à aventura e ao desafio. Mais depressa do que os profissionais do desporto, os arquitectos e os designers captaram as novas tendências e têm vindo a traduzir nos equipamentos urbanos e nos espaços naturais este sentido de desafio, de velocidade, de deslize e de itinerância que as novas práticas informais exigem.

O desafio que se coloca hoje é o de os profissionais de desporto e lazer, enquanto intermediários culturais, serem também capazes de se adaptar aos novos tempos e, sem deixar de olhar para o desporto e lazer oferecido pelas velhas instituições, não perder de vista as tendências emergentes da globalização. E essas tendências revelam-nos uma das faces mais estimulantes dos processos de globalização: ao mesmo tempo que provocam um efeito de simultaneidade e de simulação em que todos parecem estar a fazer o mesmo, produzem também alternativas e resistências locais assentes na individualização e na reflexividade tipicamente pós-moderna, que permite imaginar que cada um está a fazer as coisas à sua maneira.

## Referências

- Andrieu, B. (2004) *A nova Filosofia do corpo*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Appadurai, A. (1996) *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, University of Minnesota.
- Bromberger et alli (1995) *Le Match de football: Ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*, Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Chazaud, P. (2004) *Management du tourisme et des loisirs sportifs de pleine nature*, Lyon: PUS.
- Coakley, J.J. (1998) *Sport in Society* (6ª ed.) Boston: McGraw –Hill.
- Eco, U. (1986) *Faith in Fakes*, London: Secker & Warburg.
- Hacking, I. (1986) "Making up people" In T. C. Heller, M. Sosna e D. E. Wellberg (eds.), *Reconstructing Individualism*, Stanford: Stanford University Press, pp.222-236.
- Huysen, Andreas (1986) *After the great divide*, Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.
- Jameson, F. (1984, 1991) *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham, NC: Duke University Press.
- Kerckhove, D. (1997) *A Pele da Cultura*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Roseneau, J. (1990) *Turbulence in World Politics*, Brighton: Harvester.
- Virilio, P. (1991) *The Aesthetics of Disappearance*, New York: Semiotext(e).

# Índice

Apresentação.....5

## PARTE I

**ÓCIO E CULTURA** .....9

*O encontro entre o ócio e a cultura: Reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica* .....11

Manuel Cuenca Cabeza; Macarena Cuenca Amigo

*O lazer e as transformações socioculturais contemporâneas* .....33

Maria Dilma Simões Brasileiro

*Lazer e Turismo como atividades para o desenvolvimento humano* .....49

Luzia Neide Coriolano

*Atributos das Experiências de Ócio e implicações contraditórias decorrentes do estilo de vida contemporâneo*.....63

Ieda Rhoden

*Novos desafios para a investigação sobre cultura: Prioridades de investigação no domínio cultural da EU* .....75

Cristina Ortega Nuere; Isabel Verdet Peris

## PARTE II

**PENSAR O ÓCIO: PARADIGMAS TEÓRICOS** .....93

*Ócio, temporalidade e existência: uma leitura à luz da fenomenologia e hermenêutica heideggerianas* .....95

Maria Manuel Baptista

*Tempo livre, ócio e lazer: sobre palavras, conceitos e experiências*.....103

José Clerton de Oliveira Martins

*A literatura como experiência de ócio na pós-modernidade* .....115

Anne Ventura

*Sobre a interpretação da obra de arte* .....125

Carlos Velázquez Rueda

<b>PARTE III</b>	
<b>EXPERIÊNCIAS DE ÓCIO NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>133</b>
<i>Ócio ao longo da vida: As potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano .....</i>	<i>135</i>
María Jesús Monteagudo; Jaime Cuenca; Fernando Bayón; Douglas A. Kleiber	
<i>Culturas digitais, aceleração e narrativas de megaeventos .....</i>	<i>151</i>
David McGillivray; Matt Frew	
<i>A praia lúdica, uma invenção contemporânea .....</i>	<i>167</i>
Manuel Costa	
<i>Lazer e novas subjetividades .....</i>	<i>167</i>
Rui Machado Gomes	



O que o leitor encontrará neste livro é uma amostra dessa disseminação transdisciplinar: os autores aqui reunidos representam, na sua maioria, os 150 investigadores que dialogaram no decorrer do III Congresso Internacional de Estudos Culturais, que teve como enfoque *Ócio, Lazer e Tempos Livres nas Culturas Contemporâneas*, promovido pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades de Aveiro e do Minho, em janeiro de 2013. Estudiosos de diferentes áreas reuniram-se em Aveiro, Portugal, em torno dos estudos do ócio e da cultura, trilhando caminhos bastante diversos num diálogo enriquecedor. Em comum, as responsabilidades que o tema exigia, quais sejam: posicionamento, habilidade teórica para lidar com a transdisciplinaridade e fôlego reflexivo.

[www.ruigracio.com](http://www.ruigracio.com)

ISBN 978-989-8377-56-2



9 789898 837756 >

Patrocínio

